UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS

Recortes de jornal:
da prática social aos arquivos

Versão corrigida

São Paulo

2018

JOSÉ FRANCISCO GUELFÍ CAMPOS

Recortes de jornal:
da prática social aos arquivos

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo

De acordo

Prof.^a Dr.^a Ana Maria de Almeida Camargo

14 de dezembro de 2018

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C198r Campos, José Francisco Guelfi
Recortes de jornal: da prática social aos arquivos / José Francisco Guelfi Campos ; orientadora Ana Maria de Almeida Camargo. - São Paulo, 2018.
398 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Arquivologia. 2. Tipologia documental. 3. Glossário. 4. Recortes de jornal. 5. Arquivos pessoais. I. Camargo, Ana Maria de Almeida, orient. II. Título.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em História Social.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

Presidente da banca: Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo

Banca Examinadora

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um processo solitário. No entanto, inúmeras pessoas fazem parte dele, direta ou indiretamente, e nomeá-las implica sempre o risco de esquecer alguém.

Não poderia deixar de exprimir minha gratidão mais sincera à professora Ana Maria Camargo, pela generosidade sem tamanho, pelo estímulo constante, pela confiança. Juntos trilhamos um caminho que se iniciou dez anos atrás, na graduação. Esta tese, contudo, não representa um ponto de chegada e espero que ainda possamos, juntos, alçar novos e mais belos voos.

Agradeço também à Dr^a. Bárbara Júlia Menezello Leitão, não apenas pelos comentários enriquecedores que fez por ocasião do exame de qualificação, mas, sobretudo, pelo interesse com que acompanhou o desenvolvimento da pesquisa. Aos amigos que fiz no Arquivo Geral da USP agradeço o carinho e o incentivo que recebi sempre que nos encontramos.

Sou grato aos meus alunos, fonte vigorosa de inspiração e energia, e aos meus colegas de trabalho na Universidade Federal de Minas Gerais, com quem compartilho diariamente os prazeres e as aflições de ser professor num país como o nosso.

À minha mãe, aos amigos – que, felizmente, são muitos – e a tantas pessoas queridas que ajudaram a tornar a rotina mais leve e o cotidiano mais colorido, aí vai o meu carinhoso muito obrigado.

RESUMO

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Geralmente considerados material de segunda classe, os chamados “recortes de jornal” têm sido frequentemente marginalizados no plano do tratamento documental. Entretanto, sua presença nos arquivos, não raro formando conjuntos volumosos, é inegável e impõe desafios e dilemas aos arquivistas e profissionais que se dedicam a organizá-los e descrevê-los. Neste sentido, um dos problemas mais sensíveis tem sido o reconhecimento das espécies e tipos documentais resultantes da atividade jornalística, geralmente denominadas, nos instrumentos de pesquisa, de forma genérica e inadequada. Alinhando conceitos e noções da arquivística, da diplomática, das ciências da comunicação e da linguagem, procuramos identificar as espécies documentais usualmente encontradas sob a forma de recortes nos arquivos, definindo-as em glossário. Procuramos, ainda, reconhecer a condição arquivística e o caráter instrumental dos recortes de jornal, examinando, a partir de exemplos observados em arquivos pessoais, a lógica de sua acumulação como reflexo de uma prática social cujas origens remetem a uma tradição muito mais antiga do que se supõe.

Palavras-chave: Arquivologia. Tipologia documental. Glossário. Recortes de jornal. Arquivos pessoais.

ABSTRACT

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Newspaper clippings: from a social practice to the archives.** São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Usually considered as second-class material, the so-called “newspaper clippings” have been marginalized at the level of archival processing. However, their existence in the archives is unquestionable and challenges archivists and other professionals who organize and describe them. In this sense, one of the most sensitive problems has been the identification of the forms resulting from journalistic processes, usually named in generic and inadequate ways in archival finding aids. By aligning concepts and notions from the fields of Archival Science, Diplomatics, Communication, and Language, this study aims to detect the forms usually named generically as “clippings” and to define them in a glossary. It also seeks to reaffirm the archival condition and the instrumental character of newspaper clippings, considering the accumulation of such material as the reflection of a social practice rooted in an ancient tradition.

Keywords: Archival Science. Contemporary Diplomatics. Glossary. Newspaper clippings. Personal archives.

RESUMEN

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de periódicos: de la práctica social a los archivos**. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Usualmente considerados material de segunda clase, los “recortes de periódicos” suelen ser marginados en el tratamiento documental. Sin embargo, su presencia en los archivos, frecuentemente en conjuntos voluminosos, es innegable y desafía a los archiveros y otros profesionales que se dedican a ordenarlos y describirlos. En este sentido, uno de los problemas más notorios es el reconocimiento de los tipos documentales resultantes de la actividad periodística, que suelen ser nombrados de modo genérico e inadecuado en los instrumentos descriptivos. Combinando conceptos y nociones de los campos de la archivística, de la diplomática y de las ciencias de la comunicación y del lenguaje, buscamos identificar la tipología documental de aquello que encontramos en los archivos bajo la denominación de “recortes”, definiéndola en un glosario. Además, buscamos reconocer la condición archivística y el carácter instrumental de los recortes de periódicos, examinando, a la luz de ejemplos observados en archivos personales, la lógica de su acumulación como reflejo de una práctica social arraigada en una tradición mucho más antigua de lo que se supone.

Palabras clave: Archivística. Tipología documental. Glosario. Recortes de periódicos. Archivos personales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras 1 a 4 – Páginas do <i>album amicorum</i> de Jacob Heyblocq	60
Figuras 5 a 9 – Páginas do caderno de enquete de Fernando Henrique Cardoso	65
Figura 10 – Enquete em <i>blog</i>	66
Figuras 11 e 12 – Cadernos de recortes de Lúcia Machado de Almeida	73
Figuras 13 a 18 – Recortes de jornal acumulados por Lúcia Machado de Almeida	74
Figura 19 – Quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares	79
Figura 20 – Quadro de arranjo do fundo Oswaldo França Júnior	80
Figura 21 – Sistema de arranjo da série “impressos” do arquivo de Osvaldo Cardoso de Melo	81
Figura 22 – Descrição da série “produção na imprensa” do arquivo de Corina Coaracy	81
Figura 23 – Descrição da série “produção na imprensa” do arquivo de Álvaro Moreyra	82
Figura 24 – Descrição dos itens que compõem a série “recortes de jornais” do arquivo de Cyro dos Anjos	84
Figuras 25 a 27 – Identificação de recortes de jornal que compõem o arquivo de Ubaldino do Amaral	85
Figura 28 – Anotações manuscritas e notação em um recorte de jornal	245
Figura 29 – Páginas de jornal diagramadas em colunas	247
Figura 30 – Espaço da mancha gráfica delimitado por fios de fantasia	248
Figuras 31 e 32 – Conteúdo isolado por cercadura	249
Figura 33 – Nota destacada por entrefilete	250
Figura 34 – Alternância de famílias tipográficas e de suas variantes	252
Figura 35 – Notícia ilustrada por galeria	254
Figuras 36 e 37 – Selo comemorativo e selo distintivo de cobertura de assunto recorrente	254
Figura 38 – Noticiário separado por bigodes	255

Figura 39 – Mapa detalhado por broche	256
Figura 40 – Lide iniciado por capitular	257
Figura 41 – Cineminha	258
Figuras 42 e 43 – Tipos serifados e sem serifa	262
Figura 44 – Técnicas de organização da notícia	268
Figuras 45 e 46 – Título-fixo (rubrica) e título-notícia	277
Figuras 47, 48 e 49 – Créditos	278
Figura 50 – Notícia	288
Figura 51 – Notícia	290
Figura 52 – Notícia	292
Figura 53 – Anedota	306
Figuras 54, 55 e 56 – Anúncios	306
Figuras 57, 58 e 59 – Anúncios fúnebres	308
Figura 60 – Ata como núcleo de uma notícia	309
Figura 61 – Ata	309
Figura 62 – Aula	310
Figura 63 – Aviso de extravio de documentos	311
Figura 64 – Aviso de <i>recall</i> de automóveis	311
Figura 65 – Balanço contábil	312
Figura 66 – Caricatura	313
Figura 67 – Carta	314
Figura 68 – Carta-consulta	315
Figura 69 – Cartum	316
Figuras 70, 71 e 72 – Chamadas	317
Figura 73 – Charadas	318
Figura 74 – Charge	319
Figura 75 – Citações	319

Figura 76 – Coluna	321
Figuras 77 e 78 – Cotações	323
Figura 79 – “Bolsa de cinema”, cotação dos filmes em cartaz	324
Figura 80 – Desenho	325
Figuras 81 e 82 – Despachos	326
Figura 83 – Discurso	327
Figuras 84 e 85 – Editais	328
Figuras 86 e 87 – Efemérides	329
Figura 88 – Enquete	330
Figura 89 - Errata	331
Figura 90 – Expediente	332
Figura 91 – Folhetim	333
Figura 92 – Folhetim	333
Figura 93 – Foto-legenda	334
Figuras 94, 95 e 96 – Guias	335
Figura 97 – Hagiografia	336
Figuras 98 e 99 – Horóscopo	337
Figuras 100 e 101 – Índices	338
Figura 102 – Necrológio	339
Figuras 103 e 104 – Notas	340
Figura 105 – Nota da redação	340
Figuras 106 e 107 – Notas de falecimento	341
Figura 108 – Obituário	343
Figuras 109 e 110 – Palavras cruzadas	344
Figuras 111 e 112 – Passatempos	345
Figura 113 – Poema	346
Figuras 114, 115 e 116 – Previsões do tempo	347

Figura 117 – Proclamas de casamento	348
Figuras 118, 119 e 120 – Programas	349
Figuras 121 e 122 – Receitas	350
Figura 123 – Reportagem fotográfica	351
Figuras 124, 125, 126 e 127 – Sinopses	352
Figuras 128 e 129 – <i>Sueltos</i>	353
Figura 130 – Tira	354

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas da produção de um jornal diário	173
Quadro 2 – Conteúdo das normas de redação de cinco jornais brasileiros	182
Quadro 3 – Estrutura da crítica diplomática, segundo Luciana Duranti	197
Quadro 4 – Elementos constitutivos dos documentos, segundo Paola Carucci	200
Quadro 5 – Caracteres dos documentos, segundo Heloísa Bellotto	201
Quadro 6 – Partição diplomática dos documentos	202
Quadro 7 – O método diplomático ideal de Natália Tognoli	203
Quadro 8 – Tipos jornalísticos derivados do editorial	228
Quadro 9 – Definições de conceitos e noções segundo a arquivística, a diplomática e as ciências da comunicação	232
Quadro 10 – Categorias documentais em que se enquadram os produtos da atividade jornalística	235
Quadro 11 – Correspondência entre conceitos e noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação	239
Quadro 12 – Elementos externos, segundo Luciana Duranti	243
Quadro 13 – Elementos internos, segundo Luciana Duranti	263
Quadro 14 – Roteiro de análise do relato jornalístico	287
Quadro 15 – Relação das edições completas consultadas	300

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 OS ARQUIVOS E OS RECORTES DE JORNAL	33
1.1 Recortar, colar, guardar	52
2 UM PERCURSO DE TRÊS SÉCULOS: DE MABILLON À TIPOLOGIA DOCUMENTAL	89
2.1 Por que estudar os documentos?	91
2.2 Como estudar os documentos?	97
2.3 Que documentos estudar?	104
2.4 A diplomática hoje: novos objetos e finalidades	108
3 O UNIVERSO DO JORNALISMO: REPRESENTAÇÕES, VALORES, ROTINAS	144
3.1 Uma opção de vida	144
3.2 As bases do jornalismo	154
3.3 Em busca de padronização	175
4 ALINHANDO CONCEITOS	194
4.1 Entre a arquivística e a diplomática: alguns conceitos	207
4.2 Ciências da comunicação e da linguagem: outros conceitos	219
4.3 Relações possíveis	231
5 O TEXTO JORNALÍSTICO: ELEMENTOS EXTERNOS E INTERNOS	241

5.1 Elementos externos	241
5.2 Elementos internos	263
5.3 A partição do texto jornalístico	285
6 GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS	297
À GUIA DE CONCLUSÃO	355
REFERÊNCIAS	359
Bibliografia geral	359
Bibliografia classificada	378
Arquivística e documentação	378
Colecionismo e prática do recorte	383
Comunicação e linguagem	384
Diplomática e tipologia documental	391
História	396
Literatura de ficção	397

INTRODUÇÃO

De saída, convém advertir: este não é um trabalho sobre a história da imprensa. Também não pretendemos discutir o uso das matérias jornalísticas como fontes para as operações de reconstituição, explicação e interpretação do passado. Com efeito, a relevância da imprensa diária não é, desde há muito, uma novidade para os historiadores. Nosso problema se enquadra no escopo de outra área do conhecimento, com a qual a história tem dialogado menos do que deveria: a arquivística.

Ciência que se ocupa dos conjuntos de documentos acumulados pelas instituições e também pelos indivíduos por força de suas atividades rotineiras, a arquivística vem constituindo, desde a afirmação de seu estatuto científico no final do século XIX, um corpo de conhecimentos em permanente movimento para dar conta das demandas impostas pelas transformações de seu objeto. Contudo, os princípios fundamentais que orientam a teoria e a prática do tratamento documental apenas reforçam sua pertinência diante de novos desafios e também em face dos velhos dilemas que, apesar do tempo, permanecem sem solução.

Quem trabalha com arquivos provavelmente já deparou com conjuntos volumosos daquilo a que se denomina, genericamente, recortes de jornal. E é muito provável que tenha se questionado sobre o que fazer com eles.

Dotados de suporte pouco propício à manutenção em longo prazo, tais recortes impõem toda sorte de problemas aos profissionais que se dedicam a preservá-los, organizá-los e descrevê-los. Por um lado, os esforços voltados para a conservação tendem a resultar inócuos diante da baixa qualidade e da elevadíssima acidez do papel-jornal; por outro, seu caráter fragmentário prejudica, quando não inviabiliza, a compreensão das razões que presidiram sua acumulação, o que dificulta a formação das séries e sua distribuição nas classes ou grupos em que se estruturam os planos de classificação ou os quadros de arranjo.

Nosso objetivo, aqui, passa muito longe da pretensão de esgotar os desafios que circundam os recortes de jornal, mas esperamos contribuir para solucionar um de seus aspectos de maior relevância para a descrição documental: a identificação das espécies documentais. Não é preciso muito esforço para constatar que sob a expressão “recortes de jornal” esconde-se toda uma gama de espécies muito diferentes entre si. Trata-se de problema análogo ao que se passa com a “correspondência”, outro termo de aparição bastante frequente nos instrumentos descritivos, empregado como guarda-chuva para acomodar bilhetes, cartas, convites, memorandos, ofícios, telegramas...

Cumprе reconhecer que o recurso a estratagemas e subterfúgios que se traduzem na adoção de termos genéricos (documentos pessoais, correspondência e recortes de jornal são alguns exemplos) destinados a substituir espécies e tipos documentais chega mesmo a ser procedimento

“antiarquivístico”, pois obscurece o potencial informativo das séries, relega certos documentos a segundo plano e os destitui de sua identidade.

Dar aos documentos o nome que eles têm (ou deveriam ter): é disto que trata este trabalho. Parece banal, mas é mais complicado do que se imagina. Uma pergunta simples: qual a diferença entre nota, notícia e reportagem? Trata-se apenas de uma questão de tamanho? Ou teria a ver com o conteúdo? Os temas abordados influem na escolha de uma ou outra forma de expressão? Ou a diferença residiria nos elementos acessórios, na presença ou não de ilustrações, gráficos e outros recursos complementares? Será que o xis da questão é a autoria, uma é assinada e outra não?

A tentativa de responder a uma pergunta aparentemente trivial se desdobra em um sem número de questionamentos que só evidenciam a dimensão do problema. Agora, reconheçamos que o conteúdo dos jornais vai muito além das notícias e das reportagens, e o problema se multiplica. Caricatura, charge, tira; artigo e editorial; análise e comentário; nota de falecimento, necrológio, obituário... Qual a diferença? Nem tudo o que parece semelhante realmente o é.

Fomos buscar na diplomática, mais notadamente em sua vertente dita contemporânea, o referencial metodológico para identificar e nomear aquilo que pode ser encontrado nos arquivos sob a forma de recorte. Para tanto, foi preciso recorrer também aos aportes de outras disciplinas (arquivística, comunicação, linguagem, editoração), num exercício de articulação, adaptação e transposição de conceitos e noções próprios de cada área, o que resultou na elaboração de um método específico para a crítica dos textos

jornalísticos a partir do qual, por meio da verificação de seus elementos internos e externos, é possível perceber a recorrência de padrões e estruturas formulares que os dotam de traços característicos.

Para chegar ao estudo das espécies documentais, percorremos um caminho mais longo, cujas sucessivas etapas se encadeiam nos seis capítulos em que se organiza a tese. No primeiro deles, intitulado “Os arquivos e os recortes de jornal”, revisamos os fundamentos da teoria arquivística, à luz dos quais procuramos situar o lugar e as singularidades dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos. Tendo em vista nossa experiência, em trabalhos anteriores, com os arquivos pessoais, optamos por deles extrair os exemplos que subsidiam e ilustram nossas reflexões a respeito da acumulação de recortes de jornal.

Se, no plano da psicologia da educação, as operações de recortar e colar são tidas como atividades de lazer e meios para o desenvolvimento da coordenação motora fina e para o letramento, razões pelas quais são estimuladas e praticadas nas escolas desde a primeira infância, estudos recentes, e ainda escassos, sobre a prática do *scrapbooking* vêm considerando os álbuns e cadernos de recortes como dispositivos de instrução, acumulação de capital cultural e sociabilidade, situando suas origens no escopo de uma tradição que remete aos *album amicorum* do século XVI e relacionando-os, em saltos mais ousados, às práticas contemporâneas de interação nas redes sociais.

Importa reconhecer, contudo, que quando os recortes – soltos ou reunidos em volumes encadernados – fazem parte de um arquivo, revestem

sentido dotado de especificidade que extrapola o conteúdo neles consignado. Se não nascem como documentos “arquivísticos”, é certo que os recortes são, pela relação que estabelecem com os demais documentos com os quais convivem no interior de um fundo, alçados à condição de documentos de arquivo, tornam-se parte de um todo orgânico eivado da capacidade de oferecer um testemunho *sui generis* a respeito da entidade que os acumulou.

Para justificar nosso esforço de trabalhar na perspectiva de uma diplomática especial, poderíamos ter recorrido tão somente ao quadro de autores que, desde meados do século XX, vêm advogando em favor de uma pretensa “diplomática arquivística”. No entanto, julgamos conveniente refazer a trilha que liga os pioneiros Daniel van Papenbroeck e Jean Mabillon aos estudos mais recentes de tipologia documental. Tradicionalmente, a disciplina originada pela controvérsia entre o jesuíta e o beneditino no século XVII se prestou à verificação da autenticidade de documentos resultantes de fatos juridicamente relevantes, dando especial atenção àqueles de tradição medieval, por meio de um sofisticado método crítico que, a despeito de ter sido incrementado e refinado ao longo dos anos, pouco se alterou, em sua essência, desde *De re diplomatica*.

Em “Um percurso de três séculos: de Mabillon à tipologia documental”, segundo capítulo da tese, procuramos revisitar o histórico da diplomática pelo prisma de três aspectos fundamentais, em torno dos quais gira nosso interesse: (1) o objeto material da disciplina, ou seja, o “documento diplomático” por excelência, (2) seu objeto formal, isto é, a finalidade da crítica documental, e (3) o método de análise e sua aplicação. Os efeitos de

uma crise de esgotamento experimentada em meados do século XX impulsionaram a tomada de novos rumos, e a diplomática, resignada em sua condição de disciplina auxiliar da história, foi se aproximar da arquivística e assistiu à ampliação quase exponencial de seu potencial de aplicação. Partindo da experiência pioneira do Grupo de Arquivistas de Madri, no começo dos anos 1980, e passando pelos estudos de Paola Carucci, Luciana Duranti e de Bruno Delmas, veremos como o uso do método diplomático se transformou ao longo das últimas décadas, a ponto de incidir sobre documentos eivados de formas discricionárias, resultantes de ações juridicamente irrelevantes e até mesmo aqueles produzidos no âmbito da intimidade dos indivíduos.

Ora, se os mecanismos sofisticados de coleta robotizada de dados, manuais técnicos e até mesmo bulas de remédio já foram alvo de estudos de viés diplomático, o que nos impede de proceder ao estudo tipológico dos produtos do jornalismo, atividade humana caracterizada e dotada de procedimentos próprios e rotinas bem estabelecidas?

Não poderíamos, portanto, deixar de buscar compreender como se organiza a atividade jornalística. No terceiro capítulo, “O universo do jornalismo: representações, valores, rotinas”, vamos da ficção à realidade, contrapondo exemplos de representações da figura do profissional de imprensa na literatura contemporânea a um estudo de caráter etnográfico a respeito da constituição da identidade e de um modo de vida particular dos jornalistas. Com base na literatura especializada do campo da teoria do jornalismo, delimitamos os valores e os compromissos éticos que

fundamentam o exercício da profissão, sondamos a rotina de produção dos jornais diários e discutimos, ainda, o papel desempenhado pelos manuais de redação na construção de um estilo peculiar ao discurso jornalístico.

Veremos que na encruzilhada entre a liberdade criativa e a necessidade de conferir aos jornais uma identidade própria, os manuais se impõem como dispositivos de controle, condicionando a escrita ao emprego de fórmulas e padrões que dotam as diferentes manifestações textuais do relato jornalístico de estruturas típicas. Neste sentido, oferecem subsídio fundamental para o estudo das espécies documentais que encontramos nos arquivos sob a forma de recortes.

Tendo examinado a lógica de acumulação e o lugar dos recortes nos arquivos, revisitado as origens e as transformações da diplomática até os dias de hoje e sondado os mecanismos em que se enquadra a produção dos textos jornalísticos, passamos a construir, no capítulo 4, o referencial terminológico de uma diplomática especial voltada para o estudo das espécies relacionadas ao universo do jornalismo.

Para tanto, foi preciso, num primeiro momento, submeter os conceitos e noções da diplomática geral e da arquivística a exame crítico e revisar aqueles empregados pelas ciências da comunicação e da linguagem, campos que também se interessam, com perspectivas distintas das nossas, pelo estudo da estrutura formal das matérias jornalísticas, para, então, estabelecer relações e equivalências entre as diferentes áreas do conhecimento.

Como qualquer documento, o texto jornalístico também se constitui de caracteres formais e substantivos. Recorrendo aos dicionários especializados, delimitamos, no quinto capítulo, todo um leque de elementos (derivados tanto das técnicas de diagramação e dos recursos de artes gráficas quanto dos modos de acumulação e das práticas de uso dos recortes) que concorrem para conferir certa feição característica ao conteúdo dos jornais. Para identificar seus elementos internos, exploramos, a partir dos manuais editados pelos grandes diários e daqueles destinados à formação de jornalistas, as técnicas de redação tipicamente associadas à linguagem do jornalismo e que respondem pela articulação intelectual do discurso das matérias. Verificamos que tais caracteres também se organizam em função de uma partição específica, o que demonstramos a partir da análise de exemplares do produto mais puro e usual do relato jornalístico: a notícia.

Os jornais, no entanto, são constituídos de diversas unidades textuais que, se não ostentam estrutura tão rigidamente padronizada, são dotadas de traços distintivos pelos quais podem ser caracterizadas e definidas. Assim, o sexto capítulo culmina em um glossário ilustrado de espécies documentais, em que procuramos conciliar a especificidade dos produtos e do vocabulário próprio do jornalismo com as demandas da descrição documental, no intuito de suprir, em alguma medida, parte das carências manifestadas pelos profissionais de arquivo. Sem desconsiderar as circunstâncias que se impõem ao tratamento documental, propomos, em alguns casos, soluções de simplificação para a denominação de certas espécies, bem como para a

abordagem serial, cuja pertinência deve ser ponderada em face dos diversos fatores que determinam a condução do quefazer arquivístico.

Não ambicionamos, vale frisar, apresentar um glossário exaustivo ou definitivo, mas sim oferecer subsídios suficientes para que os arquivistas e outros profissionais dedicados à organização, ao arranjo e à descrição de documentos possam, a partir das definições aqui sugeridas, construir seus próprios instrumentos, afinados com as exigências que se manifestam nos mais diversos ambientes e contextos de trabalho.

As questões em torno do tratamento dos chamados recortes de jornal não se encerram, naturalmente, nesta tese. À guisa de conclusão, procuramos pontuar situações que evidenciam a complexidade da tarefa de dar nome aos documentos, bem como desdobramentos que descortinam horizonte promissor para futuros estudos.

Convém, ainda, chamar a atenção para uma peculiaridade manifestada no manejo da bibliografia, que se traduz na opção de organizar as referências citadas segundo duplo critério. De um lado, seguindo a tradição e visando facilitar a consulta por parte do leitor, apresentamos uma lista geral, ordenada de acordo com o princípio onomástico-cronológico, como preconizam as normas técnicas. De outro, reproduzimos as referências, agora classificadas em função das áreas de conhecimento e da tipologia das publicações. Tal recurso, que pode mesmo parecer mero preciosismo, reveste sentido especial por representar tanto a multiplicidade de campos do saber com que se relaciona o nosso objeto de estudo quanto o

enquadramento de cada referência no que tange à sua funcionalidade no escopo dos interesses desta pesquisa.

Para encerrar, vale a pena comentar, mesmo que brevemente, um aspecto deste trabalho que julgamos pertinente sublinhar. Poderíamos ceder ao jargão da metodologia do trabalho científico e classificar este estudo como “qualitativo”, de natureza “exploratória”, e dizer que se orienta pela combinação dos recursos da pesquisa “bibliográfica” e “documental”. Contudo, estes epítetos, empregados de forma muitas vezes banalizada, não são capazes, por si só, de conferir cientificidade às pesquisas nem de exprimir aquela que consideramos a principal característica deste trabalho: sua qualidade *instrumental*, que o torna útil tanto para os profissionais de arquivo, que a partir dele poderão obter respostas para algumas das várias demandas de seu ofício, quanto para os historiadores e pesquisadores de outras áreas do conhecimento, que, apesar de se ocuparem de questões que não figuram entre as nossas preocupações, poderão encontrar nesta tese subsídios para melhor compreender a natureza dos documentos de que lançam mão para fundamentar seus estudos e reflexões.

OS ARQUIVOS E OS RECORTES DE JORNAL

A teoria arquivística reconhece a condição instrumental e necessária dos documentos produzidos, recebidos e acumulados no âmbito da administração pública e privada, pois é por meio deles que as atividades rotineiras são viabilizadas, tornando possível o exercício das funções de uma instituição. Também reforça o caráter orgânico dos conjuntos de documentos acumulados no curso das atividades administrativas e seu estatuto probatório.

O caráter administrativo e oficial permeou as primeiras definições do conceito de arquivo, podendo ser notado nos enunciados expressos no manual de Muller, Feith e Fruin,¹ de 1898, e no *Manual de administração de arquivos*, de Hilary Jenkinson, originalmente publicado em 1922.

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (Muller; Feith; Fruin, [1898] 1973, p. 13)

¹ Popularmente conhecido como “manual dos arquivistas holandeses”, o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* foi traduzido para diversos idiomas. Aqui, utilizamos a tradução para o português brasileiro, em sua segunda edição, publicada pelo Arquivo Nacional em 1973.

Arquivos são [conjuntos de] documentos que fizeram parte de uma transação oficial e que foram preservados para referência oficial. (...) tanto os que foram especialmente produzidos em função de uma transação oficial quanto aqueles nela incluídos. (...) o conceito de arquivo deve ser estendido às coleções formadas por organizações ou pessoas privadas ou semiprivadas, *no gozo de suas capacidades oficiais ou corporativas* (Jenkinson, [1922] 1937, p. 4 e 5, tradução e grifo nossos).

Schellenberg, atuando em contexto já bastante diferente daquele vivenciado pelos três arquivistas holandeses e por Jenkinson, defende que o “arquivista moderno” precisa, de fato, dar novo sentido ao termo arquivo. Lidando com a realidade da explosão da produção e do acúmulo de documentos que se seguiu à II Guerra Mundial, o autor não deixa de reafirmar a relação entre arquivo e administração, ainda que admita que o termo “entidade”, contido na definição que elaborou, possa ser aplicado a organizações como igrejas, firmas comerciais, associações e até mesmo a famílias. Para ele, o arquivo equivale a

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (Schellenberg, [1956] 2006, p. 41)

Embora Eugenio Casanova (1928) e o arquivista alemão Adolf Brenneke, no começo da década de 1950, tenham contemplado os

documentos acumulados por indivíduos nas definições que formularam para o conceito de arquivo,² os princípios que regem a teoria arquivística – bem como os atributos imputados aos documentos de arquivo –, que caracterizam a essência da disciplina e dotam de especificidade o seu objeto,³ em relação às demais ciências documentárias, foram observados, enunciados, desenvolvidos e têm sido frequentemente explorados à luz da relação entre os arquivos e as atividades administrativas das quais se originaram.⁴

O princípio da *proveniência*, pedra angular da teoria arquivística, cuja formulação é atribuída ao historiador francês Natalis de Wailly, antecede em quase sessenta anos a publicação do primeiro manual de organização de arquivos.⁵ Em seu enunciado mais simples, o *respect des fonds* consiste em “manter grupados, sem misturá-los a outros, os arquivos (documentos de

² Abreu (2016) percorreu os principais manuais da área, procurando observar o lugar ocupado pelos arquivos pessoais nas diversas definições do conceito de arquivo.

³ Lastreada pela bibliografia especializada e pelo dicionário do Conselho Internacional de Arquivos, Heloisa Bellotto (2002a, p. 5) considera a arquivística como uma disciplina e delimita seu objeto em função de seu caráter intelectual e físico. Se, por um lado, ele se caracteriza como “a informação, ou, mais precisamente, os dados que possibilitam a informação”, por outro, seu objeto físico se apresenta sob três aspectos: os conjuntos documentais (arquivos), o documento em si mesmo e o arquivo como entidade.

⁴ Tal situação se justifica, no entendimento de Geoffrey Yeo (2008), pela proeminência dos arquivos públicos e sua consequente predominância no quadro das discussões de cunho metodológico, bem como pela importância adquirida pela gestão documental e o enfoque crescente sobre os problemas ocasionados pelos documentos digitais, ao que se soma a atuação de profissionais de outras áreas no tratamento dos arquivos pessoais.

⁵ O princípio foi enunciado em 1841. Embora o manual dos arquivistas holandeses, de 1898, seja considerado o marco inaugural do estatuto disciplinar da arquivística, é possível localizar orientações relativas ao trabalho arquivístico em documentos muito anteriores a ele. Segundo Sousa (2003, p. 246), esforços no sentido de disciplinar a prática arquivística podem ser observados desde o século XVI. Escapa aos nossos objetivos reconstituir a história dos arquivos e da disciplina, tema explorado por Sergio Barraza Lescano (1996) e, em maior profundidade, por Paul Delsalle (1998).

qualquer natureza) provenientes de uma administração, de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica” (Duchain, 1982, p. 14). Em suma, “fixa a identidade do documento, relativamente ao seu produtor.” (Bellotto, 2002a, p. 20).⁶

A este princípio “primeiro, principal, natural e geral da ciência arquivística” (Heredia Herrera, 2015, p. 44), somam-se o princípio da *organicidade*, segundo o qual “os arquivos refletem a estrutura, funções e atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 65) e, por isso, não devem ser tratados como coleções (Heredia Herrera, 2015, p. 45);⁷ o da *unicidade*, segundo o qual os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função do contexto em que foram produzidos (Bellotto, 2002a, p. 21), e o da *indivisibilidade*, derivado do princípio da proveniência, que diz respeito à preservação dos fundos sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido (Camargo; Bellotto, 2012, p. 55).

Duas outras características são também dignas de nota. Uma delas tem força de princípio e compreende a lógica de formação dos arquivos: a

⁶ Dele deriva o princípio do *respeito à ordem original*, que, no dizer de Antonia Heredia Herrera (2015, p. 46, tradução nossa), “tem a ver com a ordem sequencial e com a ordem procedimental dos documentos.” Muitas vezes (mal) compreendido como a simples manutenção da ordenação “primitiva”, ou seja, a sequência em que se apresentam os documentos no interior do conjunto quando de seu recolhimento ou de sua aquisição pelas instituições de custódia, este princípio foi examinado, à luz das características dos arquivos pessoais, por Jennifer Meehan (2010). Ver também as reflexões de Anne Gilliland-Swetland (2000) e Jennifer Douglas (2016).

⁷ Ao contrário do arquivo, a coleção se define pelo agrupamento artificial, geralmente orientado pelo critério da afinidade temática, de documentos de origem diversa. Heredia Herrera (2015, p. 47, tradução nossa) observa: “É óbvio que as coleções são alheias ao princípio da proveniência, ao qual não recorreremos no momento de sistematizá-las e descrevê-las.”

cumulatividade. Os arquivos não surgem da acumulação caprichosa de documentos; pelo contrário, sua formação atende a um movimento progressivo, natural e orgânico (Bellotto, 2002a, p.21), o qual Elio Lodolini (1993) comparou às sedimentações geológicas. Já a outra é uma elaboração sofisticada, extraída do contraste entre as lógicas de produção e de uso dos documentos de arquivo. Trata-se do conceito de *imparcialidade*, enunciado por Hilary Jenkinson e mal compreendido até mesmo entre teóricos e profissionais da arquivologia, havendo inclusive quem o considere, inadvertidamente, como um ranço indesejado do positivismo.⁸ No dizer de Jenkinson (1937, p. 12, tradução nossa):

a única predição, de fato, relativa aos interesses de pesquisa aos quais os arquivos podem servir é que, com apenas alguma exceção, estes não coincidem com as razões que inspiraram quem os acumulou e preservou.

Enfim, “o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem” (Rodríguez Bravo, 2002, p. 143, tradução nossa), não é produzido para que, no futuro, o historiador venha a estudá-lo, mas sim “porque em determinado momento se deu a assinatura de um tratado internacional, a promulgação de um decreto, a celebração de um contrato entre particulares, a correspondência entre duas pessoas ou a constituição de uma sociedade anônima” (Carucci, 1983, p. 12, tradução nossa).

⁸ Tendo produzido suas reflexões no começo do século XX (seu famoso manual data de 1922, antecedido por dois trabalhos sobre paleografia publicados em 1915), não se haveria de esperar que Jenkinson pudesse ter sido um relativista. Desta forma, a crítica que se faz às suas ideias resulta inócua ou demonstra, no mais das vezes, uma leitura descontextualizada de sua obra, como se pode ver pelo que escrevem Lane e Hill (2011), que não hesitam em atribuir a pecha de “neo-jenkinsonianos” a autores, como Luciana Duranti e Michael Moss, que ousam falar em imparcialidade e objetividade quando se referem à natureza dos arquivos ou ao dever profissional do arquivista.

Não só as instituições produzem e acumulam documentos, formando, assim, arquivos. As pessoas também o fazem. Contudo, quando entram em cena os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, todos os princípios consagrados parecem ser colocados em suspeição, descortinando um horizonte fértil para as mais diversas especulações, coloridas pelos matizes das ideias que inspiram e fundamentam as pesquisas no âmbito dos estudos literários, da filosofia, da história, da linguística e de outros campos disciplinares que exploram os chamados arquivos pessoais desde muito antes que passassem a figurar como objeto de real interesse para a arquivística.

Curiosamente, Schellenberg (1980, p. 33-46) mostra que a incorporação de arquivos pessoais aos acervos das sociedades históricas e das bibliotecas, nos Estados Unidos, remonta ao final do século XVIII. Entretanto, este dado não basta para presumir que tal movimento tenha, de alguma maneira, inspirado o surgimento de reflexões mais alentadas a respeito das características destes arquivos e suas implicações para o tratamento documental. Pelo contrário, aponta o autor que os procedimentos de organização dos “papéis privados” se davam de maneira muito semelhante ao que se praticava nas bibliotecas.

No Brasil, pelo que pudemos localizar, os arquivos de pessoas começaram a suscitar, de forma mais consistente, o interesse das instituições arquivísticas no final da década de 1960, quando da aquisição do arquivo do escritor paulistano Mário de Andrade pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB), inaugurando o seu

serviço de arquivo, cujo acervo é hoje reconhecido como um dos mais relevantes para o estudo da cultura nacional.⁹ Pouco depois, em 1973, se deu a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), dedicado à preservação dos arquivos de representantes da elite política brasileira e especialmente importante pela influência que exerceu – e continua a exercer – sobre a prática com arquivos de natureza pessoal, tendo sido a primeira instituição a sistematizar seus procedimentos metodológicos e publicá-los sob a forma de manual.¹⁰

Nos últimos anos, os chamados arquivos pessoais vêm recebendo cada vez mais atenção por parte de instituições de perfil especializado, como os centros de documentação e de memória,¹¹ e também podem ser encontrados nos acervos dos arquivos públicos, das bibliotecas e, em número surpreendentemente expressivo, nos setores de documentação dos museus (Venancio, 2016).

⁹ O Arquivo do IEB surgiu em 1968, vinculado à biblioteca do Instituto, tornando-se setor independente em 1974, em função da aquisição de outros fundos de natureza pessoal. À época da publicação do *Guia do IEB*, em maio de 2010, o acervo contava com 92 conjuntos documentais, entre fundos e coleções, cuja responsabilidade pelo tratamento se divide entre os setores de arquivo, biblioteca e coleção de artes visuais (Universidade de São Paulo, 2010).

¹⁰ Intitulado *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*, o manual foi publicado originalmente em 1980, tendo sido reeditado em 1986, 1994 e 1998 (Heymann, 2009, p. 48).

¹¹ Talvez por sua natureza híbrida, os centros de documentação e de memória – “mescla das entidades de custódia do patrimônio documental, sem se identificar com nenhuma delas” (Tessitore, 2011, p. 169) – venham figurando como lugar privilegiado para a preservação de arquivos pessoais, caracterizados por contornos mais fluídos, abrangendo, para além de documentos em suportes e gêneros convencionais, também livros e objetos. Sobre as características destas instituições e o lugar que vêm ocupando no escopo das entidades de custódia, convém examinar as reflexões de Camargo e Goulart (2015).

Não cabe, aqui, discutir em profundidade as implicações impostas pela natureza dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos ao trabalho de arranjo e descrição, o que já fizemos em outra oportunidade (Campos, 2014b), na esteira de diversos autores que se debruçaram sobre a questão (Camargo; Goulart, 2007; Camargo, 2009; Oliveira, 2012). Convém, no entanto, dedicar alguma atenção aos discursos que vêm sendo produzidos a respeito dos arquivos pessoais e procurar, à luz do exame de suas características e do confronto com os princípios teóricos, reafirmar seu estatuto arquivístico.

Afinal, o que são os chamados *arquivos pessoais*? Espaços privilegiados para a livre expressão do pensamento e registro das emoções? Ou, pelo contrário, monumentos cuidadosamente arquitetados com a intenção de projetar uma determinada imagem de seu criador? Seriam legados para a posteridade, uma espécie de “presente” deixado para as futuras gerações por aqueles que têm, em vida, consciência de sua grandeza? Baús em que se esconde a memória dos indivíduos, pequenas frestas pelas quais seria possível entrever suas facetas mais íntimas e escondidas? Seriam, ao fim e ao cabo, “narrativas do eu”, autobiografias?

Estas perguntas vão de encontro a algumas das ideias propaladas em trabalhos da nossa área e de outros domínios do saber. Delas destilam-se dois atributos pretensamente imputados aos arquivos pessoais – subjetividade e intencionalidade –, como se os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos constituíssem um universo particular e especial, em que o indivíduo se apresenta totalmente livre das amarras que o

prendem às obrigações e às imposições da vida prática, como faz supor Catherine Hobbs (2010, p. 213) quando afirma que os arquivos de pessoas são formados por conta das necessidades, desejos e predileções de seus titulares, que criam e preservam documentos por razões que não atendem a um propósito administrativo ou às exigências legais.

E, para além da força da obrigação, o que restaria senão a vontade? Vontade de contar a própria história, deixar um rastro, fabricar, por meio dos documentos, uma “narrativa de si” capaz de exceder o “eu” para tornar-se parte da memória coletiva de um grupo social, como observou a arquivista australiana Sue McKemmish em mais de uma ocasião (1996, 2011, 2013). Assim, a autora concebe o arquivo como um dispositivo de construção e afirmação das identidades individual (“prova de mim”) e coletiva (“prova de nós”), examinando a lógica de acumulação de documentos pelo viés de seu mandato social. Para tanto, foi buscar na ficção literária e em relatos autobiográficos os elementos que lhe permitissem vislumbrar a maneira como os indivíduos produzem, selecionam e preservam seus documentos e o “tipo de testemunho” que os arquivos são capazes de oferecer a respeito de seus criadores.

Embora tal abordagem ofereça *insights* interessantes,¹² não está isenta de um problema fundamental: convém comparar os produtos da escrita criativa aos arquivos, como se fossem equivalentes? Se aceitarmos que todo

¹² A autora expressou de maneira particularmente inspirada o atributo funcional dos documentos derivados dos atos de correspondência. Segundo ela, “As cartas pessoais podem nos dar informações *sobre* muitos aspectos da vida de um indivíduo, mas provam, em primeiro lugar e acima de tudo, a relação e as interações entre o remetente e o destinatário. O contexto para interpretar as informações contidas nas cartas é esta própria relação, esta própria interação” (McKemmish, 1996, tradução nossa).

arquivo não passa de uma narrativa, a comparação seria perfeitamente aceitável e, até mesmo, óbvia. Mas, são os arquivos narrativas ou somos nós quem, em segunda mão, projetamos e construímos uma (ou várias) história(s) a partir dos documentos?

O elemento social e a noção de intencionalidade também dão o tom das reflexões de Luciana Heymann (2009, 2012). Sem desconhecer os princípios da arquivística nem desconsiderar os meandros da prática de arranjo e descrição, a autora – na contramão da preocupação “com o caráter orgânico dos conjuntos que atestam o desempenho de atividades”, manifestada pela bibliografia especializada – desloca seu interesse para a construção material e simbólica, os usos e as representações dos arquivos pessoais, numa busca pela compreensão do “gesto, intencional e subjetivo, que redonda na guarda de registros por um indivíduo” (Heymann, 2009, p. 55).

Desta forma, ao debruçar-se sobre o arquivo de Darcy Ribeiro, Heymann (2012) procurou desnaturalizar a lógica de constituição do conjunto documental, em abordagem de cunho antropológico que resultou numa concepção do arquivo pessoal baseada em sua pretensa condição de “projeto” e “legado”. Curiosamente, como revelou Cláudia Zarvos, viúva do sociólogo, o próprio titular não vislumbrava em seu arquivo “um valor em si” ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade, ao contrário do que pensava a respeito de sua biblioteca, esta sim, em seu entendimento, capaz de representá-lo da maneira como ele gostaria de ser lembrado... (Heymann, 2012, p. 128).

Composto por aproximadamente 200 mil documentos, o vultoso arquivo de Gustavo Capanema, que integra o acervo do CPDOC, é outro exemplo sedutor. Priscila Fraiz (1994) tomou-o por objeto de sua dissertação de mestrado, sugestivamente intitulada *A construção de um eu autobiográfico*. Doado em vida, o arquivo, de extensão excepcional,¹³ representa (talvez de forma até obsessiva) toda a trajetória profissional de seu titular, bem como aspectos de suas relações sociais e familiares (Fraiz, 1998, p. 60).

O que chamou a atenção da pesquisadora, no entanto, foram certos itens encontrados no vasto conjunto: documentos de autoria do titular a respeito do planejamento da organização de seu próprio arquivo e da classificação de sua biblioteca particular, além de cerca de sete mil apontamentos, subsídios para a redação de uma autobiografia nunca concluída (Fraiz, 1998, p. 60). Isto bastou para que o conjunto fosse considerado um “meta-arquivo”, ou seja, um arquivo sobre si mesmo, e, mais, um projeto de construção autobiográfica. É bem verdade que a massa de apontamentos aos quais a autora se refere como “fragmentos autobiográficos” é aparentemente expressiva. Mas, em face do todo, representa pouco mais de 3% do arquivo. Seria, assim, suficiente para estender à totalidade do conjunto as características de apenas uma de suas parcelas?

Os arquivos pessoais também vêm sendo entendidos a partir da relação que estabelecem com a memória de quem os acumulou, como

¹³ Fraiz (1998, p. 59) observa que, à época de sua pesquisa, cerca de 90% dos fundos sob custódia do CPDOC contavam com extensão limitada a menos de dez mil documentos.

“repositórios de conhecimento realocado” (Assmann, 2011, p. 369) ou albergues de uma memória dotada de singularidade, no dizer de Joana Escobedo (2006, p. 61). Considerando a memória como um construto reorganizado contínua e tortuosamente, Alejandro Delgado-Gómez (2014) chegou a definir o arquivo como uma arbitrariedade, um sistema de poder que determina aquilo que merece ser lembrado.¹⁴

Em outra oportunidade (Campos, 2014b), pudemos analisar de forma alentada os termos em que se dá a relação entre arquivos e memória, bem como suas implicações para a caracterização do conceito de arquivo e para a compreensão de sua função social, matéria que escapa aos objetivos deste trabalho. Cabe, aqui, apenas evocar a conclusão a que chegou Laura Millar (2006), com a qual concordamos plenamente: os arquivos – e, evidentemente, os documentos que os compõem – são como gatilhos que acionam os processos de memória, pedras de toque de que se servem os indivíduos ou grupos sociais quando desejam recordar uma experiência passada.

A profusão de interpretações e discursos produzidos a partir da leitura dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas, somada às características peculiares que eles costumam ostentar, coloca em xeque a natureza e o estatuto arquivístico dos chamados arquivos pessoais. Há quem duvide que eles constituam arquivos, no sentido estrito do termo, ou seja, a

¹⁴ As reflexões do arquivista espanhol são inspiradas pelo artigo de Helen Samuels, “Who controls the past”, que, embora não verse sobre arquivos pessoais, merece ser apontado como leitura de interesse. Ver Samuels (1986).

reunião de documentos de mesma proveniência, acumulados ao longo da trajetória de um indivíduo como subproduto de suas atividades rotineiras.

De maneira um tanto radical, Delgado-Gómez (2014, p. 75-76, tradução nossa) vaticina: “os arquivos, portanto, não contêm fundos, contêm coleções (...) E as coleções são agrupamentos desordenados de memórias às quais impomos uma ordem, a ordem arquivística.” Mireya Calleja (2007), ex-presidente da Associação Uruguaia de Arquivistas, reconhece na organicidade a condição *sine qua non* para que um conjunto de documentos seja considerado um arquivo. Lastreada pela experiência adquirida ao longo das quase quatro décadas em que dirigiu o Arquivo Literário da Biblioteca Nacional do Uruguai, a também ex-professora da Universidad de la República afirmou, em conferência proferida no VII Congresso de Arquivologia do Mercosul:

Estes documentos [produzidos por pessoas] não possuem funções específicas estabelecidas pela lei, são um produto da criação humana e não possuem um plano de classificação científico. Este pode ser elaborado pelo próprio produtor, mas carece de rigor científico, ou pelo arquivista, o que lhe confere um caráter subjetivo. (Calleja, 2007, p. 3, tradução nossa)

Contudo, embora reitere que não os considera arquivos, não chega a definir exatamente o que são, fazendo pairar a dúvida acerca da expressão capaz de melhor qualificá-los:

Então devemos denominá-los arquivos pessoais, ainda que lhes falem as condições que os arquivos devem possuir, como a organicidade, o ciclo vital, a avaliação? Ou coleções porque delas carecem? (Calleja, 2007, p. 4, tradução nossa)

Como notou Camargo (2009), a falta de palavra específica em nosso vocabulário para designá-los – o que não ocorre em diversos outros idiomas, inclusive o português europeu –¹⁵ determinou a opção pelo termo “arquivo”, somado ao epíteto “pessoal” como forma de distingui-los dos arquivos de natureza institucional, o que, entretanto, não resultou, no plano do tratamento documental, na adoção de procedimentos comuns, “nem impôs o reconhecimento dos atributos que permitiriam vê-los como conjuntos orgânicos e autênticos, marcadamente representativos das atividades que lhes deram origem.” (Camargo, 2009, p. 28).

Os questionamentos acerca do estatuto arquivístico destes conjuntos documentais parecem aflorar do reconhecimento de sua condição fragmentária e de um entendimento talvez excessivamente ortodoxo dos princípios que orientam a teoria arquivística. É bem verdade que os arquivos de pessoas, quando passam a integrar o acervo das entidades de custódia, nunca chegam “inteiros”, mas selecionados de forma arbitrária pelo doador ou em função da linha de interesses do centro de documentação ou de memória.

Com efeito, a totalidade dos arquivos é sempre inalcançável, independentemente de sua natureza pública ou privada, institucional,

¹⁵ Na terminologia arquivística dos países anglófonos, os arquivos pessoais são denominados *manuscripts* ou *papers*, marcando sua oposição em relação aos *archives* e aos *records*, embora já se encontre, na bibliografia mais recente, ainda que com menor expressividade, o termo *personal archives*. Em francês, *écrits personnels*; em italiano, *carte personali*. Em Portugal (e provavelmente nos países africanos de língua portuguesa), *espólios*. Note-se que nenhuma destas expressões carrega qualquer elemento capaz de induzir o reconhecimento do caráter “arquivístico” dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas, apenas marcam sua particularidade em relação aos “arquivos”, entendidos por sua natureza institucional.

peçoal ou familiar. Se a redução da extensão dos arquivos públicos, imperiosa por força do expressivo volume da produção documental no âmbito da administração, se dá (ou, no melhor dos casos, deveria se dar) de forma controlada e documentada, por meio da aplicação das tabelas de temporalidade e da publicação de editais de eliminação, na esfera da vida privada as seleções e os eventuais expurgos acontecem em função de outros fatores, entre os quais a perda do sentido (afetivo ou simbólico) ou da funcionalidade prática de certos documentos e até mesmo a ocorrência de situações fortuitas, como mudanças de endereço e desastres naturais. Por não ser documentado, este processo não oferece indícios que permitam sondagens avalizadas a respeito da intencionalidade por trás das eliminações e também impede vislumbrar o que constituiria a completude dos arquivos pessoais.

Disto resulta que tais arquivos não sejam capazes de espelhar muito mais que uma faceta específica de seu titular, aquela pela qual se notabilizou, geralmente ligada ao exercício profissional, não raro representando de forma muito lacunar a sua trajetória de vida. No pior dos casos, chega a ser mesmo difícil – quando não quase impossível – assimilar a organicidade que deveria permear o conjunto, ou seja, a relação de complementaridade entre os documentos e sua correlação com atividades que lhes deram origem e das quais constituem subprodutos. A hesitação, neste caso, não é descabida: afinal, trata-se de um arquivo? Coleção? Ou, quem sabe, algo entre uma coisa e outra, para o que ainda nos falta palavra com a qual designá-lo? Seria preferível, diante da dúvida, ceder à expressão

“acervo”,¹⁶ tendo em vista que já vem sendo empregada em sentido diverso de seu significado original? Campo aberto à discussão e a novas sondagens.

Nem todos os conjuntos de documentos acumulados por uma pessoa constituem arquivos, o que não implica que todos eles devam ser considerados, em princípio, coleções. Trata-se de questão a ser explorada caso a caso.¹⁷ No mais das vezes, cumpre reconhecer que estes conjuntos podem, sim, ostentar os atributos que qualificam os arquivos e que lhes conferem especificidade.

Por que as pessoas produzem e acumulam documentos? Em boa medida, porque eles garantem direitos individuais ou provam o cumprimento das obrigações civis. Também, porque os documentos cumprem a função de dar aos indivíduos um lugar no mundo, na comunidade e no sistema jurídico de que fazem parte: são eles que lhes conferem identidade formal perante o direito, atuam na mediação entre os indivíduos, o Estado e as

¹⁶ Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística*, o acervo corresponde à totalidade dos documentos conservados por uma instituição de custódia (Camargo; Bellotto, 2012, p. 18).

¹⁷ Caso exemplar é o de um conjunto de documentos custodiado pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM), cuja titularidade foi inicialmente atribuída ao poeta Erthos Albino de Souza. A análise das características deste conjunto, extremamente fragmentado, somada ao estudo do histórico da custódia, levou à percepção de que os documentos que o compunham não eram capazes de representar a trajetória de vida ou mesmo a gama dos interesses intelectuais e artísticos do suposto titular, a despeito de terem sido originalmente por ele acumulados. Assim, levantou-se a hipótese de que a aquisição do conjunto por José Mindlin teria se dado em virtude de seu interesse pessoal pelo movimento concretista, do qual Erthos Albino de Souza fora um dos animadores, confirmada pela relação que se pôde estabelecer entre os tais documentos e os itens presentes na coleção bibliográfica. Desta forma, optou-se considerar o conjunto uma coleção temática, destinando-lhe tratamento específico, sem perder de vista, contudo, a origem do material. A instigante experiência, relatada por Pedro José de Carvalho Neto e Laiza Gomes Souza no II Encontro “Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas” (São Paulo, 7 e 8 de dezembro de 2017), coloca em discussão a delicada fronteira entre arquivo e coleção, incidindo sobre as noções de proveniência, organicidade e representatividade dos conjuntos documentais.

instituições, viabilizam atividades cotidianas, fazem constar os direitos adquiridos, provam ações. Enfim, são instrumentos essenciais e necessários para o exercício da cidadania, cuja conservação quase nunca compete ao livre arbítrio.

Esta papelada que remete às atividades rotineiras comuns a praticamente todos os indivíduos constitui apenas uma parcela de um arquivo pessoal, a qual muitas vezes nem sequer chega a integrar o conjunto adquirido pelas instituições de custódia. Trata-se, com efeito, de material de pouco apelo, mas nem por isso menos interessante, como demonstrou Claudine Dardy (1990) ao estudar como tais documentos regulam as relações sociais, retratam a administração doméstica e revelam aspectos das práticas cotidianas.

Filão muito mais charmoso e até mesmo disputado é aquele constituído pelos escritos e outros materiais que testemunham as relações sociais e as atividades pelas quais o indivíduo se notabilizou e alcançou projeção social. Dificilmente estas facetas de uma pessoa não se encontram representadas em seu arquivo quando ele passa a integrar o acervo de uma instituição de custódia. Chega-se mesmo a notar, por parte tanto dos usuários quanto dos próprios profissionais de arquivo, certo fetiche pela correspondência e pelos documentos que, em tese, permitiriam apreender os diferentes estágios da criação artística, a gênese de uma obra literária e suas versões, as complexas etapas de uma pesquisa que resultou na revelação de uma descoberta científica...

É preciso cuidado para não se enredar “nas malhas do feitiço”. E o alerta de Angela de Castro Gomes (1998), embora dirigido aos historiadores, serve também para os arquivistas. Apesar de tudo o que se possa dizer sobre um documento a partir de seu conteúdo, de todos os discursos que podem ser construídos quando se enquadra um conjunto de documentos num determinado esquema de pensamento e das representações que daí podem ser traçadas, os arquivos – mesmo aqueles de natureza pessoal – não deixam de revestir uma condição instrumental *sui generis*, imposta pelas “situações concretas de produção e acumulação dos documentos, isto é, as circunstâncias que lhes deram origem.” (Camargo; Goulart, 2007, p. 23).

Tais circunstâncias, para além de evidenciarem a instrumentalidade dos documentos, respondem por aquilo que dota o arquivo de *organicidade*: representadas pelas atividades rotineiras, eventos esporádicos, áreas de ação e esferas de interesse, promovem o elo entre as séries e a razão de sua origem, fazendo do arquivo um espelho do funcionamento do organismo ou da trajetória do indivíduo que o acumulou; quase sempre, um espelho partido. Cabe ao arquivista, por dever de ofício, juntar os fragmentos e recompô-lo, contando, para isso, não com a imaginação – o que daria ao arquivo uma “feição construída, de artifício, de montagem”, como quer Marques (2015, p. 21) –, mas com aquilo que já tem em mãos, os próprios documentos, eivados, sobretudo aqueles de gênero textual,¹⁸ de uma

¹⁸ Bem mais complexa, porém não inalcançável, é a contextualização dos documentos que se apresentam em outros gêneros (audiovisual, iconográfico ou sonoro), sobretudo quando não se fazem acompanhar de legendas ou inscrições. Os objetos, destituídos de qualquer sentido que lhes seja imanente, como notou Meneses (1998), representam um desafio ainda maior, sobre o que refletiu Camargo (2011).

capacidade singular de autorreferência, justamente porque são representações persistentes de atividades (Yeo, 2007), porque materializam e dão corpo às ações (Duranti, 1994) ou porque são, no limite, os próprios fatos, como sublinhou a arquivista alemã Angelika Menne-Haritz (1994).

Os arquivos, como provocativamente sugeriu Camargo (2015), não falam. Não são dotados de vida própria, nem da força necessária para promover uma determinada visão dos fatos. Os arquivos não se impõem aos que deles se aproximam, são material inerte, mas é certo que, se não armazenam “memória”, oferecem a possibilidade de obter respostas às perguntas que lhes são formuladas,¹⁹ como notou Menne-Haritz, que expressou este axioma com refinada e exemplar concisão: “os arquivos não devem ser lidos, eles devem ser compreendidos.” (Menne-Haritz, 2001, p. 61, tradução nossa).

Para compreendê-los, é preciso entender as suas características fundamentais, que não se alteram em razão da natureza institucional ou pessoal da entidade que os acumulou. E este entendimento pode ser facilitado quando o arquivo é submetido a um tratamento fundamentado na primazia do contexto sobre o conteúdo e orientado pela adequada identificação das espécies e tipos documentais.

¹⁹ Para Menne-Haritz (2001, p. 59-61, tradução nossa), os arquivos fornecem potenciais informativos, não a informação em si, e o principal serviço que prestam à sociedade é oferecer “acesso à matéria-prima para a memória e, assim, garantir a capacidade de construí-la e moldá-la de um modo que nos ajude a entender os problemas do presente e a nos prepararmos para o futuro.”

1.1 Recortar, colar, guardar

Colados em álbuns, reunidos em pastas ou caixas, separados em ordem cronológica, classificados em função de temas, títulos, autores, por vezes até numerados... Mas também dobrados, metidos em envelopes, afixados a outros documentos, amontoados aparentemente sem qualquer critério que ofereça, num primeiro momento, alguma pista a respeito do motivo pelo qual sobreviveram à passagem dos anos...

Deparar-se com recortes de jornal – muitas vezes formando um conjunto assustadoramente volumoso – não é novidade para aqueles que se dedicam a organizar e descrever arquivos pessoais, geralmente repletos de espécimes (programas de congressos, cardápios, bilhetes de passagem, panfletos, avisos de vencimento, rótulos, calendários...) que, assim como os recortes, têm sua vida útil determinada pela duração do evento dos quais se originaram. A terminologia empregada pelos profissionais e estudiosos de língua inglesa tomou de empréstimo o termo grego *ephemera* para designá-los, definindo-os como documentos que “carregam informação gráfica ou textual destinada a sobreviver apenas pela duração de um evento”, cuja relevância se manifesta apenas por um breve período (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 18, tradução nossa).

Do ponto de vista de sua materialidade, o jornal não é feito para durar. Seu suporte, papel barato extraído da infeliz combinação de baixa gramatura e elevada acidez, tende a se deteriorar em curto espaço de tempo, quase tão curto quanto o lapso que determina o prazo de validade das mensagens a

que serve de veículo. As notícias também perecem. E rápido, muito rápido: o jornalismo se desenvolve sob a égide da atualidade, da instantaneidade.

Mas os recortes, a despeito de todas as condições em contrário, resistem. Estão lá, nos arquivos: amarelados, quebradiços, acidificados. Não são poucos os desafios que eles nos impõem. O mais imediato, talvez, tenha a ver com a conservação. Bem sabemos que os esforços nesse sentido não se destinam a protegê-los de si mesmos, fadados, cedo ou tarde, à autodestruição, mas a salvaguardar os demais documentos da acidez que se irradia do papel-jornal e atinge, sem clemência, outras parcelas do acervo.

Este quadro, de certa forma carregado nas tintas, não deixa de ser realista, de modo que não causa muito espanto quando um ou outro profissional de arquivo, sem titubear, rotula os recortes de jornal como uma “praga” ou, no dizer de Ott, Tucker e Buckler, um “pesadelo”:

(...) muitos cadernos de recortes, com seus conteúdos efêmeros, não duram e têm apenas uma utilidade fugaz. Eles se desintegram e esmigalham. As folhas caem. O material afixado se desprende das páginas. Os arquivistas, os mais ciosos embalsamadores das fontes primárias, tendem a negligenciá-los porque sua conservação é um verdadeiro pesadelo. Nenhuma das soluções existentes dará conta de todos os problemas. Para salvar um caderno de recortes, o arquivista precisa, às vezes, destruí-lo, separando-o em partes. (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 18, tradução nossa)

De fato, os recortes de jornal constituem fatia pouco apreciada nos arquivos, como bem notou Camargo (2009, p. 29-30), e, não raro, são recusados pelas instituições de custódia sob o argumento de que as informações neles contidas podem ser encontradas e recuperadas nas

hemerotecas (físicas ou digitais) e nos arquivos ou centros de documentação das próprias empresas jornalísticas. Entretanto, convém notar que nestes espaços os jornais e, eventualmente, os recortes, valem apenas pelo conteúdo, sendo submetidos a tratamento que, tributário dos métodos da biblioteconomia, orienta-se exclusivamente pelo enfoque sobre a “informação”.

Nas empresas jornalísticas, os serviços de documentação unificam, como aponta Moura (1968), arquivo e biblioteca de apoio, constituindo-se de coleção de obras de referência, coleção completa do próprio jornal e reproduções de outros periódicos, com objetivo de prestar apoio especializado à sua clientela, composta não por pesquisadores externos e interessados em geral, mas, em primeiro lugar, pelos próprios jornalistas. No dizer de Geoffrey Whatmore, autor de um manual dedicado à organização de arquivos de jornais e agências de notícias,

O arquivo deve ser capaz de fornecer a informação mais recente, exata e rapidamente. (...) É tarefa do arquivo de notícias oferecer informação preparada (...) e entregá-la em sua forma mais simples, que é, geralmente, o recorte de jornal. (Whatmore, 1970, p. 20, tradução nossa)

Ainda que os serviços de documentação de alguns jornais tenham se firmado como referência para historiadores e pesquisadores de outros campos disciplinares, atendendo também às demandas externas, sua finalidade difere daquela que caracteriza os arquivos permanentes ou “históricos”; seus acervos são dinâmicos, sujeitos a operações rotineiras – e

necessárias – de descarte e incorporação de novos materiais, como esclarece o mesmo Whatmore:

Muito do material nos arquivos de notícias é conservado apenas por um período de tempo limitado (alguns meses, por exemplo). O prazo máximo de vida de um recorte, que depende do espaço disponível e do propósito da coleção, não costuma passar de duas décadas. (Whatmore, 1970, p. 21, tradução nossa)

Contudo, quando fazem parte de um arquivo a ser preservado em caráter permanente, os recortes de jornal adquirem sentido diverso, dependente dos atributos funcionais determinados pelo contexto de acumulação e uso. São alçados, portanto, à condição de “documentos de arquivo”, o que os torna capazes de compor, junto dos demais documentos, um testemunho a respeito da trajetória e dos interesses de quem os acumulou.

Os recortes de jornal podem ser encontrados tanto em arquivos de origem institucional quanto naqueles de natureza pessoal. Se, no âmbito das instituições, podem muito bem constituir material de apoio para sondagens, pesquisas preliminares ou mesmo para o acompanhamento da repercussão da imagem corporativa, é raro que venham a exceder a condição de subsídios para a elaboração arrazoados, pareceres, projeções e outros documentos que, estes sim, serão preservados em caráter permanente. Já nos arquivos pessoais, raro é justamente não deparar com um conjunto de recortes de jornal esperando que alguém lhes empreste um sentido.

O volume deste tipo de material e sua presença marcante em fundos de natureza pessoal permitem cogitar, em primeiro lugar, a existência de uma prática social em torno da acumulação de recortes de jornal que parece ser estimulada desde a infância, em casa ou na escola, sobre o que vale a pena abrir um parêntese.

Não é de hoje que a pedagogia se ocupa de estudar as funções ligadas aos exercícios de recorte e colagem, que já faziam parte das propostas de Frédéric Óberlin para a educação de crianças de quatro a sete anos de idade, no século XVIII. Friedrich Fröebel, no século XIX, preconizava o ensino por meio da brincadeira e do jogo, aliando a manipulação de bolas, cubos e cilindros ao canto e às ocupações manuais, entre as quais o recorte e colagem (Kishimoto, 1995, p. 42). As ideias do pedagogo alemão encontraram solo fértil em experiências educacionais desenvolvidas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Itália, tendo sido reproduzidas também no Brasil e em outros países da América Latina (Oliveira, 2011, p. 69).

Estudiosos do desenvolvimento psicomotor, como o médico francês Jean Le Boulch, apontam a importância da prática de recortar e colar para o aperfeiçoamento da coordenação fina da mão e dos dedos. Enquanto o uso da tesoura tende a desenvolver a boa dissociação dos dedos e a mobilidade do punho, a colagem colabora para a aquisição de leveza e precisão dos gestos, além de possibilitar a formação de combinações de formas e cores (Le Boulch, 1986, p. 159). Bassedas, Huguet e Solé (2007, p. 168) também consideram a tesoura e o material para recorte ferramentas valiosas para o

favorecimento da motricidade fina, da capacidade de representação e da criatividade em crianças em idade pré-escolar.

Ao aperfeiçoamento da função motora se somam o desenvolvimento das formas de comunicação e expressão, das linguagens oral e gráfica, por meio do recorte a dedo e da confecção de livros de figuras (Maluf, 2008, p. 52 e 66), e a alfabetização, através da formação de palavras com letras recortadas de jornais, revistas, livros e embalagens, como sugere Almeida (2003, p. 110).

Antes de tudo, o ato de recortar e colar é entendido como uma atividade lúdica. Para além de suas implicações pedagógicas, serve também ao entretenimento, ao ócio. Ferramenta educativa e moral, como notaram Ott, Tucker e Buckler (2006, p. 9), a prática não deixa de ser um meio “de converter as crianças, de criaturas ferozes em bons cidadãos” e de proporcionar um pouco de sossego às mães, como sugere uma matéria publicada no suplemento feminino de *O Estado de S. Paulo*, em 1956:

(...) Está chovendo, seu filho não pode brincar lá fora. Tem apenas quatro anos, mas já sabe usar suas mãozinhas com certa habilidade. Dê-lhe uma tesoura de pontas redondas e experimente iniciá-lo na arte de recortar. Dê-lhe uma revista velha onde haja figuras de bichos, de objetos e de pessoas e mostre-lhe como deve fazer para cortar seguindo os contornos da figura. Ele se deliciará com este novo brinquedo. Naturalmente seus primeiros trabalhos serão informes, mas na próxima vez ele será mais bem sucedido e ficará satisfeito e orgulhoso de si, quando a tesoura, agora melhor dirigida, não mutilar mais as figuras. Assim você o terá algumas dezenas de minutos tranquilo e entretido e para interessá-lo mais, arranje uma caixinha bonita para guardar seus recortes. Você pode variar este brinquedo comprando folhas de papel de cores vivas e um vidro de cola branca em pasta. Se puder levá-lo consigo à loja e deixá-lo escolher, ele mesmo, as cores do

papel, será ótimo. (...) Uma vez em casa, dobre e corte as folhas de papel de modo a torná-las do tamanho das folhas de um caderno escolar comum. Junte as folhas e costure um dos lados. O pequeno terá, assim, o seu primeiro caderno de recortes, no qual ele mesmo colará as figuras que julgar mais bonitas. E você verá com que satisfação e entusiasmo ele o folheará. Pouco a pouco vá aumentando as dificuldades. À medida que ele fôr mostrando maior destreza, dê-lhe figuras mais difíceis de recortar. (...) É preciso que as mães se persuadam de que não são os brinquedos mais caros que trazem maior satisfação aos filhos. Aqueles que os obrigam a pensar, a raciocinar, a usar suas mãozinhas, além de seu valor educativo, proporcionar-lhes-ão maior alegria e serão os mais queridos. (Saiba como..., 1956)

Atividade que forma, educa, entretém e dá prazer, a prática do recorte pode ser levada para a vida adulta, assumindo diferentes sentidos. Uma de suas manifestações mais banais se dá no âmbito da administração doméstica, nos afazeres cotidianos da dona de casa, para quem o suplemento feminino de *O Estado de S. Paulo* dava, em 1973, orientações sobre a melhor forma de organizar um caderno de recortes.

Também não ajuda em nada o caderno grosso e bem encapado que você comprou para passar as receitas a limpo mas que continua em branco e cheio de recortes lá dentro que o deixam mais grosso ainda. (...) Compre um fichário (poderá ser do tipo escolar ou especializado com capa plastificada e que traz os dizeres “Fichário de Cozinha”) à venda em várias lojas de São Paulo. Divida-o por capítulos, escrevendo em cada folha de cartolina divisória o título da especialidade (...) Sem pressa e com constância, as receitas escolhidas, sejam recortes de revistas, jornais, folhetos ou bilhetinhos ditados às pressas, serão presos em suas sessões correspondentes, poupando trabalho e o tempo da cópia. (Não se esqueça..., 1973).

Compreender a acumulação de recortes de jornal como uma prática social implica perseguir os traços de sua manifestação, de modo a dotá-la de sentido histórico. Trata-se, com efeito, de um campo de estudo ainda pouco explorado; não à toa a editora da Universidade Temple atribui à coletânea organizada por Katherine Ott, Susan Tucker e Patricia Buckler – *The scrapbook in American life* –, publicada em 2006, o *status* de “primeiro livro sobre a história e a prática dos cadernos de recortes”.

O hábito colecionar recortes de jornal e outros materiais impressos, organizando-os em álbuns ou cadernos, remete a uma longa e rica tradição – “uma das mais duradouras e, ao mesmo tempo, dinâmicas manifestações culturais dos últimos duzentos anos” (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 1, tradução nossa) –, cujos vestígios mais primitivos podem ser localizados muito antes do surgimento daquilo a que chamamos, genericamente, “imprensa periódica” ou “grande imprensa”

Katie Day Good (2013) enxerga no *album amicorum*, livro utilizado entre os séculos XVI e XVIII por estudantes (homens, brancos e aristocratas), o embrião dos cadernos de recortes que se tornaram tão populares a partir do século XIX e, num salto ousado, o precursor das redes sociais largamente frequentadas na internet nos dias de hoje. Chamado, em inglês, de “*friendship book*”, que poderíamos traduzir por algo como “livro de amizade”, trata-se de um volume encadernado destinado à manutenção de registros

ilustrados dos contatos travados pelos estudantes em suas viagens de formação pela Europa.²⁰

Figuras 1 a 4 – Páginas do *album amicorum* de Jacob Heyblocq

²⁰ Broadley (1910) relaciona o *album amicorum* à origem da prática de coleção de autógrafos. O autor chama a atenção para o acervo do British Museum, do qual faz parte o álbum mais antigo que pôde localizar, datado de 1579. Trata-se do “Album Amicorum: Marnix de St. Aldegonde: 1579-1623”, que faz parte da coleção “Sloane manuscripts” (British Museum, Sloane MS 851). Pesquisando o banco de dados da instituição, pudemos localizar, em outra coleção, um exemplar ainda mais antigo: “Album amicorum Johannis Breijsgen, 1572-1577” (British Museum, Egerton MS 679).

105

Jonannes du Ricu
 wenscht den
 D^o Jacobus Heiblock
 Anagr. in Iesu overhand.

1652
 17

107

Ut viatores non erant ut erant: sic vita non fuit carissima sit;
 sed ut, aliquando in Tempore, proclari in ea fiant.

Oratissimo ac cordato D^o Jacobo Heiblock, S.T.C.
 Collega fidei ac Amico individuo, hoc in officio conjugalis
 ac benevolentiae permutuorum, L.M.Q. scribat, Anst.
 in Auditorio suo, A^o docto Li, postrio. 10. Decembris,
 Wilhelmus du Ricu.

Fonte: Koninklijke Bibliotheek (Biblioteca Nacional dos Países Baixos) ²¹

²¹ Disponível em <<https://www.wdl.org/pt/item/14421/>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

Em sua origem, o *album amicorum* já ostentava uma estrutura formular própria: em suas páginas, além de um desenho ou de um verso (em latim, grego ou hebraico), havia um espaço em branco reservado para uma dedicatória ou saudação a ser inscrita pelo amigo ou conhecido, geralmente acompanhada de uma ilustração sob a forma de brasão ou de um pequeno emblema (Good, 2013, p. 562).

O álbum de Jacob Heyblocq,²² preenchido entre 1645 e 1678, ostenta estrutura de certa forma já um tanto simplificada em relação àquela descrita por Good, embora não perca, com isso, o atributo funcional que caracteriza o *album amicorum* e que mais tarde se manifestará nos livros ou cadernos de autógrafos, que floresceram na cultura norte-americana no começo do século XIX e que rapidamente se transformaram em passatempo popular: serve, em primeiro lugar, como objeto destinado à materialização dos laços sociais e afetivos (Good, 2013, p. 562).

Nas raízes dos cadernos de recortes, tais como os conhecemos hoje, encontram-se ainda outros exemplares curiosos. Um deles, cuja origem remete à cultura dos gabinetes de curiosidades, é o *commonplace book*, “caderno de excertos” em que se transcreviam, à mão, trechos de livros e periódicos para uso posterior em cartas (Good, 2013, p. 564), além de palavras a serem empregadas em discursos e conversas; uma ferramenta para a memória e para o crescimento pessoal, um meio de preservar o conhecimento e colocá-lo em prática (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 6).

²² O álbum é composto por cerca de 300 páginas, quase todas preenchidas com dedicatórias e desenhos à mão livre. O original faz parte do acervo da Biblioteca Nacional dos Países Baixos e encontra-se disponível para consulta e *download* no portal da Biblioteca Digital Mundial, iniciativa da Library of Congress (Estados Unidos) e da Unesco.

Como objetos entesourados, estes álbuns adquirem funcionalidade ligada à ostentação, à expressão dos gostos cultivados. Não são, portanto, criados para preservar algo para a posteridade; pelo contrário, atendem a um imperativo de ordem prática e imediata: são feitos para serem exibidos e compartilhados socialmente e, assim, são empregados como dispositivos que conferem distinção aos seus proprietários por meio da acumulação de capital cultural.²³ Os cadernos de enquete (*confession albums*) são reflexos desta cultura.²⁴ Populares na Inglaterra do século XIX, caracterizam-se pela paradoxal combinação entre o caráter confessional e a indiscrição propositada.

Passado de mão em mão entre amigos, o caderno de enquete se sustenta pela fórmula do questionário, com estrutura muito próxima àquela que, no século XX, seria adotada pelos jornais e revistas para organizar o conteúdo das entrevistas: o “pingue-pongue”.²⁵ Figuras como a escultora e artista gráfica Camille Claudel e o escritor Marcel Proust não se furtaram a responder às questões, geralmente frívolas, a respeito de suas atitudes, preferências, opiniões e aspirações. Em visita à casa de Florence Jeans, na Ilha de Wight, em maio de 1888, Camille completou, à mão, a enquete

²³ Para Pierre Bourdieu ([1979] 2011), o capital cultural, ou seja, o conhecimento acumulado por um indivíduo sobre a sociedade, obtido por meio da educação formal e das credenciais por ela conferidas, do conhecimento herdado, do cultivo do gosto estético e da aquisição de bens de alto padrão, é um – quando não o principal – dos meios de obtenção de distinção social.

²⁴ Segundo o glossário da Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (2015 p. 5-6), o caderno de enquete “circula entre colegas de escola para que nele registrem suas preferências e opiniões sobre assuntos diversos.”

²⁵ No jargão jornalístico, a expressão equivale à “entrevista editada na forma de diálogo, com perguntas e respostas.” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 567)

previamente impressa no álbum da amiga, em que constavam perguntas como “sua virtude favorita”, “características que mais admira em um homem”, “sua ideia de felicidade”, “sua cor e sua flor preferidas”, “onde gostaria de viver?”, “seus poetas prediletos”, e por aí vai...²⁶

Pela pretensa capacidade de revelar facetas e traços da personalidade dos indivíduos, estes cadernos tornaram-se objeto cultuado. São expostos em museus (o de Florence Jeans faz parte do acervo do Museu Rodin, em Paris) e reproduzidos em edições fac-similares de luxo, como o de Proust.²⁷ Se o papel e a tinta parecem ser cada vez menos utilizados hoje em dia, as enquetes, contudo, não saíram de moda. Renovaram-se, no que tange ao meio de transmissão e ao conteúdo, em face das novas tecnologias, sendo respondidas por escrito ou em vídeo nos *blogs* e nos “muais”, *feeds* e *timelines* das redes sociais. Mantêm, contudo, a mesma fórmula estrutural dos questionários do século XIX.

²⁶ Confessions (An album to record opinions, thoughts, feelings, ideas, peculiarities, impressions, characteristics), 16/05/1888. Musée Rodin, Archives, Ms. 368. Disponível em: <<http://www.musee-rodin.fr/fr/collections/archives/confessions>>. Acesso em 22 fev. 2018.

²⁷ *The Proust questionnaire*, editado por William C. Carter (New York: Assouline, 2005). O livro traz, ainda, a reprodução de enquetes respondidas pelas atrizes Brigitte Bardot e Marisa Berenson e pelo arquiteto Richard Meier.

Figuras 5 a 9 – Páginas do caderno de enquete de Fernando Henrique Cardoso

Enquete, entre colegas -
31 de Janeiro

Perguntas:

- 1) Qual sua orientação política?
Fernando: Socialista
Luiz: democrata (capitalista)
Luiz Ventura: Socialista
Célio: Socialista
- 2) Você é pró-constituente?
Com ou sem Vargas?
Fernando: "Sou pró-constituente com José Linhares"
Luiz: Não
Luiz Ventura: Pró-constituente com Getúlio Vargas
Célio: Sim. Com Vargas
- 3) Qual seu candidato?
Luiz E. F. Gomes

1 de Fevereiro

- 4) Que acha da situação na Argentina?
Fernando: "Anti-democrática a ação do governo"
Luiz: "Anti-democrática a ação do governo"
Luiz Ventura: Vergonhosamente fascista, a ação do governo argentino
Célio: Ação marxista do governo
- 5) Que livro lê atualmente?
Fernando: O Poder, de Russell
Luiz: Confiteor, de Setúbal
Luiz Carlos: Brasil, país do futuro
Célio: Contos, de Eça de Queiroz
- 6) Que autor prefere?

2 de Fevereiro

Fernando: Euclides da Cunha
Luiz Carlos: J. Alencar
Luiz Ventura: Victor Hugo
Célio Carvalho: Somerset Maugham

- 4) Que dupla de repórteres prefere?
Fernando: Nasser e Maubon
Luiz Carlos: "
Ventura: "
Célio: Franklin Oliveira e Moisés
- 8) Que revista prefere?
Fernando: Seleções e Coração
Luiz Ventura: Ex-soldado e Seleções
Luiz Carlos: "
Célio: Coração e Seleções
- 3) Qual o compositor preferido em música clássica?

3 de Fevereiro

Fernando: Liszt e Wagner
Luiz Carlos: Chopin e Beethoven
Ventura: "
Célio: " e Liszt

- 10) E música popular brasileira?
Fernando: Ari Barroso
Luiz Ventura: Caíni
Luiz Carlos: Ataulfo Alves
Célio: Alcir Pires Remetho
- 11) Qual sua pátria espiritual?
Fernando: Estados Unidos
Célio: Suíça
Luiz Carlos: Suíça
Luiz Ventura: Estados Unidos
- 16) Qual o professor que mais admira e por que?

Fonte: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso ²⁸

Figura 10 – Enquete em *blog*

Fonte: *Blog “Na nossa vida”* ²⁹

²⁸ Caderno de enquete. São Paulo, 1945-1948. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso, Acervo Fernando Henrique Cardoso, 14/0000008. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

O incremento das técnicas de impressão em larga escala, no século XIX, determinou um novo estágio da prática do *scrapbooking*. De passatempo predominantemente apreciado pelos membros da elite e de uma burguesia mais abastada, os cadernos de recortes passaram a experimentar popularidade crescente junto a uma classe média fascinada pela profusão de material impresso bonito, colorido e, sobretudo, barato (Good, 2013, p. 564).

Impulsionados pela impressão a vapor, pela gravação em relevo, pela cromolitografia e pela expansão do transporte ferroviário, que tornava possível a distribuição dos impressos aos lugares mais remotos, os cadernos destinados à prática do recorte e da colagem transformaram-se em objetos de consumo, produzidos em escala industrial e amplamente comercializados nas papelarias. Ganharam, com isso, incrementos como páginas autocolantes, entrefolhamento, encadernações mais resistentes e suportes mais duráveis e flexíveis para abrigar toda sorte de material: canhotos de recibos, cartões comerciais, figuras de catálogos, rótulos, embalagens e... recortes de jornal (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 8; Good, 2013, p. 564).

A expansão da imprensa periódica, que resultou no aumento do número de jornais e revistas em circulação no mercado norte-americano, especialmente na segunda metade do século XIX, além de colocar ainda mais material impresso à disposição dos aficionados pela distração de recortar e colar, trouxe consigo um problema de outra ordem, sentido por E. W.

²⁹ Disponível em: <<http://nanossavida.com/2015/04/23/tag-15-perguntas-estranhas-sobre-mim/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

Gurley, autor de *Scrapbooks: how to make them*, manual publicado originalmente em 1880:

Notando sua própria inclinação para o colecionismo, ele [Gurley] atribuiu a febre pelos cadernos de recortes ao crescimento dos jornais, “de 2 nos tempos de Franklin a mais de 8000 em 1880”. “Todos nós lemos, mas podemos dizer que estamos bem informados?”, ele pergunta, e sua resposta é negativa. O problema poderia ser resolvido se “lêssemos com um propósito, procurássemos por algo específico e o guardássemos quando encontrado, e de nenhuma outra forma ele poderia ser tão bem preservado como nas páginas de um bom caderno de recortes.” (Ott; Tucker; Buckler, 2006, p. 9, tradução nossa)

Assim, a prática do recorte e da colagem, tributária da longa tradição da montagem de álbuns cuja função primária vinculava-se principalmente à materialização ou à própria documentação dos laços de amizade, vai adquirindo novo atributo funcional no contexto da explosão das fontes de informação, inscrevendo-se no escopo das práticas de leitura. O ritual de recortar, colar e guardar, precedido – e ao mesmo tempo dele resultante – pelo exercício da leitura, passa a atender às necessidades dos indivíduos por informação sem perder, contudo, o seu caráter recreativo. Curiosamente, Michel de Certeau ([1990] 2009, p. 236-263) compara a leitura a uma “operação de caça” e Lévi-Strauss ([1962] 1989, p. 15-49), por seu turno, oferece subsídios para compreendê-la como um exercício de bricolagem. Quando repletos de notícias, reportagens e outras matérias originalmente publicadas em jornais e revistas, colecionados como material para referência futura ou para recirculação, os cadernos ou álbuns de recortes assumem caráter eminentemente instrumental: são ferramentas

que permitem às pessoas enfrentar um maremoto de estímulos e de informação (Good 2013, p. 563-566).

Se, por um lado, estes álbuns revestem, como notou Good (2013), três funções primárias que se desenrolam, intercalam e sobrepõem ao longo do tempo, sem que com isso excluam-se mutuamente – quais sejam, (1) documentar os laços de amizade, (2) navegar na abundância de fontes de informação e (3) distinguir-se socialmente e acumular capital cultural por meio da ostentação dos gostos pessoais –, por outro, não escapam à sorte de figurar como objeto de interpretações análogas àquelas que incidem sobre os arquivos pessoais, sendo também compreendidos como espaços de construção de uma vida idealizada e como manifestações materiais da memória de quem os compilou e do ambiente cultural em que foram produzidos, comparáveis, neste sentido, aos “palácios da memória” da antiguidade clássica (Ott, Tucker, Buckler, 2006, p. 2-7).

Envoltos na bruma da privacidade que envolve a intimidade das pessoas ou criados para serem compartilhados e exibidos, os cadernos de recortes geralmente ostentam algo de excêntrico e idiossincrático, uma certa instabilidade típica das “miscelâneas”, mesmo quando orientados por temas específicos e organizados segundo algum critério classificatório definido, como observou Ellen Garvey (2003, p. 212). Apesar de serem produtos da cultura de massa, como notaram Katherine Ott, Susan Tucker e Patricia Buckler (2006, p. 12, tradução nossa), apoiadas nas reflexões de Walter Benjamin a respeito da “aura” das obras de arte, os cadernos de recortes são únicos em sua individualidade, são autênticos e não podem ser facilmente

reproduzidos: “a humilde aura de autenticidade dos cadernos de recorte se mantém, mesmo quando seu conteúdo deixa de fazer sentido para o leitor.”

Não é preciso ir tão longe. Basta lembrar que, como documentos de arquivo, os recortes – organizados ou não em volumes encadernados – não gozam de estabilidade de sentido. Extraem sua autenticidade e unicidade não de uma suposta aura, mas da condição orgânica e do contexto imediato que caracteriza e determina sua produção e acumulação. Se não se pode negar que para compreendê-los é preciso alguma perspicácia, convém frisar, entretanto, que o sentido de cada recorte se constrói na relação implícita que mantém com os demais recortes e outros itens que compõem o mesmo álbum ou caderno e, no limite, o arquivo como um todo. Casos concretos, observados em alguns arquivos pessoais (e que se replicam em tantos outros), podem nos ajudar a jogar luz sobre a prática de acumulação de recortes de jornal e a examinar seus sentidos e atributos funcionais.

Senão, vejamos: antes – e mesmo depois – da proliferação dos periódicos científicos, a difusão do conhecimento especializado se dava por meio das páginas dos jornais, que dedicavam (e ainda dedicam) espaço aos intelectuais e às personalidades do mundo da ciência. Em meados da década de 1930, é comum encontrar n’*O Estado de S. Paulo*, muitas vezes reproduzidas na íntegra, as primeiras aulas e conferências proferidas pelos

professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da então recém-criada Universidade de São Paulo.³⁰

Samuel Barnsley Pessoa,³¹ um dos mais destacados parasitologistas brasileiros, é apenas um exemplo – dentre muitos – da inserção do intelectual no espaço público por meio da imprensa. Dono de uma bibliografia extensa (publicou 351 artigos científicos ao longo da carreira), o médico e militante Partido Comunista Brasileiro conservou em seu arquivo também os recortes dos inúmeros artigos de divulgação que escreveu para jornais (alguns, inclusive, de pouca expressividade e alcance, os quais dificilmente poderiam ser encontrados em hemerotecas) e das entrevistas que concedeu, como provas de sua atividade autoral, de seu currículo profissional e da repercussão de sua obra (Centro..., 2015; Campos, 2014a).

Razão semelhante parece justificar o ato de guardar recortes de jornal entre aqueles que se dedicaram à colaboração regular na imprensa, às atividades (artísticas, científicas, literárias...) passíveis de crítica especializada, à política ou à “vida pública”. Teria Carlos Drummond de Andrade³² guardado os recortes de suas crônicas (foram quase cinco mil) por constituírem eles prova e testemunho de sua atividade profissional ao longo dos trinta anos em que escreveu regularmente para o *Correio da Manhã* e

³⁰ A propósito, convém notar a estreita relação entre os intelectuais envolvidos na criação da Universidade de São Paulo e o jornal *O Estado de S. Paulo*. À guisa de curiosidade, ver Campos (2014b, p. 97-121).

³¹ Seu arquivo faz parte do acervo do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

³² Seu arquivo integra o acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

para o *Jornal do Brasil* ou estaria o tímido poeta inspirado por uma vaidade velada, silenciosa, como supôs Travancas (2013)?

Se Drummond tratou de arquivar sua produção literária de forma metódica, organizando-a cronologicamente em dossiês orientados pelos títulos dos periódicos, a escritora Lúcia Machado de Almeida³³ preferiu fazê-lo, sem muito capricho, em cadernos escolares comuns, de folhas pautadas e espiral metálica, daqueles que podem ser adquiridos em qualquer papelaria. Amarelados pelo tempo e pela acidez dos recortes que abrigam, estes cadernos registram a repercussão de sua obra e sua inserção como figura da sociedade belo-horizontina por meio de notícias, resenhas e entrevistas.³⁴

O suporte pouco charmoso e menos nobre escolhido pela escritora mineira seria indicativo da função instrumental destes cadernos de recortes ou atestariam – num gesto de atribuição de sentido da parte de quem, hoje, lança-lhes um olhar – certo desinteresse ou até mesmo menosprezo por sua própria trajetória? Fosse ela uma pessoa vaidosa, teria recortado com mais esmero e colado as matérias em álbuns de luxo?

³³ Falecida em 2005, a escritora se notabilizou no campo da literatura infanto-juvenil, tendo recebido, entre outros prêmios, o Jabuti em 1968 pelo livro *Xisto no espaço. O escaravelho do diabo*, folhetim que publicou em *O Cruzeiro* (1953), foi editado em livro em 1974 (em 2015, chegou à 28ª edição) e adaptado para o cinema em 2016. Seu arquivo faz parte do Acervo de Escritores Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais.

³⁴ Acervo de Escritores Mineiros (UFMG), acervo Lúcia Machado de Almeida, série produção intelectual de terceiros, subsérie recortes de jornais e revistas, dossiês cadernos de recortes (1 a 4).

Neste mesmo fundo, outros recortes,³⁵ agrupados em pastas, chamam a atenção: são fotografias, destacadas das notícias e reportagens a que originalmente se destinavam a ilustrar, sobre as quais Lúcia escreveu a caneta títulos, legendas e diálogos entre as pessoas retratadas. Mais que mero passatempo, o volume do conjunto permite supor a prática de um exercício que, para além de revelar algum senso de humor, poderia ter sua funcionalidade estudada em relação ao processo criativo de sua obra.

Figuras 11 e 12 – Cadernos de recortes de Lúcia Machado de Almeida

³⁵ Acervo de Escritores Mineiros (UFMG), acervo Lúcia Machado de Almeida, série produção intelectual de terceiros, recortes de jornais e revistas, pastas 1 e 2.

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG)

Figuras 13 a 18 – Recortes de jornal acumulados por Lúcia Machado de Almeida

"God! What is that?"

"Estou me lixando..."

“Tchau!...boazuda...”

“Você está uma gata! Estou até com vontade de te morder...”

“Que que é aquilo? Dá para a gente desconfiar...”

“Essa pequena é um barato!”

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG)

Os recortes de jornal também parecem suprir demandas ligadas à instrução, servindo ao acompanhamento sistemático de assuntos de interesse dos indivíduos, relacionados ao exercício profissional ou às suas preferências intelectuais. Complementam, desta forma, a biblioteca pessoal,

assumindo a condição de material de referência ou de subsídios para a reflexão.

É o que se pode notar na vasta coletânea de recortes acumulada por Jovina Álvares Pessoa,³⁶ que perfaz cerca de 40% da extensão de seu arquivo. Quando observados em seu conjunto, pode-se perceber a existência de um eixo temático em torno do qual gravitam os recortes: a política internacional. Conhecendo a biografia da titular, militante histórica do Partido Comunista Brasileiro e de diversas outras causas sociais, é genuíno inferir que a acumulação se justifique em função da manifestação de seus interesses intelectuais (Campos, 2017b, p. 58-59), hipótese fortalecida pela presença de marcas – grifos e comentários apostos aos recortes – que revelam os modos de uso dos documentos e os traços de uma prática regular de leitura.

A condição instrumental dos recortes de jornal pode ser evidenciada também por um tipo de serviço oferecido por agências especializadas em monitorar a imprensa, rastreando eventos, referências e manifestações de opinião e selecionando, sob encomenda, matérias publicadas em jornais e revistas a respeito de determinados nomes ou assuntos, visando a atender às necessidades informacionais de indivíduos e organizações. Trata-se do *clipping*, atividade que, no Brasil, vem sendo desenvolvida comercialmente desde 1928, com a inauguração da Lux Jornal no Rio de Janeiro.

³⁶ O arquivo de Jovina Álvares Pessoa faz parte do acervo do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e, de certa forma, complementa o fundo de seu marido, o médico Samuel Barnsley Pessoa, tanto que ambos os arquivos partilham de um mesmo instrumento de pesquisa (Centro..., 2015).

Há cerca de vinte anos, o caderno “Franquia e Outros Negócios” de *O Estado de S. Paulo* dedicou matéria de página inteira sobre o assunto. Apesar de ressaltar o reduzido número de empresas atuando no ramo, o texto revela tratar-se de negócio lucrativo: em 1997, a Lux atendia a 1.200 clientes – entre os quais, grandes grupos corporativos como o Citibank e a Xerox do Brasil –, distribuindo 600 mil recortes por mês, o que lhe proporcionava faturamento mensal bruto de 80 mil reais, com margem de lucro girando em torno de 30% (Diório, 1997b). Àquela altura, o avanço tecnológico e a crescente informatização da imprensa ainda não pareciam abalar negativamente o negócio. Ao contrário, abriram espaço para a reprodução da prática em outro meio, levando à produção de *clippings* eletrônicos. Naquele ano, outra empresa do ramo chegava a cobrar entre 2 e 10 mil reais por mês pela entrega de *kits* de recortes em CD para uso em pesquisas de mercado (Diório, 1997a).

Das atividades escolares desenvolvidas na primeira infância à transformação dos recortes de jornal em objeto de consumo, passando pela preservação dos produtos da atividade profissional, pelo exercício criativo e pela coleção material de referência para uso posterior ou para subsidiar reflexões ligadas aos interesses intelectuais, várias facetas do costume de recortar e colar se encaixam num quadro que permite representá-lo e compreendê-lo como uma prática social que se reflete nos arquivos pessoais. Fechemos, assim, o (longo) parêntese que abrimos há pouco para retornar àquilo que, aqui, nos interessa: os desafios que os recortes de jornal impõem

ao quefazer arquivístico, especialmente nos aspectos relacionados ao tratamento documental.

Para além dos problemas relativos à conservação preventiva, o reconhecimento dos recortes de jornal como documentos passíveis de tratamento arquivístico implica a necessidade de, por um lado, nomeá-los adequadamente, isto é, identificar e fixar as espécies documentais, e, por outro, contextualizá-los a partir de categorias que revelem seus atributos funcionais. Aparentemente triviais, embora nada tenham de realmente banal, estas duas operações permitirão, no momento do arranjo e da descrição, a reunião dos documentos em séries – convém frisar que entendemos o conceito de série como “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 76) – e a compreensão do lugar lógico que ocupam no interior dos fundos em que se encontram.

A este lugar lógico corresponde o contexto originário dos documentos, ou seja, a atividade, o evento ou a área de interesse que motivou sua produção e acumulação. Evidentemente, sua definição depende do estudo da biografia do titular do arquivo e da compreensão da relação entre os documentos e os episódios que compõem sua trajetória de vida, numa operação sofisticada para a qual, embora existam métodos, não se pode cogitar a possibilidade de um resultado universal.³⁷

Os esquemas de classificação e os quadros de arranjo elaborados para arquivos de natureza pessoal permitem, em alguma medida, vislumbrar a

³⁷ Neste sentido, ver as considerações de Camargo e Goulart (2007) a respeito da chamada abordagem contextual dos arquivos pessoais.

posição marginal dos conjuntos de recortes no interior dos fundos. Neste sentido, o manual de organização de arquivos pessoais do CPDOC preconiza a separação dos recortes em série específica e o descarte daqueles que se apresentem incompletos ou sem dados de identificação, como data e título do jornal (Centro..., 1998, p. 22).

Figura 19 – Quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares

Fonte: Centro...(1998, p. 18, destaque nosso)

Figura 20 – Quadro de arranjo do fundo Oswaldo França Júnior

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG)(destaque nosso) ³⁸

Não raro, os recortes de jornal são agrupados em séries orientadas pelo critério da técnica de registro, figurando no grupo dos chamados “documentos impressos”. Também o simples fato de não terem sido originalmente produzidos pelo titular implica, inadvertidamente, sua reunião sob a rubrica genérica “produção de terceiros”, como se vê no arquivo de Lúcia Machado de Almeida.³⁹ Há, ainda, casos em que o veículo é tomado como parâmetro, levando à separação do material em séries denominadas “produção na imprensa”, nas quais pode constar material de autoria do titular e/ou de terceiros.

³⁸ Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_franca/sumario_franca.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

³⁹ Ver notas 34 e 35, neste capítulo.

Figura 21 – Sistema de arranjo da série “impressos” do arquivo de Osvaldo Cardoso de Melo ⁴⁰

Nível de descrição Série	
Título Impressos	
Código de referência BR APC OLCM 05	
Data(s) 1914 – 02/07/1965	
Dimensão e Suporte 0,04 m linear de documentos textuais e 2 mapas em cores, com dimensões variadas.	
Âmbito e Conteúdo Recortes de jornais sobre acontecimentos políticos, históricos e sociais regionais, nacionais e mundiais, em grande parte, extraídos de publicações de Campos dos Goytacazes e alguns do Rio de Janeiro. Mapas do continente europeu demonstrando a geografia política no período da 1ª. Guerra Mundial.	
Sistema de Arranjo O arranjo adotado para a série leva em conta as espécies de documentos. Contém as seguintes sub-séries:	
05.01	Recortes de jornais
05.02	Mapas
Idioma Português, em sua maioria, alguns documentos em inglês, espanhol, francês, alemão e italiano.	

Fonte: Arquivo Público... (2005, p. 71, destaques nossos)

Figura 22 – Descrição da série “produção na imprensa” do arquivo de Corina Coaracy

SÉRIE PRODUÇÃO NA IMPRENSA - Pim	
Código de referência: BR RJFCRBAMLB C. Cy Pim	
Nível de descrição: Série	
Título: Produção na imprensa	
Data: 1884 - 1885;	
Dimensão e suporte: 3 dossiês	
Âmbito e conteúdo: Série constituída de recortes de jornais com poemas, crônicas e conto de autoria de Corina Coaracy	
Sistema de arranjo: Organizado por ordem alfabética da espécie documental.	

Fonte: Fundação...(2016b, p. 14)

⁴⁰ O fundo faz parte do acervo do Arquivo Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ).

Figura 23 – Descrição da série “produção na imprensa” do arquivo de Álvaro Moreyra

PRODUÇÃO NA IMPRENSA - PIM	
Código de referência:	BR RJFCRBAMLB AMo Pim
Nível de descrição:	Série
Título:	Produção na imprensa
Data:	1928 a 1952
Dimensão e suporte:	6 dossiês
Âmbito e conteúdo:	Série constituída de recortes de jornais e de revistas sobre Álvaro e Eugênia Moreyra. Destacam-se notícias sobre acidente envolvendo o casal e sobre o falecimento de Eugênia.
Sistema de arranjo:	Organizado por alfabética de tema e por ordem cronológica.

Fonte: Fundação...(2016a, p. 9)

Quando se procura considerar, no arranjo, a ordenação dada pelo titular aos seus documentos, os recortes podem encontrar múltiplos lugares na estrutura do fundo, figurando, naturalmente, em mais de uma série documental. É o que se fez no arquivo de Nelson Coelho de Senna, custodiado pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, em que “em obediência a um procedimento do titular, ao final de cada série foram agrupados os recortes de jornais cujos conteúdos se equivalem.” (Arquivo..., 2000, p. 21).

Se estes exemplos ilustram, cada qual à sua maneira, as diversas tentativas de representar o lugar dos recortes de jornal no interior dos fundos a que pertencem, há também situações em que a estratégia de tratamento acaba por destituí-los de seu contexto originário, como o que ocorreu com um conjunto de álbuns de recortes no Centro de Memória do

Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), incluídos nas coleções temáticas pelas quais se orienta a divisão do acervo.⁴¹

Contudo, o que nos interessa neste trabalho não é exatamente o contexto dos recortes de jornal, uma vez que, como vimos, ele varia caso a caso, nem as formas de representá-lo por meio da classificação e dos instrumentos de pesquisa, também variáveis segundo o entendimento que se faça do conceito de arquivo, da relação entre documentos e atividades e a orientação metodológica do arranjo. A opção por segregá-los em séries apartadas, apenas por tratarem-se de “recortes” ou de material impresso, reitera a dificuldade de conferir-lhes estatuto documental, ou seja, reconhecê-los como documentos, subprodutos e testemunhos dos interesses e de atividades rotineiras do indivíduo que os acumulou, bem como dos eventos por ele vivenciados.

Se o desafio do contexto não nos compete, há algo que pode ser notado nos exemplos acima (e em tantos outros) e que causa certo desconforto. Trata-se do “nome” que se dá aos documentos, este nome que indica algo fundamental para a descrição: a espécie e o tipo documental. Não é incomum observar estratégias de descrição orientadas pelo conjunto de elementos que compõem a referência bibliográfica, como se a autoria, o título e a data fossem, por si sós, capazes de substituir a denominação da espécie ou de induzir a compreensão do conteúdo, do potencial informativo ou

⁴¹ Trata-se de álbuns contendo recortes de jornal sobre a prática de esportes no Rio Grande do Sul, as atividades de uma escola de dança, a trajetória de determinados esportistas, além de coletânea da coluna “Vida Artística” (publicada na *Folha da Tarde*) e do noticiário a respeito do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Bagé. Os documentos, bem como suas fichas de descrição, podem ser acessados no repositório digital Lume, da UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40501>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

mesmo dos atributos funcionais que estes documentos adquirem quando fazem parte de um arquivo.

Figura 24 – Descrição dos itens que compõem a série “recortes de jornais” do arquivo de Cyro dos Anjos

Fonte: Acervo de Escritores Mineiros (UFMG) ⁴²

Em outros casos, nota-se a tentativa de identificar as espécies documentais resvalando na convivência entre termos genéricos, tais como “recorte”, “texto”, “matéria”, e outros que buscam defini-las de maneira mais precisa, embora certas vezes se empregue, neste esforço de fixação da espécie, mais o critério da funcionalidade que o exame da estrutura interna dos documentos para, assim, chegar ao nome que eles deveriam receber.

⁴² Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/layout_cyro.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Figuras 25 a 27 – Identificação de recortes de jornal que compõem o arquivo de Ubaldino do Amaral

Fonte: Fundação Casa de Rui Barbosa (destaques nossos) ⁴³

Nem sempre as instituições se pautam por um critério único e exclusivo para a descrição dos recortes de jornais, o que se explica por diversos fatores, entre os quais a distância temporal que separa o tratamento dos fundos ou mesmo as etapas em que se desenvolve o processamento técnico de um mesmo arquivo, a rotatividade do pessoal que compõe as equipes responsáveis pela execução do trabalho e o entendimento que se faz, em diferentes circunstâncias, do sentido da acumulação dos documentos.

Os desafios da descrição, sobretudo no que diz respeito à fixação das espécies e dos tipos documentais, manifestam-se independentemente da natureza institucional ou pessoal dos arquivos. Contudo, cumpre reconhecer

⁴³Disponíveis em: <<http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=FCRBUbaldino>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

que os arquivos pessoais podem oferecer um grau de dificuldade um pouco maior, justamente porque costumam reunir grande quantidade de documentos produzidos sem o rigor que caracteriza a produção documental no âmbito da administração e dos fatos juridicamente relevantes.

Como, então, nomear os tais recortes de jornal? Esta é a questão que nos inspira e sobre a qual vamos nos deter.

“Documentos pessoais”, “correspondência” e “recortes de jornal” são exemplos de termos genéricos e coletivos frequentemente empregados para descrever certos tipos de documentos de natureza pretensamente semelhante. Entretanto, tal artifício pode ser uma armadilha perigosa, ao obscurecer um amplo leque de espécies e tipos documentais que tipicamente se manifestam na esfera da identificação civil, dos atos de relação e no universo das matérias publicadas na imprensa periódica, documentos que, embora possam guardar certa afinidade no que tange ao formato ou à funcionalidade, ostentam estruturas formais e semânticas próprias, além de características típicas que lhes conferem identidade e os tornam, portanto, diferentes entre si.

Como bem notou o professor Manuel Vázquez (1987, p. 181-182), assim como não existem “homens” em abstrato, e sim homens e mulheres, não há “documentos” em abstrato, mas tipos documentais. Fomos buscar na Diplomática, disciplina cujo surgimento remonta ao século XVII, os subsídios para a empreitada de identificar e caracterizar as espécies que geralmente se apresentam sob a forma de recortes. Foi preciso, ainda, recorrer aos aportes de outros domínios do conhecimento, como as ciências

da comunicação e da linguagem, a teoria do jornalismo e as técnicas de editoração, num exercício de articulação, combinação e transposição de conceitos e noções próprias de cada área, sem perder de vista a orientação arquivística de nosso trabalho. É o que veremos daqui em diante.

UM PERCURSO DE TRÊS SÉCULOS: DE MABILLON À TIPOLOGIA DOCUMENTAL

Pouco mais de trezentos anos nos separam da obra que foi considerada o marco inaugural da arte crítica dos documentos, *De re diplomatica*, tratado em seis volumes de autoria do monge beneditino Jean Mabillon, publicado em 1681. De lá para cá, a *ars* ganhou corpo e forma de disciplina, de ciência: definiu e redefiniu seu objeto, seus objetivos, suas esferas de aplicação; estabeleceu metodologia própria, revisitada e renovada em face dos desafios que se impuseram ao longo do tempo; partiu da finalidade prático-jurídica para tornar-se, com a paleografia, a heráldica e a sigilografia, disciplina auxiliar da história, aproximou-se da arquivística e, mais recentemente, da perícia forense digital.

O histórico da diplomática tem sido resgatado por diversos autores, que procuraram refazer o percurso que se iniciou no século XVII, apesar das iniciativas pioneiras de Francesco Petrarca e Lorenzo Valla ainda nos séculos XIV e XV. Para Duranti (1989-92), o estudo das origens teve papel fundamental na série de artigos com que introduziu, no final da década de 1980, o estudo da disciplina na América do Norte. Paola Carucci (1987) e Heather MacNeil (2000) o fizeram como prelúdio necessário para

compreender a produção documental no âmbito da administração pública contemporânea e para tratar da confiabilidade dos documentos criados e mantidos em sistemas eletrônicos.

Entre nós, Rosely Rondinelli (2013) também fez o movimento retrospectivo para fundamentar a revisão do conceito de documento em face da realidade digital. Natália Tognoli (2014), por seu turno, mergulhou nos principais tratados e manuais da área para estudar o longo e intrincado percurso de construção teórica da disciplina, propondo, inclusive, sua periodização em três estágios⁴⁴ e extraindo, amparada pela metateoria de Ritzer, um modelo ideal de análise diplomática.

Não cabe, aqui, reproduzir de modo extensivo aquilo que outros autores já fizeram em maior ou menor grau de profundidade (Tognoli, 2014; Rondinelli, 2013; Delmas, 2010; Bellotto, 2008; Ghignoli, 2007; Galende Díaz e García Ruipérez, 2003; Bresslau [1889] 1998; Romero Tallafigo, 1994; Duranti, 1989-92; Carucci, 1987, 2006; Tessier, 1961). Tampouco faz parte de nossos objetivos propor uma interpretação alternativa do processo de desenvolvimento da diplomática. Entretanto, assumindo o risco de compor um quadro fragmentário e, naturalmente, lacunar, acreditamos ser conveniente percorrer a literatura especializada a partir de um recorte

⁴⁴ Tognoli (2014) dividiu os tratados e manuais em três períodos representativos, em seu entendimento, dos diferentes estágios de desenvolvimento da diplomática no que tange aos seus propósitos, ao seu objeto e à metodologia: diplomática clássica, em que se inserem os primeiros tratados (Daniel van Papenbroeck, 1675; Jean Mabillon, 1681; Scipione Maffei, 1727; Tassin e Toustain, 1750-65, e Angelo Fumagalli, 1802), diplomática moderna, com as obras de Theodor von Sickel (1867), Julius Ficker (1877), Harry Bresslau (1889), Arthur Giry (1893) e Cesare Paoli (1898) e diplomática contemporânea, em que se destacam Luigi Schiaparelli (1909), Alain de Boüard (1929), Auguste Dumas (1932), Georges Tessier (1952), Heinrich Fichtenau (1961), Robert-Henri Bautier (1961), Armando Petrucci (1963), Paola Carucci (1987) e Luciana Duranti (1989-1992).

orientado pelos aspectos em torno dos quais gravita nosso interesse: o objeto material da diplomática, a finalidade da crítica documental e o método de análise e suas aplicações.

2.1 Por que estudar os documentos?

Distinguir o verdadeiro do falso: esta foi a motivação que animou, desde o Renascimento, os eruditos empenhados no estudo dos documentos. Segundo Luciana Duranti (1989, p. 12), a questão da falsificação se apresenta desde os períodos mais remotos da história da documentação, embora não tenha constituído um problema real até o século XVI.

No mundo antigo, a autenticidade dos documentos não dependia de sua forma, da estrutura ou da articulação de seu conteúdo, mas tinha a ver quase que exclusivamente com a custódia, com o lugar em que eram depositados e preservados.⁴⁵ Não tardou para que documentos assumidamente falsos fossem depositados nos arquivos, o que lhes conferia, para todos os efeitos, a confiabilidade e o caráter autêntico de que, verdadeiramente, não dispunham (Duranti, 1989, p. 12).

⁴⁵ Como bem notou o professor Manuel Romero Tallafigo (1994, p. 16), a humanidade se dedica a analisar e amadurecer as formas pelas quais se configuram os documentos escritos desde muito antes de Mabillon. Regras práticas para reconhecer a autenticidade dos documentos podem ser encontradas no *Corpus Iuris Civilis*, obra jurídica publicada entre os anos de 529 e 534 por ordem de Justiniano I, e em vários decretos papais. Duranti (1989, p. 12), entretanto, chama a atenção para o fato de que estas regras se referiam apenas à forma externa dos documentos criados pelas chancelarias imperiais e papais.

Tais documentos, chamados genericamente de diplomas como quaisquer documentos solenes, destinavam-se a fazer constar a concessão de direitos, posses e privilégios aos seus destinatários, o que os transformava em armas poderosas quando empregados em litígios judiciais e controvérsias de cunho político ou religioso. Se, pouco a pouco, a partir do século XIII, uma certa *expertise* começa a ser desenvolvida entre os magistrados, no que tange ao reconhecimento dos documentos que lhes eram coetâneos, persistia a dificuldade de discernir a validade daqueles de datação mais antiga (Tessier, 1961, p. 636). Nos séculos XIV e XV, documentos dos séculos I (privilégios concedidos à Áustria por César e Nero) e IV (a doação de Constantino ao papa Silvestre I) estiveram no centro de disputas e foram alvo dos estudos de Francesco Petrarca e Lorenzo Valla (Tessier, 1961, p. 636), dois humanistas que, ao submetê-los a análise sistemática, num exercício de sofisticada crítica baseada no método histórico, provaram sua falsidade (Duranti, 1989, p. 12).

As controvérsias em torno dos documentos assumiram, como observou Tessier (1961, p. 636-7), uma dimensão particularmente expressiva no terreno do direito público na Alemanha do século XVII, num movimento que ficou conhecido como as “guerras diplomáticas”, na esteira do qual a diplomática experimentou, segundo Duranti (1989, p. 13), uma transformação em seu caráter, deixando de ser apenas uma arte da crítica para tornar-se “disciplina completa e autônoma”.

Se, na Alemanha, tais disputas foram de cunho fundamentalmente jurídico, motivadas por controvérsias em torno da afirmação de direitos entre

as classes do Sacro Império Romano Germânico, na França assumiram caráter doutrinário, eivadas de interesse científico (Duranti, 1989, p. 13). A polêmica entre o jesuíta bolandista Daniel van Papenbroeck e o beneditino Jean Mabillon é um dos mais conhecidos episódios da *bella diplomatica* ⁴⁶ e teve como uma de suas principais consequências a publicação do tratado reconhecido, quase que por unanimidade, como marco fundador do estatuto disciplinar da diplomática.⁴⁷

A historiadora e diplomatista italiana Antonella Ghignoli (2007, p. 908), entretanto, chama a atenção para o fato de que aos seis livros de Mabillon não caberia, a rigor, o título de primeira obra sobre diplomática, mas sim a uma dissertação de dimensões bem mais modestas: trata-se da introdução redigida por Papenbroeck para o segundo tomo das *Acta Sanctorum*.⁴⁸ Nela, após enunciar um conjunto de princípios gerais para o

⁴⁶ Tessier (1961, p. 637) cita, por exemplo, os episódios ocorridos na Baviera e na França, quando o teólogo e erudito Jean de Launoy tomou parte em uma demanda envolvendo o mosteiro de Saint-Médard de Soissons, fazendo publicar um volume de cerca de 800 páginas a respeito de um privilégio pretensamente concedido pelo papa Gregório I. Segundo o autor, é possível reunir uma vasta bibliografia de memórias redigidas entre os séculos XVII e XVIII por publicistas experientes (meio juristas, meio historiadores), por ocasião de litígios em que seus clientes lançavam mão de documentos antigos, argumentando em favor de sua autenticidade ou procurando demonstrar a falsidade dos títulos de que se valiam seus adversários.

⁴⁷ Publicado em 1681, *De re diplomatica libri VI* pode ser consultado na Gallica, biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1510935z>>. Acesso em 6 fev. 2018.

⁴⁸ Resultado de um projeto da Igreja Católica voltado para o desenvolvimento de uma teologia menos especulativa, as *Acta Sanctorum* consistiam na edição crítica de documentos sobre a vida dos santos, com o objetivo de separar fatos e lendas. A série foi iniciada pelo jesuíta holandês Jean Bolland e continuada por Godefroid Henskens e Daniel van Papenbroeck (Tognoli, 2014, p. 27). Publicado em abril de 1675, o *Propylaeum antiquarium circa veri falsique discrimen in vetustis monumentis, praesertim diplomatibus, observandum* pode ser consultado na Gallica, biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k856135q/f1.image>>. Acesso em 6 fev. 2018.

estudo de pergaminhos antigos, o jesuíta atestou a falsidade um diploma de doação de Dagoberto I em favor do Mosteiro de São Maximino, o que acabou por também colocar em xeque a autenticidade dos diplomas merovíngios, muitos dos quais destinados a fundamentar direitos sobre o patrimônio da ordem dos beneditinos na França (Tognoli, 2014, p. 17; Duranti, 1989, p. 13).

Buscando responder ao jesuíta e, com isso, defender os documentos preservados no mosteiro de Saint-Denis, o beneditino Jean Mabillon dedicou-se a estabelecer regras fundamentais para a crítica documental, num projeto ideológico que, para Ghignoli (2007, p. 909), tinha objetivo bastante claro: formular as bases de uma arte que tornasse possível o julgamento seguro da autenticidade dos documentos conservados por indivíduos ou igrejas.

Sem desconsiderar a relevância da obra de Mabillon, Tognoli (2014, p. 33) não deixa de observar suas limitações. Produzido em um contexto específico, o tratado tinha objeto bem demarcado – incidia sobre documentos dos reis da França, produzidos antes do século XIII e mantidos nos arquivos de determinadas ordens religiosas –, deixando de lado, conseqüentemente, todo um leque de documentos de origens e datação diversas.

Em que pese à ressalva, a monumentalidade da obra e a extensão do conjunto de documentos analisados para fundamentá-la colocam o estudo de Mabillon na origem do primeiro estágio da arte crítica, marcado pelo estabelecimento de regras objetivas e pela definição de um procedimento

analítico que demonstra, no dizer de Ghignoli (2007, p. 909, tradução nossa), seus “propósitos práticos e jurídicos; em última análise, forenses”.

Mabillon definiu um objeto de estudo (os diplomas medievais), um objetivo (julgar-lhes a autenticidade) e propôs um método, a análise comparada (Rondinelli, 2013, p. 107). Contudo, seus propósitos eram marcadamente eivados de finalidade prático-jurídica, característica partilhada pelos estudos que se seguiram no escopo da chamada diplomática clássica. Segundo Tognoli (2014, p. 42), estes tratados, conhecidos como “obras do *Ancien Régime*”, não apresentavam o “estabelecimento de conceitos ou a preocupação com as definições, que marcaram as obras dos séculos seguintes.” Com o fim do Antigo Regime, entretanto, os documentos perderam sua utilidade primária (jurídica), na esteira da secularização e da supressão das entidades eclesiásticas e da transferência de seus arquivos a instituições públicas (Ghignoli, 2007, p. 909).

Sobre os documentos, pouco a pouco, começaram a pairar outros interesses e a diplomática, a reboque da institucionalização da pesquisa histórica, sofreu uma guinada em seus objetivos e em sua condição. Ensinada nas faculdades de direito desde o século XVIII, o que favoreceu o surgimento de novos estudos em diversos países europeus (Duranti, 1989, p. 13), a diplomática – ainda associada à paleografia⁴⁹ – passou a ser

⁴⁹ Duranti (1989, p. 13) pondera que, por conter um tomo inteiro dedicado à análise dos tipos de escrita, a obra de Mabillon pode ser considerada o primeiro tratado de paleografia, embora esta disciplina só viesse a receber um nome anos mais tarde, com a publicação, em 1708, de *Palaeographia graeca, sirve de ortu et progressu literarum*, de Bernard de Montfauçon. Para a autora, a concepção enciclopédica do conhecimento que dominou o

considerada disciplina auxiliar da história, uma ferramenta valiosa para os trabalhos de reprodução e edição crítica de fontes que brotavam dos gabinetes dos eruditos nos institutos especializados, entre os quais se destacam a École Nationale des Chartes, na França, e o Institut für Österreichische Geschichtsforschung⁵⁰, na Áustria, fundados respectivamente em 1821 e 1854.

Por que ou para que estudar os documentos? Entre os séculos XVII e XVIII, tratava-se de uma “questão de honra”, como defende Tognoli:

Com um caráter meramente pragmático, essas obras [do Antigo Regime] foram elaboradas por historiadores que faziam parte de ordens religiosas e que buscavam, acima de tudo, defender a honra dos diplomas mantidos em seus arquivos, mesmo que isso implicasse “forçar” uma autenticidade que, às vezes, não existia. (Tognoli, 2014, p. 42)

Ao longo do século XIX e no começo do XX, porque era preciso validar os documentos que serviriam de matéria-prima para o ofício dos historiadores. Contudo, as transformações da teoria por trás da escrita da história, em curso desde o final da década de 1920, com a reação à corrente positivista encetada pela escola dos Annales, como veremos mais adiante, abalaram a primazia do testemunho escrito como fonte privilegiada e como expressão incontestável da verdade sobre o passado.

Por volta dos anos 1950, os sinais de uma crise de esgotamento começaram a ser sentidos pelos diplomatistas (Carucci, 2006). Se o

século XVIII fez com que a diplomática e a paleografia permanecessem, por muito tempo, confundidas como uma só disciplina.

⁵⁰ Ao qual nos referiremos, daqui em diante e por efeito de simplificação, como Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria.

julgamento da “sinceridade” das fontes já não dependia exclusivamente do aporte da diplomática, qual seria o papel da disciplina? O que se seguiu foi um período de rico debate que acabou por aproximar a diplomática da arquivística, reconfigurando seu objeto, renovando o método e dando novo sentido à sua finalidade.

2.2 Como estudar os documentos?

O único instrumento de que os primeiros diplomatas dispunham para compreender o mundo era constituído por documentos isolados, notadamente escrituras de terras expedidas pelas chancelarias reais e imperiais e preservados em vários monastérios (...) Uma pequena janela para o mundo. Todavia, uma janela com boa perspectiva. (Duranti, 1989-90, p. 4, tradução nossa)

A necessidade de comprovar a autenticidade dos documentos exigiu a formulação de princípios, procedimentos e, finalmente, de um método para distinguir o verdadeiro do falso. Os primeiros diplomatas, entretanto, não contavam com fundos inteiros à sua disposição, mas com documentos isolados. E foi a partir deste material esparso que procuraram compreender a natureza e as feições dos documentos, num exercício sofisticado que seguia a mesma lógica de sua redação: primeiro, trataram de separar o documento de seu contexto (o mundo) para, depois, relacioná-los entre si (Duranti, 1989-90, p. 4).

Apesar das investidas de Petrarca e Valla, nos séculos XIV e XV, foi a partir do *Propylaeum antiquarium circa veri falsique discrimen in vetustis monumentis, praesertim diplomatis, observandum* – a introdução que Papenbroeck preparou para o segundo volume das *Acta Sanctorum* – que as primeiras considerações acerca da crítica diplomática começaram a ser sistematizadas.

Papenbroeck, assim como os autores dos demais tratados redigidos entre os séculos XVII e XVIII, não se preocupou em estabelecer ou definir conceitos. Ocupou-se, portanto, de descrever aquilo que podia ver e sentir ao tocar as peças documentais: as subscrições, os erros cronológicos, o estilo, as fórmulas, a materialidade do suporte, os monogramas, os selos e lacres. Se o seu trabalho pode ser considerado um exemplo de “como não fazer a crítica de um documento”, é certo que “representou o ponto de partida necessário para que os beneditinos compilassem os primeiros tratados sobre a crítica dos diplomas e se tornassem os grandes eruditos da crítica diplomática nos séculos XVII e XVIII.” (Tognoli, 2014, p. 28-29).

Assim, as regras fundamentais da crítica foram concebidas por Jean Mabillon e enunciadas em seu *De re diplomatica*, obra que, no dizer de Duranti (1989, p.13), “marca a data de nascimento da diplomática e da paleografia.” Trabalhando com um *corpus* documental muito mais amplo do que aquele reunido por Papenbroeck – cerca de duzentos itens que pôde consultar diretamente no mosteiro de Saint-Denis ou por meio de correspondentes nos arquivos das grandes abadias da ordem beneditina na Europa (Ghignoli, 2007, p. 909) –, Mabillon dividiu suas fontes em dois

grandes grupos, examinando todos os diferentes aspectos que podia observar: suporte, tinta, linguagem, escrita, pontuação, abreviações, fórmulas, subscrições, selos, sinais especiais, notas da chancelaria... (Duranti, 1989, p. 13).

Se Harry Bresslau (1998, p. 33) considera que com Mabillon a arte crítica atingiu o estatuto de disciplina científica, Luciana Duranti (1989, p. 13), por seu turno, reconhece que o caráter utilitário da crítica textual implicava, naturalmente, sua suspeição. No entendimento da arquivista italiana, a diplomática, bem como a paleografia, só assumiria caráter científico e autônomo muito mais tarde, quando os documentos começaram a ser considerados fontes para a história. Só então, para Schiaparelli (1909), os diplomatistas puderam executar a pesquisa desinteressada, uma “ciência pura” capaz de oferecer resultados “de igual valor para as mais opostas tendências historiográficas”.⁵¹

Contudo, se é bem verdade que *De re diplomatica* não é isento de erros, cumpre reconhecer, como o faz Bresslau (1998, p. 32, tradução nossa), que contém “verdades inabaláveis, que desde então permanecem como patrimônio comum da pesquisa científica, e princípios que (...) estão na base dos progressos” da diplomática.

⁵¹ O artigo de Schiaparelli (1909) encontra-se reproduzido em *Scrineum: saggi e materiali on line di scienze del documento e del libro medievali*, repositório criado por iniciativa de estudiosos das áreas da diplomática, paleografia e codicologia ligados a diversas universidades italianas. A transcrição do texto, contudo, não respeitou sua paginação original. O mesmo ocorre com os artigos de Nicolaj (1986), Petrucci (1963) e Pratesi (1973) citados mais adiante. Por esta razão, não nos restou alternativa senão reproduzir as passagens sem mencionar o número da página em que originalmente se encontram.

Apesar de se valerem de documentos isolados, uma vez que não tinham acesso a fundos inteiros, dado o sigilo dos arquivos no tempo das monarquias absolutistas (Duranti, 1989-90, p. 4), os primeiros diplomatas – impulsionados por Mabillon – trabalharam na concepção um método de análise que, calcado na observação de elementos encontrados “dentro” e “fora” (isto é, no discurso e na configuração física) dos documentos, primava pelo estudo comparado, baseado no confronto de exemplares produzidos em contextos determinados.

O *modus operandi* segundo o qual Mabillon executava a crítica documental caracteriza-se, como definiu Tognoli (2014, p. 33-34), como um método histórico, de tipo analítico-comparativo, segundo o qual os documentos são interpretados na chave da série cronológica ou geográfica (documentos produzidos em determinada época ou lugar), numa lógica que sustenta a crítica documental até os dias de hoje.

Embora a essência do método não tenha se alterado significativamente desde então, convém notar que, com o passar do tempo, a forma de estudar os documentos se refinou, na esteira do aprofundamento da compreensão do objeto material da diplomática. As contribuições mais significativas, neste sentido, foram dadas pelos estudiosos filiados à escola austríaca, no século XIX.

Se os padres franceses (beneditinos, como Mabillon) René-Prosper Tassin e Charles François Toustain, ainda no século XVIII, inauguraram o terreno da diplomática especial ao estudarem documentos da alta Idade Média produzidos fora dos limites da França, introduzindo princípios

metodológicos – válidos ainda hoje – para o estudo crítico de seu estilo, suas fórmulas e do uso que deles se fazia (Duranti, 1989, p. 14),⁵² foram dois alemães radicados na Áustria que deram os impulsos mais significativos para o desenvolvimento da diplomática geral.⁵³

A experiência adquirida nos anos em que estudou na École Nationale des Chartes e na Scuola di Paleografia, Diplomatica e Archivistica dell'Archivio di Stato di Milano levou o historiador alemão Theodor von Sickel a dirigir, entre os anos de 1869 e 1891, o Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria, um dos mais efervescentes focos do estudo da diplomática da Europa no século XIX.

Assim como Mabillon, Sickel propôs um estudo de orientação comparada, eivado, contudo, de uma diferença significativa no foco de sua observação. Em lugar de basear o confronto dos documentos apenas em sua seriação cronológica, privilegiou a pessoa por trás de sua redação e compilação: o notário (Tognoli, 2014, p. 48). A comparação, então, passa a se dar pelo modo de escrita (linguagem, grafia), num tipo de abordagem que, apoiada sobre a evidência imediata da óptica, passou a figurar como o

⁵² Duranti (1989, p. 14, tradução nossa) observa que o *Nouveau traité* de Tassin e Toustain foi traduzido para o alemão enquanto ainda era redigido por seus autores, num fenômeno peculiar que demonstra, por um lado, “a solidariedade internacional no domínio da cultura no século XVIII” e, por outro, “a validade científica dos princípios e métodos da diplomática para a crítica de todos os documentos, independentemente do período ou do lugar em que foram criados.”

⁵³ Segundo Luciana Duranti, a diplomática especial constitui um ramo da diplomática no qual os princípios teóricos da disciplina são individualizados, desenvolvidos e esclarecidos a partir de sua aplicação a documentos isolados, concretos, reais e facilmente exemplificáveis, em lugar de uma documentação abstrata e atípica. “Assim, a diplomática geral é um corpo de conceitos, cuja aplicação a infinitos casos individuais constitui a função da crítica diplomática, isto é, da diplomática especial.” (Duranti, 1989, p. 9, tradução nossa).

primeiro postulado da diplomática moderna, fazendo com que a disciplina alcançasse, no dizer de Bresslau (1998, p.45) o patamar de uma “ciência exata”.

Comparando documentos produzidos por uma mesma chancelaria, Sickel evidenciou a importância da análise do processo de criação dos documentos para o estudo de sua autenticidade (Duranti, 1989, p. 14). Dele veio também a percepção que norteia, até hoje, o procedimento da crítica diplomática: a de que os documentos podem ser divididos em partes, às quais denominou “texto” e “protocolo” (Tognoli, 2014, p. 49).

Segundo Duranti (1989, p. 14), as edições de fontes produzidas pelas mesmas repartições oficiais e preservadas por seus diversos destinatários abriram espaço para a formulação de novos questionamentos que resultaram em análises comparativas requintadas. Theodor von Sickel percebeu que o conteúdo dos documentos se articulava em função de uma estrutura passível de ser fracionada, mas outro alemão, Julius Ficker, foi quem notou que a redação ou a compilação dos documentos se dava no jogo entre duas fases que, a despeito de serem essencialmente distintas, podiam ocorrer simultaneamente ou não.

Ao deparar com as contradições entre as datas de criação do negócio jurídico e de sua redação (Tognoli, 2014, p. 51), Ficker pôde perceber que a gênese documental é determinada por dois momentos: o da ação (*actio*) e o de sua passagem para o meio escrito (*conscriptio*) (Duranti, 1989, p. 14). Entra em cena, pela primeira vez, o estudo do contexto jurídico por trás das ações que dão origem aos documentos, entendidos como complexos de

elementos-chave que podem ser identificados e compreendidos a partir da relação que estabelecem entre si (Tognoli, 2014, p. 51-52), o que representou, no dizer de Duranti (1989-90, p. 5, tradução nossa), “o último e mais sofisticado incremento da diplomática, cujo método dele derivado nos permite estender a crítica diplomática ao estudo dos documentos contemporâneos.”

Há quem discorde, mas pode-se afirmar que o corpo de elementos identificados por Sickel e Ficker – o sistema jurídico, as pessoas, os procedimentos que concorrem para a formação dos documentos, bem como a estrutura formal que lhes confere os meios para que possam provocar os efeitos que deles se esperam – deu à diplomática o lastro necessário para sua renovação no século XX.⁵⁴

Antes, porém, convém ainda examinar a configuração do objeto sobre o qual os primeiros diplomatas se debruçaram, a partir do qual lograram definir o escopo e a finalidade da arte que ajudaram a transformar em ciência.

⁵⁴ Antonella Ghignoli (2007, p. 914, tradução nossa) ironiza o movimento de ampliação e renovação da disciplina quando afirma que as respostas para os problemas enfrentados por Luciana Duranti, ao lidar com os documentos eletrônicos, podem ser encontradas nos tratados do Antigo Regime: “Com efeito, é com Mabillon – e não com Sickel ou Schiaparelli – que se têm em comum os problemas essencialmente ligados à gestão de documentos, de sua autenticidade para fins prático-jurídicos.”

2.3 Que documentos estudar?

Desde as suas origens, a diplomática se ocupa do estudo do documento, da forma documental, do resultado material de uma ação passada para o meio escrito. Mas que documento é esse, o *documento diplomático*?

Segundo Duranti (1989, p. 12), o termo “diplomática” é uma adaptação moderna para a expressão latina *res diplomatica*, usada para designar a análise crítica dos *diplomas*, palavra cuja raiz etimológica vem do grego, do verbo *diplooo* (dobrar). Utilizado nos impérios romano e bizantino, o termo se referia aos documentos escritos em placas articuladas por uma dobradiça, ou seja, dípticos fechados sobre si mesmos (Romero Tallafigo, 1994, p. 15). No império romano, a palavra era usada para designar os documentos emitidos pelo imperador ou pelo senado, como decretos de concessão de privilégios de cidadania ou de matrimônio aos soldados que serviam no exército. Logo, passou a ser designar também todos os atos exarados pelas autoridades soberanas, sendo, mais tarde, estendida para nomear, genericamente, todos os documentos solenes (Romero Tallafigo, 1994; Duranti, 1989).

Juan Galende Díaz e Mariano García Ruipérez (2003, p. 10), por seu turno, observam que até o Renascimento, a palavra “diploma” não se confunde com o termo “documento”, tendo em vista que só se consideravam diplomas os documentos mais solenes e antigos, emitidos pelos soberanos e pelos grandes senhores, autoridades de primeira ordem que, em função do cargo que desempenhavam, precisavam contar com os préstimos de uma chancelaria ou de uma cúria organizada.

A diplomática de Mabillon é, portanto, a arte da crítica dos diplomas, aqueles documentos mais formais e revestidos de alto grau de solenidade. Como observa Tognoli (2014, p. 33), o beneditino centrou seu interesse nos documentos dos reis franceses anteriores ao século XIII. A propósito, de acordo com Antonella Ghignoli (2007, p. 908), o termo “diplomática”, exumado do vocabulário humanista, começa a ser empregado como adjetivo (*res diplomatica*, *ars diplomatica*), na língua latina, com a publicação do manual de Jean Mabillon, passando, no século XVIII, quando a arte se torna cadeira nas universidades europeias, a ser empregado como substantivo nas diversas línguas nacionais para denotar a própria disciplina (*Diplomatik*, *diplomatique*, *diplomática*, *diplomatics*).

Para compreender o caráter dos documentos que serviram de fonte para o estudo de Mabillon e para os que se seguiram ainda no Antigo Regime, não se deve esquecer o contexto em que *De re diplomatica* foi concebido: as guerras diplomáticas. Os diplomas, como vimos, eram empregados como armas nestas contendidas e o estudo de sua autenticidade era, portanto, uma tarefa pragmática, de finalidade prático-jurídica, como sublinhou Tognoli (2014, p. 25). Assim, no dizer de Galende Díaz e García Ruipérez (2003, p. 11, tradução nossa), Mabillon “destacou, acima de qualquer outra consideração, a vinculação jurídica dos documentos diplomáticos, aspecto que constituía sua própria essência.”

Não é fácil, contudo, delimitar precisamente a que correspondia o conceito de documento diplomático nos primeiros tratados. Sobre isso, convém resgatar o comentário de Robert-Henri Bautier (1961, p. 202,

tradução nossa) sobre a obra de Mabillon: “Ele mesmo jamais definiu em seu tratado aquilo que entendia por ‘diploma’, termo que em diversos pontos contenta-se em interpretar como ‘vetera instrumenta’, ‘veteres chartae’⁵⁵.”

Como notaram Galende Díaz e García Ruipérez (2003, p. 9), a falta de unidade terminológica faz com que termos como ata, diploma, documento, instrumento, monumento, escritura, título e carta se confundam e sejam empregados de forma genérica, ora assumidos como sinônimos ora atribuindo-se a cada um deles um sentido mais restrito e concreto.

Partindo notadamente do contexto da documentação espanhola, os autores analisam os sentidos que estes termos adquiriram ao longo do tempo. Tognoli (2014, p. 38) observa as sucessivas alterações de sentido do termo “carta”, bem como do uso que dele se fazia:

A palavra *chartes* (*chartae*) corresponde ao documento dispositivo, ou seja, àquele documento que faz cumprir ou valida uma ação, sendo considerado um testemunho da mesma. A documentação medieval era composta basicamente de documentos dispositivos (*chartae*, *chirographum*, *epistola*) e documentos de prova (*notitiae*).

Galende Díaz e García Ruipérez (2003, p. 9), por seu turno, notam que os termos *charta* ou *chartula*, de uso corrente na Idade Média, equivaliam ao “documento” em geral, razão pela qual eram acrescidos de um adjetivo capaz de especificar sua natureza – *chartula ecclesiasticae*, *regiae*, *venditionis*, *donationis*, *confirmationis*, *privilegii* – ou de definir seu aspecto (*partitae*, *dentatae*, *divisae*).

⁵⁵ “Velhos instrumentos”, “cartas antigas”.

A efervescência dos estudos diplomáticos nos institutos especializados, sobretudo com a proeminência da escola austríaca, em meados do século XIX, ofereceu as condições para que o objeto material da disciplina começasse a ser delimitado de forma mais precisa. Em seu *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et ennarata*, estudo em dois volumes publicado em 1867, Theodor von Sickel formula, pela primeira vez, uma definição para o conceito de documento diplomático (*Urkunde*): trata-se do documento escrito, resultante de um fato de natureza jurídica, revestido de uma forma determinada que não apenas condiz com o seu conteúdo jurídico como também lhe confere fé pública e valor probatório (Tognoli, 2014, 63).⁵⁶

Cerca de vinte anos depois, Harry Bresslau desconsiderou o peso do caráter probatório como fator determinante para a definição do objeto material da diplomática, chamando a atenção para os documentos de origem privada que não sustentavam qualquer força de prova, mas não abriu mão, contudo, do elemento jurídico. Para ele, eram passíveis de análise não apenas os *Urkunden*, testemunhos dos fatos de natureza jurídica, como também os *Akten*, atos derivados da relação entre pessoas, destinados a iniciar um negócio jurídico ou que, de algum modo, influenciaram a sua execução (Bresslau, [1889]1998, p. 7-8).

⁵⁶ O “*Urkunde*” dos alemães corresponde àquilo que os franceses denominaram “*acte*”. Mais tarde, este conceito seria revisado à luz do vocabulário jurídico por Auguste Dumas. Convém notar ainda que o termo “*acte*” não se confunde com o conceito de “*Akte*” dos alemães, como se poderia supor numa tradução apressada. Os “*Akten*” são, com efeito, o contrário dos “*Urkunden*”, correspondendo aos documentos ditos “preparatórios” ou “de apoio”, isto é, aqueles que concorrem para viabilizar a formalização de uma ação de natureza jurídica e sua passagem para o meio escrito na forma de um documento diplomático, aos quais os franceses denominam “*actes instrumentaires*” e que só passaram a constituir objeto de real interesse para a diplomática quando esta, finalmente, se aproxima da arquivística, no século XX, como veremos mais adiante.

A natureza jurídica do fato que dá origem ao documento – e que se estende, portanto, a ele próprio – passou a constituir, a partir de Sickel, o elemento central que determina o entendimento do objeto material com que trabalham os diplomatas, sobre o qual fazem incidir o método de análise crítica e do qual destilaram a primeira categorização de suas fontes (documentos dispositivos e probatórios). Objeto este circunscrito a um período bem demarcado, como defendeu Luigi Schiaparelli:

Os documentos, objeto do nosso estudo, são principalmente aqueles da época medieval, geralmente em latim; de modo que a nossa ciência se volta, e em grande parte sobre ela se fundamenta, sobretudo para a história medieval e a história das regiões em que perdurou o uso da língua latina. (Schiaparelli, 1909, tradução nossa)

Por quanto tempo, contudo, poderia o objeto da diplomática permanecer “confinado” nos limites da Idade Média?

2.4 A diplomática hoje: novos objetos e finalidades

Ao examinar os caminhos tomados pela diplomática na atualidade, refletindo sobre as possibilidades de sua aproximação junto à história social, Giovanna Nicolaj curiosamente comparou a disciplina a uma adolescente às vésperas de sua festa de quinze anos:

A Diplomática é uma disciplina muito antiga e honrada, carregada de experiências e de glórias; mas também é, estranhamente, muito jovem, quase como se ainda estivesse

prestes a ser conduzida ao baile de debutantes das ciências históricas e dos métodos de pesquisa atualmente mais cortejados: talvez porque tenha se mantido distante dos debates historiográficos de nosso século, talvez porque tenha seguido sua jornada laboriosa furtando-se um pouco às reflexões gerais e públicas sobre o passado e o futuro ou aos chamados debates metodológicos (Nicolaj, 1986, tradução nossa).

Como notou Georges Tessier (1961, p. 648), a evolução dos estudos de diplomática na França, nos séculos XIX e XX, tem sido associada a uma concepção restritiva que a limitou e que, de certa forma, acabou por paralisá-la. Ao proferir a aula inaugural do curso de diplomática da École des Chartes, em janeiro de 1900, Maurice Prou encerrou seu discurso com as seguintes palavras:

A França não deixou que a herança de Mabillon e dos Beneditinos fosse desmerecida. Se, para alguns observadores superficiais, pode parecer que a obra da diplomática francesa do século XIX não se compara àquela da erudição alemã, isto se deve, por um lado, ao fato de ter se manifestado em trabalhos independentes uns dos outros e em monografias disseminadas num grande número de revistas; em uma palavra, uma obra que não faz volume; por outro, porque o objetivo dos eruditos franceses, seguindo a trilha aberta pelos Beneditinos, tem sido menos o de dissertar sobre as regras de chancelaria e de fazer diplomática pura, e mais o de publicar e utilizar os documentos de arquivo, noutras palavras, de dar mais espaço à prática que à teoria. (Prou, 1900, p. 27, tradução nossa)

A crise do Antigo Regime e o florescimento de uma historiografia⁵⁷ voltada para a reconstrução do passado dos diferentes Estados nacionais em

⁵⁷ Como ramificação dos estudos históricos e campo de pesquisa, a historiografia se caracteriza pela reflexão sobre a produção e a escrita da história, pelo exame crítico dos

formação pela Europa selaram a reorientação da finalidade dos estudos diplomáticos. A arte crítica de Mabillon atravessou o século XIX e chegou ao XX como uma “serva modesta da história”, nas palavras de Luigi Schiaparelli em discurso proferido na Faculdade de Letras da Universidade de Florença. Modesta, porém orgulhosa porque, ao contrário de sua senhora, consistia na verdadeira pesquisa desinteressada, gozando da “objetividade calma e serena” que lhe permitia chegar a “resultados incondicionalmente respeitados” (Schiaparelli, 1909, tradução nossa).

De fato, ao longo do século XIX, tanto a diplomática quanto a paleografia serviram como ferramentas úteis e valiosas para os projetos de reprodução e edição de documentos, indo de encontro ao desejo positivista de reconstituir os fatos “como eles realmente aconteceram”. Sintomático deste quadro é o perfil da *Revista Histórica (Revue Historique)*, lançada na França em 1876, exemplar da concepção de história típica do movimento da escola metódica, em que se publicavam instrumentos de pesquisa (listagens de arquivos e documentos, semelhantes aos guias de fontes), além de compilações, reproduções e análises de fontes primárias.⁵⁸

Neste sentido, Ghignoli (2007, p. 910) destaca também a relevância das séries *Monumenta Germaniae Historica* e *Diplomata*, resultantes de um

discursos de diferentes historiadores e da maneira como cada um deles pensa o método histórico (Silva; Silva, 2009, p. 189-193). Aqui, tomamos a liberdade de empregar o termo em seu sentido leigo, conforme definido pelo *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2009, p 1051): “Arte de escrever a história”.

⁵⁸ Os volumes publicados entre 1876 e 2000 podem ser consultados livremente na Gallica, biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França. Atualmente, a revista é editada e comercializada pelas Presses Universitaires de France e dirigida por Claude Guevard e Jean-François Sirinelli.

plano de publicações sistemáticas de fontes medievais que representou o surgimento de um gênero historiográfico e, ao mesmo tempo, de um instrumento de crítica histórico-diplomática. Com efeito, a criação dos arquivos nacionais por toda a Europa e, conseqüentemente, a maior facilidade para consultar os documentos acarretaram, como notou Paola Carucci (2006, p. 10, tradução nossa), uma “circulação mais ampla da informação na restrita, mas douta e empenhada, comunidade científica europeia” que resultou num desenvolvimento sensível para a diplomática e para a paleografia.⁵⁹ A popularização da técnica fotográfica, no final do século XIX, teve também um papel determinante para ambas as disciplinas, levando ao surgimento de um novo gênero de publicações: as edições anotadas com reproduções integrais dos documentos, acompanhadas de comentários de natureza diplomática (Ghignoli, 2007, p. 910).

Contudo, antes que os diplomatas pudessem questionar a finalidade de seu trabalho, o campo da história já se debatia em torno de inquietações que resultariam em transformações sensíveis nos planos da teoria e da prática e que redefiniriam o tipo e o grau da relação mantida com suas ditas ciências auxiliares.

A revista *Anais de História Econômica e Social* (*Annales d'Histoire Économique et Sociale*), cujo primeiro número foi publicado em 1929, é

⁵⁹ Discutindo o desenvolvimento da diplomática com base essencialmente no contexto italiano, Carucci destaca a emergência, no século XIX, de renomados estudiosos nas universidades de Pisa, Pádua e Florença. A autora desataca a proeminência de Luigi Schiaparelli, “pelo apuro crítico e pelo método rigorosíssimo” que empregou nas exemplares edições dos diplomas dos reis da Itália (*Diplomi dei re d'Italia*) e do código diplomático lombardo (*Código diplomatico longobardo*), publicadas respectivamente entre 1905-1914 e 1929-1933 (Carucci, 2006, p. 11).

considerada o marco inaugural do movimento que, no dizer de Peter Burke (1997), representou a “revolução francesa da historiografia” e que tomou de empréstimo, em seu nome, o título do periódico editado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Numa clara reação à prática encarnada pelos metódicos, o programa da escola dos Annales preconizava a aproximação entre a história e os métodos das ciências sociais, pautada pela formulação de novos tipos de perguntas sobre o passado, cujas respostas dependiam não apenas do uso de novos tipos de fontes como também demandavam outra forma de ler os documentos oficiais, já largamente empregados na pesquisa retrospectiva e credenciados, pela tradição rankeana, como os únicos testemunhos fidedignos sobre o passado.⁶⁰

Emerge, assim, uma “nova erudição”, calcada na renovação da crítica documental (Le Goff, 2011). Se para os metódicos era fundamental assegurar a autenticidade e a fidedignidade dos documentos, para a nova história isto nem se coloca como um problema prioritário ou mesmo real, uma vez que, como definiu Jacques Le Goff, os documentos, agora entendidos como monumentos, não passavam de “uma roupagem, uma aparência enganadora” (Le Goff, 1996, p. 538).

Menos preocupados em descrever os fatos do passado “como eles realmente aconteceram” e mais interessados em compreendê-los na chave

⁶⁰ Fernando Novais e Rogério Forastieri da Silva (2011, p. 12) questionam a “novidade” que caracterizou a proposta dos Annales, argumentando que o diálogo com as ciências sociais constituía uma pauta em movimento desde o século XVIII. Peter Burke (1992, p. 10), por seu turno, observa que se pode encontrar na escola dos Annales a origem da “nova história”, tendência que emergiu na década de 1970 encabeçada por Jaques Le Goff. Em outra oportunidade, pudemos discutir de forma mais alongada a respeito das implicações destes movimentos para a compreensão do conceito de documento no âmbito da história e da arquivística. À guisa de curiosidade, ver Campos (2014b, p. 26-51).

mais ampla das estruturas e dos problemas, os historiadores, trabalhando sob o prisma de uma nova concepção da temporalidade, passaram a contar com um espectro mais dilatado de fontes à sua disposição.

Não que os documentos de arquivo tenham deixado de figurar como matéria-prima da investigação histórica, mas passaram a concorrer com as fotografias e com a iconografia em geral, com as gravações sonoras e com os registros audiovisuais. Para “extrair o significado profundo daquilo que é subjacente à cristalização formal” (Carucci, 2006, p. 21-22, tradução nossa), o historiador do século XX recorre também às fontes “não arquivísticas” e a outras disciplinas que possam fornecer novas perspectivas à pesquisa, como a estatística, a demografia e a programação de dados.⁶¹

O que mudou, ao fim e ao cabo, foi a expectativa em torno da “verdade” que os documentos de arquivo seriam capazes de revelar, fazendo coro à crescente desconfiança em relação à possibilidade da existência de uma objetividade intrínseca às fontes e ao próprio modo como o historiador as manipula. Para Carucci (2006, p. 22), a distinção mais clara que vai se formando entre erudição e historiografia acabou por determinar a primazia da interpretação sobre a erudição, contrariando o justo equilíbrio fundamentalmente necessário entre estes dois elementos. Neste quadro, o mero discernimento entre “verdadeiro” e “falso” cede lugar ao curioso, e

⁶¹ Refletindo sobre as tendências da história serial, o emprego dos métodos quantitativos e o uso dos computadores na pesquisa histórica, Emmanuel Le Roy Ladurie chegou a constatar que “o historiador de amanhã será programador ou não será”. Contudo, recorre a uma anedota – o caso do pesquisador que, decidido a analisar a composição social da corte de Guilherme II, compila grande quantidade de dados em cartões perfurados e os processa no computador, extraíndo como resultado nada além de obviedades – para reafirmar uma evidência: em história, “o que importa não é a maquina, mas o problema.” (Le Roy Ladurie, [1973] 1980, p. 14 e 11, tradução nossa).

muitas vezes complexo, estudo da contradição entre falsidade diplomática e verdade histórica: é certo que o historiador passa mesmo a valorizar os documentos sabidamente falsos ou enganosos, extraíndo deles testemunhos valiosos para o estudo dos boatos, dos não ditos, dos desencontros e das controvérsias que constituem matéria de seu interesse.

Ainda assim, convém notar que a despeito das transformações introduzidas pela primeira geração dos Annales (ampliadas e levadas a efeito por aquelas que a ela se seguiram e que implicaram mudanças não apenas na relação entre o historiador e suas fontes), a diplomática, a paleografia e outras ciências tradicionalmente consideradas auxiliares continuaram a figurar nos currículos dos cursos superiores e nos manuais destinados à formação de historiadores. Não à toa, em *L'Histoire et ses méthodes*, organizado por Charles Samaran, Georges Tessier e Robert-Henri Bautier assinaram capítulos inteiros dedicados à diplomática e aos arquivos.⁶²

Na esteira da renovação do ofício e da prática do historiador, não tardou para que os diplomatas começassem a sentir os primeiros sinais de um desconforto, uma inquietação que os levaria a repensar os conceitos até

⁶² O manual, publicado originalmente em 1961, destina-se, em suas quase 2000 páginas, a definir o escopo da pesquisa histórica, analisar seu método, apresentar as diferentes disciplinas auxiliares e determinar as exigências típicas do *métier* do historiador. Mereceram capítulos específicos, assinados por especialistas renomados, as seguintes disciplinas: arqueologia, epigrafia, papirologia, paleografia, criptografia, diplomática, genealogia, heráldica e onomástica. Charles-Edmond Perrin, ao resenhar o volume, questiona o caráter supostamente acessório de ciências que, em diferentes graus de desenvolvimento, constituíam campos do conhecimento mais ou menos autônomos ou institucionalizados: “a prova de que algumas destas ciências ditas auxiliares da história se enquadram mal nesta subordinação nos é dada pela numismática e pela diplomática” (Perrin, 1962, p. 136, tradução nossa).

então empregados e a questionar o objeto sobre o qual vinham se debruçando, bem como a finalidade do trabalho que executavam.

No começo da década de 1930, Auguste Dumas, professor de história do direito e das instituições na Faculdade de Direito de Aix-en-Provence, em resenha do *Manuel de Diplomatie* de Alain de Boüard publicada na revista *Le Moyen Âge*, contestou, partindo de aprofundado estudo do vocabulário jurídico francês, a definição do conceito de documento diplomático (o “*Urkunde*”, de Sickel, a que os franceses chamavam “*acte*”), sublinhando a distinção entre *acte juridique* e *acte instrumentaire*.⁶³ Para Tognoli (2014, p. 92), o esforço de Dumas sinaliza a disposição de reavaliar os conceitos empregados pela disciplina e suas definições, “demonstrando a estagnação da arte crítica”.

Trata-se, com efeito, do prenúncio de uma crise de identidade que se manifestaria mais intensamente nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial, abrindo espaço para uma sequência de instigantes debates acerca do caráter, do propósito, da natureza e das limitações do objeto material da diplomática e oferecendo as condições para que, ao descolar-se da história, mirando a conquista da desejada autonomia, a disciplina acabasse por se aproximar de outra ciência: a arquivística.

⁶³ Diz Dumas: “Seria necessário que a redação dos documentos (*actes*) fosse estudada para a época contemporânea com tanta sagacidade científica quanto o é para Idade Média... Haveria uma diplomática contemporânea que seria a contrapartida da diplomática histórica, apenas agora constituída como ciência” (Dumas, 1932, p. 29 apud Bautier, 1961, p. 206, tradução nossa). Para Bautier (1961, p. 206), tratou-se de sugestão revolucionária que por muito tempo não recebeu a merecida atenção, ainda que Boüard tivesse incluído em seu *Manuel de diplomatie* documentos modernos e até mesmo minutas de decretos imperiais de Napoleão I.

A literatura especializada tem reconhecido, quase que unanimemente, a existência e os efeitos desta crise de esgotamento. Para alguns, entretanto, o episódio não passou de uma crise imaginada. Antonella Ghignoli (2007, p. 914), por exemplo, desconfia da suposta limitação cronológica do objeto material da diplomática, tendo em vista o caráter histórico da disciplina:

Nada de novo foi dito, portanto, quando, percebendo os sintomas de uma crise de exaustão da disciplina, por volta dos anos 1950, se propôs como remédio o deslocamento do âmbito cronológico da diplomática. Ora, uma disciplina histórica, como a diplomática, nunca exaure suas próprias questões; os mesmos princípios, elaborados na base de sua crítica e de sua análise, sendo nada mais que conceitos históricos (e não instrumentos de uma teoria e de uma técnica), são passíveis de contínuo questionamento e de superação (Ghignoli, 2007, p. 914, tradução nossa).

Não obstante, para a autora a diplomática segue sendo, ainda hoje, uma “disciplina histórica e, também, filológica, fundamentalmente medievalista” (Ghignoli, 2007, p. 908, tradução nossa).

O primeiro passo da diplomática em direção à arquivística foi dado quando Georges Tessier, em seu *La Diplomatie*, cuja primeira edição data de 1952, reconheceu a dualidade do objeto da disciplina: de um lado, seu objeto formal, a descrição e a explicação das fórmulas que constituem a estrutura (física e substantiva) dos documentos, de outro, o objeto material, o próprio documento diplomático e sua tradição, ou seja, seus diferentes estágios de preparação e transmissão, redefinido na esteira das observações de Dumas enquanto *acte instrumentaire* e encampando, assim, tanto os documentos preparatórios (de apoio) quanto aqueles redigidos para fazer constar e para provar os fatos jurídicos (Tognoli, 2014, p. 94-97).

Em conferência proferida na École des Chartes, em novembro de 1960, Heinrich Fichtenau, então professor do Instituto de Pesquisa Histórica da Áustria (do qual viria a se tornar diretor em 1963), fez um balanço da situação do estudo da diplomática em seu país, notando, de saída, um descompasso entre os sentimentos e as ambições das diferentes gerações de profissionais e pesquisadores. Se para toda uma velha guarda a diplomática era tida como um “trabalho artesanal exercido com zelo”, os jovens pesquisadores, por seu turno, nutriam outras expectativas em relação ao objeto e aos resultados de seu ofício, num quadro que apontava para a popularização da disciplina e, sobretudo, para a acentuação de sua natureza técnica (Fichtenau, 1961, p. 7).

O diplomatista austríaco reconhece, em seu discurso, a insuficiência dos métodos consagrados da diplomática para tratar dos documentos que escapavam à esfera dos atos reais e pontifícios, tanto que afirma: “chegamos ao limite do que se pode fazer com os métodos atuais”. Entretanto, resistindo a assumir posição radical (“é preciso examinar as causas da crise e procurar os remédios eficazes, evitando, contudo, criar um choque”), vislumbrou no aprofundamento dos temas tradicionais, revisitados com “novo espírito”, a solução para o impasse em que se encontrava a disciplina (Fichtenau, 1961, p. 13, tradução nossa; Carucci, 2006, p. 12).

Como observou Carucci (2006, p. 12), enquanto para Fichtenau a diplomática passava por uma crise de exaustão, o francês Robert-Henri Bautier, com um pouco mais de otimismo, enxergava na desorientação sensível dos estudos diplomáticos uma crise de crescimento, uma

oportunidade, no dizer de Petrucci (1963, tradução nossa), de “renovação da disciplina, fundada em uma reviravolta revolucionária de seu problema tradicional.”

Orador da aula magna do curso de diplomática da École des Chartes em 1961, Bautier aproveitou a ocasião para traçar um interessante paralelo entre a diplomática e a arquivística, tomando como base de suas reflexões o próprio conceito de documento. Partindo da constatação de que tanto uma quanto a outra são “ciências dos documentos de arquivo”, Bautier se propõe a examinar as esferas de interesses de cada disciplina. Enquanto à arquivística interessam os conjuntos de documentos, a diplomática, ao contrário, volta-se para o estudo do documento em si mesmo, para a sua forma e sua gênese, para desmontá-lo em cada uma de suas partes constitutivas, submetê-lo à crítica e enquadrá-lo no meio jurídico, institucional ou social do qual ele participa, de modo a extrair o conhecimento mais completo possível a respeito do ato que lhe deu origem (Bautier, 1961, p. 210).

E quando trata de definir que documento é este que constitui o objeto material da disciplina, o historiador e diplomata francês é taxativo:

Não vejo, com efeito, qualquer razão para que a diplomática exclua de seu campo, como tem feito tradicionalmente, todos os escritos administrativos que não configurem documentos (*actes*) em senso estrito. Devemos distinguir, entre os escritos emanados de uma administração, dois tipos de documentos: (...) ‘documentos administrativos’ (*actes administratifs*) (...) [e] ‘papéis administrativos’ (*papiers administratifs*) (...) Se admitirmos, então, que a diplomática se interessa por todos os documentos e papéis administrativos (...), não é sobre seu aspecto ou conteúdo jurídico que convém insistir, mas sobre a característica que verdadeiramente têm em comum, o fato de

que, em todo caso, eles são documentos de arquivo. (Bautier, 1961, p. 208-9, tradução nossa)⁶⁴

As posições contrárias de Fichtenau e Bautier dão o tom do debate que se prolongou pela década de 1960, em que tomaram parte diplomatas e eruditos de diversos cantos da Europa, como observou Carucci (2006, p. 12-14). Na Itália, Armando Petrucci (1963), tendo definido a diplomática como ciência que estuda a gênese e as formas dos documentos, não via meio pelo qual ela pudesse deixar de ser uma ciência medievalista. E mais, enxergava nas propostas de renovação encabeçadas por Tessier e Bautier o delicado perigo de fazer cair a diplomática “em um limbo puramente técnico”, no qual o método elaborado pelos diplomatas das gerações anteriores fosse “aplicado indiferentemente a produtos de civilizações muito distantes umas das outras”, subtraindo-lhe, assim, o seu caráter histórico (Petrucci, 1963, tradução nossa).

Alessandro Pratesi (1973), por seu turno, retomou a proposta feita anos antes por Fichtenau para apontar o risco que, em seu entendimento, ela representava: consolidar a eterna dependência da diplomática em relação a outras disciplinas. Contudo, não via naquilo que dizia Bautier os sintomas

⁶⁴ Enquanto os *actes administratifs* se definem como documentos emanados de uma administração no exercício de suas competências específicas, que regulam ou notificam uma decisão ou são fontes de obrigações ou direitos, os *papiers administratifs* consistem naqueles que, embora não se destinem a constituir prova jurídica, representam um momento da gênese do documento propriamente dito (preparação, notificação ou execução de uma decisão) ou mesmo um ato interno, destinado a informar a própria administração a respeito do cumprimento de uma função ou de uma ordem (Pratesi, 1973). Os estágios que compõem o complexo procedimento da passagem de uma ação para o meio escrito – ou seja, a *conscriptio* ou os momentos da gênese documental a que Alessandro Pratesi se refere na definição acima – foram detalhadamente examinados por Luciana Duranti (1990-91) no quarto artigo da série “Diplomatics: new uses for an old science”.

de uma crise propriamente dita, pelo contrário, percebia tratar-se apenas uma verdade (desconcertante para os tradicionalistas) nunca expressada com tamanha clareza.

Para Pratesi, a única ameaça real vinha das ideias de Jindřich Šebánek – professor da Universidade de Brno, na República Tcheca, e talvez o mais destacado porta-voz de uma “diplomática marxista” –, que na década de 1950 advogava em favor da transmutação do objeto formal da diplomática, deslocando-o da análise e da descrição das formas documentais para o estudo das funções sociais dos documentos, algo de que o diplomata italiano discorda veementemente quando afirma:

‘o exame das relações entre os membros de diferentes estratos de uma sociedade, reveladas pelo documento’ não constitui um método de investigação diplomática: é uma das possíveis perspectivas sob as quais o documento pode ser estudado quando o diplomata já determinou a tradição, a gênese, a natureza, a autenticidade, a linguagem, as relações com os outros documentos da mesma origem; é um momento que sucede a pesquisa diplomática, que induz o historiador das relações sociais a usar o documento de acordo com seus interesses particulares, da mesma forma que, através de diferentes métodos, também o fazem o linguista e o historiador da economia, o geógrafo e o jurista, o estudioso dos assentamentos humanos e o da história política” (Pratesi, 1973, tradução nossa).

De uma forma ou de outra – e para o desgosto de alguns – na esteira de uma crise real ou imaginária, a diplomática se aproximou da arquivística, oferecendo um subsídio cuja relevância singular para a consecução das diferentes funções que compõem o escopo do quefazer cotidiano nos arquivos

de gestão (correntes, intermediários) e nos arquivos permanentes vem sendo paulatinamente compreendida e absorvida.

Paola Carucci (2006, p. 19), no entanto, observa que o contato entre a diplomática e arquivística não foi – e nem é – fácil ou particularmente positivo, como poderia sugerir um retrospecto tão breve e linear; faltam, com efeito, abordagens mais matizadas dos pontos de conflito e dos debates construtivos que permearam o movimento de aproximação entre as disciplinas.⁶⁵ Contudo, pondera que se o objeto da diplomática é o estudo da gênese e da forma dos documentos e o da arquivística é o processo de formação dos arquivos (entendidos como conjuntos de documentos) e da tradição de cada entidade produtora, “o estudo de cada fundo arquivístico implica necessariamente a análise diplomática dos documentos que os compõem” (Carucci, 2006, p. 20-21, tradução nossa).

À medida que os conceitos de documento e de arquivo se alargam para os próprios arquivistas, abarcando todo tipo de testemunho e também os conjuntos de documentos acumulados por indivíduos, famílias e entidades privadas, o corpo de conhecimentos e procedimentos estabelecido pela diplomática vai ganhando novas aplicações, delineando um campo de estudos que, apesar de seu surgimento recente, vem sendo bastante explorado e ainda oferece terreno fértil para novas investidas e

⁶⁵ Segundo a autora, os diplomatas permanecem considerando o arquivo como mero depósito, sem levar em conta o sentido do termo enquanto “o conjunto dos documentos produzidos ou recebidos por uma entidade no exercício de suas funções”, com todas as questões de natureza histórica ou jurídico-administrativa, de transmissão e de conservação que dele derivam (Carucci, 2006, p. 19, tradução nossa).

desdobramentos inovadores das experiências acumuladas: a tipologia documental.

Também chamada de “diplomática contemporânea” ou “diplomática arquivística”, a tipologia documental consiste, no dizer de Heloísa Bellotto (2008, p. 7), na “ampliação da diplomática em direção da gênese documental”. Seu objeto já não é mais o documento isolado, a peça documental em si mesma. Ao perseguir a contextualização dos documentos nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade que os produz ou acumula, a tipologia documental procura estudá-los “enquanto componentes de conjuntos orgânicos”, sem prescindir, contudo, daquilo que constitui o interesse da diplomática: a observação atenta da configuração interna dos documentos e o estudo jurídico de suas partes e de seus caracteres (Bellotto, 2008, p. 7).

Em outra oportunidade, Bellotto chamou a atenção para o sentido do tratamento técnico na moderna arquivística: captar o documento em seu meio genético.⁶⁶ Sendo o tipo documental a “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 80), é ele, portanto, o instrumento capaz de representar “a união que se dá no momento em que se cruzam a função administrativa e o documento-veículo que induza ou que comprove seu cumprimento.” (Bellotto, 2014b, p. 347).

⁶⁶ Poucos estudiosos foram capazes de descrever o complexo fenômeno da gênese documental e de exprimir com tamanha clareza o caráter instrumental dos documentos de arquivo quanto Heloísa Bellotto (2014a) em seu artigo “Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho”.

Os resultados de um estudo deste tipo não se restringem apenas à caracterização dos tipos documentais e à compreensão do intrincado processo que determina sua gênese, iniciado por uma ação e concluído pelos efeitos que ela produz, atravessando, necessariamente, a sua passagem para o meio escrito, isto é, a relação entre *actio* e *conscriptio*.

Para além da compreensão deste circuito fechado entre o documento e a sua razão de ser, o que já não é pouco, a tipologia documental também propicia, naturalmente, um entendimento de caráter mais abrangente sobre a organicidade dos arquivos e, por isso mesmo, constitui um meio singular para conhecer a entidade produtora no que tange tanto à sua estrutura quanto às suas competências, funções, atividades e tarefas, permitindo demonstrar, inclusive, como estes elementos se relacionam entre si. E justamente porque não abre mão de examinar a articulação interna e as feições externas dos documentos, o estudo tipológico permite reconhecer as estruturas formais típicas e as fórmulas estereotipadas que conformam e introduzem o conteúdo tópico e circunstancial de cada documento, subsidiando, assim, a identificação, caracterização e definição das espécies documentais.

Destacando o sentido da tipologia documental no campo da administração (o reconhecimento imediato das funções, das atividades e de seus desdobramentos, por meio do documento) e no campo da história, ao viabilizar a crítica das fontes, Bellotto (2014b, p. 348-349) reconhece o potencial de sua aplicação na consecução das diferentes funções que

compõem o quefazer arquivístico e que acompanham as várias etapas do ciclo vital dos documentos.

Se o pioneirismo na difusão de uma diplomática aplicada aos problemas e temáticas contemporâneas da arquivística é geralmente atribuído aos estudos desenvolvidos por Paola Carucci (1987), na Itália, e por Luciana Duranti (1989-92), no Canadá, cumpre destacar a iniciativa anterior de uma equipe de profissionais espanhóis ligados aos arquivos de diversos municípios da Comunidade Autônoma de Madri e à Federação Espanhola de Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Arqueólogos, Museólogos e Documentalistas (ANABAD): o Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid.⁶⁷

O Grupo, constituído em 1981 e que tem na figura de Vicenta Cortés Alonso uma de suas principais porta-vozes, dedicou-se a um trabalho verdadeiramente pioneiro ao enfrentar os problemas que, àquela altura, inquietavam os profissionais dos arquivos municipais e que se traduziam na documentação produzida pelas prefeituras (*ayuntamientos*), com a qual lidavam cotidianamente. Como estudar os processos, os censos e registros de habitantes⁶⁸, os requerimentos, quando os estudos de diplomática, até

⁶⁷ Ao qual denominaremos, daqui em diante e por efeito de simplificação, Grupo de Arquivistas de Madri.

⁶⁸ Em espanhol, *padrones*. Segundo o *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española, “registro administrativo dos habitantes de um municipio”. Disponível em: <<http://dle.rae.es>>. Acesso em: 1º mar. 2018.

então, não ousavam ir além das cédulas e dos títulos do período dos reis católicos?⁶⁹ (Cortés Alonso, 2015, p. 58).

Reconhecendo, logo de início, que a maioria dos tipos documentais com os quais trabalhavam ainda não estava definida – isto é, caracterizada e denominada de maneira inequívoca – os arquivistas de Madri lançaram-se num trabalho minucioso de identificação e análise de diferentes tipos documentais, de modo a estabelecer modelos normalizados. Trata-se, como sublinhou Vicenta Cortés (2015, p. 62), de um tipo de análise que, por ultrapassar o interesse da diplomática e da história, pode ser empregado para os documentos em idade “ativa” (isto é, aos arquivos correntes e intermediários), algo que, à época dos estudos e da divulgação de seus primeiros resultados, representava uma inovação sem precedentes tanto para os arquivistas quanto para os gestores públicos.

Para iniciar a empreitada, o Grupo de Arquivistas de Madri selecionou 50 tipos de documentos, privilegiando aqueles de uso mais frequente pela administração municipal, e criou um formulário de análise destinado ao registro dos seguintes dados: a denominação do tipo documental, nome da entidade produtora e do destinatário, levantamento da legislação sobre o tema, etapas e duração do trâmite, documentos que compõem o processo, conteúdo (nomes, lugares e assuntos), vigência administrativa, eliminações, potencial para a pesquisa, evolução do tipo documental e reprodução de modelos. A este questionário de tipologia documental foram adicionados mais alguns dados – código de localização, elementos externos (gênero,

⁶⁹ Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, que governaram as coroas de Castela (entre 1474 e 1504) e de Aragão (de 1479 a 1516).

escrita, suporte, formato e forma) e esquema de ordenação da série –, o que tornou possível sua aplicação também nos arquivos permanentes (Cortés Alonso, 2015, p. 81-85).

Vicenta Cortés (2015, p. 72-73) destaca a utilidade da análise tipológica para produtores de documentos, que passam a contar com esquemas que lhes permitem economizar tempo e trabalho na hora de redigir os documentos ou montar os processos, e para os arquivistas, que podem não apenas aprimorar o conhecimento dos caracteres internos e externos dos documentos como também entender melhor as relações entre as diferentes séries documentais, de modo a avaliá-las com mais segurança, além de reunir um leque de dados que facilitam a elaboração dos quadros de arranjo, a descrição e a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Contudo, ressalta a arquivista espanhola:

O destinatário final destes trabalhos deve ser, sem dúvida, o pesquisador. (...) As análises que estamos fazendo proporcionam uma descrição tão completa da fonte, que o consulente, apenas com sua leitura, pode apreciar se precisa vê-la presencialmente ou não. (Cortés Alonso, 2015, p. 73-75, tradução nossa).

Dois produtos resultantes desta experiência são, também, dignos de nota e têm especial relevância para os produtores de documentos e para aqueles que, em outro momento, dedicam-se a organizá-los e torná-los disponíveis para a consulta: os manuais de tipologia documental voltados para os documentos contemporâneos e aqueles produzidos para a documentação dita “histórica” (Cortés Alonso, 2015, p. 77-78).

Anos depois das primeiras investidas dos arquivistas madrilenos, Paola Carucci dedicou-se à questão da produção documental no âmbito da administração pública italiana. Seu livro *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*, publicado em 1987, merece destaque, segundo Tognoli (2014, p. 107), “por ser o primeiro texto a tratar exaustivamente da aplicação da Diplomática aos documentos contemporâneos e de sua contribuição à Arquivística.”

Não sem razão, Carucci (1987) parte de um exame breve, porém acurado, do panorama dos arquivos no final da década de 1980, um quadro intrincado no qual concorrem a explosão das fontes para o estudo da história contemporânea, a pluralidade dos sujeitos produtores de documentos, as questões relativas à seleção das fontes e o imperativo da gestão documental. Se a evolução das instituições, da Idade Média até os dias de hoje – a despeito dos avanços tecnológicos que implicaram a substituição dos suportes e dos instrumentos de escrita (do pergaminho ao papel, da pena aos computadores, passando pelas canetas esferográficas e máquinas de escrever) –, não alterou a essência e os caracteres do documento escrito (Carucci, 1987, p. 33), as mudanças nos contextos de produção e uso dos documentos, bem como o próprio desenvolvimento da teoria arquivística, impuseram a esta diplomática voltada para os documentos de arquivo uma revisão de seu objeto material, sobretudo no que tange ao seu escopo e alcance.

Entra em cena a documentação produzida no cotidiano de uma administração pública cada vez mais especializada e ramificada, dotada de

estrutura complexa e peculiar – “formalmente rígida, mas, de fato, substancialmente flexível” (Carucci, 1987, p. 31, tradução nossa) –, cujas ações se viabilizam prioritariamente por meio dos atos de correspondência e se materializam preferencialmente sob a forma de processos montados a partir de procedimentos que, com o tempo, tendem a assumir contornos mais bem estabelecidos e sistematizados.

Para compreender o mundo a partir da janela aberta pelos documentos medievais, como disse Luciana Duranti (1989-90), os primeiros diplomatas e aqueles que seguiram seus passos trataram de identificar, estudar e descrever as regras das chancelarias e do notariado. E se este conhecimento acumulado segue válido e indispensável para a análise dos documentos mais antigos ou daqueles de origem cartorial, agora ele divide espaço com o estudo do *iter* burocrático, do vaivém de tarefas e passos em que se traduz a rotina de tramitação dos documentos até que atinjam sua forma final, encerrem a ação que se destinaram a viabilizar e produzam os efeitos que deles se esperavam.

A análise diplomática, contudo, não perde o seu propósito de contribuir para determinar o valor dos documentos enquanto testemunho histórico. Para Carucci (1987, p. 31, tradução nossa), é importante saber identificar o documento, mas também conhecer o itinerário dos procedimentos burocráticos “para saber em quais outras séries arquivísticas se pode conseguir os testemunhos das sucessivas fases da ação relativa ao documento examinado.” A análise diplomática, quando aplicada ao documento contemporâneo, extrapola o objetivo de verificar a autenticidade:

é certo que o problema das falsificações e da multiplicidade de cópias também se manifesta nos documentos contemporâneos, “mas não reveste, salvo em casos particulares, uma relevância específica, muito por conta da própria evolução do direito” (Carucci, 1987, p. 31, tradução nossa).

Sem negar a importância e a envergadura da iniciativa pioneira do Grupo de Arquivistas de Madri e dos estudos de Paola Carucci, é preciso reconhecer que a afirmação da chamada diplomática contemporânea atinge seu ponto alto com o trabalho de outra arquivista italiana, radicada no Canadá: Luciana Duranti⁷⁰.

Entre o verão de 1989 e o inverno de 1991-92, Duranti publicou nas páginas de *Archivaria*, periódico da Associação dos Arquivistas Canadenses, uma série de artigos com a qual introduziu o estudo da diplomática na América do Norte. Curiosamente, assim como o tratado de Mabillon, “Diplomatics: new uses for an old science” se divide em seis partes,⁷¹ nas quais a autora percorre o histórico da diplomática; esclarece a distinção entre *actio* e *conscriptio* – ou, como prefere, “momento da ação” e “momento

⁷⁰ Discípula de grandes personalidades da arquivística italiana, entre os quais Elio Lodolini, Duranti obteve os títulos de mestre em Arquivística, Paleografia e Diplomática pela Scuola dell'Archivio di Stato di Roma e de doutora em Arquivologia e Paleografia pela Università di Roma. Com a bagagem adquirida nos quatro anos em que trabalhou como arquivista no Archivio di Stato di Roma, assumiu o cargo de pesquisadora na Università di Roma “La Sapienza”, onde permaneceu por mais cinco anos. Em 1987, tornou-se professora da University of British Columbia, no Canadá, cargo que divide, desde 2011, com a posição de professora afiliada na Escola de Ciência da Informação da University of Washington. Luciana Duranti. Education; employment. Apresenta o memorial da professora. Disponível em: <<http://www.lucianaduranti.ca/>>. Acesso em 6 mar. 2018.

⁷¹ Os artigos foram traduzidos para o espanhol por Manuel Vázquez em 1995. Anos depois, em 1998, foram reeditados em livro, no idioma original. Apenas o quinto dos seis artigos foi traduzido para o português e publicado em *Acervo* (Rio de Janeiro, v.28, n. 1, p. 196-215, jan.-jun. 2015), revista editada pelo Arquivo Nacional. Neste trabalho, utilizamos os artigos publicados originalmente em *Archivaria*.

da documentação” – para tratar processo de formação dos documentos e seus elementos constitutivos (fato, forma e passagem para o meio escrito); reitera o papel do sistema jurídico e explica o seu funcionamento, relacionando-o à produção documental; descreve as gradações da natureza jurídica do conteúdo dos documentos, define os conceitos de “ato jurídico”, “fato juridicamente relevante” e “fato juridicamente irrelevante”,⁷² bem como os tipos de procedimentos que dão origem aos documentos e que determinam as categorias em que eles se enquadram, para finalmente, chegar à análise diplomática propriamente dita.

Para demonstrar a universalidade do procedimento da crítica documental, a autora toma como exemplos uma carta de pedido de informação enviada por uma comunidade indígena norte-americana ao Arquivo Central do Estado em Roma, datada de 1980, e um registro de patente de invenção expedido em 1898, contrapondo um documento “não diplomático”, embora dotado de contornos mais ou menos definidos, a um espécime que ostenta uma estrutura formular rígida, bem definida e que lhe confere elevado grau de solenidade (Duranti, 1991, p. 17-21).

Se para Carucci (1987, p. 27) a diplomática, mesmo em sua roupagem “contemporânea”, é a disciplina que estuda o documento isolado, a “unidade arquivística elementar” (isto é, o documento, mas também o processo ou a série documental), para definir sua natureza jurídica, Duranti (1989, p. 17,

⁷² Segundo Duranti (1989-90, p. 5-6), o “fato jurídico” é um evento, produzido intencionalmente ou não, originado de uma ação humana ou de uma causa natural, cujas consequências são consideradas pelo sistema jurídico. Enquanto o fato juridicamente relevante é aquele previsto pelo sistema legal, o fato juridicamente irrelevante não o é. O “ato jurídico”, por seu turno, é o fato originado por uma intenção prevista pelo sistema jurídico.

tradução nossa) observa que tal definição, embora acurada e apropriada, “impõe à análise diplomática os mesmos limites que queremos remover” e contrasta com as afirmações feitas pela própria autora a respeito da amplitude do objeto e da variedade dos propósitos da crítica documental.⁷³

Neste sentido, Duranti (1989, p. 15) define o objeto da disciplina como o “documento escrito”, sem restringi-lo, contudo, ao gênero textual. Em suas palavras,

O atributo ‘escrito’ não é utilizado, em diplomática, no seu sentido de um ato *per se* (desenhado, marcado, tracejado ou inscrito), mas no sentido que se refere ao propósito e ao resultado intelectual da ação de escrever, isto é, à expressão de ideias numa forma objetivada (documentária) e sintática (orientada por regras de disposição). (Duranti, 1989, p. 15, tradução nossa)

No entendimento da autora, estes “documentos escritos” interessam à diplomática justamente porque têm seu conteúdo organizado em torno de regras de representação que provam, em primeiro lugar, a intenção de transmitir informação. A forma diplomática⁷⁴ – resultante da interação de fórmulas estereotipadas, estilos burocráticos ou literários e linguagens especializadas – reflete, no limite, estruturas administrativas, legais, políticas e econômicas, culturas, hábitos e mitos. No interior de qualquer documento, tais regras assumem uma função primordial e especialmente

⁷³ Convém notar, neste sentido, que Carucci (1987) inclui em sua tipologia dos documentos, para além daqueles de gênero textual e produzidos em suportes tradicionais (“*documento cartaceo*”) também as fontes orais e audiovisuais.

⁷⁴ Na terminologia arquivística, o conceito de “forma” é definido como “estágio de preparação e transmissão de documentos” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 50), ou seja, corresponde à posição do documento na escala daquilo a que os diplomatas chamam de “tradição documental”. Em diplomática, o conceito remete à *estrutura* (física e intelectual) dos documentos.

cara aos objetivos da análise diplomática, uma vez que “exprimem ou condicionam as ideias ou fatos que conformam o conteúdo dos documentos” (Duranti, 1989, p. 15, tradução nossa).

Bruno Delmas, em seu “Manifesto por uma diplomática contemporânea”,⁷⁵ ao refletir sobre o objeto material da disciplina, vai além. De saída, o arquivista francês lança a pergunta: “O que há de comum entre as fontes de arquivo da época medieval e as fontes contemporâneas?”, devolvendo a resposta na forma de outra questão: “Quanto à aparência dos suportes, nada é comparável; porém, quanto à realidade da informação consignada, não é tudo semelhante?” (Delmas, 2010, p. 127).

Partindo da definição clássica do conceito de documento de arquivo, Delmas reitera a multiplicidade de suportes e gêneros em que os documentos podem se manifestar nos dias de hoje. Do papel aos cartões com *chip*, dos documentos “tradicionais” aos eletrônicos, passando pelos objetos, a natureza do documento de arquivo nunca é dada pela forma, pela data, pelo suporte ou tipo de escrita, mas reside, essencialmente, em seu caráter instrumental: os documentos de arquivo são, todos eles, “instrumentos e produtos de uma ação, conservados a título de prova e testemunho” (Delmas, 2010, p. 130).

Para o arquivista francês, a razão que move sobretudo os historiadores, mas também os economistas, geógrafos, demógrafos, urbanistas, estatísticos, sociólogos, genealogistas, jornalistas e

⁷⁵ O ensaio, originalmente publicado em *La Gazette des Archives* (Paris, n. 172, p. 49-70, 1996), foi traduzido para o português e editado, em 2010, junto a excertos escolhidos de *La société sans mémoire* no volume intitulado *Arquivos para quê?*

“pesquisadores de todos os tipos e disciplinas científicas”, em direção aos arquivos se traduz na “necessidade de uma *informação* de um certo tipo” manifestada por todos estes profissionais “aparentemente tão diferentes e afastados no tempo, até mesmo opostos em suas atividades” (Delmas, 2010, p. 128, grifo nosso).

Trata-se, com efeito, não de uma informação genérica, mas daquela produzida ou coletada segundo regras definidas e procedimentos organizados, o que lhe confere, de antemão, confiabilidade institucional e autenticidade presumível. Um dos efeitos mais imediatos desta guinada do objeto material da diplomática – dos documentos institucionais à informação orgânica⁷⁶ – é a ampliação quase exponencial de seu campo de aplicação, algo que Delmas (2010, p. 171-182) demonstra a partir de dois exemplos radicais: de um lado, a análise crítica – seguindo a lógica do procedimento diplomático – dos processos de produção de dados científicos a partir do mecanismo de captação de dados meteorológicos por robôs, de outro, a tabulação dos diferentes documentos e suportes empregados nas sucessivas etapas do tratamento de dados demográficos, evidenciando sua gênese e sua tradição, num tipo de estudo cujo resultado pode servir como subsídio para a avaliação e a seleção dos documentos e da “informação” nos arquivos públicos.

⁷⁶ Convém evocar o exame crítico a que Bellotto (2014a, p. 339) submete a expressão “informação arquivística”, que, em suas palavras, “é um tanto equivocada, embora tenha caído no uso comum”. Lançando mão, num sofisticado recurso argumentativo, de exemplos que flertam com o absurdo, a autora explicita a contrariedade intrínseca do termo cujo emprego “já adquiriu proporções incontrolláveis e, portanto, de erradicação quase impossível.”

Se Carucci (1987) e Duranti (1989-92) vinculam a finalidade da diplomática aos interesses e necessidades do quefazer arquivístico, Bruno Delmas também não deixa de reconhecer o papel fundamental da disciplina na avaliação documental e na elaboração de regras para a criação de documentos em sistemas informatizados.⁷⁷ Contudo, identifica mais dois grupos de pessoas a quem a diplomática pode interessar diretamente: os pesquisadores, necessitados de “uma informação identificada, cujo contexto é conhecido”, e os burocratas, que precisam saber, “em face da instabilidade dos suportes, máquinas, regras, processos e estruturas, quais são os dispositivos e os elementos indispensáveis à recuperação da informação que eles criam” (Delmas, 2010, p. 148).

Neste sentido, a diplomática assumiria, na contemporaneidade, um sentido maior, devendo ir de encontro à necessidade compartilhada pelos usuários dos documentos de arquivo:

O que caracteriza esses homens na sua busca nos arquivos é que eles não procuram a informação pela informação, tal qual os profissionais da mídia parecem fazê-lo, mas buscam a resposta a uma pergunta, de certo modo vital, até mesmo essencial. *Eles têm uma exigência de verdade, e é essa exigência que os conduz aos documentos institucionais e à informação orgânica, controlada, validada pela diplomática.*” (Delmas, 2010, p. 149, grifo nosso)

Se, em face de uma bibliografia expressiva que vem reafirmando a renovação dos conhecimentos e métodos da diplomática, é impossível deixar

⁷⁷ Diz Delmas (2010, p. 150-51): “A diplomática contemporânea é indispensável para os arquivistas na medida em que ela é a ciência do documento institucional, do documento funcional e da informação orgânica.”

de reconhecer a extensão e o traçado sinuoso do longo caminho que, desde meados do século passado, vem sendo percorrido pela disciplina na direção da gênese e do contexto funcional dos documentos, cumpre reconhecer, contudo, que o estudo do documento medieval não deixou de ser praticado e, até mesmo, aprofundado, e que a aceitação de uma diplomática dita “contemporânea” não constitui, de forma alguma, ponto pacífico entre os diplomatas.

Uma das vozes mais críticas a este movimento é a de Antonella Ghignoli, que enxerga na tipologia documental uma “exportação” inadvertida (e, até mesmo, indevida) da diplomática para além de seus limites naturais,⁷⁸ baseada em tentativas de transposição de conceitos e noções fundamentais da disciplina que

(...) levaram a exceções contínuas e declaradas ao modelo de diplomática que pretendiam imitar, a limitações forçadas do objeto de pesquisa e aderiram de maneira evidente ao terreno da arquivística aplicada. É interessante notar que lidando com a problemática do documento eletrônico contemporâneo (vigente e em uso) se tenha refletido na direção de encontrar modelos na diplomática do Antigo Regime. (Ghignoli, 2007, p. 913-914, tradução nossa)

Reconhecendo tratar-se de discussão em curso, a autora observa, com alguma ironia, o quão sintomático é o fato de que se prefira, hoje em dia, falar em uma “*diplomática arquivística*” (Ghignoli, 2007, p. 914).

⁷⁸ Para a autora, o estudo da documentação de caráter administrativo constitui outra disciplina, que não se confunde com a diplomática: “Existe uma disciplina relativamente jovem, que estuda a documentação (de tipo administrativo) alemã da idade moderna: a *Aktenkunde*. Surgiu de modo autônomo e perfeitamente distinto da diplomática, tem teoria e prática de um método próprio, como, por exemplo, da classificação sistemática.” (Ghignoli, 2007, p. 913, tradução nossa).

Entre nós, Heloísa Bellotto (2014b, p. 362) também desconfia do casamento perfeito entre os princípios da diplomática e da arquivística. Em seu entendimento, a tipologia documental não se trata de uma “nova diplomática”, tampouco de uma “diplomática arquivística”, mas de “uma metodologia a ser empregada em diferentes funções arquivísticas (...), aproximando os objetivos da diplomática com os da arquivística, obedecendo aos princípios teóricos de uma e de outra.”

Neste sentido, a tipologia documental vem sendo aplicada como ferramenta em trabalhos que reafirmam sua utilidade para a gestão dos documentos gerados no âmbito da administração pública e privada. Inspirada pela experiência pioneira do Grupo de Arquivistas de Madri, Ana Célia Rodrigues, hoje uma das mais destacadas especialistas brasileiras no assunto, elaborou, em sua dissertação de mestrado, um manual de tipologia documental a partir do estudo da documentação do arquivo da prefeitura do município de Campo Belo, em Minas Gerais (Rodrigues, 2002), tendo, mais tarde, demonstrado a utilidade instrumental da diplomática contemporânea no processo de identificação arquivística, função que consiste no estudo das características de uma entidade (sua história administrativa, competências, funções, atividades e estrutura) a partir da análise dos documentos por ela produzidos (Rodrigues, 2012, 2008).

As canadenses Louise Gagnon-Arguin e Sabine Mas (2011), por seu turno, dedicaram-se ao estudo da produção documental no âmbito das organizações de direito privado, chegando a propor uma categorização de sua tipologia que, no dizer de Heloísa Bellotto (2008, p. 25), mostra-se

interessante justamente por ser capaz de “aproximar sob cada uma de suas classes os tipos documentais de forma mais estreita do que a classificação tradicional”.⁷⁹ A tipologia documental nos arquivos privados (de origem empresarial) foi estudada, no Brasil, por Marcia Pazin Vitoriano (2011), que, anos antes, em sua pesquisa de mestrado, já havia se dedicado ao estudo da gênese e da tipologia dos documentos produzidos pelo poder legislativo no período imperial, tomando como objeto a documentação da assembleia legislativa provincial de São Paulo (Pazin, 2005).

Estes estudos recentes demonstram a versatilidade do estudo da tipologia documental e a extensão de seu objeto material, comprovando, de maneira incontestada, sua utilidade como ferramenta do quefazer arquivístico.⁸⁰ Contudo, ainda que o corpo de conhecimentos e o método da diplomática, devidamente renovados, venham sendo aplicados a uma gama cada vez mais ampla de documentos, o objeto da disciplina não deixou de ser o “documento institucional”, como o define Delmas (2010), originado no seio das rotinas administrativas e quase sempre derivado de fatos juridicamente relevantes.

⁷⁹ Gagnon-Arguin (1998), rompendo com a categorização tradicional dos documentos em “normativos”, “testemunhais” e “informativos”, delimitou as categorias documentais (documentos constitutivos, de reunião, de direção, de recursos humanos e relações de trabalho, de comunicação, contábeis e financeiros, e jurídicos) tomando por base não a gradação da natureza jurídica do conteúdo, mas a sua representatividade em relação às atividades de gestão das organizações. Gagnon-Arguin e Mas (2011) atualizaram a reflexão, procurando integrar, na análise tipológica, os contextos “analógico” e digital de produção documental, ocasião em que delimitaram outra categoria documental, constituída dos documentos relativos aos bens móveis e imóveis.

⁸⁰ Sonia Troitiño-Rodriguez (2012), a propósito, reafirma o papel da tipologia documental como instrumento para a formação das séries documentais.

Estariam os arquivos pessoais – repletos de documentos cuja produção se dá fora dos limites da obrigação legal e dos ditames do direito, eivados, portanto, de formas discricionárias que se traduzem em estruturas mais flexíveis e contornos menos definidos – fora do escopo da tipologia documental?

Ora, documentos derivados de fatos juridicamente irrelevantes e de caráter técnico, como manuais de instrução e bulas de remédio, já figuraram como objeto em estudos de viés diplomático.⁸¹ Bruno Delmas (2010), por seu turno, reconheceu que o funcionamento dos sofisticados sistemas que operam nos mecanismos de coleta automatizada de dados corresponde a uma metodologia diplomática. Luciana Duranti, à frente das sucessivas etapas do Projeto InterPARES, vem agora se ocupando dos padrões de confiabilidade de documentos e dados disponibilizados na Internet⁸² e outras pesquisas vêm procurando demonstrar o potencial da diplomática para a

⁸¹À guisa de curiosidade, ver: Guimarães; Nascimento e Moraes (2005), Reis (2002) e Sarde (2003).

⁸² Iniciado em 1999, o InterPARES – projeto coordenado por Luciana Duranti e sediado na University of British Columbia (Canadá) – vem envolvendo pesquisadores do mundo inteiro, inclusive do Brasil. Em sua primeira etapa (1999-2001), teve por objetivo o estudo da preservação de documentos eletrônicos e resultou no estabelecimento de requisitos conceituais e métodos para a garantia da autenticidade, avaliação e preservação de documentos eletrônicos. A segunda (2002-2007) consistiu no desenvolvimento e na articulação de conceitos, princípios, critérios e métodos para assegurar a criação e a manutenção de documentos confiáveis no contexto das atividades artísticas, científicas e governamentais. Em sua terceira fase (2007-2013), tratou da implementação da teoria de preservação de documentos autênticos em sistemas digitais de organizações de pequeno e médio porte. A quarta etapa (2013-2018), denominada InterPARES Trust, tem por objetivo produzir modelos teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de políticas, processos, regulamentos, padrões e legislação (nos níveis local, nacional e internacional), como forma de assegurar a confiança pública baseada em provas de boa governança, economia digital forte e memória digital persistente. Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em 12 mar. 2018.

análise de conteúdo em bibliotecas e em diferentes contextos tecnológicos e informacionais.⁸³

Convém, então, questionar: o que, de fato, nos impede de proceder ao estudo tipológico dos documentos acumulados por uma pessoa ao longo de sua vida, dotados, a despeito de suas peculiaridades formais, de atributos funcionais perfeitamente identificáveis?

Embora trabalhe exclusivamente com documentos originados por força dos imperativos administrativos, Luciana Duranti (1989, p. 15) reconhece que a análise diplomática pode ser usada para compreender melhor os documentos de natureza diversa. Com efeito, os produtos e subprodutos de atividades ligadas à arte (sobretudo aqueles relacionados à produção audiovisual) e à ciência foram objeto de interesse das pesquisas desenvolvidas no âmbito da segunda fase do projeto InterPARES.⁸⁴ Quanto à possibilidade de um estudo diplomático dos documentos tipicamente associados aos arquivos pessoais, Duranti defende que nada impede que os métodos e princípios da diplomática sejam aplicados aos “documentos que expressam emoções e pensamentos”, criados no âmbito da privacidade e da intimidade dos indivíduos, uma vez que, em suas palavras, “os hábitos sociais e rotinas tendem a penetrar todos os aspectos da vida humana” (Duranti, 1989, p. 15, tradução nossa).

⁸³ Tognoli e Guimarães (2009), refletindo sobre as perspectivas de renovação da diplomática a partir das ideias de Luciana Duranti, analisam as possibilidades de aplicação da disciplina para o tratamento temático da informação no campo da Biblioteconomia. Ver também Guimarães e Silva (2007) e Furlaneto Neto e Guimarães (2004).

⁸⁴ À guisa de curiosidade, ver: Turner et al. (2005), Turner e Luckow (2005) e Turner e Goodrum (2002).

Neste sentido, os usos e costumes sociais, as normas de etiqueta e as regras de conduta desempenham não apenas um papel fundamental no controle das ações cotidianas dos indivíduos como também chegam, em alguma medida, a determinar a forma com que estas ações são passadas para o meio escrito. É por isso que, como bem apontou Duranti (1989, p. 15), as cartas de amor ou os diários íntimos podem ostentar estruturas formulares muito semelhantes àsquelas das cartas comerciais e dos diários de bordo.⁸⁵

Contudo, Duranti (1989, p. 15, tradução nossa) adverte: “a liberdade individual dos seres humanos é tanta, que não se pode esperar uma observância estrita das regras num contexto pessoal”. Assim, em seu entendimento, o estudo diplomático poderia revelar pouco a respeito da real natureza de documentos como uma fotografia amadora ou um bilhete escrito por uma mãe. De fato, seria inútil procurar compreender a “real natureza” de documentos que, por escaparem à esfera dos fatos juridicamente relevantes, dos ditames do direito e das rotinas administrativas, assumem formas discricionárias. O esforço de enquadrá-los nas categorias diplomáticas consagradas (dispositivos, testemunhais e informativos),

⁸⁵ Neste sentido, convém chamar a atenção para a circulação, entre os séculos XIX e XX, de manuais de caráter popular, destinados à difusão de padrões e fórmulas para a redação de cartas comerciais, familiares e amorosas, petições, requerimentos e discursos para as mais variadas ocasiões da vida social, como *Secretário moderno*, *O mestre dos mestres* e *O orador familiar*. Os manuais epistolares editados na Espanha, na primeira metade do século XX, foram objeto do estudo de Verónica Sierra Blas (2003); a prática epistolar, os usos e as configurações das cartas no século XIX são analisados por diversos especialistas na coletânea organizada por Roger Chartier (1991). Philippe Lejeune (2011) e Françoise Simonet-Tenant (2004), por seu turno, dedicaram-se ao estudo da gênese, das formas e dos usos dos diários íntimos.

definidas a partir da gradação da natureza jurídica do conteúdo dos documentos também se revelaria infrutífera ou mesmo inviável.

No entanto, seria possível categorizá-los do ponto de vista de sua funcionalidade segundo as etapas da vida dos indivíduos ou os papéis sociais por eles desempenhados, delimitando-se, assim, “famílias” de documentos ligados ao nascimento, à identificação civil, ao batismo, ao casamento e à constituição de família, à administração doméstica, à morte, numa lógica bastante semelhante àquela adotada por Louise Gagnon-Arguin (1998) para tratar dos documentos produzidos pelas organizações de direito privado, o que nos parece, com efeito, uma promissora possibilidade em aberto.

No que tange à abordagem diplomática dos arquivos pessoais, convém chamar a atenção para o artigo seminal em que Camargo (1998) executa a análise de um documento dos mais curiosos: uma participação de casamento, revestida das feições de um pequeno livro de poesia. Descrevendo os caracteres externos e internos, a autora demonstra a inexistência – ou, no melhor dos casos, a alta flexibilidade – dos padrões e normas que regem a produção documental no âmbito da vida privada. Contudo, observa a manifestação de fórmulas estereotipadas por meio das quais é possível identificar o vínculo entre o documento e a ação a que se destina, apontando para o fato de que, em face das peculiaridades típicas dos arquivos de natureza pessoal, a abordagem dos documentos que os compõem depende, para além do estudo do sistema jurídico que incide sobre certos itens do conjunto, da identificação e do exame dos usos, costumes e

códigos sociais (em função do tempo e do espaço em que se inserem) que, representados em fórmulas, conferem aos documentos, mesmo àqueles mais inusitados, características comuns capazes de aproximá-los no que diz respeito aos seus atributos funcionais e, conseqüentemente, associá-los no plano da tipologia documental.

Na trilha do experimento de Camargo (1998), outros estudos de tipologia documental vêm sendo desenvolvidos no âmbito dos arquivos pessoais. Destacam-se, assim, projetos desenvolvidos no Museu de Astronomia e Ciências Afins (Silva e Trancoso, 2015, 2013; Silva, 2013), tomando por objeto os arquivos de cientistas, e na Fundação Casa de Rui Barbosa (Panisset; Oliveira, 2017; Sobral, 2017), além de pesquisas de mestrado e doutorado.⁸⁶ Ressalte-se, ainda, o recente movimento em torno da elaboração de glossários de espécies e tipos documentais elaborados a partir do tratamento de arquivos pessoais, incluídos em instrumentos de pesquisa ou disponibilizados como material de apoio para a consulta em bancos de dados.⁸⁷

Ao ocupar-se do estudo das estruturas física e intelectual dos documentos, a diplomática, com seu corpo de conhecimentos constituído ao longo dos anos e renovado em face das recentes investidas para além do universo dos atos jurídicos, pode ser aplicada na solução de um problema cotidianamente enfrentado pelos profissionais que se dedicam às funções desempenhadas nos arquivos permanentes: que “nome” dar aos

⁸⁶ À guisa de curiosidade, ver Campello (2015) e Trotta (2016).

⁸⁷ Ver Camargo e Goulart (2007, p. 179-229), Museu... (2014), Fundação... (2015), Campos (2017a).

documentos? Como designá-los e defini-los de maneira inequívoca, de modo a formar as séries documentais e distribuí-las entre as classes contextuais que conformam os quadros de arranjo?

Com efeito, a tipologia documental pode ser definida, de forma mais ampla e genérica, como o “estudo dos tipos documentais” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 80). Se o tipo documental – o “nome” e o “sobrenome” que todo documento deveria receber – é a “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 80), sua fixação depende, em primeiro lugar, do reconhecimento da espécie, isto é, a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 46), para o que se faz necessário identificar os seus elementos externos e internos e examinar a maneira como eles se articulam, tarefa complexa para a qual a diplomática oferece fundamentação indispensável.

Mais adiante, veremos como o corpo de conhecimentos e o método da diplomática, somados ao aporte de outras disciplinas ligadas às ciências da comunicação e da linguagem, podem nos ajudar a reconhecer, caracterizar e definir as espécies documentais que se apresentam, nos arquivos, sob a forma de recortes de jornal. Antes, porém, tratemos de sondar como se constitui e se organiza o *métier* do jornalista.

O UNIVERSO DO JORNALISMO: REPRESENTAÇÕES, VALORES, ROTINAS

*“O repórter só deve ser repórter se isso
for irreversível, se não houver outro
jeito de ganhar a vida, se alguma
força maior o empurra para isso.”*

Ricardo Kotscho

3.1 Uma opção de vida

“(…) aliás, no abuso do poder, não vejo diferença entre um redator-chefe e um chefe de polícia, como de resto não há diferença entre dono de jornal e dono de governo, em conluio, um e outro, com donos de outros gêneros” (Nassar, 1992, p. 60).

— Você não sabe o que é essa moçada, Ivan. Não têm informação nem educação nem sensibilidade. Mas são de uma arrogância! A maioria deles chega à redação achando que não precisa aprender nada, te olhando de cima. Não conseguem escrever um texto de cinco linhas sem erros de ortografia e de concordância, mas a pretensão, rapaz! “Se tiver problema, o computador corrige.” Lembra da gente, pô? A gente era foca humilde, ficava ali grudado no Cláudio, ou no Samuel Wainer, seco pra aprender com eles.

— Será que a gente não está ficando velho, Tito? Sei lá, alguma virtude eles têm que ter.

— Têm, diante do computador. Mas você não pensa com o computador, pensa com palavras, e o vocabulário desses caras é indigente. (Amaral, 2008, p. 174-175)

O jornalismo ocupa um lugar de destaque na vida social. No terreno da arte, a profissão e o universo de trabalho do jornalista são representados – na literatura, no cinema e na televisão – por personagens que compõem um quadro carregado de nuances, em que se mesclam as cores vivas do *glamour*, os tons do desalento, as expressões do cinismo.

Na literatura, o jornalista por vezes surge retratado como um tipo escorregadio, corrompido pelo poder e seduzido pelas vantagens que pode obter pela influência que exerce, como o editor Lucas Faia e o cronista social Vitório Natal, de *Incidente em Antares*; como um inocente deslumbrado ou sujeito engajado, como Andrea, “foca”⁸⁸ impressionada e insegura diante de seus colegas experientes, e Samuel, quase um justiceiro, personagens de *A festa*; um mascarado, como a personagem feminina de *Um copo de cólera*. Há, também, espaço para os idealistas desesperançados, reféns da idade, profissionais talentosos, porém deslocados num cenário de competição injusta com as novas gerações e com a tecnologia, como Tito e Ivan, de *Aos meus amigos*, ou como o velho e cansado Jaime Brena, de *Betibú*.⁸⁹

⁸⁸ No jargão do jornalismo, o jornalista novato, sem experiência na profissão (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 313).

⁸⁹ *Incidente em Antares*, último romance de Érico Veríssimo, foi publicado originalmente em 1971. A primeira edição de *A festa*, de Ivan Ângelo, data de 1976. *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar, é de 1978 e *Aos meus amigos*, de Maria Adelaide Amaral, foi publicado em

Na tela do cinema, as mesmas feições se reproduzem na toada dos conflitos de interesses, dos dilemas éticos ou dos dramas humanos. No campo da comunicação social, a compreensão do *ethos* da profissão a partir da representação do jornalista como protagonista ou coadjuvante em enredos cinematográficos tem figurado como tema bastante visitado em pesquisas recentes (Gomes, 2013; Berger, 2002; Senra, 1997) e expressões como *newspaper movies* ou *journalism movies* foram consagradas, nessa área de estudo, para designar os filmes ambientados no universo da atividade jornalística (Berger, 2002).

Na televisão, a rotina e os desafios da reportagem ganharam espaço num programa semanal em que estudantes de jornalismo, incumbidos da cobertura de um fato ou de determinado assunto, saem em busca da notícia, apuram os fatos e produzem as matérias, orientados pelo profissional tarimbado. A edição, sempre muito ágil, imprime à atração um caráter que oscila entre o telejornalismo e o documentário, com pinceladas de *reality show*. Se, por um lado, o programa mostra que o trabalho do repórter pode ser duro, sofrido mesmo, por outro, não deixa de extrair da dificuldade o elemento de gratificação e fascínio.⁹⁰

1991. *Betibú*, da argentina Claudia Piñeiro, foi publicado em 2010 e traduzido no Brasil em 2014. Todos eles mereceram sucessivas reedições e reimpressões. *Incidente em Antares* e *Aos meus amigos* foram adaptados para a televisão, sob a forma de minissérie, em 1994 e 2008. *Um copo de cólera* e *Betibú* foram adaptados para o cinema em 1999 e 2014, respectivamente.

⁹⁰ *Profissão repórter* estreou em 2006 como quadro do programa *Fantástico*. Desde 2008, ocupa espaço semanal na programação da TV Globo, sendo exibido em regime de temporadas. É apresentado e dirigido pelo jornalista Caco Barcellos. *Profissão Repórter*. Formato; Evolução. Apresenta o formato da atração e seu histórico. Disponível em:

Falando do tempo em que, no auge da ditadura, percorria o Brasil participando de seminários, simpósios e mesas redondas na busca de espaços em que pudesse se expressar livre das mordanças da censura, Ricardo Kotscho recorda que quando perguntado sobre a razão pela qual, diante de todos os obstáculos impostos à profissão, alguém pudesse gostar de ser repórter, saía sempre com a mesma resposta: “antes de ser mera opção profissional, este ofício é uma opção de vida.” (Kotscho, 1986, p. 7).

Procurando compreender as características do “estilo de vida” dos jornalistas, o modo como se constitui a identidade profissional e os elementos em que ela se ancora, Isabel Travancas (2011) dedicou-se a uma investigação de cunho antropológico, acompanhando a rotina de três repórteres (jovens, porém já estabelecidos na profissão) e realizando entrevistas com jornalistas mais velhos e experientes, amplamente reconhecidos como os melhores de seu tempo.⁹¹ Com isso, logrou compor um panorama de como os próprios jornalistas compreendem o seu ofício, além de descrever a rotina e estipular o perfil destes profissionais.

Longe do *glamour* que lhe empresta a ficção, o universo do jornalismo é marcado por rotinas e hierarquias, pela pressão dos prazos, por jornadas de trabalho que podem, diante do imprevisto, exceder em muito o turno de

<<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/programas-jornalisticos/profissao-reporter>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

⁹¹ Se para os três “informantes”, para usar o jargão da pesquisa antropológica, que colaboraram para o trabalho de campo, a autora reservou o anonimato, quanto aos demais não hesitou em identificá-los. São eles: Sérgio Augusto, Janio de Freitas, Zuenir Ventura, Luís Paulo Horta, Newton Carlos, Cícero Sandroni e Moacyr Werneck de Castro. A autora também entrevistou outros 30 jovens profissionais, aos quais identificou apenas pelas iniciais de seus nomes, acompanhadas da idade, do cargo e do nome da empresa em que trabalhavam.

cinco horas previsto no decreto-lei que aprovou a consolidação das leis do trabalho (Brasil, 1943, art. 303).

É bem verdade que a profissão goza de certo prestígio, o que não se traduz, contudo, em condições ideais de trabalho. Para além da pesada carga horária, os jornalistas têm de lidar com a concorrência e com a baixa remuneração, sobretudo no início da carreira. A pesquisa de Spannenberg e Soares (2016), com egressos do curso de jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia, aponta para a fragilização da noção de categoria profissional a partir das percepções dos jovens jornalistas sobre as condições de trabalho, satisfação pessoal, registro profissional, sindicalização e autorregulamentação da profissão.

Ao serem questionados sobre os problemas do ofício, os jornalistas entrevistados por Travancas (2011, p. 121) foram unânimes ao apontar o baixo salário, a sobrecarga e a restrição do mercado em face da grande oferta de mão de obra barata, ao que se soma a censura interna, sobretudo nas grandes empresas jornalísticas, o que exige do profissional “muito jogo de cintura” para exercer o seu ofício (Travancas, 2011, p. 122).

O livro de Isabel Travancas, editado originalmente em 1993, é fruto da pesquisa de mestrado que desenvolveu entre os anos de 1988 e 1991. Suas percepções sobre o ambiente, a rotina e as condições de trabalho são, naturalmente, condicionadas pela realidade da época em que realizou o estudo. Contudo, as comunicações apresentadas na mesa intitulada “A precarização e o trabalho dos jornalistas brasileiros”, por ocasião do 13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, em novembro de 2015,

mostram que os problemas relativos ao achatamento salarial, à jornada excessiva e à substituição de profissionais experientes por mão de obra mais barata persistem, somados às consequências da adoção de novas formas de contratação e da implantação de processos de racionalização do trabalho.⁹²

Ao conversar com os “eternos jornalistas”, procurando traçar o perfil do profissional mais velho e experiente, a pesquisadora percebeu o peso da profissão em suas trajetórias e a influência por ela exercida na constituição de um determinado estilo de vida. Para os veteranos, o jornalista ideal é aquele que se forja na combinação entre a prática, o empenho pessoal e a compreensão dos princípios éticos que devem nortear a sua conduta. Cientes de que o poder e a força da imprensa são limitados, não deixam de ver a si mesmos e aos colegas de profissão como agentes de transformação social, imbuídos de um papel político. E se manifestam reservas com relação aos jovens, ressaltando a sedução pelo falso poder da profissão e pela possibilidade de, por meio dela, alcançarem notoriedade, não se pode deixar de observar que, para eles próprios, o exercício do jornalismo “representou um instrumento para a obtenção de sucesso” (Travancas, 2011, p. 111-112).⁹³

⁹² Neste sentido, ver: Pereira (2015); Maranhão, Moura e Garrosinni (2015); Grohmann (2015); Ribeiro e Mick (2015); Figaro e Nonato (2015); Schmitz (2015).

⁹³ Como bem salienta a autora, estes prestigiados profissionais, veteranos da profissão, constituem não apenas uma elite do jornalismo brasileiro, mas também fazem parte de uma elite social: “A profissão possibilitou, como muitos afirmaram, que construíssem uma vida intelectualmente rica, com amigos em diversas áreas e na qual as viagens para o exterior não foram raras. Da mesma forma, seu estilo de vida explicita bem essa situação de *status* e elite. Todos residem na zona sul do Rio de Janeiro, seja em grandes apartamentos, vários deles luxuosamente mobiliados, seja em casas em bairros residenciais, com mais de um empregado.” (Travancas, 2011, p. 112).

Para a nova geração, iniciativa, isenção e objetividade são qualidades essenciais do “jornalista ideal”. Entretanto, o talento para a escrita não figura na maioria dos depoimentos obtidos por Isabel Travancas:

É interessante que, embora em geral um bom texto seja considerado importante para qualificação de um jornalista, esse aspecto não recebe uma ênfase especial por parte do grupo. As definições para um bom texto variam entre ele ser objetivo, claro e suficientemente informativo. Também são apontadas a fluência e a leveza como fatores necessários. Mas vários repórteres comentam que há colegas que não sabem redigir um bom texto, mas realizam uma excelente apuração, o que compensa. (Travancas, 2011, p. 123)

Quando descrevem as características do que julgam ser o “jornalista típico”, destacam a esperteza, a comunicabilidade, a vaidade. É o sujeito “que conhece um pouco de tudo, mas nada a fundo”. É também um “neurótico”, sempre ligado e nervoso ⁹⁴, embora recorrentemente seja também descrito como boêmio, tanto que, de suas entrevistas, a autora logrou identificar um sonho comum entre esses profissionais: “Quase todos os jornalistas sonham em abrir um bar” (Travancas, 2011, p. 123-125).

Nem as representações que se fazem na ficção nem as ideias, por vezes bem humoradas, que os próprios jornalistas têm de si mesmos e do grupo em que se inserem são capazes de anular a compreensão dos deveres, dos valores e das qualidades que condicionam o exercício profissional. Trata-se de um trabalho muitas vezes comparado à medicina, pela dedicação e pela

⁹⁴ Diz Luiz Beltrão (1969, p. 84): “O jornalista tem de estar presente em toda parte, de testemunhar o máximo de acontecimentos, de prever e concluir com argúcia de um Sherlock tudo quanto lhe sirva para cumprir a sua missão de informar, orientar e entreter o público. (...) graças à organização da imprensa e à industrialização da notícia, o jornalista adquiriu realmente aquela onipresença que o seu mister reclamava.”

entrega que ambas as áreas exigem de seus profissionais. A conciliação entre a rotina de trabalho, as atividades de lazer, a família e os amigos é, geralmente, um problema complicado:

Quando pergunto sobre situações especiais ou de urgência, ou por causa do trabalho, ou por um acidente com filho, a resposta é unânime: cada caso é um caso. Se o acidente for grave, largam tudo; se não for, e no trabalho há algo urgente, tentam achar uma solução intermediária. (Travancas, 2011, p. 129)

Ao mergulhar na rotina e no universo dos jornalistas, Isabel Travancas (2011, p. 127) notou que as redações haviam se tornado, à época de sua pesquisa, um reduto de jovens e que vinham paulatinamente se transformando em local de trabalho das mulheres. Há 60 anos, quando chegou ao *Estado de Minas*, Anna Marina, então destacada para fazer a coluna social, encontrou um ambiente bastante diferente: era a única mulher na redação. Hoje, aos 83 anos, segue na ativa, como editora do caderno “Feminino & Masculino”. Seu depoimento, concedido ao *podcast* do jornal, reafirma o perfil do jornalista delineado por Isabel Travancas, no que tange à entrega à profissão e à adesão a um determinado estilo de vida.

Eu era a única mulher na redação do *Estado de Minas* e do *Diário da Tarde*. (...) Mas eu soube conquistar o meu lugar, porque eu virei homem (...) Tudo o que eles faziam, eu fazia também. Eles iam pro botequim, eu ia junto; eles bebiam cachaça, eu bebia junto; bebia [sic] cerveja, eu bebia junto; ficava [sic] a noite inteira no jornal, eu ficava junto. Deixei de lado a bonequice e virei jornalista. (...) A minha vida é casa e jornal. Então, eu, particularmente, eu não tenho muita vida particular, eu tenho vida de jornal. Minha vida é pautada pelo jornal, minhas ações são pautadas pelo jornal e o jornal, então, influenciou tudo na minha vida direta e indiretamente. (...) Porque o meu marido, o Cyro Siqueira, tinha uma visão

muito importante de jornalismo, ele era o máximo do jornalismo aqui e ele previa todas essas mudanças [*resultantes da informatização das redações*], ele contornava bem as dificuldades e resolvia tudo muito bem, então eu tive também um professor dentro de casa, no jornal e dentro de casa. (...) Eu sou muito fuxiqueira, né, eu gosto de saber de tudo, eu gosto de ler, eu gosto de procurar, eu gosto de saber. Realmente, eu não tenho mais aquela atividade que eu tinha aos vinte anos, mas eu estou com 83 anos e faço tudo pra não entregar os pontos. O dia que eu tiver [sic] muito ruim, eu vou perceber que eu tô ruim demais e vou cair fora por minha própria e espontânea vontade. ('Perdi a bonequice'..., 2018).

Se para alguns a profissão é uma “cachaça”, um “vício” difícil de se libertar, pois é certo que, apesar das dificuldades, é prazerosa, para outros é como o sacerdócio, “uma ocupação de ‘outra esfera’ e que por isso exige como ‘pré-requisito’ uma disponibilidade constante e eterna” (Travancas, 2011, p. 121). Não à toa, diz o experiente repórter Ricardo Kotscho a respeito do trabalho em grandes coberturas:

não basta ter capacidade profissional e saber escrever. É preciso ter muita resistência física, esquecer a hora de comer e de dormir, encontrar um jeito de vencer o medo, o cansaço e a saudade. (Kotscho, 1986, p. 26)

Como notou Travancas (2011, p. 143), o mundo dos jornalistas é, ao mesmo tempo, amplo – não se restringe ao ambiente de trabalho, aos colegas de profissão e à família, abarcando também o cotidiano da cidade, do país – e restrito, haja vista “que é a profissão e tudo o que se relaciona a ela que vão definir a função desses indivíduos na sociedade.”

Assim como as representações na literatura, no cinema e na televisão, as entrevistas realizadas pela pesquisadora também resultaram na composição de uma imagem ambígua e contraditória do profissional da imprensa, cuja identidade se forja num jogo de oposições de difícil balanceamento: a tensão entre o mundo do trabalho e a convivência familiar, a vida pública e a vida privada, a função transformadora e o individualismo. O jornalista “fascina e atrai, mas também é repudiado e desprezado por ser ameaçador” (Travancas, 2011, 153).

Sua identidade se constrói na sua relação com a profissão, na adesão aos compromissos e ao estilo de vida particular que ela impõe. Como bem notou John Hohenberg (1981, p. 3), um dos maiores expoentes do jornalismo norte-americano, a atividade jornalística, como qualquer outra profissão, “tem sua disciplina própria e o seu quinhão de rotina. Tem igualmente seus padrões de prática e conduta”.

Para compreender a gênese das matérias que encontramos estampadas diariamente nas páginas dos jornais e com as quais podemos nos deparar nos arquivos, sob a forma de recortes, convém identificar os princípios que determinam a essência do jornalismo e as diretrizes que o norteiam e disciplinam enquanto, no dizer de Luiz Beltrão (1964, p. 5), uma “atividade humana caracterizada”.

3.2 As bases do jornalismo

Poucos ousam duvidar da influência da imprensa e de seu impacto na vida cotidiana, bem como de sua capacidade de comover a opinião pública e promover ou depreciar reputações. Há quem diga que ela constitui o “quarto poder” e quem a compreenda como “um barômetro das atitudes públicas, um fator de importância na avaliação de mudanças sociais” (Hohenberg, 1981, p. 3) ou como um “dínamo das sociedades democráticas, visíveis nas suas contradições, abertas à intervenção da cidadania” (Melo, 2006, p. 51).

Exercer o jornalismo implica, em primeiro lugar, entender que a profissão implica uma responsabilidade, assim definida por Joseph Pulitzer, em resposta a uma manifestação contrária à criação da Escola de Jornalismo da Columbia University:⁹⁵

O que é um jornalista? Não é qualquer gerente comercial ou editor, ou mesmo o dono de um jornal. Um jornalista é o vigia na ponte de comando do navio do Estado. Ele observa a vela que passa, nota os pequenos sinais que surgem no horizonte. Ele informa sobre o naufrago à deriva e que pode ser salvo. Ele perscruta através da neblina e da tempestade para avisar sobre os perigos à frente. Ele não pensa em seus próprios ganhos ou nos lucros dos proprietários. Ele está lá para cuidar da segurança e do bem estar das pessoas que nele confiam. (Pulitzer, 1904, p. 656, tradução nossa).

⁹⁵ A proposta de criação de uma faculdade de jornalismo na Columbia University, apresentada por Joseph Pulitzer, foi aceita em 1902, acompanhada de uma doação em dinheiro para a construção da sede do curso. A escola iniciou suas atividades apenas em 1912, um ano depois da morte de seu benemérito, e inaugurou seu edifício em 1913. Columbia Journalism School. Our history. Apresenta o histórico da instituição. Disponível em: <<https://journalism.columbia.edu/columbia-journalism-school>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Para Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 19), um dos mais destacados pensadores da imprensa brasileira, o jornalismo é tanto uma arte quanto uma técnica, uma ciência; se para o cético não passa de um comércio, para o idealista significa compromisso e privilégio. Ao levar a comunidade a participar da vida social, atua como intermediário da sociedade, num trabalho que se constitui na reunião, apuração, seleção e difusão de acontecimentos, ideias e informações gerais. Em sua base se encontram a elaboração, a periodicidade e a persistência, permeadas pela exatidão, pela clareza e, sobretudo, pela rapidez.

Estes valores, apontados por Bahia, encontram-se também no pensamento de Luiz Beltrão (1964, p. 15), para quem o jornalismo “é informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade”, combinando os objetivos de difundir conhecimento e orientar a opinião pública “no sentido do bem comum”. José Marques de Melo, por sua vez, oferece definição mais elaborada:

(...) o jornalismo é concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornais/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos). (Melo, 2003, p. 17)

No serviço à comunidade, a atividade jornalística se pauta por princípios éticos e morais que, ao servirem de baliza para a conduta individual dos profissionais da imprensa, extrapolam o limite das ações

pessoais e se traduzem nos termos de uma responsabilidade social, para a qual concorrem determinados valores, amplamente disseminados pelos manuais de jornalismo.

O primeiro deles é a *independência*, que implica numa imprensa não subvencionada, fundada em bases econômicas próprias (Bond, 1962, p. 17) que lhe garantam liberdade de decisão para cumprir sua função primordial, qual seja, “fornecer informações que definam a realidade e facilitem a sua compreensão” (Bahia, 2009, v. 2, p. 22). Ao assumir o compromisso de ser independente, diz Juarez Bahia,

(...) um veículo corresponde à exigência do público de que seja responsável e digno na medida das expectativas dos que o leem, o ouvem ou o veem. Não é indispensável um documento para o consagrar, basta que isso seja comprovado na prática. A missão do jornalista é saber dizer o máximo possível. A energia que a alimenta resulta quase sempre da sua independência profissional e da independência do veículo. Obviamente, existem dificuldades inevitáveis, em qualquer sistema, entre o governo (que não se pode desejar que nutra desinteresse pela informação) e os veículos (que vivem para publicar notícias). Lutar para vencê-las, no interesse da sociedade, é uma tarefa do jornalismo. (Bahia, 2009, v. 2, p. 22)

À independência soma-se a *veracidade*: não contrariar, com as palavras, aquilo que se pensa; não trair, na atitude, aquilo que se diz. Trata-se de uma noção que, para Bahia (2009, v. 2, p. 22), supera a própria noção de verdade. A verdade também tem as suas facetas, suas versões, assim como os fatos que preenchem as páginas dos jornais. Ser veraz corresponde, neste sentido, a buscar os diferentes ângulos da notícia. Um compromisso, contudo, limitado pela pressão dos prazos que determinam o ritmo de

trabalho nas redações e nas rotativas, como salientou Louis Wiley ⁹⁶, em passagem reproduzida por Fraser Bond:

O secretário do jornal publica a versão mais digna de crédito que pode obter de um acontecimento, levando em conta que as máquinas precisam rodar numa determinada hora (...) Se o jornal tivesse que esperar até confirmar todos os detalhes, talvez o mundo ainda ignorasse acontecimentos históricos de séculos passados, sobre os quais os historiadores ainda não concordam. (apud Bond, 1962, p. 18)

Buscar a verdade em tudo o que faz, fala e escreve, diz John Hohenberg, embora seja obrigação do jornalista, é tarefa difícil, haja vista que “notícia” nem sempre é sinônimo de “verdade”. Além disso, completa o ex-professor da Columbia University e ex-administrador do Prêmio Pulitzer, falecido no ano 2000, “raramente pode-se concluir que o que é verdadeiro hoje continuará a ser amanhã” (Hohenberg, 1981, p. 8).

Nilson Lage, por seu turno, observa aí um problema filosófico. Assim como na lógica clássica, no jornalismo a verdade “é ou não é, excluída qualquer outra hipótese”. No terreno do direito, na ordem social, no julgamento da história, contudo, a verdade depende de provas, é objeto de discussão, é arbitral, “pode ser e não ser ao mesmo tempo” (Lage, 2012, p. 35-36).

O compromisso com a veracidade, definido por Melo (2006, p. 50) como a “circunscrição ao real, factível, comprovável”, tem a ver, portanto,

⁹⁶ Louis Wiley (1869-1935) foi gerente (*business manager*) do *The New York Times* por 29 anos. Iniciou-se no jornalismo aos 17 anos de idade, no *Union and Advertiser* de Rochester. Seu arquivo pessoal integra o acervo da biblioteca da University of Rochester. University of Rochester. Louis Wiley Papers. Disponível em: <<https://rbscp.lib.rochester.edu/finding-aids/AW67>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

com a *exatidão* e com a *objetividade*, isto é, com a fidelidade ao que se relata e com a precisão naquilo que se diz. A apuração correta, equilibrada e honesta do fato e de suas versões conduz a estes dois valores sobre os quais se fundamenta o jornalismo e o exercício profissional daqueles que a ele se dedicam.

Segundo Bahia (2009, v. 2, p. 24), a objetividade, como conceito do jornalismo, se firmou na imprensa dos Estados Unidos, no final do século XIX. Para José Marques de Melo (2006, p. 37), trata-se de uma questão que se colocou “desde o momento em que o jornalismo adquiriu autonomia social”, ou seja, desde que passou a ser praticado de forma livre, regular e contínua, na esteira das revoluções burguesas na Inglaterra e na França, lugares em que emergiram duas vertentes do jornalismo: uma de perfil objetivo, pautada pelo relato racional, contido e comedido dos fatos, e outra de caráter opinativo, “apaixonado, vibrante, impetuoso”.

Autores como Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 24) e Fraser Bond (1962, p. 18) concordam que, para a maioria dos jornalistas, a objetividade é algo desejável, mas inatingível, um ideal que refreia o impulso da parcialidade deliberada e intencional. Melo (2006, p. 37-53), por sua vez, tratou de explorar a questão em profundidade, observando seus diferentes sentidos e as várias compreensões possíveis do problema.

Se ao reproduzir a realidade, o jornalista deve fazê-lo pautado pela fidedignidade e pela exatidão, preservando a “sacralidade” dos fatos,⁹⁷ é bem

⁹⁷ “O comentário é livre, mas os fatos são sagrados”, disse C. P. Scott (1921, tradução nossa), editor do *Manchester Guardian* (intitulado, desde 1959, *The Guardian*) num artigo

verdade que seu relato é determinado por certo ângulo de observação e inevitavelmente carregado de experiência pessoal, dos traços de sua formação cultural, de sua visão de mundo. A objetividade seria, assim, um mito, “um mito da imprensa burguesa (...) ingrediente para camuflar a tendenciosidade que existe na prática cotidiana dos veículos de informação” (Melo, 2006, p. 38-39).

Arma contra o sensacionalismo, na esteira da industrialização e da racionalização dos processos da produção jornalística, o ideal da objetividade vai assumindo, com o tempo, um caráter normativo, doutrinário, “deixando de ser um ‘compromisso ético’ e transmutando-se num ‘receituário para a ação’ ” (Melo, 2006, p. 43). Absorvida pelos manuais de redação, converte-se em norma de estilo, confundindo-se com a síntese: a objetividade, assim, passa a implicar economia de tempo e de espaço, representada pela “captação do máximo possível de informações com o mínimo de palavras” (Melo, 2006, p. 43).

Ainda explorando a questão da objetividade, Melo (2006, p. 48-50) a associa às demandas contemporâneas pelo direito à informação e sua defesa como prerrogativa democrática. Sendo o jornalista um agente social, posto que atua na mediação entre os fatos e o interesse público, deve procurar desvendá-los em seus múltiplos sentidos e aspectos, em sua fisionomia integral. No jornalismo contemporâneo, a objetividade se traduz na pluralidade da observação e dos relatos, superando a qualidade

escrito em comemoração ao centenário do jornal. Scott (1846-1932) foi editor do jornal entre 1872 e 1929, tendo se tornado seu proprietário em 1907.

instrumental (de artifício técnico) para encontrar seu sentido ético e seu valor no exercício da democracia e da cidadania.

Neste sentido, a *honestidade* “deve ser um elemento básico do caráter do jornalismo” (Bahia, 2009, v. 2, p. 25). O bom caráter, diz Fraser Bond (1962, p. 19), “não é facilmente adquirido ou mantido sem um esforço diário”. Honestidade nas notícias e nos anúncios é o que se espera dos veículos jornalísticos, que devem, ainda, zelar pela *imparcialidade*, outro ideal controverso, muitas vezes traído quando o jornalista “utiliza o faro e age pelo instinto” (Bahia, 2009, v. 2, p. 27).

Por ser uma instituição semipública – no sentido de que, a despeito da natureza jurídica privada das empresas jornalísticas, deve atuar em benefício da comunidade (Bond, 1962, p. 19) –, à imprensa cumpre ainda assumir a *responsabilidade* por aquilo que publica, mesmo quando se trate de matéria não assinada (Bahia, 2009, v. 2, p. 27).

O jornalismo, contudo, “não é obra exclusiva dos jornalistas”. A responsabilidade por seu bom ou mau exercício, para Noblat (2010, p. 21), é compartilhada com o leitor, que detém o poder de comprar o jornal que quiser e, da mesma forma, deixar de comprá-lo. Por isso, ressalta o autor, para além do compromisso com a verdade e com a independência, o jornalista tem também um dever junto aos cidadãos (Noblat, 2010, p. 22).

Em seu conjunto, estes valores – por vezes apresentados nos manuais didáticos de maneira dogmática, mas, todos eles, discutíveis no desafio da prática – conformam a essência do quefazer jornalístico e constituem a base

ética sobre a qual os jornalistas procuram desempenhar o seu ofício. Mais: o esforço cotidiano na direção de atingi-los, mesmo dentro das limitações naturais do exercício profissional, conflui para a aquisição daquilo que constitui outro pilar da imprensa, a *credibilidade*, atributo que “só pode ser emitido pela opinião pública” e que depende, no limite, da capacidade dos veículos de comunicação de publicar versões confiáveis dos fatos que noticiam (Bahia, 2009, v. 2, p. 28).

Independência, veracidade, objetividade, exatidão, honestidade, responsabilidade, decência e credibilidade são virtudes que o jornalismo persegue no exercício de seu compromisso social. Contudo, não são facilmente atingíveis nem escapam às tensões, aos interesses e às casualidades que permeiam o dia a dia das redações. Os comentários estampados nas seções destinadas à reprodução das cartas, e-mails e manifestações dos leitores nas redes sociais, bem como a atuação dos *ombudsmen*⁹⁸ e as erratas timidamente escondidas nos cantos das páginas internas (mas presentes quando necessário)⁹⁹, dão a dimensão das objeções às quais o jornalismo nunca estará imune: superficialidade, inexatidão,

⁹⁸ Espécie de “advogado do leitor”, o *ombudsman* – ou, em português, “ouvidor” – é o profissional contratado pelo jornal, encarregado de fazer a crítica independente do conteúdo publicado em cada edição. É ele, também, quem recebe, avalia e encaminha as reclamações dos leitores (e, eventualmente, as reproduz no próprio jornal). A função surgiu na imprensa estadunidense na década de 1960 (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 530).

⁹⁹ A *Folha de S. Paulo*, fundada em 1921, passou a reconhecer e corrigir publicamente os erros de informação em 1991 (Pinto, 2001). Em pesquisa no acervo digital de *O Estado de S. Paulo*, foi possível localizar a publicação de erratas desde 1875, ano de sua fundação, quando adotava o título *A Província de São Paulo*. Interessante notar que se o número de ocorrências limita-se a cerca 40 erratas publicadas a cada década entre 1875 e 1959, a partir dos anos 1960 este número aumenta, superando a marca de mil ocorrências a partir da década de 2000. Acervo Estadão. Resultado de busca para “Errata”. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/errata/Acervo/acervo>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

difamação, sensacionalismo, descompromisso e manipulação de dados são apenas algumas das reclamações identificadas por Bahia (2009, v. 2, p. 32-37) e por Fraser Bond (1962, p. 22-25).

Profissional experiente, com passagem pelas redações de grandes jornais do país, Ricardo Noblat admite a dificuldade de reconhecer o erro. De um lado, os jornalistas temem ser punidos por seus chefes, por outro, os jornais temem perder leitores. Contudo, ressalta: o erro de informação também é matéria de interesse público, lembrando um episódio ocorrido quando da publicação de um erro de grandes proporções numa manchete do *Correio Braziliense*. Constatadas as imprecisões, o jornal estampou em sua primeira página, na edição do dia seguinte, uma manchete inusitada – “O *Correio* errou” –, iniciativa que lhe rendeu dois prêmios importantes (Noblat, 2010, p. 39-40).

Entende-se, assim, o sentido da contradição que Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 27) expressou com peculiar elegância: “Por natureza superficial, apurada e elaborada apressadamente, a informação que os veículos transmitem está sempre em confronto permanente com os ideais do jornalismo.”

Todos estes valores concorrem para a consecução do objetivo primeiro da atividade jornalística, qual seja, difundir notícias, “comunicar ao gênero humano o que seus membros fazem, sentem e pensam” (Bond, 1962, p. 20), transportar a consciência do fato, por meio de uma articulação simbólica, a quem não o presenciou (Lage, 2012, p. 45).

A informação está na base da atividade do jornalista. Mas, como salienta Bahia (2009, v. 2, p. 46), se toda notícia é uma informação, nem toda informação é uma notícia. Uma máxima do jornalismo – de autoria duvidosa, mas que se transformou em postulado do ofício –, reproduzida nos manuais de formação profissional, diz que se um cachorro morde um homem, isto não é notícia, porque é algo que acontece o tempo todo, mas se um homem morde um cão, isto sim é notícia.¹⁰⁰

A lei que rege o jornalismo, diz Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 31), “está no fato, na surpresa, na ideia, na desgraça ou na glória. A sua seiva é a liberdade.” Neste sentido, Noblat reforça:

É que aprendemos, com anos de ofício, que a notícia está no curioso, não no comum; no que estimula conflitos, não no que inspira normalidade; no que é capaz de abalar pessoas, estruturas, situações, não no que apascenta ou conforma; no drama e na tragédia e não na comédia ou no divertimento. (Noblat, 2010, p. 31)

Para a espanhola Mar Fontcuberta (1993, p. 13), o *acontecimento* e a *atualidade* são a razão de ser do jornalismo, dois conceitos-chave em torno dos quais os meios de comunicação de massa constroem os relatos e manejam a divisão do tempo em períodos idênticos (horas, dias, meses...) que servem de marco para a difusão dos fatos.

¹⁰⁰ Lage (2012, p. 48) atribui a frase a Amos Cummings, antigo editor do *The New York Sun*. No entanto, é também atribuída por outros autores a Alfred Harmsworth, John B. Bogart e Charles Anderson Dana e considerada um princípio daquilo que, nos Estados Unidos, recebeu o nome de “*yellow journalism*”, que, em português, corresponde ao que chamamos de “imprensa marrom”, ou seja, aquela “cujas características, em detrimento de qualquer compromisso ético, são o sensacionalismo das notícias (com ênfase para escândalos amorosos, políticos, sociais e econômicos), o ataque a personalidades, a intriga e a calúnia.” (Neiva, 2013, p. 287).

Matéria-prima do relato jornalístico, o acontecimento é também o material de trabalho do historiador, do sociólogo e de profissionais e estudiosos de outras searas do conhecimento, que lhe emprestam sentidos e tratamentos diversos, segundo os seus interesses e de acordo com os procedimentos, os métodos e as teorias que fundamentam os seus ofícios. Se ao historiador interessa compreender o acontecimento (ao qual só pode ter acesso de maneira indireta, pelos documentos e testemunhos, por indícios) na chave de uma série de fatos semelhantes e num recorte da realidade que manipulará livremente para construir “apenas uma narrativa verídica”, como quer Paul Veyne (1995), o jornalista, por seu turno, busca o fato único, singular.¹⁰¹

Contudo, o que transforma, na óptica do jornalismo, um acontecimento em notícia? Para Fontcuberta (1993, p. 16), trata-se de uma conjunção dos valores que podem ser percebidos no discurso jornalístico tradicional. São eles:

- *atualidade*, isto é, o objeto da notícia acaba de acontecer, de ser anunciado ou descoberto;

¹⁰¹ Se a escola dos metódicos, no século XIX, emprestava à noção de acontecimento uma concepção restritiva, o movimento que a sucedeu tratou de refutar a “história eventual” (*histoire événementielle*) e sua pretensão de objetividade amparada no estudo dos fatos isolados e no estabelecimento de relações de causa e consequência, privilegiando a observação das continuidades e das estruturas na chave da longa duração. Já de algum tempo, os historiadores, na esteira das correntes da micro-história e da história do tempo presente, vêm renovando seu interesse pelo acontecimento, examinando-o sob uma óptica científica e compreendendo-o como uma chave de acesso ao geral por meio da singularidade. Neste sentido, François Dosse (2013) procurou explorar as diversas interpretações do acontecimento ao longo do tempo no âmbito das ciências humanas, em especial no da história, contrapondo o quadro de crise do pensamento estruturalista ao “renascimento” dos fatos singulares.

- *novidade*, o fato escapa à rotina do cotidiano, é carregado de excepcionalidade e é transmitido no menor espaço de tempo possível;
- *veracidade*, ou seja, corresponde o mais fielmente possível à realidade;
- *periodicidade*, que pressupõe que os fatos sejam comunicados em intervalos fixos de tempo;
- *interesse*, definido a partir da capacidade do fato de servir como ponto de referência ou de atender às necessidades, aos anseios de um público massivo.

Para ser notícia, portanto, o acontecimento deve representar, em primeiro lugar, uma variação no sistema. É da ruptura com a norma que se extrai o elemento de originalidade que credencia um fato como digno de estampar as páginas dos jornais (Fontcuberta, 1993, p. 20). No entanto, é certo que a novidade admite variação: os acontecimentos podem ser previsíveis (sabe-se que a cada quatro anos realizam-se as eleições, a copa do mundo, as olimpíadas...) e não deixam de ser notícia, mas poderão suscitar muito mais interesse quando se tratam de ocorrências imprevisíveis e, de certo modo, espetaculares.

Alceu Amoroso Lima (1969, p. 46), destaca que a notícia supõe sempre um duplo contato: com o acontecimento e com o leitor. Luiz Amaral (1969, p. 60), por seu turno, ao defini-la como informação atual e verdadeira, observa que é também aquela “carregada de interesse humano e capaz de despertar

a atenção de um grande número de pessoas”. Este elemento de identificação junto ao público será tanto maior quanto for o nível de participação dos sujeitos, “através de uma maior ou menor adesão a suas propostas e, portanto, a constatação da maior ou menor eficácia de suas consequências” (Fontcuberta, 1993, p. 20).

Assim, fatos como a queda das ações de uma companhia aérea japonesa na bolsa de valores de Tóquio, a vitória de um time de futebol português no campeonato europeu, a derrota da seleção brasileira nas eliminatórias da copa do mundo ou o aumento da tarifa de distribuição da energia elétrica nas diferentes regiões do país terão relevância distinta (variável segundo o lugar, o tempo e o contexto social), podendo suscitar muito ou nenhum interesse para um indivíduo, para um determinado grupo de pessoas ou para uma comunidade maior de leitores. Por isso, Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 46) adiciona um terceiro elemento à formula de Alceu Amoroso Lima: para além do fato e do leitor, a notícia se relaciona também com o ambiente, com o meio.

Fora dos manuais, reconhece Noblat (2010, p. 31, grifo nosso), “notícia na verdade é tudo o que os jornalistas *escolhem para oferecer ao público*”. Para Fontcuberta (1993, p. 20), são os meios de comunicação que criam os acontecimentos jornalísticos, dando publicidade a fatos preexistentes ou previsíveis, transformando-os, assim, em notícias.

A notícia, entendida como o acontecimento que reúne, a um só tempo, as condições e as características que habilitam sua ampla divulgação, é o objeto de trabalho do jornalista, a matéria-prima de seu ofício e o elemento

que preenche as páginas do jornal. No dizer de Bahia (2009, v. 2, p. 48), é “a pequena notícia que dá corpo ao noticiário comum dos veículos. A grande notícia é sempre a base da manchete, da novidade, do destaque da reportagem.”

Contudo, “o relato noticioso não existe enquanto não é contado” (Jorge, 2012, p. 26). Para existir, enquanto texto, a notícia requer – como qualquer outro documento, é bom notar – preparação, tratamento, elaboração. Da ocorrência do fato à notícia estampada numa edição de jornal, toda uma rotina se repete cotidianamente, preenchendo o quefazer do repórter e mobilizando os diferentes profissionais que povoam os ambientes de uma empresa jornalística, da redação ao parque gráfico.

Em sua pesquisa sobre o mundo dos jornalistas, Travancas procurou descrever os passos que constituem a rotina da produção das notícias e as pessoas que participam neste intrincado processo. Segundo a autora, os jornalistas se dividem nas seguintes categorias, constituindo a espinha dorsal de uma redação:

- *Repórteres* são os profissionais que vão para a rua apurar as informações e, de volta à redação, redigem a matéria.
- *Redatores* são os responsáveis pelo texto final do repórter, assim como pelo título e legenda da foto.
- *Fotógrafo* é reconhecido como jornalista pela categoria e recebe a denominação “repórter fotográfico”. É com ele que o repórter vai à rua no carro do jornal.
- *Diagramador* é o encarregado de planejar visualmente a página do jornal sob a orientação do editor.
- *Subeditor* é o assistente do editor, que trabalha com o redator e o diagramador na montagem da página.
- *Editor* é o chefe da editoria, responsável pelas matérias publicadas e pelo espaço a elas destinado. É quem dá o aval para os textos e para o título também.

- *Chefe de reportagem* é quem escolhe, em algumas editorias – como a Geral e de Economia, e muitas vezes a de Cultura –, o repórter mais apropriado para fazer determinada matéria de rua, bem como quem deve acompanhar pelo rádio ou telefone o seu desenrolar. E, se for o caso, manda o repórter já na rua fazer outra reportagem.
- *Pauteiro* é o jornalista que chega mais cedo ao jornal, em geral de madrugada, lê todos os jornais do dia e produz a pauta, que é o “programa” do dia do jornal, com as matérias possíveis, os eventos mais marcantes, assim como sugestões.
- *Radioescuta* é um setor ligado à redação, mas que funciona em uma sala separada, 24 horas por dia. Os profissionais dessa área acompanham pelo rádio e pela televisão o que acontece na cidade.
- *Editor-chefe ou diretor de redação* é o encarregado de toda a redação do jornal. Ele está em contato com todos os editores, discutindo as matérias e decidindo a forma final do jornal.
- *Editorialista* é o jornalista destacado para escrever diariamente o editorial, que reflete a opinião do jornal sobre questões consideradas relevantes para o órgão. (Travancas, 2011, p. 25-26)

O elenco de postos e funções mapeado por Isabel Travancas reflete a realidade das redações dos jornais brasileiros entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990. De lá para cá, a racionalização dos processos de trabalho incidiu sobre a composição das redações, suprimindo ou alterando as atividades de alguns destes profissionais. Os redatores, por exemplo, são mais raros e, em muitos casos, os próprios repórteres criam os títulos de suas matérias e formulam as legendas das ilustrações. Nos suplementos, diz a autora, a figura do redator já foi dispensada, cabendo aos editores realizar tais funções, quando necessário. Os revisores, por seu turno, agora se ocupam da primeira página e das de opinião. Em algumas empresas, certamente nas de grande porte, as funções do editor-chefe foram divididas entre editores executivos, responsáveis pela supervisão do trabalho

dos editores, por conduzir as reuniões de pauta e desenhar a primeira página (Travancas, 2011, p. 25-26).

Se antes o jornalista contava apenas com papel e caneta para registrar os fatos que presenciava e as declarações que colhia, hoje tem a seu serviço os computadores portáteis, os *tablets* e, especialmente, os *smartphones*, utilizados não apenas para anotações como também para a gravação de registros sonoros e visuais. Com efeito, já não é incomum observar os repórteres de tevê consultando a tela de seus celulares nas transmissões ao vivo.

É certo que os setores de documentação, arquivo e pesquisa das empresas jornalísticas desempenham função relevante na coleta preliminar de dados, quando o jornalista precisa, antes de recorrer a outros meios ou sair à rua, reunir informação para inteirar-se do assunto a ser coberto. Mas, também é bem verdade que os recursos disponíveis se ampliaram. A radioescuta, por exemplo, perdeu espaço diante do crescimento das agências de notícias, do surgimento dos canais de *hard news* com transmissão 24 horas, da popularização da internet, dos meios de comunicação instantânea e das chamadas redes sociais.¹⁰² Recorda um antigo funcionário do *Comércio do Jahu*:

‘Era muito complicado. No começo, logo que entrei, nós tínhamos de ouvir emissoras de rádio para saber das notícias mais importantes que aconteciam. Depois é que passamos a ter acesso às agências de notícia. Mesmo assim, vinha aquele

¹⁰² Em *Betibú*, romance da argentina Claudia Piñeiro, o velho jornalista Jaime Brena ironiza a falta de faro e de tato do jovem “foca” que, sem a prática da apuração e a vivência das ruas, recorre nervosamente à tela de seu celular na busca por fatos novos: “Al Pibe le sobra Google y Universidad y le falta calle”, suspira o experiente repórter.

monte de papéis, por telex, tínhamos de revisar tudo. Era muito trabalho para concluir cada edição' (Jornal usava..., 2008).

O avanço da tecnologia e a criação de novas formas de comunicação podem ter afetado, em alguma medida, os procedimentos da principal ocupação do repórter, a apuração, mas não bastaram, contudo, para modificá-la em sua essência.

Segundo Jorge (2012, p. 98-99), existem apenas três formas de conseguir informações: a observação do acontecimento *in loco*, as entrevistas com os envolvidos, testemunhas e fontes de primeira mão e o recurso às fontes secundárias (filmes, documentos de arquivo, livros, recortes e, claro, a internet). O trabalho de apuração, que pode se desenvolver segundo diferentes métodos¹⁰³, resume-se, basicamente, às seguintes fases que o constituem:

- 1) **Observação:** O repórter deve prestar atenção ao cenário macro, a fim de ter uma visão geral do contexto em que se insere determinado fato. Precisa prestar atenção também ao cenário micro – os detalhes –, para poder descrever lugares e cenas.

¹⁰³ De acordo com a autora, os meios de apuração podem ser resumidos em dois caminhos: direto e indireto. O primeiro implica a chegada à notícia pelas fontes: a entrevista realizada pessoalmente, por telefone ou por e-mail com os envolvidos. O segundo “é aquele em que o repórter se acerca da notícia, sem, muitas vezes, conseguir se aproximar dela.” Fazem parte do método indireto a entrevista *off the record* (quando a fonte entrevistada não pode ser identificada), o recurso à assessoria de imprensa, a distribuição de questionários e, até mesmo, o uso de disfarces e fantasias (Jorge, 2012, p. 100-102). Contudo, convém destacar que, segundo o artigo 11 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o profissional não deve divulgar informações obtidas de maneira inadequada, “com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração” (Federação Nacional dos Jornalistas, 2007). Ricardo Noblat, por seu turno, sublinha: “A ética deve prevalecer até mesmo sobre a obrigação que tem o jornal de revelar o que possa interessar ao leitor” (Noblat, 2010, p. 27).

- 2) **Anotação e indexação:** O repórter lista as coisas vistas; nomes e tipos de pessoas; deve ser capaz de colher e transmitir informações sobre o local, destacando o que mais lhe chamar a atenção. Neste trabalho, ele efetua contagem (de pessoas e objetos); procura números e estatísticas; anota cheiros, sons e cores.
- 3) **Questionamento:** Nas entrevistas, deve perguntar tudo o que lhe ocorrer sobre o assunto, até que a curiosidade esteja saciada ou tenha certeza de que compreendeu bem o que lhe foi dito.
- 4) **Organização dos apontamentos:** Antes de escrever, é necessário reler todo o conteúdo anotado; separar os assuntos; destacar as declarações mais importantes; completar com apuração mais aprofundada de dados, fazendo pesquisas ou novas entrevistas.
- 5) **Avaliação:** De volta à redação ou em conversa com o editor, o repórter define o lide e a hierarquização dos dados e faz (mesmo que mentalmente) um roteiro para a redação, que pode conter uma ou várias matérias interligadas. Neste momento, ele analisa e interpreta, classifica e complementa o material obtido. Porém, antes de sentar-se para escrever, deve perguntar: ouvi todos os lados da questão? Dei oportunidade para que todas as pessoas envolvidas se manifestassem? Fui isento nos meus julgamentos e decisões? (Jorge, 2012, p. 99-100)

Todo este trabalho vai culminar naquilo que, para nós, é o que interessa neste trabalho: a produção do texto jornalístico, aquele que encontramos tão frequentemente sob a forma de recortes nos arquivos. E se a rotina do jornalista é pautada por métodos que, por sua vez, desencadeiam o cumprimento de certos procedimentos, também o será o processo de redação das matérias.

Antes, contudo, convém observar que o trabalho do jornalista se insere no escopo mais amplo das empresas jornalísticas, organizações que, pelo porte que assumem e pela natureza do trabalho que encampam, requerem estrutura bem planejada e administrada. Se o espaço da redação é o centro

nervoso da empresa como um todo, vale notar que ele depende – e de certa forma também os pressiona – dos demais setores, da administração à publicidade, passando pelo arquivo, pela produção e pela distribuição.

Por ocasião da passagem de seus 190 anos, completados em 2015, o *Diário de Pernambuco*, jornal mais antigo em circulação no país, publicou curiosa matéria sobre os bastidores de sua produção cotidiana. O diagrama a seguir permite vislumbrar a sequência de passos que obedece a elaboração da notícia na rotina de uma empresa jornalística de grande porte.

Quadro 1 – Etapas da produção de um jornal diário

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Wanderley (2015)

Se, no passado, “os jornais podiam dar-se ao luxo de apenas publicar notícias”, hoje em dia, concorrendo com tantas outras fontes de informação, meios e canais de difusão mais eficientes, o panorama é outro: “A explicação competente é uma saída para os jornais. Embora não seja a única” (Noblat, 2010, p. 112). Mais que veículo de informação, o jornal se torna bem de consumo, a notícia se converte em “bem simbólico” (Lustosa, 1996, p. 85) e a imprensa assume proporções industriais. Como observou Fraser Bond (1962, p. 19-21), na busca por leitores-consumidores, os jornais absorvem muitas outras funções fora de sua prioridade básica, qual seja, a de informar, tomando para si o dever de interpretar e explicar as notícias, comentá-las, e dedicam-se, em paralelo, ao esforço de também entreter e divertir o público.

Fundadas no tripé “redação – circulação – publicidade” (Travancas, 2011, p. 22), as empresas jornalísticas, para formar o lastro financeiro que lhes permita operar à margem da subvenção, inserem-se nas engrenagens do capitalismo: dependem da venda de anúncios, os jornais impressos contam também com as assinaturas e vendas avulsas, as estações de rádio e de televisão se submetem aos índices de audiência e os portais da internet contabilizam o número de acessos, cliques e visualizações. Na conquista da pretensa independência, fundamento dos demais princípios que regem o jornalismo, a imprensa se coloca na encruzilhada de múltiplos interesses e pressões.

Contudo, voltemos ao que nos interessa. Já sondamos o contexto de produção das notícias, a rotina dos repórteres e o ambiente das redações e

das empresas jornalísticas, permeados pelas representações do jornalista e pelos valores que fundamentam o seu ofício. Convém agora observar os mecanismos que institucionalizam a escrita e que, com isso, buscam imprimir conformidade e unidade aos textos jornalísticos.

3.3 Em busca de padronização

Para cumprir a sua função primordial, ou seja, transmitir notícias, e dar conta das muitas outras que os jornais vêm absorvendo – interpretar a notícia, comentar os acontecimentos, orientar e divertir o leitor –, os jornalistas fazem da palavra o seu instrumento de trabalho. A boa escrita é, sem dúvida, uma faculdade importante, embora o estudo de Travancas (2011, p. 123) aponte que os jovens profissionais já não a consideram uma virtude fundamental. Com o crescimento dos jornais e sua transformação em objeto de consumo de massa, escrever rápido talvez seja, hoje em dia, mais importante que escrever bem.

O jornalismo, como notou Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 54), “busca uma expressão consensual, comum e ao mesmo tempo personalizada”, o que se traduz num aparente impasse: “Quanto mais padroniza a notícia, mais procura livrá-la de regras ou normas”.

Espera-se que o jornalista esteja atento à veracidade, à imparcialidade, à exatidão, e que os textos que resultam de sua atividade sejam objetivos, narrem o fato principal sem superestimar os detalhes que acabam

confundindo o leitor; que sejam claros, isto é, que elucidem a matéria-prima da informação, e precisos, sem dar margem a mal-entendidos (Lustosa, 1996, p. 81-83). A concisão é outra qualidade valorizada: é preciso dizer o máximo com o mínimo de palavras. No dizer de Lustosa (1996, p. 82), “a notícia tem que ser *pão, pão, queijo, queijo*”. Espera-se, ainda, que sejam coerentes, coesos, e que possam não apenas interessar ao maior número possível de leitores como que sejam por eles de fato compreendidos. E mais: que as matérias possuam uma maleabilidade tal para enquadrarem-se no espaço a elas destinado na página do jornal, que possam ser cortadas, se preciso, para atender às demandas da diagramação, sem que isso comprometa seu potencial informativo e a qualidade da apuração.

Todas estas expectativas concorrem para a formação de um *estilo jornalístico* que, por sua vez, determina uma maneira característica de escrever, uma técnica de redação capaz de dar uniformidade às unidades textuais que compõem o conteúdo de uma edição e, no limite, ao próprio jornal como um todo.

No dizer de Alceu Amoroso Lima,

O grande jornalista é aquele que escreve **depressa**, em face do **acontecimento do dia**, com **precisão** e no **menor número de palavras**, levando uma informação **exata** ao leitor e **formando** honestamente a **opinião pública**. Tudo isso são características, estilísticas ou não, do jornalismo em sua natureza própria e, portanto, do estilo jornalístico em sua exigência preliminar **comum**. (Lima, 1969, p. 57)

Para Fraser Bond (1962, p. 67), o estilo jornalístico se forja no encontro de três objetivos que se manifestam na forma e no conteúdo das matérias

publicadas nos jornais: *legibilidade*, alcançada, na composição tipográfica e na diagramação eletrônica, por meio do emprego de tipos ou fontes que favoreçam a fluidez da leitura; *inteligibilidade*, que determina uma forma de escrita que permita a fácil compreensão da mensagem, da substância do relato jornalístico, ou seja, do conteúdo da notícia; e *economia de espaço*, que se traduz na elaboração de regras para o uso de maiúsculas e minúsculas, abreviaturas e sinais de pontuação.

“O noticiário é o inverso da novela, do romance”, advertem as normas de redação do *Jornal do Commercio* (Melo, 1972, p. 45), segundo as quais as notícias devem se assemelhar, na forma e na substância, aos verbetes de dicionário.¹⁰⁴ Luiz Beltrão destacou os cinco princípios do estilo peculiar que, ao fim e ao cabo, destina-se a dotar os relatos jornalísticos da concisão e da fluidez necessárias para que sejam lidos e compreendidos. Em seu entendimento, a redação jornalística deve (1) ter períodos e parágrafos curtos, (2) ser de construção clara e simples, (3) começar por uma frase decisiva, que estimule a continuidade da leitura, (4) ser precisa no vocabulário e sóbria na adjetivação e (5) contribuir para elevar e não para degradar o idioma (Beltrão, 1969, p. 39).

Juarez Bahia (2009, v.2, p. 95), por seu turno, desconfia de que o jornalismo tenha uma linguagem que lhe seja própria ou única. Para ele, o termo “estilo” define tanto uma *técnica de redação* quanto uma *linguagem* comuns a cada jornal. Trata-se, em suma, de “um instrumento sem o qual a

¹⁰⁴ Neste sentido, o manual preconiza: “A isenção de ânimos é absoluta”, abrindo exceção apenas para as matérias de caráter humano, científico ou didático, “desde que não haja maiores implicações e sobre os quais não se possam suscitar dúvidas” (Melo, 1972, p. 45).

mensagem não é assimilada e se desqualifica”, ou seja, é o tal estilo peculiar do jornalismo que transforma a “informação bruta em notícia legível, compreensível, inteligível.”

Não é de hoje que se procura, no âmbito do jornalismo, disciplinar a redação. Ramón Salaverría (1997) buscou situar historicamente o surgimento de deste estilo característico, pesquisando a tradição dos chamados manuais de redação e estilo. Em seu estudo, retrocedeu aos tratados de eloquência e retórica, nos quais encontrou as primeiras prescrições para a redação dos relatos jornalísticos.¹⁰⁵ Contudo, conferiu a *Writing for the Press: a manual for editors, reporters, correspondents and printers*, de Robert Luce, publicado originalmente em 1886, o título de “primeiro manual monográfico sobre redação jornalística”.

Embora não preconize a estrutura textual que se tornaria, no século XX, típica do relato jornalístico, o manual de Robert Luce reúne, em pouco menos de 80 páginas, orientações de caráter prático que figuram até os dias de hoje no interior dos manuais de redação mais recentes: como preparar os originais para impressão, questões gramaticais, palavras e expressões a serem evitadas, guia de plurais, pontuação, sinais de revisão... Além disso, dedica uma seção inteira a questões relativas à composição tipográfica, em que esclarece o sistema de medidas utilizado para os jornais e identifica as

¹⁰⁵ Segundo Salaverría (1997), o início do século XIX representa “uma época dourada” da publicação de tratados de eloquência e retórica. Nos países hispânicos, o autor localizou orientações para a redação de textos jornalísticos nos tratados publicados na década de 1840, embora a inclusão deste tipo de diretrizes tenha se tornado “moeda corrente na maioria daqueles livros” apenas a partir dos anos 1870. Salaverría identificou pelo menos 14 tratados contendo orientações de estilo jornalístico publicados na Espanha entre 1841 e 1955.

principais famílias tipográficas empregadas nos periódicos norte-americanos (Luce, [1886] 1889). Se muitas das diretrizes coligidas por Luce se destinam a orientar a boa escrita, diversas passagens de seu manual reforçam os valores da ética jornalística:

82. Nunca coloque uma opinião editorial em um parágrafo noticioso. Nunca permita que o sentimento pessoal influencie o que você escreve. Nunca escreva nada cuja autoria você não esteja disposto a assumir. Nunca escreva nada que você não gostaria que sua mãe, sua irmã ou seu filho lessem.

83. Se você não pode dizer nada de bom sobre um homem ou uma coisa, diga o mínimo possível, a menos que o bem público reclame o contrário. Faça todos os esforços para ser preciso em todos os aspectos. Declarações falsas podem acabar em processos por difamação. Uma enorme responsabilidade repousa em todo escritor da imprensa. Um único descuido, um único rumor creditado pode arruinar a vida de um homem. O jornal cria e destrói a reputação. A honra e a justiça exigem o maior cuidado no exercício daquilo que é inquestionavelmente o mais tremendo poder dos tempos modernos. (Luce, [1886] 1889, p. 66, tradução nossa)

No dizer de Bahia (2009, v. 2, p. 96), até o século XIX o jornalismo foi “mais literário”. Neste sentido, Salaverría (1997) considera o manual de Luce como uma obra de transição para o moderno jornalismo. Contudo, segundo Bahia (2009, v. 2, p. 96), somente após a II Guerra Mundial é que o esforço de sistematização interna ganha força nas redações dos jornais norte-americanos. Antes, diversos jornais nos Estados Unidos e na Europa já haviam introduzido suas normas de redação e estilo, mas o quadro de mudanças políticas, econômicas e sociais do pós-guerra influiu de maneira decisiva na generalização desta prática, coincidindo “com maiores exigências dos leitores, com a expansão do rádio e o aparecimento das novas

tecnologias nos setores básicos da produção industrial.” (Bahia, 2009, v. 2, p. 99).

No Brasil, a primeira iniciativa de padronização do estilo e da linguagem em um jornal diário se deu no final da década de 1920, n’A *Província*, de Recife, quando seu diretor, Gilberto Freyre, voltando de uma viagem aos Estados Unidos, resolveu implantar por aqui as *style sheets* que conheceu nas redações dos jornais norte-americanos. Em pequenas folhas afixadas no mural da redação, fazia circular entre repórteres e redatores “um conjunto de orientações para os jornalistas, mostrando como eles deveriam trabalhar com o público.” (Vizeu, 2008, p. 171).

Manual, como conhecemos atualmente, isto é, um volume organizado de orientações, recomendações e normas, só veio a aparecer anos mais tarde, com os manuais do *Diário Carioca* e da *Tribuna da Imprensa*. Para Alfredo Vizeu (2008, p. 173), a iniciativa do *Diário Carioca* resultou num trabalho mais organizado e formatado que as regras soltas afixadas por Gilberto Freyre no *placard* da redação sob seu comando. Contudo, as regras do jornal carioca ainda se ancoravam fortemente na gramática e nos conselhos para a boa escrita.

Juarez Bahia, por seu turno, observa no manual do *Diário Carioca* a introdução de avanços importantes no que tange à composição do jornal e à técnica de redação das notícias:

O *Diário Carioca* (1928-1965) (...) é um dos primeiros jornais brasileiros – outro é a *Tribuna da Imprensa*, também do Rio de Janeiro – a criar regras de redação. Em torno de 1947, esses jornais codificam uma série de normas práticas para uso de

repórteres, redatores, revisores e gráficos. (...) o *Diário Carioca* incorpora ao jornalismo brasileiro e latino-americano outras inovações, como o *lead*, o copidesque, a versatilidade dos títulos e o colunismo social moderno. Em 1947, o *DC* substitui o clássico nariz-de-cera pelo *lead* e o *sublead*, renovando a linguagem do jornal, como já ocorria nos Estados Unidos e na Europa. (Bahia, 2009, v. 2, p. 99)

Muito antes de lançar a primeira edição de seu manual de redação e estilo, *O Estado de S. Paulo* já buscava orientar a escrita de seus profissionais, utilizando, para isso, pequenos fichários, como recorda Eduardo Martins, em depoimento concedido a Mônica Pegurer Caprino (2002a, p. 54): “Quando eu entrei aqui, no final da década de 1950, em cada mesa havia uma caixinha com uma série de fichas, 50, 60 ou 100 fichas”. Martins ainda chama a atenção para outra forma de transmissão das normas: a oralidade, o aconselhamento individualizado, na base da conversa com cada repórter, após a leitura dos textos, prática que se tornou inviável com o crescimento dos jornais e do ritmo de trabalho nas redações. Durante os anos 1980, foram introduzidos na redação vários “minimanuais”, dedicados a assuntos específicos (Caprino, 2002a, p. 55). A primeira edição do manual d’*O Estado de S. Paulo*, organizada pelo mesmo Eduardo Martins, foi publicada apenas em 1990.

No início dos anos 1970, José Marques de Melo compilou e editou as normas de redação de cinco jornais brasileiros (*Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* e *Zero Hora*). O quadro a seguir apresenta, de maneira sucinta, os temas abordados em cada instrumento, destacando os títulos de cada verbete que os compõem e

respeitando a ordem como são apresentados (e, eventualmente, as categorias sob as quais foram reunidos), o que nos permite vislumbrar a natureza de seus conteúdos e o tipo de orientação que se destinavam a difundir entre os profissionais de cada veículo, bem como o caráter de certa forma “confuso” destes primeiros manuais.

Quadro 2 – Conteúdo das normas de redação de cinco jornais brasileiros

Jornal	Itens abordados no manual de redação
<i>Diário Carioca</i> (Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Instruções gerais (para a datilografia do original na lauda¹⁰⁶) • Redação (estrutura do lide, extensão dos parágrafos e linguagem) • Cabeças (redação e estrutura dos títulos e subtítulos) • Números (grafia dos numerais cardinais, ordinais e frações) • Tratamento (uso das formas e dos pronomes de tratamento e de suas abreviaturas e grafia de nomes próprios) • Maiúsculas (situações em que devem ou não ser utilizadas as iniciais maiúsculas) • Abreviações (situações em que devem ou não ser utilizadas as iniciais minúsculas) • Parêntese (como e em que situações utilizá-lo) • Ponto (como e em que situações utilizá-lo) • Aspas (como e em que situações utilizá-las) • Pontuação (uso da vírgula, do ponto-e-vírgula, dos dois pontos e do traço)
<i>Jornal do Brasil</i> (Rio de Janeiro)	<ul style="list-style-type: none"> • Matérias pagas (proibição de alterações, crédito) • Sexta página (concessões no uso de destaques e

¹⁰⁶ “Folha de papel padronizada para uso da redação (...) impressa com informações e linhas de referência básicas para o texto (nome do veículo, espaços para indicação do nome do autor-repórter, redator, copidesque, editor, editorialista, etc.), data, horários, número de fotos, título, retransmissão, observações, além da área para a matéria, de modo a facilitar marcações gráficas e cálculos de diagramação, como número de batidas, contagem de espaços e determinação de tamanho na página. Em geral, comporta 20, 30 linhas de altura por 72 toques de largura” (Bahia, 2010, p. 224). No manual do *Jornal do Brasil* é chamada de “papel de texto”; nas normas de *Zero Hora*, “papel centimetrado” (cf. Melo, 1972, p. 34 e 64).

	<p>grafias para os editoriais e os artigos assinados)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tratamento (uso das formas e dos pronomes de tratamento e de suas abreviaturas e grafia de nomes próprios) • Destaques (formas gráficas dos destaques, de acordo com a composição das matérias, situações em que devem ou não ser utilizados) • Assinaturas (grafia e uso dos créditos) • Artigos assinados (concessões no uso de destaques e grafias) • Aspas (como e em que situações utilizá-las) • Hifen (como e em que situações utilizá-lo) • Abreviaturas (situações em que devem ou não ser utilizadas) • Apóstrofo (como utilizá-lo e grafias aceitas por conveniência técnica) • Noticiário internacional (grafia de nomes de pessoas, países e acidentes geográficos) • Números (grafia de numerais cardinais, hora, transcrição de legislação, valores monetários, sistema internacional de unidades de medida) • Siglas (uso e tradução) • O uso das maiúsculas (situações em que devem ser utilizadas as iniciais maiúsculas) • Minúsculas e não maiúsculas (situações em que devem ser utilizadas as iniciais minúsculas) • Pontuação (conveniência técnica para composição de títulos, uso do travessão e das vírgulas, divisão silábica) • Caderno B (grafia de títulos de espetáculos, filmes etc. nas seções “Panorama das Letras”, “Panorama das Artes”, “Panorama do Teatro”, “Filmes da Semana” e “Pergunte ao João”) • Suplemento do livro (grafia de nomes de escritores neste caderno) • O papel de texto (orientações para a datilografia dos originais e preenchimento dos campos das laudas utilizadas para a redação de textos e títulos) • Medidas para títulos (extensão dos títulos para matérias em uma ou duas colunas, manchetes internas, títulos fortes e 1ª página) • Texto-legenda (extensão e linguagem) • Segundo clichê (posição do selo indicativo na primeira página, nas internas e na última página) • Esquema de 90 canais para composição (exceções às regras de acentuação, por conveniência técnica)
--	--

<p><i>Jornal do Comercio</i> (Recife)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lead</i> (estrutura e extensão do lide e do sublide) • Redação (estrutura dos parágrafos) • Evitar (linguagem empregada no lide e no corpo das matérias) • Observar (linguagem empregada no lide e no corpo das matérias) • Estrangeirismo (grafia de palavras estrangeiras) • Brasileirismo (grafia de palavras próprias do português brasileiro, de origem africana, indígena ou popular) • Nomes (grafia de nomes próprios, de nomes estrangeiros, locativos, topônimos nacionais e estrangeiros) • Altos e baixos (uso das iniciais maiúsculas e minúsculas) • Apelidos (grafia de nomes de atletas, animais do turfe e apelidos de sentido dúbio ou pejorativo) • Tratamento (formas e pronomes de tratamento) • Abreviaturas (situações em que devem ou não ser utilizadas) • Siglas (uso e grafia) • Hífen (situações em que deve ou não ser utilizado) • Aspas (como e quando utilizá-las) • Apóstrofo (como e quando utilizá-lo) • Assinaturas (posição e grafia dos créditos) • Número (grafia de numerais cardinais, datas, horas e valores monetários) • Gírias (uso e grafia) • Título e legenda (estilo, extensão e disposição de títulos, legendas e textos-legendas)
<p><i>Zero Hora</i> (Porto Alegre)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Lead</i> (estrutura e extensão do lide) • Tratamento (formas e pronomes de tratamento) • Nomes (grafia de nomes próprios de brasileiros ou estrangeiros, apelidos, nomes de países e acidentes geográficos) • Estrangeirismos (grafia de palavras estrangeiras) • Siglas (uso e grafia) • Números (grafia de numerais cardinais) • Hora (grafia de horários) • Ordinais (grafia de numerais ordinais) • Moeda (grafia de valores monetários em moeda nacional) • Abreviaturas (situações em que não devem ser utilizadas) • Gírias (grafia e destaque)

	<ul style="list-style-type: none"> • Apóstrofo (situações em que deve ser utilizado) • Hifen (situações em que deve ser utilizado) • Lugares-comuns (situações em que podem ser utilizados) • Declarações textuais (uso de aspas ou travessão, a depender da posição da transcrição no corpo do texto) • Títulos (estilo, pontuação e uso de siglas) • Caixa alta e caixa baixa (uso das iniciais maiúsculas e minúsculas) • Apresentação (orientação para datilografia dos originais na lauda) • Recomendações (missão do repórter, lugar da opinião dentro do jornal e revisão dos originais)
<i>O Estado de S. Paulo</i> (São Paulo)	<ul style="list-style-type: none"> • Normas gerais de estilo (orientações para padronizar a linguagem dos textos e “prevenir exageros, negligências ou oscilações indesejáveis”) <ul style="list-style-type: none"> ○ Linguagem ○ Períodos ○ Objetividade ○ Simplicidade ○ Formas vetadas ○ Citações ○ Números ○ Dinheiro ○ Horas ○ Datas ○ Tratamento ○ Medidas ○ Siglas ○ Maiúsculas ○ Minúsculas • Normas gerais de redação (“destinadas a facilitar e padronizar a preparação de textos por parte de noticiaristas e repórteres”) <ul style="list-style-type: none"> ○ Forma e substância (da notícia) ○ Leitura prévia (revisão e checagem dos dados) ○ Ordenação (estrutura e organização do texto) ○ Redigindo (tom e ritmo do texto) ○ Abertura (estrutura e estilo do lide) ○ Conceituação (atratividade do lide) ○ <i>Lead</i> clássico (estilo do lide e exemplos) ○ <i>Lead</i> especial (casos em que pode ser utilizado e recomendações de estilo) ○ Desenvolvimento (do texto) ○ Continuidade (coesão e encadeamento lógico da exposição dos dados) ○ Esclarecimentos (inclusão de informações contextuais)

	<ul style="list-style-type: none"> ○ Procedência (situações em que o local de origem da informação e a data do fato devem constar da abertura do texto) ○ Rapidez ○ Limpeza (apresentação dos originais) ○ Releitura (revisão) ○ Títulos (estilo e extensão) ○ Títulos vetados ○ Editorialização (proibição de títulos opinativos) ○ Recursos (redação e composição dos títulos) • Normas gerais de texto (gramática e vocabulário) <ul style="list-style-type: none"> ○ Terminologia ○ Pontuação ○ Acentuação ○ Tempos de verbos ○ Considerar e afins (regência dos verbos “considerar” e “implicar”) ○ Tratamento ○ Travessão ○ Grifo ○ Sumários ○ Marcação (registro da composição tipográfica nos originais) ○ Termos e expressões vetadas
--	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Melo (1972)

Os manuais de redação, contudo, não se limitam a compilar as regras básicas e fundamentais da escrita jornalística. De fato, vão bem além das recomendações sobre frases curtas, moderação no uso de adjetivos, emprego das formas e pronomes de tratamento, número de batidas ou toques¹⁰⁷ para compor os títulos das matérias, uso das aspas, do hífen e das vírgulas. Preocupam-se, inegavelmente, com a “boa escrita”; alguns, como o manual

¹⁰⁷ “Cada um dos espaços ocupados por caracteres, ou equivalentes em branco, contidos em um original datilografado, ou em uma linha de composição. (...) Em diagramação, serve como unidade de medida para o cálculo do espaço que um texto ocupará depois de composto.” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 733).

d'O *Estado de S. Paulo* fazem dela a sua razão de ser,¹⁰⁸ buscando justificar a partir de sua própria história e tradição a preocupação com o uso da língua e o empenho em produzir “um jornal irretocável tanto na forma quanto no conteúdo” (Nunes, 1990, p. 8):

Mas o *Estado* recusa a tese segundo a qual o empobrecimento da língua é uma imposição da vida contemporânea e rejeita a falácia que considera prerrogativa de pedantes o uso de repertórios vocabulares menos miseráveis. Não poderia ser outra a posição de um jornal que sempre conduziu, entre tantas outras bandeiras, a da preservação a qualquer preço da cultura nacional. E que, entre tantos outros feitos, se confunde com as origens da Universidade de São Paulo. (...) Manuais como o do *Estado* não equivalem a uma espécie de mapa da mina; são instrumentos de apoio, mas essenciais neste quadro de aguda crise do idioma. (...) O sonho dos atuais editores do *Estado*, contudo, é o mesmo que animava os que um dia tiveram Euclides da Cunha entre seus repórteres: tratar com idêntico zelo a verdade dos fatos e a Língua Portuguesa. Este *Manual de Redação e Estilo* não deixa de ser a reafirmação desse sonho. (Nunes, 1990, p. 9-10)

No entanto, estes instrumentos também se ocupam de disciplinar a conduta dos jornalistas e de promover, junto ao público, uma determinada imagem institucional da empresa jornalística. Conferir unidade a “um jornal quase caótico no que se refere aos métodos e ao ambiente de produção” (Chaparro, 2007, p. 115) foi o objetivo da equipe responsável pela elaboração do *Manual geral da redação* da Folha de S. Paulo, composta por Otávio Frias Filho, Boris Casoy e Caio Túlio Costa.

¹⁰⁸ Para Manuel Chaparro (2007, p. 120), o manual do *Estadão* visa a estabelecer o controle pela gramática, limitando-se a evitar erros: “não oferece conceitos organizados de jornalismo ou jornal. (...) catando verbetes aqui e ali, alguns conjuntos podem ser ordenados de forma a constituírem modelos lógicos de ideias em torno de técnicas e valores do jornalismo.”

Lançado pela primeira vez em 1984,¹⁰⁹ o manual da *Folha* se insere no quadro mais amplo daquilo que foi chamado, pelo próprio jornal, de “Projeto Folha”: um pacote de medidas que visavam à modernização gerencial e à implantação de nova política editorial, aliadas à necessidade de profissionalizar a redação. Com efeito, a edição do manual de redação e a publicação do projeto editorial, fixando as bases doutrinárias do jornalismo praticado pela *Folha*, foram as primeiras iniciativas do projeto, às quais se somaram, com o passar dos anos, outras ações como a contratação de um *ombudsman*, implantação de programa de controle de qualidade, publicação das erratas e instituição de concurso para o preenchimento das vagas na redação (Pinto, 2001).

Chaparro (2007, p. 109), ao analisar as primeiras edições do manual da *Folha de S. Paulo*, define-o como um instrumento autoritário, destinado a “cumprir a função de um regimento disciplinar, institucionalizando, nas relações humanas e no processo produtivo, um poder burocrático rigidamente hierarquizado.”

De fato, uma das críticas mais comuns feitas tanto por estudiosos da comunicação quanto por jornalistas aos manuais de redação e estilo repousa sobre seu caráter utilitário. Chaparro (2007, p. 125), por exemplo, afirma que os manuais pouco servem para acrescentar qualidade aos conteúdos veiculados pelos jornais. Juarez Bahia, por sua vez, aponta que muitos consideram os manuais como “um espantalho para os profissionais sem experiência, *focas* e recém-chegados à redação, capaz de destruir a

¹⁰⁹ O manual chegou, em 2018, à sua 21ª edição.

naturalidade de expressão, o caráter e até a personalidade do jornalista” (Bahia, 2009. v. 2, p. 100), mas reconhece que a contradição resultante da tentativa de conciliar o talento do jornalista e o imperativo da padronização não anula a liberdade criadora (Bahia, 2009, v. 2, p. 103-104).

Mônica Caprino (2002b, p. 101) resume as funções e os objetivos dos manuais de redação brasileiros:

- compilar e transmitir, sobretudo aos novos jornalistas, as normas e os padrões do estilo jornalístico;
- padronizar as normas de estilo do veículo específico;
- orientar o comportamento e as atitudes dos profissionais de um veículo;
- divulgar, entre os jornalistas e o público, a política editorial ou a ideologia da empresa jornalística;
- divulgar, junto ao grande público, o nome do jornal, servindo de instrumento de *marketing*;
- estreitar a relação com o leitor, servindo como uma espécie de “contrato” pelo qual poderá ser cobrado;
- e, finalmente, substituir parcialmente as gramáticas.

Para Alfredo Vizeu (2008, p. 165), os manuais de redação se relacionam fundamentalmente com a “função pedagógica” do jornalismo, destilando “uma preocupação didática com a audiência”. As palavras de Aluizio Maranhão, na apresentação da 3ª edição do *Manual de redação e*

estilo de O Estado de S. Paulo, deixam claro o papel “educativo” da obra junto ao grande público:

Há 20 anos ou mais, as regras internas de redação eram exclusividade dos jornais. Não se pensava em editá-las para o público. Aquilo era coisa para dicionaristas e/ou gramáticos, pessoas tidas como grandes eruditos e detentores um saber que beirava o inacessível. A profissionalização crescente da atividade jornalística, porém, permitiu que se percebesse que aqueles manuais poderiam ser editados em livro para um mercado carente de publicações voltadas para a aplicação prática da língua. (Maranhão, 1997, p. 6)

A estrutura e o conteúdo dos manuais de redação colocam em xeque o seu público-alvo. Cabe questionar: destinam-se, afinal, aos jornalistas ou ao cidadão comum? A contracapa da 3ª edição do manual do *Estadão* não deixa margem à dúvida, quando afirma que o volume se trata de “mais do que um guia destinado a jornalistas”, fazendo-se amparar pelas opiniões colhidas junto a figuras eminentes do terreno das letras: o filólogo Adriano da Gama Kury e as escritoras Lygia Fagundes Telles e Rachel de Queiroz deixaram ali estampadas as suas boas impressões sobre o conteúdo da obra, “um instrumento realmente indispensável para aqueles que buscam uma redação correta e elegante”, no dizer do professor Odilon Soares Leme.

O *Manual geral da redação*, da *Folha de S. Paulo*, também incorporou essa função pedagógica, menos sensível em sua primeira edição (de 1984), que era mais concisa e centrada nos tópicos que, de fato, incidiam sobre o trabalho e a escrita dos jornalistas. Nas edições seguintes, o manual cresceu e passou a ostentar visual atraente, impresso em cores, em papel de melhor qualidade e repleto de quadros, gráficos e imagens. É bem verdade que não

deixou de privilegiar assuntos estritamente ligados à prática jornalística e ao comportamento profissional. No entanto, incluiu em seu repertório tópicos de interesse geral, como regras da língua portuguesa, recomendações para o aprimoramento da escrita e capítulos sobre ciência, meio ambiente, economia, educação, matemática, religiões, saúde, tecnologia e, até mesmo, sobre o funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário.¹¹⁰

Não à toa, os manuais de redação e estilo dos grandes jornais tornaram-se sucessos editoriais, *best-sellers* nas livrarias. A primeira edição do manual d'O *Estado de S. Paulo* foi lançada na Bienal do Livro de São Paulo e chegou a ocupar, durante 50 semanas, a lista dos livros mais vendidos da revista *Veja* (Caprino, 2002a, p. 56). Em 1997, quando de sua terceira edição, as tiragens já haviam superado a marca dos 500 mil exemplares (Maranhão, 1997, p. 5).

Sem dúvida, estes manuais têm suas limitações. Não substituem – e nem o pretendem – os cursos de jornalismo ou “o trabalho árduo, o saber adquirido, a competência e a natural sensibilidade, qualidades essenciais do jornalista profissional”, como notou Hohenberg (1981, p. 50). Servem, é bem verdade, a um leque vasto de funções ligadas à promoção da marca do jornal e à difusão de uma imagem institucional ancorada na política editorial das empresas jornalísticas, procuram acompanhar as transformações da língua

¹¹⁰ O manual da *Folha*, que em sua primeira edição, de 1984, contava com cerca de 90 páginas (sem ilustrações), chegou à 6ª edição, em 2001, contando com 391 páginas coloridas e ilustradas. A mais recente edição, de 2018, com quase 500 páginas de papel pólen de alta qualidade e projeto gráfico refinado, traz, além de conteúdos de interesse geral, orientações relativas à atuação dos jornalistas no que tange até mesmo ao uso de drones e ao comportamento profissional nas redes sociais.

e suprir as carências de instrução do público médio, fazendo as vezes das gramáticas, dos dicionários e das enciclopédias.

Contudo, convém destacar aqui a sua função primeira: conferir unidade, legibilidade e identidade ao texto jornalístico, fixando normas de redação, regras de produção gráfica, parâmetros de escrita e de composição (Bahia, 2009, v. 2, p. 98-99). Destinados a orientar repórteres, redatores, profissionais de arte, revisores e gráficos, estes instrumentos identificam, definem e caracterizam os elementos que constituem as diferentes modalidades do relato jornalístico, fixam padrões, estabelecem procedimentos que conferem identidade não apenas à notícia como às demais formas assumidas pelos textos que preenchem as páginas dos jornais.

Camisas de força ou não, os manuais respondem à racionalização, em termos de forma, tempo e espaço, de critérios básicos e requisitos mínimos sem os quais as “práticas rotineiras da informação ficariam confusas, redundantes ou ruidosas” (Bahia, 2009, v. 2, p. 96 e 98). E o fazem por meio da padronização do estilo, que, no dizer de Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 96, grifo nosso), “não é qualidade intrínseca ao jornalismo, *mas necessidade*.”

Seja para verificar a autenticidade dos documentos (algo que, naturalmente, não se coloca como questão neste trabalho), seja para identificar e definir as espécies documentais – isto, sim, objeto de nosso interesse –, a diplomática se ocupa de examinar e descrever a recorrência de fórmulas e padrões que caracterizam as formas documentais e lhes conferem identidade.

O que veremos daqui em diante é como as orientações contidas nos manuais de redação e estilo, somadas aos aportes teóricos das ciências da comunicação e das definições que constam dos dicionários especializados, podem se articular aos conceitos e às noções da arquivística e da diplomática, de modo a fundamentar e instrumentalizar o estudo tipológico das unidades textuais resultantes da atividade jornalística que, quando presentes nos arquivos, assumem a condição de documentos, impondo o desafio, entre tantos outros, de nomear as espécies e os tipos documentais.

ALINHANDO CONCEITOS

De seu surgimento até os dias de hoje, a diplomática experimentou transformações importantes no que tange à definição de seu objeto material e à ampliação de sua finalidade. Pode-se dizer, no entanto, que o método de análise pouco se alterou desde as contribuições fundamentais dadas pela escola austríaca no século XIX. Papenbroeck e Mabillon, pioneiros do século XVII, centraram sua atenção nos elementos que podiam ver e sentir ao tocar os documentos, deram importância aos suportes, aos tipos de tinta, à caligrafia, mas também observaram o estilo do discurso, as datas, as subscrições... Mais tarde, Theodor von Sieckel notou que os documentos podiam ser fracionados numa partição típica que determinava a disposição do conteúdo e que passaria, daí em diante, a orientar o procedimento da crítica diplomática. Julius Ficker, por seu turno, enunciou e sistematizou o intrincado processo da gênese documental, definindo as duas etapas que o constituem, quais sejam, o momento da ação (*actio*) e o de sua passagem para o meio escrito (*conscriptio*).

Assim como faziam os primeiros diplomatistas, os estudiosos da chamada diplomática contemporânea também observam e descrevem os

caracteres encontrados dentro e fora – isto é, os elementos internos e externos – dos documentos. De um lado, aqueles que respondem pela articulação intelectual da mensagem a ser transmitida, de outro, os que conferem ao documento o seu aspecto físico e material, “emoldurando” o conteúdo. E há também, como observou Heloísa Bellotto (2008, p. 22), caracteres que gozam de posição intermediária, sem os quais “o documento público, administrativo e/ou jurídico não chega à consecução de seus fins.”

A manutenção do padrão da crítica diplomática ao longo dos anos e através das sucessivas gerações de diplomatas se explica, no dizer de Paola Carucci (1987, p. 98, tradução nossa), pelo fato de que “os documentos são redigidos de acordo com uma estrutura uniforme que se conserva no tempo”, pela qual se faz possível reconhecer “os elementos de uma partição analítica ideal, a qual o diplomata deve sempre reconstituir de acordo com seus propósitos, estudando as fórmulas características de cada parte” (Pratesi, 1979, p. 67 apud Carucci, 1987, p. 98, tradução nossa).

Como bem demonstraram Carucci (1987), Duranti (1989-92), Bellotto (2008) e Delmas (2010), cada qual à sua maneira, o emprego da diplomática no estudo dos documentos contemporâneos não implica a reinvenção de toda a teoria e a revolução da prática: trata-se mais de compreender a natureza específica do objeto e discernir em que medida os referenciais consagrados da disciplina se mantêm válidos e operantes e as situações em que devem ser atualizados e adaptados. No dizer de Luciana Duranti,

A Diplomática deve ampliar seu escopo a partir do desenvolvimento de novos princípios e métodos para a análise dos documentos criados em períodos diferentes daqueles em

que sua teoria foi formulada, sem, contudo, alterar os fundamentos dessa teoria! A ampliação e o enriquecimento da teoria e da metodologia da diplomática são especialmente necessários para a análise da “gênese dos documentos públicos e privados”. (Duranti, 1990, p. 18, tradução nossa)

Contudo, o ponto de divergência entre os autores que vêm se dedicando à análise diplomática dos documentos produzidos na atualidade parece ser justamente a dimensão do necessário alargamento dos princípios e dos métodos que regem a crítica documental.

Para Duranti (1989, p. 16), a estrutura da análise diplomática é bastante rígida e reflete a essência do método, fundamentado numa progressão sistemática que parte do específico em direção ao geral. Ao ordenar os passos da crítica documental, a autora procurou compor um quadro o mais completo possível, contemplando elementos que raramente se manifestam nos documentos contemporâneos, sobretudo aqueles de origem administrativa, como a *formula perpetuitatis*¹¹¹ e a apreciação (*appreciation*)¹¹².

¹¹¹ Trata-se de uma sentença pela qual o autor declara que os direitos criados pelo documento não estão circunscritos ao tempo. São exemplos: *in perpetuum* (para sempre), *ad perpetuam rei memoriam* (continuamente na memória) ou *pp.* (abreviatura de *perpetuum*) (Duranti, 1989, p. 12).

¹¹² Curta oração que induz a percepção do teor do documento: *feliciter* (felizmente), *amen* (assim seja). Segundo Duranti, certas expressões que geralmente concluem os documentos contemporâneos (“desde já, agradeço...”, “certo de contar com...”, “na expectativa de...”) podem ser consideradas como manifestações atuais da apreciação (Duranti, 1989, p. 12), embora, em nosso entendimento, possam ser consideradas componentes da saudação contida no fecho do documento. Convém assinalar que o termo *appreciation*, no sentido empregado por Duranti, não se confunde, sob nenhum aspecto, com aquilo que em português se denomina *precação* (em latim, *apprecatio*), isto é, as assinaturas de testemunhas (ou, como geralmente ocorre nos atos normativos, as assinaturas dos ministros das pastas correspondentes aos assuntos tratados) e os sinais de validação pelos quais se reitera a legalidade do documento (Bellotto, 2008, p. 28; cf. Tognoli, 2014, p. 115).

Quadro 3 – Estrutura da crítica diplomática, segundo Luciana Duranti

<p>Elementos extrínsecos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Meio <i>(suporte; formato; preparação para receber a mensagem)</i> • Escrita <i>(leiaute; paginação; formatação; tipos de escrita; diferentes caligrafias, tipos/fontes ou tintas; paragrafação; pontuação; abreviaturas e siglas; rasuras e correções; software; fórmulas)</i> • Linguagem <i>(vocabulário; composição; estilo)</i> • Sinais especiais <i>(sinais dos redatores ou dos subscritores; sinais das chancelarias ou do registro/protocolo)</i> • Selos <i>(material; forma e tamanho; tipologia; legenda ou inscrição; forma de fixação)</i> • Anotações <i>(incluídas ao longo das diferentes etapas do ciclo vital, da produção ao arquivamento)</i>
<p>Elementos intrínsecos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo <ul style="list-style-type: none"> ○ Titulação <i>(cabeçalho, com nome, título, credenciais e endereço do produtor do documento)</i> ○ Título ○ Datas <i>(tópica e cronológica)</i> ○ Invocação <i>(menção a Deus, mais usual em documentos medievais; menção ao povo, ao rei, à república ou à lei, nos documentos modernos e contemporâneos)</i> ○ Sobrescrito <i>(menção ao nome do autor do documento ou da ação, que atualmente tende a tomar a forma da titulação, por vezes com ela coexistindo)</i> ○ Inscrição <i>(nome, título e endereço do destinatário do documento ou da ação)</i> ○ Saudação ○ Assunto ○ “Formula perpetuitatis” <i>(elemento típico dos documentos medievais)</i> ○ Apreciação <i>(elemento típico dos documentos medievais)</i> • Texto <ul style="list-style-type: none"> ○ Preâmbulo <i>(exposição do motivo ideal da ação, do princípio ético ou jurídico que fundamenta a criação do documento)</i> ○ Notificação

	<p><i>(geralmente introduzida por fórmula estereotipada, como “faça-se saber” ou “saiba você”, cujo objetivo é comunicar a ação a todos os interessados)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Exposição <i>(narrativa das circunstâncias concretas e imediatas que deram origem ao documento)</i> ○ Dispositivo <i>(expressão da vontade ou do julgamento do autor da ação)</i> ○ Cláusulas finais <i>(de injunção, de proibição, de derrogação, de exceção, de obrigação, de renúncia, de advertência, promissórias)</i> <ul style="list-style-type: none"> • Escatocolo (Protocolo final) <ul style="list-style-type: none"> ○ Corroboração <i>(disposição dos meios utilizados para validar o documento e garantir sua autenticidade)</i> ○ Datas ○ Apreciação ○ Saudação ○ Cláusula cortês <i>(expressão de respeito ou cordialidade, geralmente introduzida por fórmula estereotipada como “atenciosamente” ou “cordialmente”)</i> ○ Atestação <i>(subscrição daqueles que participaram da produção do documento: autor, escritor, contra-assinaturas, testemunhas)</i> ○ Qualificação da assinatura <i>(menção aos títulos ou à competência dos subscritores)</i> ○ Notas <i>(iniciais do datilógrafo, menção a anexos, indicação de cópias etc.)</i>
Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> • Autor da ação • Autor do documento • Destinatário da ação • Destinatário do documento • Escritor • Contra-assinatura(s) • Testemunha(s)
Qualificação das assinaturas	<i>(Títulos e competência das pessoas envolvidas)</i>
Tipo do ato	<i>(Simples, contratual, coletivo, múltiplo, continuativo, complexo ou processual)</i>
Nome da ação	<i>(Por exemplo: autorização, requerimento)</i>
Relação entre o ato e o	<i>(Especificação da fase do procedimento geral à qual o documento se relaciona ou a fase do procedimento específico)</i>

procedimento	
Tipo de documento	<ul style="list-style-type: none"> • Nome (<i>p. ex.: carta, escritura</i>) • Natureza (<i>pública ou privada</i>) • Função (<i>dispositiva, probatória etc.</i>) • Tradição documental (<i>original, rascunho ou cópia</i>)
Descrição diplomática	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto (<i>ano, mês, dia, lugar</i>) • Ação (<i>pessoas, ato</i>) • Documento (<i>espécie/ tipo documental, natureza, função, status, suporte, quantidade</i>)
Comentários finais	(<i>Qualquer comentário que se refira ao documento como um todo. Comentários a respeito de elementos específicos da forma documental ou aos componentes da análise documental, bem como aqueles de natureza histórica ou jurídica devem ser feitos em notas de rodapé</i>)

Fonte: adaptado de Duranti (1991, p. 7-17, tradução nossa)

Paola Carucci, por seu turno, propõe modelo de análise que prescinde da diferenciação entre os elementos intrínsecos e extrínsecos; ainda que reconheça a possibilidade de praticá-la, defende que tal distinção “parece menos relevante para o documento contemporâneo” (Carucci, 1987, p. 99, tradução nossa). Quanto à partição tradicionalmente consagrada dos documentos, a autora reconhece sua validade, mas sustenta que os elementos que promovem a articulação interna do discurso (isto é, as subdivisões do protocolo inicial, do texto e do protocolo final) caíram em desuso ou se comportam de maneira diversa nas partes fundamentais dos documentos contemporâneos. Neste sentido, reorganiza os elementos

constitutivos dos documentos em três grupos: no primeiro deles, agrupa os caracteres necessariamente manifestados em quase todo documento escrito (independentemente do grau de formalidade ou solenidade); no segundo, os elementos que se fazem presentes apenas quando expressamente previstos por disposições específicas, e, finalmente, no terceiro grupo, contempla os elementos que podem ser encontrados nos documentos de qualquer arquivo (público ou privado) organizado.

Quadro 4 – Elementos constitutivos dos documentos, segundo Paola Carucci

Grupo	Elementos
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Autor • Destinatário • Texto • Subscrição • Datas (tópica e cronológica)
2º	<ul style="list-style-type: none"> • Registro • Autenticação
3º	<ul style="list-style-type: none"> • Classificação • Registro de protocolo • Anotações • Notação

Fonte: adaptado de Carucci (1987, p. 101-122, tradução nossa)

No que tange aos elementos externos (ou extrínsecos), Carucci foge àqueles tipicamente elencados pelos diplomatas (linguagem, caligrafia, selos e sinais especiais), salientando a importância de se observar as marcas e as características do suporte para reconstituir as práticas de preparação dos documentos, identificar as séries de um arquivo e ordená-las

fisicamente. Dedicar também alguma atenção à tradição documental, descrevendo, de maneira bastante sumária, seus diferentes estágios (original, minuta e cópia), embora não os contemple como elemento a ser observado em seu modelo de crítica documental. (Carucci, 1987, p. 100-101).

Na visão de Heloísa Bellotto (2008, p. 92), a análise diplomática constitui ferramenta de grande valor para o treinamento sistemático dos arquivistas: por meio dela é possível reconhecer os elementos básicos dos documentos e distingui-los daqueles de caráter “acessório”, algo especialmente útil quando se procede à descrição unitária. Em seu manual, Bellotto preconiza a observação dos documentos pelo prisma de seus elementos externos e internos, adicionando à análise um terceiro grupo de caracteres: os elementos *intermediários* (categoria documental, espécie e tipo), indispensáveis para a consubstanciação da matéria e do conteúdo ou, em outras palavras, entre o suporte e a informação (Bellotto, 2008, p. 22).

Quadro 5 – Caracteres dos documentos, segundo Heloísa Bellotto

Elementos externos	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço/Volume que o documento ocupa • Quantidade • Suporte • Formato • Forma (tradição documental) • Gênero • Língua • Modo de escrita
Elementos intermediários	<ul style="list-style-type: none"> • Categoria documental • Espécie documental • Tipo documental
Elementos	<ul style="list-style-type: none"> • Proveniência

internos	<ul style="list-style-type: none"> • Origens funcionais do documento • Conteúdo • Datas (tópica e cronológica)
-----------------	---

Fonte: adaptado de Bellotto (2008, p. 20-22)

Os elementos essenciais dos documentos – a proveniência, as origens funcionais (ou seja, a função, a atividade que lhe concerne e sua tramitação), o conteúdo substantivo e a datação – podem ser apreendidos por meio da análise das partes que constituem a articulação do discurso, assim esquematizadas por Bellotto:

Quadro 6 – Partição diplomática dos documentos

Protocolo inicial	<ul style="list-style-type: none"> • Invocação • Titulação • Direção • Saudação
Texto	<ul style="list-style-type: none"> • Preâmbulo • Notificação • Exposição • Dispositivo • Sanção • Corroboração
Protocolo final	<ul style="list-style-type: none"> • Subscrição (assinatura) • Datação • Precação

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Bellotto (2008, p. 26-28)

Após ter percorrido os tratados e manuais de diplomática (de Jean Mabillon a Luciana Duranti), sistematizando métodos e comparando os entendimentos dos diferentes autores quanto à configuração dos documentos, Natália Tognoli (2014, p. 142-143) propôs o que considera ser o método diplomático ideal, caracterizado pela reunião dos elementos que se repetem nos diferentes modelos de análise preconizados ao longo do tempo e acrescido daqueles tipicamente associados à análise tipológica, como o estudo do fundo, a espécie e o tipo documental. No entendimento da autora, “com base em um tipo ideal de método diplomático, seria possível analisar tanto os documentos antigos quanto os documentos contemporâneos”, sem limitação cronológica do objeto de estudo da diplomática (Tognoli, 2014, p. 144).

Quadro 7 – O método diplomático ideal de Natália Tognoli

<i>Padrão de análise diplomática</i>
Espécie documental
Tipo documental
Categoria documental <i>Dispositivo</i> <i>Probatório</i> <i>Informativo</i>
Natureza do ato <i>Público</i> <i>Privado</i>
Elementos externos <i>Material</i> <i>Tipo de escrita</i> <i>Qualidade de impressão (visualização; integridade do documento)</i> <i>Meio de registro</i> <i>Selos e sinais</i>
Elementos internos <i>Língua</i> <i>Estilo de linguagem</i>

<i>Protocolo inicial (Título; Assunto; Datas; Invocação; Titulação – nome e predicado do autor e destinatário; Saudação inicial)</i> <i>Texto (Preâmbulo; Exposição; Notificação; Dispositivo; Sanção; Corroboração; Anúncio dos sinais de validação)</i> <i>Protocolo final (Precação; Saudação final; Datas; Subscrição)</i>
Pessoas envolvidas na criação do documento <i>Autor da ação</i> <i>Autor do documento</i> <i>Destinatário da ação</i> <i>Destinatário do documento</i> <i>Escritor</i> <i>Testemunhas envolvidas</i>
Estado de transmissão <i>Pré-original</i> <i>Original</i> <i>Pós-original</i>
Informações complementares <i>Fundo produtor/recebedor</i> <i>Grupo</i> <i>Série</i> <i>Notação</i>

Fonte: Tognoli (2014, p. 142-143)

Em que pese ao fato de todos estes modelos terem sido concebidos com o intuito de possibilitar a crítica dos documentos contemporâneos, cumpre notar que nenhum deles foge ao espectro dos documentos derivados de atos juridicamente relevantes ou, no melhor dos casos, da documentação produzida por força das rotinas administrativas.

Como bem notou Luciana Duranti (1989-90, p. 8), com a difusão da educação e o acesso crescente aos instrumentos e materiais para a escrita, somados ao desenvolvimento dos meios de comunicação e ao incremento das atividades comerciais e da burocracia, as pessoas passaram a produzir documentos com o objetivo de comunicar fatos, expressar sentimentos, pedir ou dar opiniões, preservar memórias, compilar dados. Nos dias de hoje,

segundo a autora, a maioria dos documentos incide sobre fatos juridicamente irrelevantes (isto é, aqueles que não acarretam consequências previstas pelo sistema legal) e são evitados de formas discricionárias: não ostentam linguagem ou estrutura formular determinada pelos ditames do direito.¹¹³

Nosso objeto está, evidentemente, muito longe daquilo que Cesare Paoli definiu como objeto material da diplomática.¹¹⁴ Mas, sendo fruto de uma “atividade humana caracterizada”, para tomar de empréstimo a expressão de Luiz Beltrão (1964, p. 5), sua produção está condicionada a uma série de rotinas, normas e padrões que resultam em estruturas textuais identificáveis. Em que pese à sua condição marginal,¹¹⁵ o estudo dos chamados recortes de jornal não está fora do horizonte de possibilidades de aplicação do método e dos princípios da diplomática, uma vez que, como reconheceu Duranti,

(...) os instrumentos oferecidos pela teoria diplomática também podem ser utilizados para analisar documentos que contenham fatos juridicamente irrelevantes, desde que tenham sido produzidos de acordo com um procedimento, uma rotina

¹¹³ No dizer de José Cretella Júnior (1975, p. 34), o ato discricionário, definido como aquele que “se concretiza livremente, desvinculado de qualquer norma que lhe imponha previamente oportunidade e conveniência de conduta”, tem existência inequívoca no âmbito do direito. Para o jurista, “o *fato do mundo* preexiste ao *fato jurídico*, do mesmo modo que o *ato humano* é anterior ao *ato jurídico*. Não pode o direito aprisionar em fórmulas de aço apriorísticas o que se o que se passa *no mundo*, nem pode prever de antemão a escala infinita e imprevisível de atitudes da conduta humana. Nem isolada, nem em grupo.”

¹¹⁴ Segundo Cesare Paoli (1942, p. 18, tradução nossa), “um documento é a prova escrita de um fato de natureza jurídica, compilado de acordo com determinadas formas que se destinam a dar-lhe plena fé e crédito.”

¹¹⁵ No dizer de Geoffrey Yeo (2017, p. 103, tradução nossa), “os documentos cuja linguagem permanece abaixo do limiar de percepção da lei são marginais ou problemáticos. O direito, ao que parece, continua a ser o contexto de interesse primário [para os diplomatas].”

ou um hábito e no contexto de uma atividade prática.
(Duranti, 1989, p. 16)

Ao introduzir o estudo da diplomática na América do Norte, Duranti definiu seu esforço não como um ponto de chegada, mas de partida, manifestando a esperança de que profissionais e estudiosos se empenhassem na aplicação dos conceitos diplomáticos aos documentos produzidos em suportes e meios especiais (Duranti, 1990, p. 14). É o que procuraremos fazer daqui em diante: mobilizar o corpo de conhecimentos da diplomática geral para aplicá-lo a um caso concreto, de modo a construir o arcabouço de uma diplomática especial voltada para o estudo dos recortes de jornal.

Para tanto, faz-se necessária a interação com outros domínios do saber que, cada qual à sua maneira e com as preocupações que lhes são próprias, não raro distintas das nossas, também se ocupam do estudo dos produtos da atividade jornalística, num exercício de articulação, transposição e combinação de conceitos e noções da arquivística, da diplomática, da editoração e, mais notadamente, das ciências da comunicação e da linguagem.¹¹⁶

¹¹⁶ Não se trata, é bom frisar, de iniciativa que pretenda reforçar o caráter “auxiliar” destas várias disciplinas. Como bem notou Duranti (1989, p. 27), o fato de que os métodos de uma disciplina possam ser utilizados para a consecução dos objetivos de muitas outras não fere a “dignidade científica” de cada área do conhecimento.

4.1 Entre a arquivística e a diplomática: alguns conceitos

De saída, cumpre sublinhar que nosso estudo se localiza na interseção de dois campos disciplinares específicos: a arquivística e a diplomática. Deles, portanto, extraímos os conceitos que vão nortear a compreensão que pretendemos articular a respeito dos recortes de jornal, na perspectiva de sua caracterização tipológica. Convém examiná-los à luz dos sentidos que adquirem nestas duas disciplinas, tendo em vista que se manifestarão na bibliografia especializada de outros campos do saber, muitas vezes recebendo denominação diversa ou ostentando definições variadas e até mesmo conflitantes.

Começemos pelo conceito de **gênero** documental, definido pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (DBTA) como

Reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso; como documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos monográficos, documentos textuais (Arquivo Nacional, 2005, p. 99)

O *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (DBA), por sua vez, remete o conceito de gênero documental para o verbete “documento (tipologia)”:

Designação dos tipos documentais segundo o aspecto de sua representação, nos diferentes suportes: textuais, audiovisuais, iconográficos e cartográficos (ABNT 95); classe documentária, gênero de documentos, gênero documental, gênero documentário, tipo de documento, tipo documental, tipo documentário. (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 132)

Ambas as definições carregam imprecisões, as quais vale a pena mencionar. Cumpre reconhecer que a caracterização do gênero independe do suporte e do formato dos documentos. A palavra escrita, por exemplo, pode ser registrada em papel, em microfilme ou em meio digital; em todo caso, o documento não deixa de ser *textual*.¹¹⁷ Da mesma forma, a imagem em movimento conjugada ao som pode ser registrada tanto em fita magnética quanto em disco óptico ou em película cinematográfica, o que levaria à sobreposição dos supostos gêneros “eletrônico” e “filmográfico” previstos na definição oferecida pelo DBTA, sendo que, de qualquer modo, o documento não deixa de ser *audiovisual*. Também a imagem (estática ou dinâmica), quando não associada ao som, pode ser registrada em diferentes suportes sem que, com isso, deixe de figurar no escopo do gênero *iconográfico*.

Tampouco o gênero determina o tipo documental, como faz supor a definição do DBA, se considerarmos que o tipo é a configuração da espécie documental em função da atividade que a gerou: um discurso de formatura, registrado por escrito ou por meio de gravação sonora ou de filmagem, não deixa de ser aquilo que é – um discurso de formatura –, embora possa se manifestar em gêneros diversos (textual, sonoro ou audiovisual).

Tais ambiguidades podem ser evitadas se considerarmos a definição proposta pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* (DTA), segundo a qual os gêneros equivalem à “configuração que assume um documento de acordo com o *sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo*.” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 52, grifo nosso). Neste sentido, os gêneros

¹¹⁷ Convém assinalar a estranheza causada pela inclusão, na definição do DBTA, de um “gênero monográfico” e questionar em que medida ele se diferencia do gênero textual.

documentais podem ser identificados sumariamente como audiovisual, iconográfico, sonoro e textual.

Outro conceito que convém explorar é o de **formato**, também sujeito a controvérsia quando se confrontam as definições propostas pelos dicionários especializados. Para o DBTA, trata-se do “conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (Arquivo Nacional, 2005, p. 94).

Sem apresentar definição específica para o campo da arquivística, o DBA induz um percurso sinuoso, passando por três verbetes diferentes. O primeiro deles, “formato”, incide sobre a arquivologia, a biblioteconomia e a informática: “descrição da representação física das informações, independentemente de sua representação codificada, p. ex.: livro, periódico ou mapa” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 173) e remete para o termo “formato de publicação”, cuja definição ¹¹⁸ sugere a consulta do verbete “arquitetura do documento”: “desenho do documento a ser produzido levando em conta, entre outros, os cabeçalhos, tamanho dos tipos, fontes e cores” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 24).

A partir destas definições, pode-se identificar um elemento central para a determinação do formato: a característica ou a representação física do documento, que se relaciona com a técnica de registro embora não seja por ela determinada. Evidentemente, cada técnica de inscrição se manifesta num

¹¹⁸ “Formato de um documento, p. ex.: livro, periódico, mapa. Ver também arquitetura do documento.” (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 173). Vale a pena chamar a atenção para outra entrada constante do DBA: “formato do documento”, não definida pelos autores, que a remetem para o verbete “arquitetura do documento”.

leque mais ou menos amplo de formatos, a depender do suporte. A noção de “desenho do documento”, por sua vez, confunde-se com aquilo que corresponde à diagramação. Essencialmente, o formato tem a ver com a dimensão material do documento: é a “*configuração física de um suporte*, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 50, grifo nosso).

Convém não confundir o formato com a **forma**, que na terminologia da arquivística corresponde ao “estágio de preparação e de transmissão dos documentos” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 50), equivalente, ao que se denomina, em diplomática, por **tradição documental** (ou, modernamente, *status* de transmissão). O conceito de forma, para os diplomatistas, remete à estrutura do documento no que tange à organização de seu conteúdo segundo um padrão específico, ditado pelo direito administrativo ou notarial (ou mesmo pelos procedimentos de ordem burocrática e pelos usos e convenções sociais), resultando na obediência a fórmulas estereotipadas. A estrutura formular é o que permite o reconhecimento das **espécies documentais**.

Para o DBTA, a espécie corresponde à “divisão do gênero documental, que reúne tipos documentais por seu formato” (Arquivo Nacional, 2005, p. 85). Segundo este dicionário, são exemplos de espécies documentais: ata,

carta, decreto, disco, filme, folheto, fotografia, memorando, ofício, planta e relatório.¹¹⁹

Ora, como vimos, uma mesma espécie ou um mesmo tipo documental pode se manifestar em gêneros diversos, isto é, pode ter o seu conteúdo comunicado por meio de diferentes sistemas de signos. Além disso, os exemplos acima reproduzidos induzem à ambiguidade com relação aos suportes (filme), formatos (disco, folheto) e técnicas de registro (fotografia). Em todo caso, para determinar a espécie documental, importa reconhecer como o conteúdo se apresenta e a sua natureza, no sentido de identificar a manifestação de uma estrutura repetitiva e que, por isso, assume força de padrão. Neste sentido, convém retomar as palavras de Heloísa Bellotto, quando afirma que

(...) é a espécie documental que identifica o veículo que serviu como base jurídica ou consensualmente válida para que o conteúdo do documento, correto em sua estrutura semântica, se tornasse legítimo/fidedigno/credível. (...) enquanto expressão diplomática, caracteriza um documento-indivíduo, tem uma denominação imutável ligada à sua estrutura semântica de redação imutável (...) (Bellotto, 2002b, p. 27).

Trata-se de um patamar de compreensão em que a noção de estrutura formular, advinda da diplomática, assume especial relevância. Por que olhamos para uma carta e somos capazes de reconhecer imediatamente a espécie, sem sequer ter lido em profundidade o seu conteúdo? Justamente porque ostenta elementos encadeados numa sequência própria, tal qual um

¹¹⁹ O DBA não apresenta definição para o verbete “espécie documental”, remetendo-o para a entrada “documento (tipologia)”, aqui já reproduzida integralmente, o que também ocorre com o conceito de tipo documental.

formulário: cabeçalho composto por local e data, vocativo (geralmente seguido de vírgula ou dois pontos), o texto propriamente dito, dividido em parágrafos a depender da extensão da mensagem que se quer comunicar, uma saudação de despedida ou expressão de cordialidade e a assinatura de quem escreve (acompanhada ou não da qualificação do signatário, segundo o grau de solenidade da ação que dá origem ao documento).

Tais elementos, que chegam mesmo a assumir disposição espacial característica no que tange à diagramação do documento, dotando-o de certo desenho facilmente reconhecível, reforçam a ideia de *formulário* que se encontra por detrás da espécie documental, entendida como a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 46).

Indispensável para a manutenção da forma fixa e do conteúdo estável que, dentre outros atributos, caracterizam os documentos de arquivo, a noção de estrutura formular se manifesta em formulários impressos que podem ser adquiridos em qualquer papelaria, nos *templates* disponíveis em programas de edição de texto e, com efeito, nos manuais de redação oficial, instrumentos que regulam a composição de documentos no âmbito do serviço público.

Curiosamente, pode-se também notar a reprodução de padrões e fórmulas nos documentos produzidos nas esferas da administração privada, da intimidade e dos negócios juridicamente irrelevantes, em que orientações para a redação (e até mesmo modelos prontos) de cartas comerciais, familiares e amorosas, petições, requerimentos e discursos para as mais

variadas ocasiões da vida social são difundidas por meio de publicações eivadas de evidente apelo popular. No universo do jornalismo, os manuais de redação editados pelos grandes jornais cumprem função semelhante no que tange à produção das notícias e das demais manifestações do relato jornalístico.

Do reconhecimento da espécie, passa-se à identificação do **tipo documental**, definido pelo DBTA como

Divisão da espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras. (Arquivo Nacional, 2005, p. 163)

De fato, o tipo deriva da espécie, esta sim, como vimos, determinada pelas fórmulas diplomáticas e pela natureza do conteúdo a que serve de veículo. A técnica de registro, em um caso ou em outro, parece pouco interferir: um retrato, considerado como “imagem de determinada pessoa” (Fundação..., 2015, p. 19), pode ser obtido por diferentes técnicas (desenho, pintura, gravura, fotografia e, até mesmo, escultura), sem que isso implique definitivamente a alteração do termo a ser empregado para denominá-lo enquanto documento.¹²⁰

¹²⁰ O exemplo evidencia o desafio de determinar os termos mais adequados para designar os documentos de gênero iconográfico, tema ainda pouco explorado. Justamente pela escassez de iniciativas deste tipo, a técnica de registro vem sendo empregada na descrição, equivalendo à espécie ou ao tipo documental. O glossário da Fundação Fernando Henrique Cardoso (Fundação..., 2015), embora defina “retrato”, “retrato de família”, “reportagem fotográfica”, “inventário fotográfico” e “relatório fotográfico”, admite o emprego do termo

Partindo do referencial da diplomática, Heloísa Bellotto sublinhou o elemento fundamental na transformação da espécie em tipo documental: trata-se da agregação da atividade, função ou razão funcional “que lhe gera a aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio* (a espécie)” (Bellotto, 2002b, p. 28). Para a autora, o tipo “tende a caracterizar coletividades; sua denominação será sempre correspondente à espécie anexada à atividade que caracteriza” (Bellotto, 2002b, p. 28), o que pode ser resumido pela definição encontrada no DTA: “configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 80).

Quando a espécie (isto é, o formulário, o veículo convencionado para a materialização ou expressão de uma ação) é preenchida pelo conteúdo, sempre tópico e circunstancial, portanto variável de acordo com a atividade, o tipo documental pode, finalmente, revelar-se plenamente como atributo do documento que “manifesta-se em uma diagramação, formato e conteúdo distintivos e serve de elemento para classificá-lo, descrevê-lo e determiná-lo a categoria diplomática”, como o definiu Manuel Vázquez (1987).

A noção de que os documentos podem ser agrupados em **categorias** advém da diplomática e tem a ver, no dizer de Bellotto (2008, p. 22), com as “gradações da representatividade jurídica dos conteúdos dos documentos que nelas se enquadram”. As três categorias documentais foram assim definidas por Tognoli (2014, p. 143):

“fotografia” (definido como “imagem obtida por processo de reprodução analógico ou digital”), contemplando as variantes “fotografia de identidade” e “fotografia oficial”.

- Dispositivos – documentos que nascem para fazer cumprir e dar validade à ação;
- Testemunhais (ou probatórios) – aqueles que simplesmente atestam um fato jurídico já completo, válido perfeitamente antes de sua documentação;
- Informativos – os que esclarecem questões e/ou complementam informações contidas em outros documentos.

Convém notar que algumas delas se desdobram em subcategorias, como destacou Bellotto (2008, p. 22-23):

- Dispositivos
 - Normativos – os que se caracterizam como manifestações da vontade de autoridades supremas, sendo produzidos antes que aconteçam os fatos e atos nele implicados;
 - De ajuste – documentos pactuais, acordos de vontade entre duas ou mais partes;
 - De correspondência – os que derivam dos atos normativos, determinando-lhes a execução em âmbito mais restrito de jurisdição.
- Testemunhais
 - De assentamento – registros oficialmente escritos sobre fatos ou ocorrências;
 - Comprobatórios – aqueles que derivam dos de assentamento, comprovando-os.

Tal classificação reflete, naturalmente, o objeto material consagrado da diplomática, o documento diplomático por excelência, definido por Bellotto (2002b, p. 17) como “o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico”, em que “o ato administrativo é o ato jurídico, porém, eivado de finalidade pública”.

Isto não significa que não se possa ir além do enfoque jurídico e estipular categorias documentais de acordo com a entidade que produz ou acumula os documentos. Louise Gagnon-Arguin (1998) e Marcia Pazin Vitoriano (2011) buscaram identificar a tipologia documental no âmbito das empresas de direito privado, sem fugir, contudo, ao universo administrativo que, a despeito das peculiaridades que pode assumir segundo a natureza jurídica do órgão produtor, também caracteriza muitos dos documentos públicos que configuram tradicionalmente o objeto da análise diplomática.

Luciana Duranti (1989-90) chamou a atenção para a possibilidade de empregar os conceitos e a metodologia da diplomática para caracterizar os documentos que escapam ao universo dos atos dispositivos (aqueles que constituem um ato jurídico) e testemunhais (provas escritas de um ato jurídico ocorrido antes de ser documentado). Fora do âmbito da lei, estão os documentos *de apoio*, que constituem provas escritas de uma atividade juridicamente relevante que não resulta, contudo, num ato jurídico, e os documentos *narrativos*, testemunhos de atividades juridicamente irrelevantes. A análise diplomática destas duas categorias documentais, no entendimento da autora, demanda a adaptação “[d]a metodologia da crítica

diplomática às novas circunstâncias” (Duranti, 1989-90, p. 9, tradução nossa).¹²¹

Geoffrey Yeo (2017) foi mais longe: sem desconsiderar o conhecimento acumulado nos terrenos da teoria arquivística e da diplomática, procurou relacionar os conceitos de “informação” e “documento” à teoria dos atos da fala para compreender o vínculo entre documentos e atividades. Reconhecendo a pertinência das questões impostas pela diplomática a respeito da autenticidade e da confiabilidade dos documentos, Yeo observa que a abordagem tradicional da disciplina funciona melhor para os documentos de natureza jurídica: “A relevância jurídica – ou a presença/ausência de consequências legais – parece ser a medida pela qual todos os documentos e atividades são avaliados” (Yeo, 2017, p. 96, tradução nossa).

Segundo a teoria dos atos da fala, quando se fala ou escreve sob as condições adequadas certos tipos de atos podem ser executados por meio de representação e comunicação.¹²² Partindo das cinco categorias de atos da

¹²¹ Os documentos dispositivos e testemunhais (*probative*) são chamados, na América do Norte, de *records*, enquanto os de apoio e os narrativos são denominados *manuscripts*, dualidade que não se observa na terminologia arquivística em português. No dizer de Duranti (1989-90, p. 10, tradução nossa), “Os *manuscripts* são resultado de atividades cuja natureza incorpora uma escala significativa de liberdade individual, claramente revelada na forma documental. A qualificação de um documento como *record* ou *manuscript* não depende da natureza da entidade (pública ou privada) que o produz ou de seu caráter coletivo ou individual (instituição ou pessoa). Depende do tipo de atividade que lhe dá origem (...) um documento será um *record* ou um *manuscript* segundo a intenção que preside sua criação e os efeitos que se destina a produzir.”

¹²² A noção de representação é central na proposta de Geoffrey Yeo e foi por ele explorada em trabalhos anteriores. Na série de artigos “Concepts of record”, publicada em *The American Archivist* (v. 70, 2007; v. 71, 2008), o autor define os documentos como representações persistentes atividades. As representações, esclarece, “não são apenas (...)”

fala identificadas por John Searle, Yeo as transpõe para o universo dos documentos escritos, extraíndo sugestiva proposta de categorização (Yeo, 2017, p. 98):

- Documentos **declarativos** – aqueles que representam mudanças na ordem das coisas, criam novas situações (bem como podem alterar ou suprimir situações pré-existentes), correspondendo aos documentos dispositivos, segundo a compreensão tradicional da diplomática.
- Documentos **assertivos** – os que representam as afirmações feitas pelos seres humanos (ou pelos computadores por eles programados) a respeito de situações no passado, presente ou futuro. Correspondem, em certa medida, à categoria dos documentos testemunhais.
- Documentos **expressivos** – aqueles cujo teor reage a uma afirmação feita a respeito de uma situação.
- Documentos **diretivos** – variam entre aqueles que representam a proposição de uma pergunta e os que transmitem ordens ou comandos. Alguns deles podem também criar obrigações, como é o caso das convocações.
- Documentos **comissivos** – destinados a selar compromissos de peso ou força variáveis (dos mais genéricos às promessas) e acordos, inclusive aqueles dotados de formalidade jurídica.

‘artefatos secundários’, que descrevem ou ‘refletem’ ações que ocorreram no passado; elas também podem contribuir para constituir uma ação” (Yeo, 2017, p. 99, tradução nossa).

Em que pese ao seu caráter ainda preliminar, portanto aberto a novas explorações e análises, o quadro de categorias documentais proposto por Geoffrey Yeo abre a possibilidade de desdobramentos interessantes no campo da análise diplomática para a compreensão entre os documentos e os efeitos por eles produzidos, contemplando tanto os documentos revestidos da formalidade jurídica que caracteriza o objeto tradicional da diplomática quanto aqueles produzidos à margem dos ditames do direito e do escopo das ações juridicamente relevantes.

4.2 Ciências da comunicação e da linguagem: outros conceitos

A produção textual derivada da atividade jornalística vem, já de algum tempo, motivando pesquisas em outros domínios do saber, entre as quais a linguística e as ciências da comunicação. O estudo dos chamados *gêneros jornalísticos* não é uma novidade nestas áreas e tem encontrado na figura de José Marques de Melo um de seus mais expressivos representantes no cenário brasileiro. Sobretudo no campo da teoria e da técnica do jornalismo, observa-se o especial interesse na proposição de modelos classificatórios que ambicionam compreender como a produção jornalística se organiza, resvalando, naturalmente, pelo desafio de nomear e atribuir *status* às diversas classes textuais pelas quais se manifestam os relatos estampados nas páginas dos jornais (Melo; Assis, 2016, p. 41).

Como bem notou Francisco de Assis (2010, p. 16), as inquietações sobre o tema se desenvolvem em cenários distintos: no meio acadêmico, a partir de pesquisas e reflexões sobre o jornalismo; no currículo do ensino básico, preocupado com a formação do leitor crítico; nas empresas jornalísticas e em suas redações, por meio da elaboração de manuais de redação e estilo que difundem, além de orientações ligadas aos diversos aspectos da prática profissional, definições das diferentes modalidades textuais veiculadas pela imprensa periódica.

Neste sentido, identifica-se a coexistência de correntes de pensamento que consideram o mesmo objeto sob perspectivas variadas. De um lado, há quem busque classificar as manifestações jornalísticas operando com critérios ligados à funcionalidade subjacente ao relato, encontrando sua fundamentação na observação empírica das práticas rotineiras da imprensa. De outro, aqueles que partem de um olhar exterior ao campo do jornalismo, voltando-se para a estrutura do discurso e para a natureza das expressões linguísticas correntes na sociedade. Há que se assinalar, ainda, um terceiro grupo que, alinhado às premissas do pós-modernismo, privilegia o enfoque sobre o hibridismo das formas e a contaminação dos conteúdos (Melo; Assis, 2016, p. 41; Assis, 2010, p. 17).

Por partilharem o mesmo objeto, observando-o segundo interesses e matrizes teóricas diversas, é natural que os autores filiados a uma ou outra corrente empreguem termos diferentes para, no mais das vezes, fazer referência às mesmas coisas. Convém explorar os conceitos que vêm

norteando os estudos nesses outros campos disciplinares. Começamos, pois, pela noção de **gênero**.

Embora o francês Jacques Kayser tenha sido um dos primeiros teóricos a utilizar o conceito de “gêneros jornalísticos” (Fernández Parratt, 2001), a pesquisa sobre os gêneros textuais, no âmbito das ciências da comunicação, ganhou corpo na Espanha, a partir da segunda metade do século XX, constituindo, no entendimento de Costa (2008, p. 38), uma das mais férteis tradições neste campo de estudo.

Como notou a professora Sonia Fernández Parratt (2001), o interesse dos estudos pioneiros se traduzia na análise sociológica de caráter quantitativo das mensagens veiculadas pela imprensa. Mais tarde, o esforço de diferenciação entre gêneros literários e jornalísticos ganhou nova dimensão, orientando a organização do ensino nas faculdades e escolas de jornalismo. Tais iniciativas resultaram em propostas de modelos de classificação que se aprimoraram com o passar do tempo e que ainda figuram na agenda de pesquisa dos estudos linguísticos e midiáticos. Num balanço das teorias classificatórias dos gêneros jornalísticos, Fernández Parratt (2001) identificou quatro correntes seminais, representadas pelos estudos do holandês Teun van Dijk, do espanhol José Luis Martínez Albertos e dos catalães Héctor Borrat e Llorenç Gomis.

Alinhado à distinção usualmente empregada na imprensa americana, que divide os gêneros jornalísticos em duas grandes categorias, quais sejam, “relato” (*story*) e “comentário” (*comment*), Teun van Dijk ([1980] 1990) compreende a notícia como um tipo específico de discurso, esboçando uma

teoria que parte de perspectiva interdisciplinar para analisar sua estrutura discursiva e a maneira como as pessoas interpretam as notícias e compreendem sua produção. Martínez Albertos (1974) tratou de delimitar os gêneros jornalísticos (aos quais denomina “estilos”), partindo do pressuposto de que a cada gênero corresponde uma determinada técnica de trabalho. Compreendendo o jornal como um “ator político”, Borrat (1989) se dedicou ao estudo da linguagem e da retórica, agrupando as manifestações do relato jornalístico nos dois grupos delimitados por Dijk: de um lado, o “relato” (notícia, crônica, reportagem, entrevista); de outro, o “comentário” (artigo, coluna, editorial). Llorenç Gomis (1989), por seu turno, considera os gêneros jornalísticos como resultados de processos históricos e de um trabalho coletivo, centrando sua teoria na compreensão da função do texto jornalístico nos meios de informação.

No Brasil, cumpre destacar o papel pioneiro de Luiz Beltrão no que tange à classificação dos gêneros do jornalismo. Tomando por base a funcionalidade de cada um deles, explorou-os detidamente em *Imprensa informativa* (1969), *Jornalismo interpretativo* (1976) e *Jornalismo opinativo* (1980). Na esteira de Beltrão, os estudos de José Marques de Melo firmaram-se como referência e suscitaram novas pesquisas, por ele mesmo desenvolvidas ou por ele orientadas, muitas das quais destinadas a aprofundar a compreensão de seu esquema classificatório e outras voltadas para a sugestão de novas propostas de identificação e definição dos gêneros jornalísticos.

Contudo, para compreender a noção de gênero empregada nos estudos das ciências da linguagem e da comunicação, convém observar que ela decorre das reflexões a respeito dos gêneros do discurso. De acordo com Gomis (1989), a primeira e mais bem sucedida tentativa de estabelecer aquilo que, muito depois, formaria a teoria dos gêneros pode ser encontrada na *Poética* de Aristóteles, em que três elementos fundamentais – finalidade, tempo da ação e valores do orador – são empregados para delimitar os gêneros da retórica (deliberativo, judiciário e demonstrativo). Platão, por seu turno, dedicou-se aos gêneros literários, distinguindo-os entre tragédia ou comédia (no teatro), poesia lírica (ditirambo) e poesia épica (Costa, 2008, p. 29).¹²³

No entanto, como bem observou Lailton Alves da Costa (2008, p. 30), são as reflexões do filósofo russo Mikhail Bakhtin que fortalecem o conceito de gênero do discurso e o ampliam para além das canônicas classificações literárias, constituindo o suporte teórico amplamente difundido entre os principais estudos no campo das ciências da comunicação.

Para Bakhtin (1997, p. 279), o gênero está fundamentalmente ligado à noção de “enunciado” (oral ou escrito), meio pelo qual todas as esferas da ação humana se relacionam com a língua, comportando o assunto (conteúdo temático), a seleção dos recursos lexicais e gramaticais (estilo) e a estrutura composicional, cuja combinação resulta em “tipos relativamente estáveis de enunciados” (em cada esfera de atividade com as quais se relacionam, ou

¹²³ Foge aos nossos objetivos explorar em profundidade as origens do conceito de gênero do discurso. Observações interessantes a este respeito podem ser encontradas no estudo de Costa (2008, p. 28-36).

seja, os gêneros do discurso) que podem ser agrupados em duas categorias: os primários, formas espontâneas e verbais do cotidiano, e os secundários, mais complexos e inscritos em determinada esfera de comunicação, inclusive a do jornalismo.

José Marques de Melo, em sua tese de livre-docência (1985), tratou de examinar a configuração dos chamados gêneros jornalísticos e suas manifestações sob a forma de textos na imprensa escrita. Neste estudo, que mereceu reedições em duas oportunidades (1994 e 2003)¹²⁴, o autor explora o universo da imprensa opinativa, identificando as unidades textuais que lhes são próprias. Para tanto, estabelece “categorias jornalísticas”, definidas a partir da intencionalidade e da natureza estrutural do relato, reconhecendo que a distinção entre estes dois elementos “corresponde a um artifício profissional e também político” (Melo, 2003, p. 25). O próprio autor, no entanto, considera que sua proposta é aberta a atualizações, necessárias e inevitáveis em face da transformação das funções sociais do jornal diante da concorrência de outras formas de difusão (rádio, televisão, internet), o que levaria, para além do surgimento de outros gêneros, à introdução de novos recursos de redação e de complementação das matérias.

Convém notar que, tanto na seara das ciências da comunicação quanto no escopo das ciências da linguagem, o conceito de gênero vem sendo empregado de forma ambígua, ora afinado com a noção de categoria jornalística proposta por Melo (2003) ora coincidindo com a denominação que se aplica aos produtos da atividade jornalística.

¹²⁴ Utilizamos, aqui, a 3ª edição deste estudo, publicada em 2003.

Lailton Alves da Costa, em sua dissertação de mestrado, procurou dar conta do panorama do quefazer jornalístico, ampliando o conceito de gênero a partir da combinação dos olhares das ciências da comunicação e da linguística. Para o autor, o gênero se define como

um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informações por meio de uma mídia/suporte. (Costa, 2008, p. 49)

Alinhado à perspectiva funcionalista, matriz teórica dos estudos de José Marques de Melo, Costa identificou cinco funções principais do jornalismo (informar, opinar, interpretar, prestar serviço e divertir) que, por seu turno, determinam as cinco classes de gêneros jornalísticos, quais sejam, *informativo, opinativo, interpretativo, utilitário e diversional*.¹²⁵

Cada um destes gêneros, entendidos como categorias abrangentes pelas quais pode-se ordenar o universo dos produtos da atividade jornalística, encampa um leque de unidades textuais dotadas de elementos que as tornam capazes de produzir os efeitos esperados segundo os diferentes propósitos comunicativos. Tomando de empréstimo termo consagrado no campo dos estudos midiáticos, Melo (2013, p. 28) lhes dá o

¹²⁵ Em proposta alternativa, Chaparro (1998, p. 123) divide os gêneros jornalísticos em “relato” e “comentário”, bem ao estilo da tradicional classificação praticada pelos autores de língua inglesa. Destes dois gêneros, o autor deriva aquilo que considera “espécies”, agrupando-as da seguinte forma: ao gênero relato competem espécies “narrativas” (entrevista, coluna, notícia, reportagem) e “práticas” (agendamentos, cartas-consulta, indicadores, orientações úteis, previsão do tempo, roteiros). O gênero comentário, por sua vez, engloba espécies “argumentativas” (artigo, carta, coluna, crônica) e “gráfico-artísticas” (caricatura, charge).

nome de **formatos**, definindo-os como “formas de expressão com certas características comuns” (Melo; Assis, 2016, p. 45). Vale observar que em seu estudo de 1985, o autor denominou “gênero” aquilo que consideraria “formato” em trabalhos posteriores.

Estas características comuns, às quais se refere Melo em sua definição da noção de formato, podem ser apreendidas pela identificação de fórmulas que condicionam a disposição espacial dos elementos que compõem as diferentes modalidades do relato jornalístico, resultando em estruturas relativamente fixas que permitem reconhecer e caracterizar as diferentes unidades textuais que servem de veículo para a comunicação do conteúdo das matérias, ainda que sobre elas incida maior ou menor grau de variação do estilo, segundo as normas e os padrões adotados em cada empresa jornalística.

Nesse sentido, os manuais elaborados pelos grandes jornais buscam orientar a prática de seus profissionais, de modo a conferir unidade ao conteúdo por eles produzidos, o que resulta numa aparente contradição: ao mesmo tempo em que se destinam a padronizar o estilo e a estrutura interna dos textos, procuram se eximir da responsabilidade de “engessar” a redação, permitindo vislumbrar a existência de certa margem para a manifestação do estilo individual do repórter na composição textual.

Melo e Assis (2016, p. 47, grifo nosso) observam que os formatos, variantes dos gêneros e a eles subordinados, desenvolvem-se segundo lógicas internas que lhes são próprias e constituem, em última análise, “o *instrumento – a forma* – que os emissores adotam para se manifestar e para

fazer circular os conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas”.

Assim, os formatos são escolhidos, no momento da produção textual, de acordo com sua pertinência em relação às situações em que serão utilizados e ao efeito que se espera atingir com a transmissão do relato: “o formato artigo, no Jornalismo, se constrói a partir do momento em que se deseja uma apreciação do gênero opinativo, cuja finalidade é avaliar acontecimentos” (Melo; Assis, 2016, p. 47). Neste sentido, quando a finalidade se resume a descrever um acontecimento, a relatá-lo, o formato mais adequado é o da *notícia*, típico do gênero informativo. Quando o fato, relatado em notícia, produz impacto e se faz merecedor de ampliação, sua passagem para o meio escrito demanda a opção por formato que privilegie a abordagem em profundidade, resultando na produção de uma *reportagem*, também compreendida no universo do gênero informativo (Costa, 2008, p. 64), cujo teor comporta descrição mais acurada dos antecedentes do fato e de seus desdobramentos, além de captar versões divergentes e diferentes pontos de vista de seus agentes.

Até aqui, pudemos perceber que, no campo dos estudos das ciências da comunicação, a produção jornalística pode ser classificada em função de uma primeira categoria, de caráter amplo e abrangente, determinada segundo a função do relato (informar, opinar, interpretar, orientar ou divertir), à qual se denomina **gênero**. Cada gênero, por sua vez, comporta certas formas de expressão que se distinguem entre si pelo prisma de suas estruturas formais. Resultantes das orientações pragmáticas contidas nos

manuais de redação e forjadas no cotidiano da prática jornalística, comportam variações estilísticas que não obscurecem, contudo, os elementos comuns que permitem reconhecer fórmulas e padrões que se traduzem na estrutura do relato e identificar aquilo que, neste campo, recebe o nome de **formato**.

Os formatos, por seu turno, também podem ser subdivididos. Em seu estudo de 1985, Melo os desdobra em “espécies”, às quais, mais tarde, denominou **tipos** (Melo; Assis, 2016), orientando-se por elementos variáveis (morfologia, topicalidade, conteúdo, estilo e natureza), em função dos quais, à guisa de demonstração, explora as possibilidades de derivação do formato “editorial”, subordinado ao gênero opinativo.

Quadro 8 – Tipos jornalísticos derivados do formato “editorial”

Variável	Tipos jornalísticos
Morfologia	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo de fundo (editorial principal) • Nota (registro conciso de uma ocorrência, antecipando suas consequências) • Suelto (breve análise de um fato da atualidade)
Topicalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Editorial preventivo (aquele que focaliza aspectos novos de uma ocorrência, que podem produzir mudanças) • Editorial de ação (apreende os impactos de uma ocorrência) • Editorial de consequência (observa a repercussão e os efeitos do acontecimento)
Conteúdo	<ul style="list-style-type: none"> • Editorial informativo (esclarecedor) • Editorial normativo (exortador) • Editorial ilustrativo (educador)
Estilo	<ul style="list-style-type: none"> • Editorial intelectual (racionalizante) • Editorial emocional (sensibilizante)
Natureza	<ul style="list-style-type: none"> • Editorial promocional (coerente com a linha editorial da empresa jornalística)

	<ul style="list-style-type: none"> • Editorial circunstancial (imediatista, oportunista) • Editorial polêmico (contestador, provocador)
--	---

Fonte: adaptado de Melo (2003, p. 110-111)

Sob a óptica da linguística textual, Pollyanna Silva (2007) se dedicou a caracterizar a notícia (considerada como um gênero) e suas várias faces, isto é, as espécies ou tipos que dela derivam. Em seu entendimento, a “notícia-gênero” encampa as seguintes variações: notícia, sub-retranca, chamada, frase ¹²⁶, nota, *fait-divers*, memorial e texto-legenda.

Kindermann (2003), por seu turno, procurou estudar a reportagem e seus desdobramentos, identificando a manifestação da “reportagem pura” e de formas contaminadas por outros gêneros, sugerindo sua classificação em “reportagem de aprofundamento da notícia”, “reportagem a partir da entrevista” e “reportagem retrospectiva”, enquanto José Nabantino Ramos (1970, p. 219), em seu dicionário enciclopédico de jornalismo, tipificou a reportagem (entendida como produto do desenvolvimento e do enriquecimento da notícia) como “expositiva”, “interpretativa” ou “opinativa”. Figueiredo (2003), por sua vez, procurou distinguir e nomear as variantes da nota jornalística: “nota noticiosa”, “nota comentário”, “nota comentário relatado”.

As propostas de Melo (2003), Kindermann (2003), Figueiredo (2003) e Silva (2007) a respeito das subdivisões dos formatos, caracterizadas pelo viés exploratório, demonstram incongruências instigantes para a reflexão no

¹²⁶ Transcrição literal dos dizeres de uma personalidade a respeito de determinado assunto. Ocupa, geralmente, seção específica nas revistas e nos jornais (Silva, 2007, p. 127).

campo da tipologia documental e apontam para a falta de consenso terminológico, haja vista que as noções de formato e de gênero frequentemente se confundem, bem como explicitam que o elemento determinante para a denominação e definição das variações do relato jornalístico é matéria de divergência entre os estudiosos da linguística e das ciências da comunicação. Rabaça e Barbosa (2001, p. 638), por exemplo, consideram a reportagem como o conjunto de providências necessárias para a elaboração de uma notícia. Nesta óptica, resultaria descabido utilizar o termo para designar a matéria mais alentada: a notícia em profundidade – a “grande notícia”, para tomar de empréstimo a expressão empregada por Bahia (2009, v. 2, p. 48) – seria resultado da reportagem (entendida como processo) e não a reportagem em si.¹²⁷

Diante deste panorama, acreditamos ter reunido subsídios suficientes para avançar na direção das relações possíveis entre os conceitos e as noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação e da linguagem que concorrem para a construção de um método voltado para a identificação das espécies documentais resultantes da atividade jornalística, geralmente encontradas nos arquivos sob a forma de recortes.

¹²⁷ Para Bahia (2010, p. 322), a reportagem “é, modernamente, um tipo de notícia, uma categoria jornalística como o título, a entrevista, a manchete, a foto-legenda, o editorial, o comentário, a crônica, etc. (...) assume o caráter de narrativa especial (...) que se realiza com autonomia no corpo do noticiário e que se caracteriza pela linguagem abrangente (...), pelo questionamento, não raro pela interpretação, pelo impacto e pela variedade de aspectos”. Neiva (2013, p. 477) a define, em primeiro lugar, como “atividade jornalística que basicamente consiste em adquirir informações sobre determinado assunto ou acontecimento para transformá-las em noticiário”, embora admita que o termo também possa significar “o resultado desse trabalho (...), que é veiculado por órgãos de imprensa”.

4.3 Relações possíveis

Enquanto a diplomática geral se caracteriza como um corpo de conceitos, sua vertente dita “especial” constitui o ramo de aplicação em que estes conceitos se individualizam, desenvolvem e esclarecem à luz de casos singulares, concretos, reais e facilmente exemplificáveis (em lugar de uma documentação geral, abstrata e atípica), constituindo, de fato, a função da crítica diplomática, como definiu Luciana Duranti (1989, p. 9).

Ao privilegiar certos documentos derivados de atividade humana específica, com todas as ressalvas que lhes podem ser imputadas – como vimos, os recortes de jornal, embora figurem no escopo dos arquivos permanentes, não constituem, em sentido estrito, documentos de arquivo –, inserimos nosso estudo na seara da chamada diplomática especial, o que demanda duplo esforço de compreensão.

No sentido de promover o estudo da tipologia das matérias veiculadas pela imprensa escrita, faz-se necessário, por um lado, entender como a atividade jornalística se organiza e se desenvolve, buscando identificar as formas de expressão e as características peculiares de seus produtos. Por outro, é preciso buscar em outros campos do conhecimento os subsídios necessários para a (re)definição dos elementos típicos da crítica diplomática, num exercício de articulação, transposição e adaptação de conceitos de uma área para a outra.

Convém, portanto, observar as relações que podem ser estabelecidas entre o corpo de conceitos e noções das ciências da comunicação e da

linguagem e aqueles consagrados nos campos da arquivística e da diplomática, que constituem o referencial teórico e metodológico pelo qual se orienta o nosso estudo. Como vimos, os recentes estudos no campo das ciências da comunicação empregam, em muitos casos, os mesmos termos que constituem a terminologia da arquivística e da diplomática. Em que pese aos sentidos divergentes que adquirem em cada área do conhecimento, é possível vislumbrar alguma equivalência entre eles.

Quadro 9 – Definições de conceitos e noções segundo a arquivística, a diplomática e as ciências da comunicação

Conceito/Noção	Arquivística/Diplomática	Ciências da comunicação
Categoria	Atributo estipulado pelo reconhecimento da gradação da representatividade jurídica do conteúdo dos documentos.	Atributo definido a partir do propósito comunicacional e da natureza estrutural do relato.
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	Desdobramento do formato, segundo a manifestação de elementos diversos (angulação, conteúdo, estilo, morfologia, natureza, topicalidade).
Forma	Estágio de preparação e de transmissão dos documentos.	
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado.	Instrumento pelo qual os emissores se manifestam e fazem circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas.
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação	Categoria abrangente, estipulada por um ou mais propósitos comunicativos que resultam em unidades

	de seu conteúdo.	textuais autônomas.
Tipo	Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.	Modelo assumido pela mensagem de atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática, exibindo singularidades geoculturais ou traços corporativos.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Camargo e Bellotto (2012), Costa (2008), Melo e Assis (2016) e Melo (2013, 2003)

Partindo do referencial das ciências da comunicação, começemos pelo conceito de gênero, que determina categorias amplas e abrangentes sob as quais se agrupam as unidades textuais autônomas redigidas segundo um propósito comunicativo determinado. Neste sentido, o conceito não se confunde com a acepção que lhe empresta a arquivística e que tem a ver com o sistema de signos empregado na comunicação do conteúdo dos documentos. Contudo, corresponde, em certa medida, àquilo que em diplomática se entende por categoria documental.

Em diplomática, as categorias documentais são estipuladas a partir da gradação da representatividade jurídica do conteúdo dos documentos (Bellotto, 2008, p. 22) ou da realidade do ambiente organizacional (Gagnon-Arguin; Mas, 2011; Vitoriano, 2011; Gagnon-Arguin, 1998). Segundo Luciana Duranti (1989-90, p. 7), as categorias são definidas de acordo com os propósitos que as formas documentais se destinam a servir; Yeo (2017),

partindo da teoria dos atos da fala, propôs categorizar os documentos de acordo com os efeitos alcançados pelos diferentes tipos de enunciado.

Para os documentos diplomáticos por excelência foram delimitadas três categorias (dispositivos, testemunhais e informativos), indicativas dos efeitos produzidos pelos documentos a elas subordinados (determinar algo, comprovar uma ação, fazer constar ou esclarecer um acontecimento). Para o estudo dos chamados recortes de jornal, as categorias podem ser definidas de acordo com os critérios considerados por Melo (2003, p. 25) para o estabelecimento daquilo que denominou “categorias jornalísticas”: a intencionalidade (isto é, o propósito comunicativo) e a natureza estrutural dos relatos.

As matérias jornalísticas, neste sentido, podem ser agrupadas em categorias que correspondem às principais funções do jornalismo e que são também indicativas dos efeitos produzidos quando transmitidas ou comunicadas: relatar (ou seja, fazer constar, informar), opinar, interpretar, prestar serviço (isto é, orientar a tomada de decisões sobre aspectos práticos do cotidiano) e entreter o leitor. Os cinco gêneros jornalísticos identificados por Costa (2008), em ampliação do modelo classificatório proposto por José Marques de Melo, equivalem, numa diplomática especial voltada para o estudo dos produtos da atividade jornalística, às **categorias documentais**.

Quadro 10 – Categorias documentais em que se enquadram os produtos da atividade jornalística

Categorias documentais (diplomática geral)	Categorias documentais (diplomática especial)
<ul style="list-style-type: none"> • Dispositivos <ul style="list-style-type: none"> ○ normativos ○ de ajuste ○ de correspondência • Testemunhais <ul style="list-style-type: none"> ○ de assentamento ○ comprobatórios • Informativos 	<ul style="list-style-type: none"> • Informativos • Opinativos • Interpretativos • Utilitários • Diversionais

Fonte: elaborado pelo autor

Sob cada uma destas categorias se agrupa um leque de unidades textuais autônomas, formas de expressão adotadas pelos jornalistas para manifestar e fazer circular os relatos dos acontecimentos da atualidade que preenchem as páginas das edições dos jornais. Os produtos da atividade jornalística, eivados de propósitos comunicativos determinados, ostentam certas estruturas formais que lhes são peculiares e que lhes conferem contorno mais ou menos padronizado. A redação, longe de representar exercício irrestrito de liberdade criativa, obedece aos ditames da prática profissional e a uma técnica que impõe a disposição do conteúdo segundo uma ordem característica e, de certo modo, institucionalizada.

A recorrência de uma estrutura formal que determina a disposição espacial dos elementos constitutivos no interior dos documentos é o que permite distinguir um documento de outro e fixar, para cada espécie documental, uma denominação inequívoca. A noção de que os documentos obedecem a uma estrutura formular também se aplica às matérias

jornalísticas, a despeito das variações impostas pelo tempo, pelo desenvolvimento da prática profissional, pela natureza da publicação ou pelas liberdades de estilo praticadas, na medida do possível, pelos autores. As normas e padrões de redação e estilo, é bom lembrar, mudam de lugar para lugar, de jornal para jornal. Os documentos de arquivo, vale apontar, também não estão imunes a variações de forma e conteúdo, em virtude de mudanças no sistema jurídico e das atualizações dos ditames do direito¹²⁸; nem por isso deixam de figurar como objetos da diplomática.

Neste sentido, aquilo que nas ciências da linguagem se denomina gênero¹²⁹ e que nas ciências da comunicação recebe o nome de formato, definido por Melo (2013, p. 28) como o instrumento pelo qual os emissores se manifestam e fazem circular os conteúdos por eles elaborados,¹³⁰ não se confunde com aquilo que na terminologia da arquivística determina a configuração física do suporte, mas corresponde à **espécie documental**, ou seja, à configuração que assume o documento de acordo com a disposição e à natureza das informações nele contidas (Camargo; Bellotto, 2012, p. 46).

¹²⁸ A comparação, mesmo que superficial, de uma série de cédulas de identidade produzidas ao longo do século XX pode ser bastante ilustrativa.

¹²⁹ Segundo Bazerman (2012, p. 383), os gêneros são formas tipificadas de enunciados orientadas para a ação. O conteúdo, bem como a estrutura textual e o estilo, manifesta-se de modo relativamente estável nos diferentes gêneros textuais (Costa, 2009, p. 17), condicionados por convenções que lhes conferem especificidade e dão estabilidade de sentido aos enunciados (Discini, 2005, p. 38-39). Camargo (2009, p. 39) observa que, em muitos casos, os gêneros textuais identificados pela linguística aplicada correspondem às espécies ou aos tipos documentais.

¹³⁰ Convém sublinhar que a definição da noção de formato, apropriada dos estudos midiáticos, é fruto de reflexões mais recentes e sua aceitação não parece consensual no campo da teoria do jornalismo. O próprio José Marques de Melo, em estudos anteriores, denominava gênero aquilo que, mais tarde, definiu como formato.

Já as noções de espécie jornalística e tipo jornalístico se confundem, sendo a primeira identificada como desdobramento do formato, segundo a manifestação de elementos diversos, e a segunda, o modelo assumido pela mensagem de atualidade (ou seja, também um desdobramento do “formato”) com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe cabe na engrenagem midiática. Se o tipo jornalístico representa o desdobramento ou a derivação da configuração básica do texto jornalístico, qualificando-o em função de elementos específicos, pode-se vislumbrar certa correlação com o conceito de tipo documental.

Contudo, cabe ressalva: em primeiro lugar, cumpre destacar que a noção de tipo jornalístico parece não gozar de aceitação consensual entre os estudiosos do campo das ciências da comunicação, não tendo sido aprofundada pela bibliografia especializada. Em segundo, o exame mais atento das derivações do editorial levantadas por Melo (2003, p. 110-111) revela o aspecto mais capcioso da questão.

Sendo o tipo documental a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que lhe deu origem (Camargo; Bellotto, 2012, p. 80), sua denominação corresponderá à “atividade/função/razão funcional que lhe gera a aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio* (a espécie)” (Bellotto, 2008, p. 72). A fixação dos “nomes” que representam os tipos documentais, orientada sempre pelo mesmo critério, obedece a uma fórmula determinada, pela qual se qualifica a espécie documental por meio de uma locução adjetiva formada pela preposição “de” e pelo substantivo capaz de designar a atividade ou a função concernente.

Deste modo, a espécie documental *carta* se desdobra nos tipos documentais *carta de agradecimento*, *carta de encaminhamento*, *carta de pesar*, *carta de pedido de intercessão*, entre tantas outras possibilidades, resultando em denominação inequívoca, cujas variantes podem ocorrer apenas em função da escolha lexical, situação contornada pelo controle de vocabulário indispensável durante todas as operações que constituem o quefazer arquivístico.

Já o desdobramento daquilo que Melo considera formato (que, frise-se, para nós equivale à espécie documental) nos chamados tipos jornalísticos pode se dar em função do reconhecimento de múltiplos fatores que, longe de serem mutuamente excludentes, podem muito bem ser complementares uns aos outros, resultando em denominações que forçosamente se sobrepõem. É certo que, assim como o tipo documental, os tipos jornalísticos tendem a qualificar e caracterizar coletividades, mas carregam em si um grau considerável de ambiguidade que não preenche – e até mesmo contradiz – os propósitos da tipologia documental.

A correspondência entre o tipo jornalístico e o tipo documental é, sem dúvida, problemática. Seria necessário, nos arquivos, para fins da descrição dos chamados recortes de jornal e de seu agrupamento em séries, chegar ao tipo documental? Ou a espécie documental, neste caso, bastaria para distinguir e nomear os documentos?

Do ponto de vista do estudo tipológico, a proposta seminal de José Marques de Melo pode constituir um ponto de partida interessante para a reflexão acerca do elemento capaz de determinar a fixação dos tipos

documentais para os produtos da atividade jornalística, descortinando um horizonte promissor para investigações futuras. Trata-se, contudo, de questão cuja complexidade demanda aprofundamento incompatível com a dimensão deste trabalho, posto que nosso objetivo – identificar e caracterizar as espécies documentais – representa um primeiro estágio para os possíveis desdobramentos nos terrenos da arquivística e da diplomática.

De forma sintética, o quadro a seguir demonstra a equivalência entre as noções e os conceitos empregados pelas ciências da comunicação, pela arquivística e pela diplomática:

Quadro 11 – Correspondência entre conceitos e noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação

Ciências da comunicação	Arquivística / Diplomática
Formato	Espécie documental
Espécie jornalística / tipo jornalístico	Tipo documental
Gênero	Categoria documental

Fonte: elaborado pelo autor

Espécie, tipo e categoria documental, segundo a lógica da diplomática, correspondem àquilo que Heloísa Bellotto (2008, p. 22) considerou como **elementos intermediários** das formas documentais. Trata-se, sem dúvida, de caracteres fundamentais – sobretudo a espécie e o tipo, cuja plena compreensão passa pelo conhecimento da categoria em que enquadram – para a descrição dos documentos e para a formação das séries documentais. Para reconhecê-los e fixá-los, é preciso identificar outros caracteres que se

manifestam dentro e fora da forma documental, determinando a articulação intelectual do conteúdo e a sua configuração física: são os chamados elementos internos e externos, o que veremos a seguir.

O TEXTO JORNALÍSTICO: ELEMENTOS EXTERNOS E INTERNOS

No cruzamento de conceitos e noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação e da linguagem, pudemos delimitar e definir os elementos que, a despeito de assumirem posição intermediária na forma documental, têm importância fundamental para a caracterização dos chamados recortes de jornal. A identificação das espécies documentais, contudo, depende do reconhecimento de toda uma gama de caracteres que se manifestam “fora” e “dentro” dos documentos: os elementos externos e internos.

5.1 Elementos externos

Todo documento, independentemente de sua natureza (jurídica ou discricionária), ostenta uma forma determinada pelo conjunto de regras de representação que preside sua produção. No dizer de Luciana Duranti,

Qualquer documento escrito, no sentido da diplomática, contém informação transmitida ou descrita por meio de regras de representação. (...) Assim como um edifício, o documento tem uma fachada externa, que é a sua forma física, uma articulação interna, que é a sua forma intelectual, e uma mensagem a ser transmitida, o seu conteúdo. É impossível entender integralmente a mensagem sem compreender a fachada e a articulação escolhidas, pelo autor, para expressá-la. A forma de um documento escrito é, portanto, o conjunto de suas características, as quais podem ser separadas dos assuntos, pessoas ou lugares a que o documento se refere (Duranti, 1989, p. 15, tradução nossa).

Como notou Heloísa Bellotto (2008, p. 19), os elementos externos (também chamados extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais) se relacionam com o gênero documental, ou seja, com o sistema de signos empregado no registro do conteúdo; têm a ver com a estrutura física e com a forma de apresentação dos documentos. Os primeiros diplomatas reconheciam como elementos externos, grosso modo, o suporte, a caligrafia e as tintas empregadas na redação dos documentos.¹³¹

A identificação destes elementos, exteriores à substância dos documentos e das mensagens às quais servem de veículo, prescinde da leitura do conteúdo e muitos deles podem ser percebidos apenas no original (Duranti, 1991, p. 10). O suporte, o modo escrita, a língua, os sinais especiais, os selos e as anotações são os caracteres que respondem pela “fachada externa”, ou seja, pela aparência dos documentos.

¹³¹ Natália Tognoli (2014, p. 129-131) sistematizou em quadros comparativos os elementos externos e internos contemplados em diferentes tratados e manuais dos três períodos de desenvolvimento da diplomática.

Quadro 12 – Elementos externos, segundo Luciana Duranti

Meio	Suporte Formato Preparação para receber a mensagem	
Escrita	Leiaute, paginação, formatação Tipo(s) de escrita Caligrafia, tipos ou tintas Paragrafação Pontuação Abreviaturas e siglas Rasuras e correções <i>Software</i> Fórmulas	
Língua	Vocabulário Redação Estilo	
Sinais especiais	Sinais de escritores e signatários Sinais de chancelarias e registro	
Selos	Material Forma e tamanho Tipologia Legenda ou inscrição Método de afixação	
Anotações	Incluídos na fase de execução	Autenticação Registro
	Incluídos na tramitação	Marginália Ações anteriores ou posteriores Datas de audição ou leitura Notas de transmissão Despachos Assunto
	Incluídos na fase de gestão	Número de registro Código de classificação Referências cruzadas Data e local de recebimento Notação

Fonte: Duranti (1991, p. 10, tradução nossa)

Tais elementos, geralmente observados nos documentos que tradicionalmente constituem o objeto de interesse da diplomática, também

podem ser, em boa medida, identificados nos chamados recortes de jornal, variando em função de certos fatores: as circunstâncias da acumulação, as finalidades a que serviram, os hábitos de leitura, as formas e o estágio de organização, as técnicas de produção do jornal...

Neste sentido, as práticas de leitura e de reunião dos recortes podem determinar a inclusão de **anotações** manuscritas nas margens do texto, muitas vezes indicando o título do periódico e a data da publicação. No material reunido por empresas especializadas, as agências de *clipping*, estes dados geralmente aparecem carimbados ou impressos no topo da folha destinada à colagem dos recortes. Não é raro que tais anotações sejam substituídas pelo **cabeçalho** destacado da primeira página do jornal ou de suas seções internas.¹³²

Em arquivos organizados, é possível encontrar também a **notação**, ou seja, o código de localização do documento no acervo, registrada, preferencialmente a lápis, em local convencionado, e até mesmo carimbos pelos quais se identifica a instituição de custódia.¹³³

¹³² Quando o objeto de análise é o jornal inteiro ou uma de suas páginas, o cabeçalho se manifesta como elemento interno. Quando destacado para acompanhar um recorte, assume função semelhante à das anotações apostas para contextualizar a matéria, podendo ser considerado elemento externo.

¹³³ Evidentemente, a estampagem de carimbos nos documentos está longe de figurar no escopo das “boas práticas” do tratamento documental. Não obstante, ainda existem instituições que lançam mão deste recurso como forma de marcar visualmente os documentos de seus acervos.

Figura 28 – Anotações manuscritas e notação em um recorte de jornal

Fonte: Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso ¹³⁴

O modo e as técnicas de produção do jornal, por outro lado, determinam o aparecimento de elementos que, empregados de maneira distinta segundo as normas de cada periódico, concorrem para dotar a publicação de identidade visual: têm a ver com os recursos das artes gráficas, com as técnicas de composição tipográfica, a diagramação e os meios de ilustração empregados para enriquecer as matérias, delimitar espaços e embelezar as páginas.

¹³⁴ Notícia. Rio de Janeiro, 24/06/1910. Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso. Acervo Joaquim Ignácio Baptista Cardoso. 01/0013352. Disponível em: <<http://acervo.ifhc.org.br>> . Acesso em 5 jun. 2018.

Os dois primeiros elementos externos que podem ser percebidos em qualquer documento, por meio do tato mesmo, são o **suporte** e o **formato**. No caso dos recortes de jornal, o suporte será quase sempre o papel, geralmente de baixíssima qualidade, embora exista a possibilidade de encontrar reproduções obtidas por processos de microfilmagem ou digitalização. O formato, isto é, a configuração física do suporte, dependerá tanto da natureza do suporte quanto das técnicas empregadas em sua confecção. Quando o objeto de trabalho não se restringe ao recorte, mas ao jornal inteiro ou uma de suas páginas, o que ocorre bastante em arquivos, os formatos mais comuns são o *standard* e o tabloide.¹³⁵

Já os recursos de artes gráficas e de diagramação concorrem para o desenho do leiaute e para a formatação do texto. No jornal, o conteúdo é dividido, no interior do espaço destinado à impressão (a **mancha** gráfica), em **colunas** ¹³⁶ separadas por **fios** ou por espaços em branco aos quais se dá o nome de **canal**. Espaços em branco também podem ser deixados entre palavras, linhas e nas margens dos textos, trata-se dos **claros**, empregados para valorizar a estética da diagramação e tornar a leitura mais agradável.¹³⁷

¹³⁵ A medida do formato *standard* é, em geral, de 56 cm de altura por 35,5 cm de largura. O tabloide, por sua vez, corresponde à metade das dimensões do *standard* (Bahia, 2010, p. 161, 359).

¹³⁶ As colunas também são utilizadas como medida para a composição dos títulos. No topo da figura 29, pode-se observar um título de 4 colunas (à esquerda) e outro de 6 colunas (à direita). Cumpre ressaltar, ainda, que o termo “coluna” é também empregado, no jargão profissional, para designar o espaço fixo ocupado por um jornalista e que pode ser preenchido com notas, notícias de pequena extensão, artigos...

¹³⁷ No dizer de Juarez Bahia (2010, p. 50), “Com a renovação da imprensa brasileira, nos anos [19]50, o branco assume dimensão estética e valoriza a arquitetura da página. (...) passa a ser um elemento revitalizador do jornal, (...) se incorpora à diagramação como

Figura 29 – Páginas de jornal diagramadas em colunas

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A-5 e A-6, 6 jun. 1990.

elemento vivo, autônomo, enriquecedor. Concorre para o embelezamento gráfico das publicações ao aliviar o peso das colunas de textos, títulos e fotos.”

Figura 30 – Espaço da mancha gráfica delimitado por fios de fantasia

14 Mulher MULHER E LAR São Paulo - Domingo, 29 de Junho de 1958

MALHA DE TRICÔ BEGE

ESTILO

O tricot de malha bege, com botões de madeira, é uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

MARINHEIRO

O tricot de malha bege, com botões de madeira, é uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

Massagem da testa e do pescoço

MUITO bom para a saúde

As mãos das mulheres devem ser sempre bem cuidadas. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

CHANCES ELEGANTES

O tricot de malha bege, com botões de madeira, é uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

DETALHE

O tricot de malha bege, com botões de madeira, é uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

PARA OS DIAS FRIOS

O tricot de malha bege, com botões de madeira, é uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo. É uma peça de moda que se adapta a todos os tipos de corpo.

Fonte: *Folha da Manhã*, São Paulo, 29 jun. 1958. *Mulher e lar*, p. 14.

Figura 33 – Nota destacada por entrefilete

rodar en-
ilômetros.
de com-
de pneu,
de licen-
(por mês);
INPS; e
manutenção,
a e troca

ensalmen-
Cr\$ 900,00
família.
lva, outro
ie com a
a a aqui-
zero qui-
em cinco
da taxis

Ira taxis

Trens amanhã de preço novo

*A partir de amanhã en-
trarão em vigor os novos
preços das passagens dos
trens suburbanos da Rede
Ferroviária Federal em São
Paulo. As novas tarifas: 1)
Trens suburbanos Cr\$ 0,35;
2) Expresso Moji, Cr\$ 0,70;
3) Expresso Alvorada, Cr\$
1,50.*

Barbosa tem outro tipo de
queixa a fazer:
— O metrô não tem

V J Pro

Com se-
tecedencia
tual, o pr
entregará
mingo, às
de ligação
tas Provis
sobre o ri
Ipiranga.

O viadu
de extens
rampas de
gura é d
seis vãos,
65 metros

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 9, 5 jun. 1970.

Ainda no que tange ao leiaute, outros dois recursos são empregados para separar, de maneira visualmente agradável, o conteúdo no interior de um texto ou de uma página. Os **bigodes**, de traçado mais grosso no centro e afinado nas pontas, diferem dos fios pela posição horizontal e centralizada em que são dispostos em relação aos elementos textuais, deixando sempre espaços em branco de igual medida nas extremidades. Sua aplicação pode se dar entre o antetítulo e o título ou entre o título e o subtítulo de uma matéria, sendo também empregado entre as notícias contidas numa coluna. As **vinhetas**, por seu turno, podem tanto separar o conteúdo no interior de um texto quanto compor as cercaduras, conferindo-lhes aspecto estético e ornamental.

Com relação à composição, convém observar a alternância entre diferentes **famílias tipográficas** (e suas variantes) que não apenas conferem ao jornal uma identidade visual como também atuam para diferenciar os elementos internos do texto jornalístico, o que veremos mais adiante.¹³⁸ Paragrafação, pontuação, emprego de abreviaturas e siglas, bem como o vocabulário e as fórmulas de redação são elementos que, a despeito de serem considerados exteriores no esquema sugerido por Luciana Duranti (quadro 12), relacionam-se com as diretrizes de cada empresa jornalística, difundidas nos manuais de estilo. Os erros gráficos, como os **buracos** e as **viúvas**, embora raramente sejam notados, haja vista que geralmente são reparados antes da impressão, quando ocorrem podem ser comparados, em certa medida, às rasuras e correções encontradas em quaisquer documentos.

¹³⁸ A primeira edição do manual da *Folha de S. Paulo* (1984, p. 81-82) normaliza de forma detalhada o uso das famílias tipográficas e de suas variantes. Àquela época, o jornal fazia uso dos seguintes tipos de letra em suas páginas: “News”, utilizada nos textos, subtítulos, olhos e nos títulos de textos opinativos; “Bodoni”, em títulos no noticiário; “Bodoni Bold”, em selos, legendas, olhos, títulos de boxes e do sumário; “English Times”, nos editoriais e em logotipos das colunas fixas; e “Futura”, utilizada para os serviços do jornal e pés biográficos.

Figura 34 – Alternância de famílias tipográficas e de suas variantes

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 19, 6 jan. 1987.

Por fim, as **ilustrações** concorrem para ornamentar o relato jornalístico. Essencialmente, a notícia prescinde de imagem, embora seja bem verdade que, com o desenvolvimento das técnicas de produção, transmissão e reprodução de imagens, as ilustrações ganharam cada vez mais espaço nos jornais. Contudo, sem desconsiderar o fato de que as imagens podem revestir potencial informativo e até mesmo valor estético, cumpre notar que, no mais das vezes, a fotografia tem sido empregada como artifício acessório que embeleza a página, preenche espaços e dá certo colorido ao texto, mas nem sempre contribui de forma substancial para a compreensão das matérias. Não é raro flagrar, em diferentes edições dos jornais, o reaproveitamento de imagens em circunstâncias às vezes muito distintas daquelas em que foram originalmente produzidas.

Ao retrato que focaliza o rosto de uma pessoa e, por vezes, parte de seu tronco dá-se o nome de **boneco**. O conjunto de bonecos diagramados lado a lado ou sobrepostos forma uma **galeria**. Há também o **cineminha**, sequência de imagens que difere da galeria pelo fator cronológico, reproduzindo cenas de um acontecimento e flagrando seu desenvolvimento. As **legendas** que acompanham as fotografias também podem ser consideradas elementos externos.¹³⁹ Outro recurso de ilustração muito empregado é o **selo**, marca gráfica estilizada pela qual se distingue um assunto recorrente ou se caracteriza uma celebração ou evento especial, geralmente posicionado em um claro endentado no primeiro parágrafo do texto ou mesmo no cabeçalho da primeira página.

¹³⁹ Tratamos, aqui, das legendas de caráter meramente descritivo que acompanham tais ilustrações. Caso distinto é o da “foto-legenda”, em que o “texto-legenda” se comporta como elemento interno. Por gozar de autonomia e ostentar potencial informativo próprio, a foto-legenda constitui uma espécie documental, definida no glossário apresentado no capítulo 6.

Figura 35 – Notícia ilustrada por galeria

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 1 jan. 1990.

Figuras 36 e 37 – Selo comemorativo e selo distintivo de cobertura de assunto recorrente

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 5, 19 fev. 1991; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1991. Mundo, p. 1.

A seguir, procuramos definir os termos pelos quais se designam os elementos externos que podem ser observados nos produtos da imprensa periódica.¹⁴⁰

Bigode – **Fio** horizontal, de traçado mais grosso no centro e afinado nas pontas, utilizado para separar visualmente os elementos de uma página ou de um texto, que, por seu alinhamento centralizado e sua dimensão mais estreita que o material que separa, deixa **claros** de igual extensão nas extremidades. Diz-se também fio inglês, filete inglês.

Figura 38 – Noticiário separado por bigodes
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 12 jan. 1930.

Boneco – Imagem de determinada pessoa, geralmente produzida a partir de desenho ou fotografia, focalizando seu rosto e, eventualmente, parte do tronco. Ao conjunto de bonecos dá-se o nome de **galeria**. Diz-se também clichê.

¹⁴⁰ As definições aqui apresentadas foram elaboradas com base no cotejamento daquelas levantadas em dicionários especializados (Neiva, 2013; Bahia, 2010; Rabaça, Barbosa, 2001; Ramos, 1970), nos manuais de redação de *O Estado de S. Paulo* (1997), *Folha de S. Paulo* (1984) e *O Globo* (1992), e no estudo de Lage (1986).

Boxe – Espaço, geralmente delimitado por **fios** de **cercadura**, em que se enquadram textos, imagens e outros recursos que, ao complementarem, ampliarem ou esclarecerem a matéria à qual se associam, podem se comportar como elementos internos. Diz-se também quadro.

Broche – Recurso de **destaque** empregado em ilustrações que consiste na sobreposição de uma imagem a outra de maior dimensão, à guisa de detalhamento ou complementação.

Figura 39 – Mapa detalhado por broche
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 30 mar. 1986.

Buraco – Espaço vazio em uma página, resultante de erro de diagramação.

Cabeçalho – Conjunto de dados que identificam o jornal (nome, data e número da edição, preço e outras informações), posicionado no topo da primeira página. Nas páginas internas, compreende o título da seção ou caderno, data da publicação e número da página, sustentado por um **fio-data**. Quando destacado para acompanhar um recorte,

comporta-se como elemento externo; quando o objeto de análise é o jornal inteiro ou uma de suas páginas, faz parte do conjunto de elementos internos.

Canal – Claro que separa as colunas de texto, em substituição ao **fio**. Diz-se também corredor, linha branca, linha de branco, rua.

Capitular – Letra inicial de **corpo** muito superior ao das demais empregadas na composição do texto.

BRASILIA — Funcionários da Receita Federal que ocupam funções comissionadas Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, serão afastados hoje dos cargos por decisão do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. O secretário disse que ficou impressionado com o esquema de corrupção no aeroporto, revelado pelo Estado ontem, e mandou abrir auditoria para encontrar, em 30 dias, os responsáveis pelas irregularidades.

Figura 40 – Lide iniciado por capitular
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A-7, 26 jun. 1995.

Cercadura – Recurso gráfico de **destaque** empregado para emoldurar textos ou imagens por meio de contorno composto por **fios** ou **vinhetas**. Os **boxes** (ou quadros) são geralmente delimitados por cercadura.

Cineminha – Sequência de imagens, obtidas a partir de desenho ou fotografia, que reproduz, cena por cena, um acontecimento. Difere da **galeria** pelo elemento temporal, pois ilustra o desenvolvimento de uma

ação geralmente muito rápida ou procura sublinhar a descontinuidade entre os momentos registrados

Figura 41 – Cineminha

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, p. 12, 18 jul. 1990.

Claro – (I) Espaço em branco entre palavras, linhas ou nas margens de texto ou ilustração, utilizado para arejar a **mancha**, valorizar a estética da diagramação e facilitar a leitura, tornando-a mais agradável. Diz-se também branco, janela. (II) Variante de tipo (ou letra) de traços finos, em oposição ao **negrito**.

Coluna – Faixa vertical, separada das demais por **fio** ou **canal**, pela qual se divide e se organiza o conteúdo no interior de uma página. Corresponde também à unidade de medida utilizada para a composição dos títulos das matérias.

Corpo¹⁴¹ – Tamanho de um caráter tipográfico ou dos recursos de composição, como brancos, **fios** e **vinhetas**, medido em pontos tipográficos.

Destaque – Ênfase aplicada a um ou mais elementos do texto, obtida pelo emprego de variantes (negrito, itálico, versal, versaleta) da família tipográfica utilizada na composição. Nas imagens, pode ser obtido pelo recurso ao **broche**; na diagramação, por meio dos **fios** de **cercadura** e **entrefiletos**.

Entrefilete – Recurso de **destaque** pelo qual um texto, de extensão geralmente reduzida, é isolado do restante do conteúdo da página por dois **fios**.

Família – Conjunto de tipos (ou letras) de traçado semelhante e característico, independentemente do **corpo** ou de suas variantes.

Fio – Traço (liso ou estilizado), de espessura variável, usado para separar **colunas**, cercar **quadros** ou promover efeito ornamental. Ao traço estilizado dá-se o nome de fio de fantasia. Diz-se também filete.

¹⁴¹ O termo também é empregado para designar um dos componentes da partição característica dos textos jornalísticos. Ver seção 5.2 (Elementos internos).

Fio-data – **Fio** de extensão correspondente à largura da **mancha**, que separa o **cabeçalho** do espaço destinado às matérias e aos anúncios.

Galeria – Conjunto de **bonecos** diagramados em tamanho semelhante e editados lado a lado ou sobrepostos.

Grifo – Variante de um tipo (ou letra) inclinada à direita, em oposição ao **redondo**. Diz-se também *itálico*.

Ilustração – Qualquer imagem (desenho, fotografia, gráfico, mapa etc.) que acompanha uma matéria, com a função de torná-la mais atraente. Quando participa da articulação intelectual do conteúdo, complementando-o ou agregando dados ao texto, comporta-se como elemento interno.

Legenda – Texto conciso, geralmente de teor descritivo, que acompanha uma **ilustração**. Quando aplicado a **bonecos**, quase sempre se constitui do nome e dos predicados (profissão, idade etc.) da pessoa retratada.

Linha – Sequência de caracteres produzidos por processo mecânico, eletrônico ou fotográfico que preenche a medida de uma **coluna** ou página.

Linha de justificação – Medida de uma composição.

Mancha – Porção impressa de uma página, em oposição às margens e aos **claros**.

Negrito – Variante de um tipo (ou letra) de traço mais grosso que o comum, em oposição ao tipo **claro**.

Redondo – Variante de um tipo ou letra cujas hastes são traçadas perpendicularmente ao alinhamento horizontal do texto.

Selo – Marca gráfica estilizada empregada para distinguir visualmente um assunto recorrente em edições sucessivas do jornal ou para caracterizar uma celebração ou evento especial. Diz-se também selo-ilustração.

Serifa – Acabamento em forma de traço, barra ou aresta das extremidades de um tipo (ou letra). Da letra rematada por serifa diz-se serifada.

**Europeus iniciam hoje sua
reunião de cúpula em Cannes**

SITUAÇÃO DE
MAJOR E
BÓSNIA CRIAM
INCERTEZA

Figuras 42 e 43 – Tipos serifados (à esquerda) e sem serifa (à direita)
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. A-8, 26 jun. 1995.

Vinheta – Desenho abstrato ou figurativo usado na composição de **cercaduras** e na separação dos espaços no interior de uma página ou de um texto, a título de recurso ornamental.

Viúva – Erro gráfico que resulta, no final de um parágrafo, em linha que ocupa espaço inferior à metade da medida da **coluna**. Diz-se também forca, linha enforcada, linha quebrada.

5.2 Elementos internos

Como bem sublinhou Heloísa Bellotto (2008, p. 10), todo documento resulta do amálgama de três fatores: matéria, meio e conteúdo. Enquanto à matéria competem os elementos que respondem pelo aspecto físico (externos, portanto), o meio se caracteriza como o veículo juridicamente credível ou socialmente convencionado – isto é, a espécie documental – para receber a fixação da mensagem que se pretende comunicar, a substância do documento.

Os elementos internos (intrínsecos ou substantivos) dos documentos diplomáticos, que também podem ser observados naqueles de natureza não diplomática, organizam-se de acordo com uma partição típica, assim sistematizada por Luciana Duranti:

Quadro 13 – Elementos internos, segundo Luciana Duranti

Parte	Elementos constitutivos
Protocolo	<ul style="list-style-type: none">○ Titulação <i>(cabeçalho, com nome, título, credenciais e endereço do produtor do documento)</i>○ Título○ Datas <i>(tópica e cronológica)</i>○ Invocação <i>(menção a Deus, mais usual em documentos medievais; menção ao povo, ao rei, à república ou à lei, nos documentos modernos e contemporâneos)</i>○ Sobrescrito <i>(menção ao nome do autor do documento ou da ação, que atualmente tende a tomar a</i>

	<p><i>forma da titulação, por vezes com ela coexistindo)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Inscrição ¹⁴² <i>(nome, título e endereço do destinatário do documento ou da ação)</i> ○ Saudação ○ Assunto ○ “Formula perpetuitatis” <i>(elemento típico dos documentos medievais)</i> ○ Apreciação <i>(elemento típico dos documentos medievais)</i>
Texto	<ul style="list-style-type: none"> • Preâmbulo <i>(exposição do motivo ideal da ação, do princípio ético ou jurídico que fundamenta a criação do documento)</i> ○ Notificação <i>(geralmente introduzida por fórmula estereotipada, como “faça-se saber” ou “saiba você”, cujo objetivo é comunicar a ação a todos os interessados)</i> ○ Exposição <i>(narrativa das circunstâncias concretas e imediatas que deram origem ao documento)</i> ○ Dispositivo <i>(expressão da vontade ou do julgamento do autor da ação)</i> ○ Cláusulas finais <i>(de injunção, de proibição, de derrogação, de exceção, de obrigação, de renúncia, de advertência, promissórias)</i>
Escatocolo (Protocolo final)	<ul style="list-style-type: none"> ○ Corroboração <i>(disposição dos meios utilizados para validar o documento e garantir sua autenticidade)</i> ○ Datas ○ Apreciação ○ Saudação ○ Cláusula cortês <i>(expressão de respeito ou cordialidade, geralmente introduzida por fórmula estereotipada como “atenciosamente” ou</i>

¹⁴² Também chamada, pelos diplomatas, de “direção” ou “endereço” (Bellotto, 2008, p. 27).

	<p>“cordialmente”)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Atestação¹⁴³ (subscrição daqueles que participaram da produção do documento: autor, escritor, contra-assinaturas, testemunhas) ○ Qualificação da assinatura (menção aos títulos ou à competência dos subscritores) ○ Notas (iniciais do datilógrafo, menção a anexos, indicação de cópias etc.)
--	---

Fonte: adaptado de Duranti (1991, p. 11-15, tradução nossa)

Não obstante o fato de estar muito longe de configurar objeto de interesse da crítica diplomática, a redação do texto jornalístico segue um conjunto de diretrizes capaz de dotar o relato informativo de uma estrutura específica e facilmente reconhecível. Neste sentido, é possível dizer que, por originar-se de um *modus faciendi* que lhe confere identidade, a matéria jornalística obedece, em sua forma, a uma “lógica diplomática” que pode ser demonstrada a partir do estudo de sua expressão mais pura e trivial: a notícia.

Embora compelido às prescrições dos manuais e às restrições do estilo perpetradas pelas empresas jornalísticas, o texto da notícia se forja na combinação de engenho e arte. No dizer de Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 55), “a arte influi como suporte do estilo, e a técnica como base para a aquisição, vulgarização e compreensão”, empregadas a serviço dos quatro fatores

¹⁴³ As contra-assinaturas, assinaturas de testemunhas e outros sinais de validação são considerados por certos diplomatas como caracteres que compõem a precação (cf. Bellotto, 2008, p. 27-28).

essenciais de qualquer notícia: objetividade, clareza, concisão e precisão (Lustosa, 1996, p. 81-82).

Como notou Nilson Lage (2012, p. 58-72, 85-96), a redação da notícia implica, necessariamente, o emprego de uma linguagem específica e a adoção de critérios para selecionar e ordenar as informações: proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo e identificação humana. O desenvolvimento da atividade jornalística na direção do modo de produção industrial, na esteira da conformação de um jornalismo de caráter mais informativo que analítico, resultou na difusão de estratégias e ferramentas destinadas a padronizar e conferir homogeneidade ao texto da notícia, cuja estrutura foi sendo transformada também pelos recursos advindos das inovações tecnológicas e seus impactos sobre os meios e as técnicas de produção do jornal (Fontcuberta, 1981, p. 19-27).

De modo geral – e nisso concordam Fraser Bond (1962) e Juarez Bahia (2009, v. 2) – há três maneiras de organizar o texto de uma matéria. Uma delas é a narrativa cronológica, que tem como base a narrativa simples, com começo, meio e fim bem demarcados e que, no entendimento de Bahia (2009, v. 2, p. 64), ajusta-se melhor às histórias de interesse humano, “em que um princípio lógico e uma conclusão lógica favorecem a compreensão do que é relatado.”

A técnica mais usual, contudo, é aquela originada no jornalismo estadunidense durante a Guerra de Secessão, que preconiza a organização do texto a partir distribuição dos dados que compõem a notícia segundo

uma ordem decrescente de importância: a “pirâmide invertida”. Segundo Mar Fontcuberta,

Os correspondentes nos campos de batalha criaram uma nova forma de escrever e de enviar as notícias pelo telefone. (...) Para ganhar tempo, os jornalistas não emitiam sua opinião nem davam detalhes excessivos ao transmitir as notícias; tentavam informar os acontecimentos mais importantes. (...) O sistema consistiu em fazer uma roda de informantes na qual cada um podia ditar um parágrafo, o mais importante, de sua informação. Ao fim da rodada, iniciava-se o ditado do segundo parágrafo e assim até o final. Havia nascido a *pirâmide invertida* da notícia. (Fontcuberta, 1981, p. 21, tradução nossa)

Deste modo, o relato começa sempre pelo clímax, por aquilo que tem de mais interessante ou impactante. Trata-se de método especialmente caro aos jornais na era da diagramação manual: ao concentrar os aspectos mais relevantes no início, o texto podia ser cortado, de baixo para cima, de modo a ajustar-se no espaço a ele destinado no interior da página, adequando-se o seu tamanho sem, com isso, mutilá-lo em qualidade ou comprometer seu potencial informativo (Bond, 1962, p. 112-113). Para Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 64), a pirâmide invertida não apenas confere maior liberdade à diagramação como também facilita a disposição visual das matérias, permitindo “uma exposição tão clara quanto formal dos fatos.”

Há, ainda, uma técnica híbrida, em que os elementos da pirâmide invertida se mesclam à narrativa dos fatos em sequência cronológica, à qual Bahia (2009, v.2, p. 65) denomina “clímax e remate incisivo”: no primeiro parágrafo, o destaque para o ângulo mais atual ou impactante do

acontecimento, seguido pela cronologia e rematado de maneira a não perder a atenção do leitor.

Figura 44 – Técnicas de organização da notícia

Fonte: Bahia (2009, v. 2, p. 65-66)

A técnica surgida nos Estados Unidos, em meados dos oitocentos, difundiu-se mundialmente ao longo do século XX, passando a ser praticada, por aqui, por volta dos anos 1950, na esteira da modernização do estilo da imprensa brasileira (Jorge, 2012; Bahia, 2009, v. 2; Lustosa, 1996).¹⁴⁴ É bem verdade que os estudiosos da teoria do jornalismo e das ciências da comunicação vêm, já de algum tempo, apontando para o estado de crise da

¹⁴⁴ Convém chamar a atenção para um fato curioso: enquanto o modelo da pirâmide invertida começava a ser reproduzido nos jornais brasileiros, os jornais estrangeiros já deparavam com a necessidade de desenvolver formas alternativas de organização das matérias: "(...) até os anos 50, quando o auge da televisão obrigou a imprensa escrita a discutir sua estrutura, manteve-se em ascensão o modelo da pirâmide invertida segundo os critérios da máxima objetividade possível. A partir dos anos 50, a televisão e, um pouco mais tarde, o surgimento da imprensa 'underground' determinaram mudanças profundas nas antigas formas jornalísticas." (Fontcuberta, 1981, p. 27, tradução nossa).

pirâmide invertida (Caprino; Rossetti, 2007). Contudo, é inegável que, ultrapassado ou não, este modelo continua a ser reproduzido nos manuais didáticos e exercitado nos cursos de graduação (Lustosa, 1996, p. 78). Desta forma, convém prestar atenção aos elementos que o constituem, correspondentes, numa abordagem de viés diplomático, aos caracteres internos do relato noticioso.

O elemento fundamental da notícia é, sem dúvida, o **lide**.¹⁴⁵ Trata-se, invariavelmente, do primeiro parágrafo, no qual se concentram os dados indispensáveis referentes ao acontecimento que se pretende relatar. É o “coração” da notícia e sua redação deve ser, por princípio, a mais clara e direta possível, independentemente da técnica de organização do texto (Bahia, 2009, v. 2, p. 55). No dizer de Jorge (2012, p. 131), “o lide constitui uma unidade de pensamento em si”, devendo resumir a notícia, situar o leitor diante dos fatos e cativar sua atenção, estimulando a leitura do restante da matéria (Jorge, 2012, p. 131-132).

Criação do jornalismo norte-americano, a estrutura do lide é tão padronizada que seus elementos constitutivos podem ser resumidos a uma fórmula quase matemática: 5W + 1H ou 3Q + COP. A equação representa as principais perguntas a respeito do acontecimento relatado que devem ser

¹⁴⁵ Do inglês, *lead* (conduzir, guiar, liderar). Empregaremos, neste trabalho, sempre a forma aportuguesada do termo.

respondidas logo no início da matéria: quem, quê, quando, como, onde e por quê.¹⁴⁶

Ao lide competem quatro funções básicas: ele responde às perguntas do leitor, confere ênfase ao aspecto principal da notícia para despertar a atenção, identifica pessoas, lugares e eventos e, finalmente, lembra a origem, o início da história, a forma como eclodiu o fato ou o fenômeno relatado (Jorge, 2012, p. 132). Contudo, como bem sublinhou Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 55), “em jornalismo, não há critérios imutáveis” e tanto a forma quanto o conteúdo do lide estão sujeitos a variações.¹⁴⁷ Fraser Bond (1962, p. 107-111) elencou oito tipos diferentes de lide:¹⁴⁸

- 1) *Lide condensado*: sumariza de forma clara e uniforme todos os aspectos principais do fato.
- 2) *Lide de apelo direto*: endereçado diretamente ao leitor por meio de uma expressão estereotipada (“se você alguma vez pensou...”,

¹⁴⁶ A fórmula 5W + 1H representa as mesmas perguntas, em inglês: *who?*, *what?*, *when?*, *why?*, *where?*, *how?*

¹⁴⁷ Juarez Bahia (2009, v. 2, p. 67-68) apresenta algumas estratégias para fugir à estrutura formal do lide: “(...) o relato em cima do detalhe mais importante (...), reduzir o âmbito do primeiro parágrafo criando um segundo parágrafo que o complementa (...), começar a reportagem por um dado aparentemente ilógico, aparentemente secundário, e que no desenvolvimento da história se verá a força que tem; conciliar o impacto da informação com elementos de graça, ternura, humanidade, sem descambar para o ridículo, o pieguismo ou o mau gosto.”

¹⁴⁸ Lage (2005, p. 75-77), para além da forma clássica, identificou outros três tipos de lide: “lide resumo”, utilizado eventualmente em coberturas de eventos em que há várias informações de destaque; “lide *flash*”, iniciado por uma frase curta, que pode ser empregado para estabelecer relação retórica entre eventos distintos, e “lide narrativo”, em que fatos sucessivos são alinhados até se atingir o clímax da história, “como um pequeno conto, de poucas linhas”. Jorge (2012, p. 140-156), com preocupação mais didática que científica, também procurou tipificar e classificar o lide em função da pergunta que o orienta, dos tipos de informação e do número de dados que apresenta, bem das formas de manejar o texto.

“se você tivesse visto ou lido...”), com o objetivo de despertar seu interesse ou participação.

- 3) *Lide circunstancial*: confere ênfase às circunstâncias em que se deu o fato relatado, empregado especialmente nas matérias de interesse humano.
- 4) *Lide entre aspas*: reproduz uma frase sucinta proferida por pessoa envolvida no acontecimento relatado. Quando acrescido das perguntas básicas do lide, sua forma coincide com a do lide condensado.
- 5) *Lide descritivo*: apresenta um quadro ilustrativo do acontecimento, em que o repórter cria um “palco” para a ação subsequente do relato ou para a descrição da cena e das pessoas envolvidas.
- 6) *Lide ativador de interesse*: dá ao leitor apenas as informações necessárias para aguçar sua curiosidade, servindo como um “aperitivo” para o restante do relato.
- 7) *Lide numerado*: organiza dados de igual importância em tópicos numerados sequencialmente.
- 8) *Lide original*: recorre à inovação e até mesmo ao bizarro no modo de escrever, recusa uma definição única e tampouco se apresenta como mera variação excêntrica da forma primitiva.

Nem sempre, contudo, os elementos essenciais do lide se apresentam, de uma vez, no primeiro parágrafo. O jornalista pode, e quase sempre o faz, eleger um aspecto ou dado de maior importância, enfatizando a resposta a

uma das perguntas tradicionais e dando-lhe posição predominante na **abertura** da matéria. Este dado, convertido em elemento-chave, passa, então, a condicionar a entrada das outras informações que compõem a notícia (Jorge, 2012, p. 141). O lide também pode exceder o primeiro parágrafo, desdobrando-se num segundo, que recebe o nome de **sublide**. De acordo com Bahia (2009, v. 2, p. 66), trata-se de recurso criado no Brasil como padrão estético, “desnecessário como texto e necessário como estilo”, empregado para atenuar a expressão rígida do lide.

O lide, sustentáculo da objetividade preconizada pela técnica da pirâmide invertida, veio substituir, tanto no exterior quanto, mais tardiamente, no Brasil, o chamado **nariz de cera**, recurso empregado na abertura das matérias que consistia em introdução prolixa, vaga e rebuscada, mesclando informação, interpretação e opinião (Jorge, 2012, p. 135) para “preparar uma atmosfera, um clima, para o desencadeamento da notícia” (Bahia, 2009, v. 2, p. 65).

No dizer de Pompeu de Souza (1992, p. 24), responsável pela implantação das medidas que resultaram na modernização do estilo do *Diário Carioca*, não se publicava a notícia de um atropelamento “sem antes fazer considerações fisiológicas e especulações metafísicas sobre o automóvel, as autoridades de trânsito, a fragilidade humana, os erros da humanidade”. José Ramos Tinhorão, por seu turno, tratou de ilustrar de maneira particularmente sugestiva o espírito do nariz de cera:

(...) quando alguém matava alguém, nunca um jornal de velho estilo ia publicar simplesmente, por exemplo, “O pedreiro Benedito dos Santos, de 22 anos, foi morto na noite de ontem

com três tiros em um bar da rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza”. Em um caso como esse, quase sempre a notícia começaria assim: “Ontem, quando ao cair da noite o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço, e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar, estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido meliante Toninho Malvadeza, temido em todo o bairro por suas provocações e violências”. E por aí continuava o nariz de cera, até possivelmente concluir, no pé da segunda coluna, que “ao ser o corpo do inditoso jovem trasladado para o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa estava, ainda, a sua última cerveja”. (Tinhorão, 1986, p. 24)

Se a introdução do lide, por um lado, “representou uma solução inovadora para a construção de um texto de notícia padronizado e homogêneo” (Lustosa, 1996, p. 78), corrigindo, segundo Bahia (2009, v. 2, p. 68), os excessos sentimentais do texto jornalístico praticado no Brasil até a década de 1950, por outro, instituiu tamanho grau de padronização que resultou em “copiosa monotonia que os veículos, dos anos 80 em diante, procuraram atenuar mediante usos mais flexíveis, mais livres e mais variáveis de texto” (Bahia, 2009, v. 2, p. 68).

De forma geral, concordam os especialistas a respeito da obsolescência do lide. Ricardo Noblat (2010, p. 96) chegou a decretar que “o *lead* convencional morreu”,¹⁴⁹ Fraser Bond (1962, p. 107) admitiu, ainda na década de 1960, que as perguntas tradicionais já não se enquadravam no lide, embora reconhecesse o emprego generalizado do recurso e apontasse

¹⁴⁹ No entendimento de Noblat, a técnica do lide estimula a preguiça, inibindo a imaginação e a criatividade dos jornalistas: “O *lead* é inimigo do prazer que a leitura de um texto pode proporcionar” (Noblat, 2010, p. 99).

para a tendência de diminuição da extensão do primeiro parágrafo. No entanto, Mônica Caprino e Regina Rossetti (2007), ao delinearem as origens e o panorama do estado de crise da técnica mais difundida de organização textual das notícias, concluíram que o lide “ainda sobreviverá muito tempo” e que o modelo da pirâmide invertida terá de conviver com outros estilos usados para análise, aprofundamento e complementação dos relatos: “No caso da notícia, do relato de um fato acontecido, dificilmente poderemos escapar da forma que privilegia a informação mais importante no início do texto” (Caprino; Rossetti, 2007, p. 57).

Algumas notícias começam e acabam no lide, como ocorre com os chamados “despachos” das agências de notícias, que raramente ocupam mais que um ou dois parágrafos curtos. Outras, contudo, pela densidade ou pelo destaque, demandam maior grau de desenvolvimento. Abaixo do lide (e, eventualmente, do sublide), no corpo do texto, os demais dados são organizados de acordo com o método escolhido (figura 44) e articulados por recursos narrativos que visam a imprimir ritmo, coesão e continuidade: o fato pode ser relatado de forma linear, obedecendo à sequência temporal de seu desenvolvimento, ou na alternância entre presente e passado, num movimento de vai-e-vem no tempo que permite ao leitor compreender melhor certos elementos contextuais e, ao mesmo tempo, tomar conhecimento da dimensão, do significado e das implicações dos fatos na atualidade (Jorge, 2012, p. 173-175).

Declarações de pessoas diretamente envolvidas no acontecimento, de testemunhas e de autoridades conferem força e credibilidade à matéria,

corroborando o relato, desde que a **atribuição** – isto é, a identificação da fonte – seja honestamente praticada.¹⁵⁰ Como notou Mar Fontcuberta, este recurso é compreendido pelo leitor como garantia de fidelidade aos fatos. É, também, um meio pelo qual o jornalista se resguarda quando não está completamente seguro da exatidão da informação que reproduz (Fontcuberta, 1981, p. 99). Descrições detalhadas da cena e de seus personagens dão vida ao texto, envolvem o leitor e contribuem para articular o desenvolvimento da notícia (Jorge, 2012, p. 177).

Toda notícia, de acordo com Fontcuberta (1981, p. 32), requer um desenvolvimento estruturado. Melvin Mencher (2011, p. 127), autor de um dos mais prestigiados manuais de formação de jornalistas nos Estados Unidos, sistematizou a estrutura da notícia, em sua forma mais básica, da seguinte maneira:

- Lide (ideia principal);
- Material explicativo (elaboração e ampliação da ideia principal);
- Informação contextual, se necessário;
- Material secundário (subtemas), se necessário.

¹⁵⁰ Em jornalismo, procura-se sempre atender ao princípio de identificar as fontes de maneira clara e objetiva. Nem sempre, contudo, isso é possível, considerando fatores éticos e de preservação de testemunhas. Nestes casos, quando a informação pode ser reproduzida, mas a fonte não pode ser nominalmente identificada, recorre-se a fórmulas estereotipadas: “segundo um porta-voz do governo”, “disse um membro do senado”. Dados obtidos em sigilo (*off the record*) não devem ser publicados, mas podem ser usados pelos jornalistas para melhor interpretar os acontecimentos (Fontcuberta, 1981, p. 100-101).

Para que a matéria esteja completa, falta-lhe um elemento indispensável: o **título**, oração concisa e objetiva, derivada do lide,¹⁵¹ que resume a notícia, destacando sua importância e provocando o interesse imediato do leitor. Sua composição está, assim como o restante do texto, condicionada às normas de estilo, devendo obedecer a certa padronização no que tange à extensão, ao número de palavras ou de linhas que ocupa e ao vocabulário empregado (Bahia, 2009, v. 2, p. 57-58). No dizer de Juarez Bahia,

(...) o título *anuncia* o fato, *resume* a notícia e *embeleza* a página, numa conjugação de técnica e arte que jornais, revistas, livros e outros meios visuais procuram aprimorar utilizando recursos gráficos. Por esse motivo, precisa ser não só bem elaborado na redação, como também visualmente íntegro, com caracteres apropriados. (Bahia, 2009, v. 2, p. 58)

Segundo Joaquim Douglas (1966, p. 15), os títulos podem ser tipificados de acordo com os textos a que se referem. O “título-assunto”, caracterizado por concentrar apenas uma ideia do tema tratado, não causa impacto e é usado em artigos e editoriais. Já o “título-notícia” é aquele que “procura atingir mais profundamente o leitor, constituindo-se, por si só, na **notícia**, em sua expressão mais simples”. O “título-fixo”, por sua vez, designa seções específicas que englobam informações de mesmo gênero

¹⁵¹ O processo de construção do título, no entendimento de Douglas (1966, p. 16), é semelhante ao do lide, porém mais enfático, uma vez que o título deve condensar o lide com número reduzido de palavras escolhidas cuidadosamente para produzir o máximo efeito. Neste sentido, afirma o autor, o título é um “*super-lead*”.

(falecimentos, exposições...), podendo receber tratamento gráfico diferenciado (Douglas, 1966, p. 148).¹⁵²

Figuras 45 e 46 – Título-fixo (rubrica) e título-notícia

Hoje, no “Estado”

*Itamarati devolverá
quadros extraviados*

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3 e 7, 7 abr. 1967.

Não raro, o título se divide em uma palavra ou frase curta que o antecede (**antetítulo**) ou sucede (**subtítulo**), complementando o seu sentido. Em matérias mais extensas, em que o conteúdo é organizado em blocos, os **entretítulos** (também chamados “intertítulos”) são geralmente empregados para dividir as seções do texto, facilitando a leitura e conferindo ritmo ao relato, função que também pode ser executada pelos **olhos**.

Outro elemento interno das matérias jornalísticas é o **crédito**, a assinatura do autor, isto é, do repórter responsável pela apuração do fato e redação do texto. Sua posição mais habitual é entre o título (ou subtítulo) e o lide, mas há casos, geralmente quando o autor já possui notícia publicada na mesma página, em que o crédito se exprime apenas pelas suas iniciais,

¹⁵² Neste sentido, o “título-fixo” equivale ao que Rabaça e Barbosa (2001, p. 653) denominam “rubrica”.

grafadas entre parênteses, na sequência do último parágrafo, fechando o texto. Nem todas as notícias são nominalmente assinadas, ocasião em que o crédito se manifesta pela indicação, em fórmula padronizada,¹⁵³ da procedência da matéria (“do serviço local”, “da sucursal...”, “da agência...”). Como todos os elementos que compõem os jornais, o crédito também não está imune a inovações, podendo ser complementado pelo retrato (boneco) e/ou por um breve perfil biográfico do autor.

Figuras 47, 48 e 49 – Créditos

Livro analisa a paixão da utopia dos estudantes de 68.

FERNANDO GABEIRA
Da Sucursal do Rio

É que ao lado de Wladimir Palmeira, José Dirceu, Jean Marc Van der Weid, que eram conhecidos, havia

ANÁLISE

Ritmo já está mais lento

OSCAR PILAGALLO
Editor de Dinheiro

O desempenho excepcional da economia dos Estados Unidos...

pre atento a possíveis pressões inflacionárias, poderia ser levado a aumentar os juros para inibir a forte expansão.

A possibilidade, entretanto, não está descartada — não

A miséria nas ruas

Nabil Bonduki

Professor titular da FAU-USP, ex-vereador e relator do Plano Diretor de São Paulo. Escreve às terças

Aos poucos, o Brasil se anima com a Copa. Se Neymar trocar quedas por gols, aí ninguém segura mais. O país vai parar. Os partidos de centro aguardam a Copa para definir seus

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-4, 26 jun. 1988. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1998. *Dinheiro*, p. 12; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A-2, 26 jun. 2018.

¹⁵³ A primeira edição do manual da *Folha de S. Paulo* (1984, p. 27-30) traz orientações precisas a respeito da redação dos créditos e das formas que podem assumir nas mais variadas circunstâncias, contemplando, inclusive, aspectos de composição tipográfica. As orientações constantes da 12ª edição (2007, p. 59-60) voltam-se mais para as situações em que o uso dos créditos se faz necessário ou não, o que também ocorre na edição mais recente, de 2018, que contempla, ainda, as formas aceitas para os créditos de fotos e vídeos (inclusive aqueles reproduzidos de redes sociais).

Em sua essência, a notícia prescinde de outros elementos para além de seu texto básico. Contudo, é bem verdade que os jornais, frente à concorrência de outros veículos de informação, como o rádio, a televisão e, mais recentemente, a internet, procuraram expandir o conceito de notícia, sobretudo a partir dos anos 1980 (Bahia, 2009, v. 2, p. 83), preocupando-se, cada vez mais, em ilustrar os relatos, explicá-los, analisá-los, complementá-los com dados adicionais que facilitem sua compreensão.

Como vimos, as fotografias (bonecos, galerias e cineminhas) vêm sendo empregadas, grosso modo, com propósito mais ornamental que informativo, o que justifica compreendê-las como elementos externos. Contudo, outros recursos gráficos, como mapas, tabelas e gráficos, além de ilustrar as matérias, podem contribuir para a articulação intelectual de seu conteúdo. São meios de complementação e ampliação da notícia, assim como as biografias, cronologias, os resumos e quadros sinópticos geralmente contidos em boxes ou isolados por fios ou claros. Se o box, isto é, o espaço geralmente emoldurado por cercadura, produto da arte gráfica, é um elemento externo, o seu conteúdo pode ser considerado elemento interno, dotado de identidade própria e, por vezes, de relativa autonomia,¹⁵⁴ muito embora mantenha estreita afinidade com o texto principal e tenha seu sentido pleno condicionado pela relação que estabelece com a notícia a que acompanha.

¹⁵⁴ Justamente por gozar de relativa autonomia e de identidade própria, o conteúdo dos boxes pode ser, na prática do recorte, destacado da matéria original, figurando de maneira isolada nos arquivos. Neste caso, também é possível identificar e nomear a espécie documental.

Com base em levantamento realizado na literatura, em manuais de redação e estilo e em dicionários especializados,¹⁵⁵ procuramos definir os elementos internos que se manifestam com maior frequência no interior do texto jornalístico.

Abertura – Introdução da matéria jornalística, usualmente redigida segundo a técnica do **lide** ou do **nariz de cera**, que ocupa um ou dois parágrafos abaixo da **titulação**. Diz-se também abre, gancho.

Adendo – Material complementar (biografia, comentário, cronologia, gráfico, tabela) que, articulado ao texto da matéria, acrescenta-lhe informação e o enriquece.

Antetítulo – Palavra ou frase que antecede o **título**, empregada para complementá-lo ou indicar o assunto, local ou contexto da notícia. Diz-se também boné, cartola, chapéu, mancheteinha, sobretítulo, sutiã.

Atribuição – Identificação da fonte de informação reproduzida no corpo da matéria, podendo assumir forma direta (nome, idade e atributos do

¹⁵⁵ As definições apresentadas foram elaboradas com base nos dicionários de Bahia (2010), Neiva (2013), Rabaça e Barbosa (2001) e Ramos (1970), nos manuais de *O Estado de S. Paulo* (1997), *Folha de S. Paulo* (2018, 2007, 1984), *O Globo* (1992) e da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, e nos estudos de Bahia (2009, v. 2), Douglas (1966), Fontcuberta (1981), Jorge (2012) e Lage (2006, 1986).

declarante) ou ser feita com reservas por meio de expressões estereotipadas (“um porta voz do governo”, “um membro do Senado”).

Cabeça – Primeira das três partes em que se divide o texto jornalístico, composta de **titulação**, **crédito** e **abertura**.

Complementação – Elemento do **corpo** do texto, que consiste em dado ou conjunto de dados de caráter secundário em relação ao fato relatado.

Conclusão – Elemento do **pé** da matéria jornalística que contém, em um ou dois parágrafos, o desfecho do acontecimento relatado ou a projeção para desdobramentos futuros.

Contextualização – Elemento do **corpo** do texto, que consiste em dado ou conjunto de dados que situa o leitor em relação aos antecedentes do fato que constitui o núcleo do relato, podendo ocupar também posição destacada, manifestando-se em boxes ou por meio de outros recursos visuais. Diz-se também *background*.

Corpo – Segunda das três partes em que se divide o texto jornalístico, posicionada entre a **cabeça** e o **pé**, compreendendo a **explicação**, a **contextualização** e a **complementação** do fato relatado.

Crédito – Nome e qualificação do autor ou indicação da procedência (localidade da sucursal, nome da agência) da matéria, geralmente posicionado na **cabeça**, podendo ser complementado por perfil resumido e ilustrado por boneco. Eventualmente, manifesta-se no **pé**, sob a forma das iniciais do autor. Diz-se também assinatura.

Entretítulo – Palavra ou frase curta, geralmente composta em corpo menor que o utilizado no **título**, empregada para intercalar os blocos de texto e, com isso, marcar as divisões internas de uma matéria. Diz-se também intertítulo.

Explicação – Elemento do **corpo** do texto, que consiste em dado ou conjunto de dados que amplia e esclarece os aspectos fundamentais do fato relatado contidos no **lide**.

Infográfico – Representação visual da informação jornalística, obtida pela integração de recursos ilustrativos (desenho, diagrama, fotografia,

tabela) e textos ou dados numéricos, empregada para sintetizar a matéria ou detalhá-la em um de seus aspectos.

Lidão – Abertura do texto jornalístico, mais extensa que o **lide**, cujo teor abrange um conjunto de matérias publicadas numa mesma página, derivadas de cobertura especial ou que guardam afinidade quanto ao assunto ou fato relatado. Em entrevistas, é usualmente empregado para descrever o ambiente ou as circunstâncias em que se deu o encontro com o entrevistado, bem como para traçar o seu perfil resumido, antecedendo a exposição das perguntas e respostas.

Lide – Abertura do texto jornalístico, usualmente redigida em um parágrafo, em que se concentram os dados essenciais acerca do fato relatado de modo a resumir a notícia ou destacar o seu aspecto principal, podendo desdobrar-se, eventualmente, num segundo parágrafo ao qual se dá o nome de **sublide**. Difere do **nariz de cera** pelo estilo conciso, claro e objetivo.

Nariz de cera – Abertura do texto jornalístico, pela qual se introduz o relato do acontecimento de forma vaga e imprecisa. Difere do **lide** pelo estilo prolixo e pela extensão alongada.

Olho – Texto curto, geralmente composto em corpo maior, família tipográfica diferenciada ou variante do tipo empregado no texto, diagramado em claro aberto no interior da matéria para arejá-la, destacar um dado relevante ou trecho de uma declaração significativa. Pode ser empregado em substituição aos **entretítulos** e também equivaler ao **subtítulo**.

Pé – Terceira e última parte em que se divide o texto jornalístico, compreendendo a **conclusão** do relato e, eventualmente, o **crédito**.

Rubrica – Título composto em destaque, família tipográfica diferenciada ou em forma estilizada, empregado para indicar assunto constante em seções do jornal ou a posição fixa reservada para os textos de colaboradores frequentes. Diz-se também título-fixo.

Sublide – Desdobramento do **lide** num segundo parágrafo, também conciso e objetivo, que complementa os dados apresentados no primeiro ou acrescenta outras informações também consideradas essenciais acerca do fato relatado, completando a **abertura** do texto jornalístico.

Subtítulo – Palavra ou frase que sucede ao **título**, geralmente composta em família tipográfica diferenciada e corpo maior que o do texto,

empregada para complementá-lo em termos de conteúdo e impacto.
Diz-se também linha-fina.

Titulação – Conjunto das palavras e frases que compõem o **antetítulo**, o **título** e o **subtítulo**, contido na **cabeça** da matéria jornalística.

Título – Palavra ou frase de impacto, geralmente composta em família tipográfica diferenciada e corpo maior, pela qual se anuncia o fato a ser relatado, resume a notícia e desperta o interesse do leitor, podendo se dividir em **antetítulo** e **subtítulo**. Diz-se também manchete.

5.3 A partição do texto jornalístico

Assim como nos documentos diplomáticos, os elementos substantivos da notícia também são dispostos segundo uma partição peculiar. De acordo com o jargão da área, o relato jornalístico se divide em **cabeça**, **corpo** e **pé**, correspondentes, em certa medida, ao protocolo inicial, texto e protocolo final da partição diplomática.

Na cabeça estão as unidades que compõem a titulação¹⁵⁶ (antetítulo, título e subtítulo), os créditos e a abertura, que pode se manifestar sob a

¹⁵⁶ O termo “titulação”, aqui, não se confunde com aquele empregado na diplomática geral, correspondente ao nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e

fórmula do nariz de cera ou do lide (acompanhado, eventualmente, do sublide) e que geralmente corresponde ao primeiro e ao segundo parágrafos do texto. Este conjunto de elementos concentra os aspectos essenciais da notícia, a sua substância, quando a técnica de redação obedece ao modelo da pirâmide invertida,¹⁵⁷ enquanto o corpo reúne os elementos de desenvolvimento do relato (explicação, contextualização e complementação).

O pé, por sua vez, contém o desfecho do acontecimento, correspondendo, a depender da extensão do relato, ao penúltimo e ao último parágrafos. Quando se emprega a técnica da pirâmide invertida, trata-se do aspecto menos relevante da notícia; quando o modelo adotado é o da pirâmide regular, tem-se aí o clímax da história. O crédito, quando não se manifesta na cabeça, pode surgir no pé do texto, sob a forma do nome completo do repórter ou apenas as suas iniciais e, em certos casos, apresenta-se de maneira fragmentada, com a assinatura do autor na cabeça, quase sempre abaixo do título, e, no pé, seu perfil biográfico, geralmente diagramado em tipos menores e diferentes daqueles empregados na composição do restante do texto.

Tendo sempre em mente que nem todos estes elementos se manifestam necessariamente ao mesmo tempo no interior das notícias e que podem, eventualmente, apresentar-se também em sequência diferente da

seus atributos (Bellotto, 2008, p. 26). Em editoração e jornalismo, designa o “conjunto de títulos, subtítulos e entretítulos de uma publicação” (Rabaça; Barbosa, 2001, p. 730).

¹⁵⁷ Nos documentos diplomáticos, ao contrário do que se passa com a notícia, a substância do ato se manifesta no “dispositivo”, contido na segunda seção da partição, chamada de “texto”.

ideal, é possível sistematizá-los num modelo de análise do relato jornalístico, representado no quadro abaixo.

Quadro 14 – Roteiro de análise do relato jornalístico

Elementos externos	Material	Suporte Formato
	Composição e diagramação	Leiaute / Formatação Tipografia
	Arte	Destaque Ornamentação gráfica Ilustração
Elementos intermediários	Espécie/tipo documental	
	Categoria documental	
Elementos internos	Cabeça	Titulação Crédito Abertura
	Corpo	Explicação Contextualização Complementação
	Pé	Conclusão Crédito

Fonte: elaborado pelo autor.

À guisa de ilustração, vejamos como estes elementos se manifestam em uma notícia redigida ao “velho estilo”, uma de estrutura simples e outra de estrutura mais complexa.

Exemplo I ¹⁵⁸

Figura 50 – Notícia

Fonte: *Correio de S. Paulo*, São Paulo, 7 jan. 1933.

Elementos externos: ¹⁵⁹

Leiaute/Formatação: 1 coluna, alinhamentos centralizado (título) e justificado (corpo).

Tipografia: alternância de famílias serifadas, variando em negrito (título).

Ornamentação gráfica: bigode (acima e abaixo do título); fio (à direita); fio de fantasia (pê)

Elementos intermediários:

Espécie documental: notícia

¹⁵⁸ Esta notícia foi analisada anteriormente em Campos (2016), de forma distinta da que aqui apresentamos. Àquela altura, ainda não trabalhávamos com a partição orientada pelo jargão do jornalismo, nem com o esquema de organização do texto proposto por Mencher (2011).

¹⁵⁹ Por tratar-se de reprodução, não contemplaremos, no escopo dos elementos externos, o suporte e o formato.

Categoria documental: informativo

Elementos internos:

Cabeça

Titulação: Atirou a bicicleta contra um auto [título]

Abertura: Esta noite, o Monumento que se ergueu na colina do Ipiranga em homenagem à nossa data máxima – a Independência – assistiu a um episódio banal da vida quotidiana: um abalroamento de veículos... [nariz de cera, 1º parágrafo]

Corpo

Explicação: Rogerio Sarto, residente à rua dos Prazeres, 23, contando 19 anos de idade, operário, brasileiro, às 21 horas, entregava-se aos prazeres do ciclismo, montando a bicicleta n. 2402, de sua propriedade. [2º parágrafo] Era tal a velocidade que o moço imprimia ao engraçado veículo de rodas que, ao curvar diante do sereno monumento do escultor Ximenes, foi dar com a bicicleta de encontro a um automóvel que, na hora, ali se encontrava parado. [3º parágrafo]

Conclusão: O imprudente ciclista saiu ferido levemente, pelo que foi medicado na Assistência. [4º parágrafo]

Pé

Complementação: Depois disso prestou declarações no inquerito aberto pelo delegado de plantão na Central, dizendo que a si próprio cabia a culpa do ocorrido. Ignora o número do automóvel com o qual se abalroou sua bicicleta, acrescentando que, depois do choque, nem bem passado o susto do primeiro momento, este veículo se punha em marcha, desaparecendo. [5º parágrafo]

Exemplo II

HABITAÇÃO

Baixada Santista vai receber 10 mil casas

Vice-governador anuncia projeto durante sorteio das chaves de 407 apartamentos em Cubatão

CUBATÃO — Mais 10 mil casas populares deverão ser entregues pelo governo do Estado aos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista ao longo de quatro anos. O anúncio foi feito ontem, pelo vice-governador do Estado, Geraldo Alckmin, durante sorteio das chaves de 407 apartamentos, dos 480 construídos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em Cubatão.

Alckmin esclareceu que as vendas para o programa virão do ICMS e do recurso federal do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo ele, os prefeitos vão definir a demanda e os projetos, para que possam ser adotados posteriormente. "Agora vão só nomear critério de entrega de casas populares que não seja o sorteio", disse. "Acabou-se o tempo em que as unidades eram distribuídas a apalancagem de partidos políticos A, B ou C". Os sorteios passaram por processo de seleção da condição econômica e, em 15 dias, poderão ocupar os apartamentos, afirmou o presidente da CDHU, Sérgio Basso.

O secretário da Habitação, Eduardo Duarte Nogueira, que acompanhou o vice-governador, prometeu na prefeitura de São Vicente, Luis Carlos Lucas Pedra (PT), a construção de unidades na Favela México 70, um área onde a prefeitura realiza um morro habitacional, e mais 55 lotes de construção para as favelas do Parque Pinheirinho, vetor de casas destruídas nas fortes chuvas do primeiro trimestre. (Cida Oliveira, especial para o Estado)

RECURSOS
VIRÃO DO
ICMS E DO
FGTS

Favela México 70, em São Vicente: governo promete unidades

Figura 51 – Notícia

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 jun. 1995. Cidades, p. C-3.

Elementos externos:

Leiaute/Formatação: 2 colunas, alinhamentos centralizado (antetítulo, subtítulo, olho), à esquerda (título) e justificado (corpo)

Tipografia: alternância de famílias serifadas (título, subtítulo, corpo) e não serifadas (antetítulo, olho), variando em negrito (antetítulo, título, crédito) e grifo (subtítulo, legenda)

Destaque: capitular (abertura, olho)

Ornamentação gráfica: entrefilete (olho)

Ilustração: imagem (fotografia), acompanhada de legenda (Favela México 70, em São Vicente: governo promete unidades) e crédito (Itamar Miranda/AE – 12/4/94)

Elementos intermediários:

Espécie documental: notícia

Categoria documental: informativo

Elementos internos:**Cabeça**

Titulação: Habitação [antetítulo]. Baixada Santista vai receber 10 mil casas [título]. Vice-governador anunciou projeto durante sorteio das chaves de 407 apartamentos em Cubatão [subtítulo]

Abertura: Cubatão – Mais de 10 mil casas populares deverão ser entregues pelo governo do Estado aos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista ao longo de quatro anos. O anúncio foi feito ontem, pelo vice-governador do Estado, Geraldo Alckmin, durante sorteio das chaves de 407 apartamentos, dos 480 construídos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em Cubatão. [lide, 1º parágrafo]

Corpo

Explicação: Alckmin esclareceu que as verbas para o programa virão do ICMS e de recursos federais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Segundo ele, os prefeitos vão definir a demanda e os projetos para que possam ser adotados posteriormente. “Agora não há outro critério na entrega de casas populares que não seja o sorteio”, disse. “Acabou-se o tempo em que as unidades eram distribuídas a apadrinhados de partidos políticos A, B ou C.” [atribuição direta] Os sorteados passarão por processo de análise da condição econômica e, em 15 dias, poderão ocupar os apartamentos, afirmou o presidente do CDHU, Goro Hama. [atribuição direta] [2º parágrafo]. Recursos virão do ICMS e do FGTS [olho]

Pé

Conclusão: O secretário da Habitação, Eduardo Duarte Nogueira, que acompanhava o vice-governador, prometeu ao prefeito de São Vicente, Luiz Carlos Luca Pedro (PT), a construção de unidades na Favela México 70, na área onde a prefeitura realiza um aterro hidráulico, e mais 85 kits de construção para os desabrigados do Parque Prainha levantar as casas destruídas nas fortes chuvas do primeiro trimestre. [3º parágrafo]

Crédito: (Cida Oliveira, especial para o Estado). [3º parágrafo]

Exemplo III

Encontro discute lixo industrial

LUIZ ROBERTO DE SOUZA QUEIROZ

A cada hora do dia, em todos os dias do ano, cem toneladas de lixo industrial são despejadas em local inadequado na Grande São Paulo. Das 2.586.712 toneladas produzidas anualmente por 496 indústrias, quase 190 mil toneladas são detritos potencialmente perigosos, capazes de contaminar mananciais — onde é captada água para consumo da população — ou provocar queimaduras em quem os manipula. Esses números constam de levantamento realizado pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb), num trabalho que custou dois anos de pesquisa e revelou situações dramáticas, como o lixão clandestino em que se transformou o trecho compreendido entre o km 28 e 31 da Avenida Sapopemba, na Zona Leste.

Numa tentativa de resolver o problema da destinação de lixo industrial, a Cetesb reuniu num seminário de dois dias, que termina hoje no Centro de Convenções Rebouças, representantes das indústrias que produzem detritos, empresas especializadas em reciclar o lixo e o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), que oferece linhas especiais de financiamento às empresas interessadas em equipamentos capazes de solucionar o problema do lixo.

Fábrica de lixo

Os setores da indústria que mais produzem lixo na Grande São Paulo

Setor	Área de concentração	Total de lixo produzido (ton/ano)	% do total de lixo industrial
Metalúrgico	Mogi das Cruzes	862.611,0	33,36
Veículos/Autopartes	Santo André	595.534,8	23,05
Papel/Papelão	Mogi das Cruzes	494.649,1	18,74
Químico	Santo André	198.888,8	7,61
Materiais não metálicos	Tietuspê	84.172,8	3,26
Indústria alimentícia	Santana	67.872,3	2,62
Indústria mecânica	Santo André	63.910,0	2,47
Bebidas	Guarulhos	42.531,4	1,64
Borracha	Santo André	36.291,3	1,40
Editorial/Gráfico	Santana	34.136,4	1,32
Material eletrônico/Comunicações	Guarulhos	26.641,8	1,03
Farmacêutico/Veterinário	Santo Amaro	22.761,9	0,88

De acordo com o diretor de Controle da Poluição da Cetesb, engenheiro Eduardo San Martin, 40% do lixo industrial da região metropolitana tem destinação inadequada: "Diante desse índice, não é mais possível trabalharmos com soluções isoladas; o que precisamos é de sistemas

que absorvam os detritos". O ex-secretário de Energia e Saneamento, João Leiva, reconhece que a aplicação de multas e advertências não ajuda a solucionar a questão, principalmente porque as indústrias não sabem como destinar o lixo. Para o secretário do Meio Ambiente, Jorge Wi-

lheim, a situação chegou ao limite: "Não dá mais para esconder nosso lixo industrial em baixo do tapete; o volume é tão grande que não há mais condições de confiar na natureza para degradá-lo".

Na avaliação da Cetesb, uma das boas soluções para o problema foi a encontrada pela Hoechst do Brasil, Indústria Química e Farmacêutica. Essa empresa de Suzano montou uma incineradora de alta tecnologia, capaz de destruir resíduos perigosos sem contaminar o ar, pois os vapores produzidos passam por filtros especiais.

O exemplo da Hoechst, entretanto, é quase uma raridade. O levantamento da Cetesb mostra que pouco é feito no setor de tratamento de lixo industrial. Não existe em todo o Estado um único aterro para resíduos perigosos; a primeira área destinada a detritos industriais que não representam ameaça à saúde ainda está sendo instalada em Mauá; e somente sete indústrias contam com incineradores.

CADASTRO

Segundo a Portaria nº 1.197, divulgada ontem no Diário Oficial da União, as empresas importadoras ou processadoras de lixo, sucata e resíduos industriais têm prazo de 60 dias para se cadastrar no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Figura 52 – Notícia

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 18 jul. 1990.

Elementos externos:

Leiaute/formatação: 4 colunas; alinhamentos centralizado (título, crédito) e justificado (corpo)

Tipografia: alternância de famílias serifadas (título, corpo) e não serifadas (crédito, box), variando em grifo (título, box) e negrito (título, pé, box)

Destaque: entrefilete (crédito)

Ornamentação gráfica: box

Elementos intermediários:

Espécie documental: notícia

Categoria documental: informativo

Elementos internos:

Cabeça

Titulação: Encontro discute lixo industrial [título]

Crédito: Luiz Roberto de Souza Queiroz

Abertura: A cada hora do dia, em todos os dias do ano, cem toneladas de lixo industrial são despejadas em local inadequado na Grande São Paulo. Das 2.585.712 toneladas produzidas anualmente por 498 indústrias, quase 190 mil toneladas são dejetos potencialmente perigosos, capazes de contaminar mananciais – onde é captada água para consumo da população – ou provocar queimaduras em quem os manipula. Esses números constam de levantamento realizado pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo (Cetesb) [atribuição direta], num trabalho que custou dois anos de pesquisa e revelou situações dramáticas, como o lixão clandestino em que se transformou o trecho compreendido entre o km 28 e 31 da Avenida Sapopemba, na Zona Leste. [lide, 1º parágrafo] Numa tentativa de resolver o problema da destinação do lixo industrial, a Cetesb reuniu num seminário de dois dias, que termina hoje no Centro de Convenções Rebouças, representantes das indústrias que produzem dejetos, empresas especializadas em reciclar o lixo e o Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (Badesp), que oferece linhas especiais de financiamento às empresas interessadas em equipamentos capazes de solucionar o problema do lixo. [sublide, 2º parágrafo]

Corpo:

Explicação: De acordo com o diretor de Controle da Poluição Cetesb, engenheiro Eduardo San Martin, 40 % do lixo industrial da região metropolitana tem destinação inadequada: “Diante desse índice, não é mais possível trabalharmos com soluções isoladas; o que precisamos é de sistemas que absorvam os dejetos”. [citação, com atribuição direta] O ex-secretário de Energia e Saneamento, João Leiva, reconhece que a

aplicação de multas e advertências não ajuda a solucionar a questão, principalmente porque as indústrias não sabem como destinar o lixo. [citação, com atribuição direta] Para o secretário de Meio Ambiente, Jorge Wilson, a situação chegou ao limite: “Não dá mais para esconder nosso lixo industrial em baixo do tapete; o volume é tão grande que não há mais condições de confiar na natureza para degradá-lo.” [citação, com atribuição direta] [3º parágrafo]

Complementação: Na avaliação da Cetesb, uma das boas soluções para o problema foi a encontrada pela Hoechst do Brasil, Indústria Química e Farmacêutica. Essa empresa de Suzano montou um incinerador de alta tecnologia, capaz de destruir resíduos perigosos sem contaminar o ar, pois os vapores produzidos passam por filtros especiais. [4º parágrafo] O exemplo da Hoechst, entretanto, é quase uma raridade. [5º parágrafo] Tabela [boxe].

Explicação: O levantamento da Cetesb mostra que pouco é feito no setor de tratamento de lixo industrial. Não existe em todo o Estado um único aterro para resíduos perigosos: a primeira área destinada a dejetos industriais que não representam ameaça à saúde ainda está sendo instalada em Mauá; e somente sete indústrias contam com incineradores. [5º parágrafo]

Pé

Complementação: Cadastro [entretítulo] Segundo a Portaria nº 1.197, divulgada ontem no Diário Oficial da União, as empresas importadoras ou processadoras de lixo, sucata e resíduos industriais têm prazo de 60 dias para se cadastrar no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). [6º parágrafo]

Os três exemplos demonstram a natural variação na manifestação dos elementos externos e internos da notícia, segundo a data de sua produção e o grau de complexidade do relato. Na primeira notícia, datada de 1933, além da redação orientada pelo recurso ao nariz de cera, nota-se maior emprego de fios e bigodes que são substituídos, nos exemplos mais recentes, pela

valorização dos claros e dos canais entre as colunas e entre o texto e as ilustrações.

Enquanto no exemplo I o núcleo (o acontecimento em si, as pessoas envolvidas e as circunstâncias do fato) da notícia se perde no corpo do texto, no exemplo II ele se concentra logo no primeiro parágrafo, que atende aos requisitos fundamentais do lide, tanto que a notícia poderia muito bem parar aí: tudo o que vem abaixo tem caráter explicativo e a conclusão do relato apresenta-se mais como material complementar que como desfecho definitivo. Convém chamar a atenção, ainda, para outro aspecto interessante da segunda notícia: a discrepância de pouco mais de um ano entre as datas de publicação da notícia e de produção da fotografia que a ilustra, o que corrobora a hipótese do reaproveitamento de imagens, reforçando o caráter acessório da ilustração e justificando sua inclusão no conjunto dos elementos externos.

Se a imagem, no exemplo II, comporta-se como elemento exterior à substância do relato, no exemplo III o recurso gráfico faz parte da estratégia de complementação da notícia, acrescentando dados que dão ao leitor a dimensão do problema relatado. A abertura da terceira notícia é curiosa, por romper a rigidez tradicional do lide. Nela, o repórter optou por privilegiar, no primeiro parágrafo, as circunstâncias do fato, expondo o núcleo da notícia no sublide; com isso, tratou de preparar o leitor para a expressividade do problema, lançando mão de dados precisos sobre a questão da produção e do acúmulo de lixo industrial em São Paulo, sem os quais o parágrafo assumiria a forma vaga e imprecisa de um nariz de cera. Se invertêssemos a

posição dos dois primeiros parágrafos, o primeiro deles na ordem original, convertido em segundo, funcionaria perfeitamente como elemento de contextualização da notícia.

A estrutura textual do exemplo III reserva, ainda, outra peculiaridade: a fragmentação do material explicativo (exposto no 3º e no 5º parágrafos) e a conclusão do relato não com o desfecho do encontro promovido pela Cetesb, núcleo da notícia sugerido pelo título, mas com informação secundária, isolada por entretítulo, que poderia, muito bem, constituir uma pequena notícia à parte do relato principal.

Os jornais, contudo, não se constituem apenas de notícias. Inúmeras outras unidades textuais preenchem suas páginas, dão corpo ao noticiário e atendem às funções encampadas pela imprensa periódica: informar, opinar, interpretar, prestar serviço e divertir o leitor. Se a notícia é, de todas elas, aquela que ostenta estrutura mais rigidamente padronizada, veremos a seguir que as demais modalidades do relato jornalístico são também dotadas de formas que lhes são próprias e de “desenhos” peculiares que lhes conferem identidade e que permitem caracterizá-las e designá-las, para efeitos da descrição, por um nome equivalente à espécie documental.

GLOSSÁRIO DE ESPÉCIES DOCUMENTAIS

Os documentos geralmente encontrados nos arquivos sob a forma de recortes podem se originar de múltiplas fontes usualmente identificadas como produtos daquilo a que se denomina imprensa periódica ou seriada. De acordo com as recomendações da 13ª Conferência Geral da Unesco a respeito da normalização internacional de estatísticas relacionadas à produção de livros e periódicos,

Uma publicação é considerada periódica se constitui um número em uma série contínua sob o mesmo título, publicada em intervalos regulares ou irregulares, por um período indefinido, em que todas as edições individuais da série sejam numeradas consecutivamente ou datadas. (United Nations..., 1965, p. 143-144, tradução nossa, cf. Harrod, 1971, p. 581)

Estudiosos da bibliologia procuraram definir, em dicionários especializados, as características destes tipos de publicação. Segundo López Yepes (2004, p. 354-356), o termo publicação seriada é mais abrangente e sua principal diferença com relação às publicações ditas periódicas reside no fato de que a sequência de aparição da produção seriada tende a ser mais ampla e irregular. Martínez de Souza (1989, p. 581) e Buonocore (1976, p. 357) concordam que a publicação periódica é aquela cuja periodicidade fixa é inferior ao intervalo de um ano.

Com efeito, os jornais diários são apenas uma das modalidades da chamada imprensa periódica; para além deles há as revistas ¹⁶⁰, os anuários, anais, almanaques, diários oficiais, os *house organs* ou, em português, boletins informativos publicados por empresas e entidades associativas ¹⁶¹. No entanto, as características destas publicações – edições mais atrativas e até mesmo luxuosas, preço mais elevado, informação especializada ou de caráter eminentemente utilitário – fazem com que raramente sejam colecionadas de forma fragmentada.

É bem verdade que há quem se dedique a guardar edições completas de jornais diários, mas, talvez pelo suporte de baixa qualidade ou pela variedade de temas e de conteúdo que encampam, nem todos interessantes ou úteis para um mesmo indivíduo ou entidade, é mais comum encontrá-los recortados. Como vimos, a acumulação deste tipo de material parece se enquadrar no escopo de uma prática social de tradição mais longa do que se supõe; contudo, sua descrição, nos instrumentos de pesquisa dos arquivos, vem se valendo sistematicamente de estratégias e subterfúgios que, marcados pela adoção de termos excessivamente genéricos que pouco ou nada dizem a respeito da identidade de cada documento, obscurecem o potencial informativo das séries e as relegam, com isso, a uma zona de indefinição.

¹⁶⁰ Para López Yepes (2004, p. 413), as revistas constituem a “publicação periódica por excelência” e se dividem em três grandes grupos: as científicas ou especializadas, aquelas que representam os interesses de uma entidade ou associação que as edita e as de interesse geral, publicadas por empresas comerciais e de periodicidade mais curta que as anteriores.

¹⁶¹ De acordo com o glossário da American Library Association, os *house organs* podem se destinar à distribuição interna, com conteúdo voltado para os interesses de seus funcionários, ou externa, para representantes, clientes e clientes em potencial (Young, 1983, p. 113).

Se, no terreno da história, os jornais já se afirmaram, desde há muito, como fontes da maior relevância para a reconstituição, explicação e compreensão do passado, no âmbito dos arquivos e da teoria arquivística seguem sendo considerados material de segunda classe. No fundo, trata-se justo do contrário: quando fazem parte de um arquivo, os recortes de jornal revestem sentido dotado de especificidade que supera em muito o conteúdo neles consignado. Ao lado dos demais documentos com os quais convivem, passam a compor um todo orgânico capaz de oferecer um testemunho ou mesmo um reflexo *sui generis* da entidade que os acumulou.

Tal constatação, por si só, justifica o empenho em destinar-lhes tratamento condizente com o que se pratica para os demais documentos de arquivo, tarefa que passa, necessariamente, pela adequada identificação e denominação das espécies e tipos documentais. Neste sentido, procuramos caracterizar e definir as espécies que podem ser encontradas nos jornais diários e que nos arquivos se manifestam, não raro, sob a forma de conjuntos volumosos de recortes.

Para tanto, partimos do procedimento inicial de levantar, na bibliografia especializada, os termos que pudessem sugerir os nomes com os quais os profissionais e teóricos do jornalismo denominam as unidades textuais resultantes de seu trabalho. Estas fontes, contudo, foram capazes de revelar apenas as espécies mais consagradas, de aparição mais frequente, além de vocábulos típicos do jargão dos jornalistas. Assim, numa segunda etapa do trabalho, procedemos à revisão de exemplares completos de jornais paulistanos publicados entre os anos de 1930 e 2000, contemplando também os suplementos (agrícola, feminino, infantil e literário) que

eventualmente acompanhavam as edições consultadas.¹⁶² Para cada ano redondo do intervalo, revisamos uma edição de quarta-feira, uma de sábado e uma de domingo do mês de julho, o que resultou na ampliação do leque de espécies documentais, excedendo o âmbito da produção propriamente dita “jornalística”.

Quadro 15 – Relação das edições completas consultadas

Ano	Jornal	Edições consultadas
1930	<i>O Estado de S. Paulo</i>	9, 12 e 13 de julho
1940	<i>Folha da Manhã</i> ¹⁶³	10, 13 e 14 de julho
1950	<i>O Estado de S. Paulo</i>	12, 15 e 16 de julho
1960	<i>Folha de S. Paulo</i>	13, 16 e 17 de julho
1970	<i>O Estado de S. Paulo</i>	15, 18 e 19 de julho
1980	<i>Folha de S. Paulo</i>	16, 19 e 20 de julho
1990	<i>O Estado de S. Paulo</i>	18, 21 e 22 de julho
2000	<i>Folha de S. Paulo</i>	19, 22 e 23 de julho

Fonte: elaborado pelo autor

As definições que aqui apresentamos foram redigidas a partir do cotejamento daquelas colhidas em dicionários especializados ¹⁶⁴, manuais de

¹⁶² Edições digitalizadas disponíveis nos portais de *O Estado de S. Paulo* (Acervo Estadão) e *Folha de S. Paulo* (Acervo Folha).

¹⁶³ Criada em julho de 1925, a *Folha da Manhã* foi, durante a sua existência, a edição matutina da *Folha da Noite*, primeiro jornal do Grupo Folha fundado em 19 de fevereiro de 1921. Junto do vespertino *Folha da Tarde* (criado em 1949), estes jornais circularam até 1960, quando se fundiram na *Folha de S. Paulo*, cujo primeiro número circulou em 1º de janeiro daquele ano. Cf. História da Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/pages/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em 11 jul. 2018.

¹⁶⁴ Bahia (2010), Costa (2009), Neiva (2013), Rabaça e Barbosa (2001), Ramos (1970).

redação¹⁶⁵ e na revisão da literatura das áreas do jornalismo e da comunicação ¹⁶⁶. Para as espécies que vão além do universo da atividade jornalística, recorreremos aos dicionários gerais da língua portuguesa ¹⁶⁷ e a glossários específicos da área da arquivística ¹⁶⁸.

Os verbetes aqui reunidos, independentemente da natureza jornalística ou não da espécie documental, encontram-se dispostos em ordem alfabética. Quando se remete, no corpo de uma definição, a outra espécie definida no glossário, o termo é grafado em negrito. A remissão a termos relacionados, cuja consulta pode ser oportuna para complementar uma definição ou marcar o contraste entre diferentes espécies, se dá, no final do verbete, por meio da expressão “ver também”.

A extensão dos verbetes varia, naturalmente, em função da complexidade de cada espécie documental; assim, algumas definições podem ostentar caráter mais comentado, considerando não apenas a descrição de fórmulas características da espécie, mas também as condições de sua aplicação no trabalho de descrição documental. Procuramos, ainda, sempre que julgamos oportuno, ilustrar as definições com imagens que visam a

¹⁶⁵ *O Estado de S. Paulo* (1990,1997), *Folha de S. Paulo* (1984, 2007,2018), *O Globo* (1992).

¹⁶⁶ Andrade (2010), Bahia (2009, v. 2), Costa (2008), Lage (1986, 2006), Melo (2003), Nicolau (2010), Nunes (2011), Pereira (2017), Ribeiro (2010), Vaz (2008, 2013).

¹⁶⁷ *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2004), *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* (2009).

¹⁶⁸ Bellotto (2008), Fundação Instituto Fernando Henrique Cardoso (2015), Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (1997).

demonstrar a estrutura e, quando possível, as variações do aspecto visual da espécie em questão ao longo do tempo.¹⁶⁹

Cumpramos ressaltar que, por mais que tenhamos procurado nos ater às especificidades dos produtos e do vocabulário do jornalismo, nosso objetivo não é transformar o conhecimento acumulado nesta esfera da atividade humana, com a qual evidentemente dialogamos frontalmente, mas construir definições que atendam às demandas típicas da descrição documental, capazes de suprir, em alguma medida, as carências manifestadas pelos profissionais que a ela se dedicam nos arquivos, centros de documentação e de memória e instituições afins.

Por esta razão, propomos, em alguns casos, soluções de simplificação para a denominação de certas espécies que, pelas definições próprias do campo do jornalismo, só podem ser inequivocamente identificadas quando se analisa a página inteira do jornal e a relação do extrato com o conteúdo que originalmente o circundava, o que muitas vezes se revela impraticável quando se trabalha apenas com material recortado. É o caso, por exemplo, da *análise* e do *comentário*, cuja diferença, como se verá adiante, reside em sutilezas dificilmente percebidas quando se tem em mãos apenas o recorte isolado. Nestes casos, sugerimos, a bem da simplificação do trabalho de descrição, sua equivalência em relação a outra espécie mais facilmente identificável, saída que, embora não seja ideal, não parece ferir a identidade de cada espécie, em que pese às suas diferenças formais.

¹⁶⁹ A pesquisa iconográfica não se restringiu ao recorte cronológico estabelecido para a revisão de exemplares completos, pautando-se pelos critérios de qualidade e legibilidade das imagens. Com isso, acabamos por contemplar espécies não identificadas anteriormente, expandindo o repertório de verbetes do glossário.

A pertinência deste tipo de solução – bem como da adoção de termos que se destinam à descrição coletiva de itens acumulados em função de um mesmo contexto originário (álbum de recortes, coletânea de..., fortuna crítica, noticiário) – deve ser ponderada pelos profissionais de arquivo, levando-se em consideração os diversos fatores que determinam a condução de seu trabalho: premência de prazos para a realização da descrição, capacitação da equipe, perfil do arquivo a ser descrito e da instituição que responde por sua custódia. Em certos casos, nada se opõe à adoção de tais estratégias; em outros, pode ser conveniente ou até mesmo necessário empregar mais tempo e empenho para atingir maior grau de fidelidade à identidade dos documentos.

Importa dizer, ainda, que procuramos considerar, na seleção dos termos aqui definidos, tudo aquilo que ostentasse autonomia suficiente para figurar de maneira isolada sob a forma de recorte. É o que se passa, por exemplo, com o *expediente*, com a *biografia*, geralmente publicada em jornal à guisa de complementação de uma notícia ou reportagem, ou com a *chamada*, destinada a anunciar, na primeira página do jornal ou de seus cadernos, matéria completa que se encontra no interior da edição.

Vale observar, também, que a denominação proposta para determinadas espécies não está imune à concorrência de sinônimos que podem, a depender do contexto de aplicação e por decisão do arquivista, ser guindados à condição de termos preferenciais. Vejamos, por exemplo, os verbetes *crítica* e *resenha*, em que o primeiro, apesar de ter sido considerado preferencial e definido como espécie, pode muito bem representar, no arranjo de certos arquivos, uma atividade, o que levaria à sobreposição de diferentes

níveis de descrição (grupo e série), caso em que a adoção do termo *resenha* poderia resolver o problema. Para apontar os casos de sinonímia, valemo-nos da expressão “diz-se também...”, no final do verbete, e do recurso às remissivas entre os termos que foram objeto de definição e seus equivalentes.

Assim, este glossário, que não se pretende exaustivo, ambiciona oferecer subsídios suficientes para que os arquivistas e outros profissionais dedicados à organização, ao arranjo e à descrição documental possam, a partir dele, construir seus próprios instrumentos, eivados das escolhas que forçosamente se impõem ao quefazer arquivístico diante das circunstâncias que o condicionam.

*

Álbum de recortes – Reunião, em volume encadernado (álbum, caderno, livro), de matérias extraídas de jornais e outros produtos da imprensa periódica. Pela variedade de espécies que abriga, não raro relacionadas a diferentes contextos originários (atividades, eventos ou áreas de interesse do titular), é preferível proceder à descrição unitária dos documentos, considerando o volume encadernado como mero invólucro ou unidade de armazenamento. A descrição coletiva, no entanto, pode ser adotada como artifício de simplificação da descrição nos casos em que o contexto que presidiu a acumulação de todos os itens coincide.

Ver também **coletânea, fortuna crítica, noticiário.**

Análise – Composição de caráter interpretativo, assinada ou não, que trata de explorar os antecedentes de fato ou situação e suas consequências, sem emitir, contudo, juízos de valor ou opiniões. Sua estrutura é geralmente composta de título, crédito (elemento facultativo, acompanhado ou não de breve perfil biográfico do autor), abertura em que se encontra a constatação do fato a ser explorado, argumentação fundamentada pela interpretação de dados complementares e conclusão. Geralmente, tem caráter complementar à matéria principal ou a um conjunto de matérias publicadas na mesma página, razão pela qual pode ser melhor identificada quando se trabalha com a página inteira do jornal. Quando não é assinada e se trabalha apenas com o recorte, pode se confundir com o **editorial**, embora este se caracterize pelo teor mais prescritivo e incisivo. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como **artigo**.

Ver também **comentário**.

Anekdota – Breve narrativa de teor jocoso, cuja conclusão se destina a provocar o riso. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal. Diz-se também piada.

ANTIGUIDADES

.. E crucifixos antigos? Será que o senhor tem algum?

O antiquário pede à cliente que espere, procura e acaba desencavando um crucifixo velhíssimo e o mostra.

.. Lindo, esse! O senhor sabe de quando data? — pergunta ela.

Sim.. Parece-me que é de 300 anos antes do Cristo!

Figura 53 – Anedota
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1976, Ilustrada, p. 36.

Anúncio – Mensagem, geralmente sucinta, ornamentada ou não por recursos gráficos e publicada mediante compra de espaço na diagramação do jornal, cujo objetivo é propagandear ou oferecer bem, produto ou serviço ou promover a imagem de uma instituição. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter utilitário publicado em jornal.

Ver também **anúncio fúnebre**.

CASAS E TERRENOS

VENDEM-SE

Rua Pradique Coutinho, 253, casa 15 x 50 — Cr\$ 650.000,00.

Rua Fernão Dias — Pinheiros — Terreno, 41 x 55, a 350 metros do largo de Pinheiros, Cr\$ 500,00 o metro quadrado.

V. Mariana, terreno de 22 x 60, av. Altino Arantes, a 300,00 o m2.

Guarulhos, 2 casas em terreno de 20 x 50, Cr\$.. 250.000,00.

Agua Fria, terreno a 50 metros da r. Agua Fria, 2.800 m2 a 230,00 o metro quadrado.

Mais 4 mil telhas. Informações pelo fone: 6-6273 — com BARONE.

Figuras 54, 55 e 56 – Anúncios

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 9 jul. 1930; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 16, 12 jul. 1950; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 31, 11 ago. 1990.

Anúncio fúnebre – Mensagem sucinta e destacada, geralmente ornamentada por recursos gráficos e publicada mediante compra de espaço na diagramação do jornal, pela qual se participa a morte de uma pessoa, a realização de celebração religiosa ou se agradecem as manifestações de pesar recebidas por ocasião do falecimento.

Ver também **necrológio**, **nota de falecimento**, **obituário**.

PROF EURÍPEDES SIMÕES DE PAULA — Hoje, às 10 e 30, na igreja matriz de São Domingos, na rua Calubi, 126, Perdizes (1.º aniversário)

A ANPUH e os Amigos da USP, comunicam o falecimento da
Profª. ILANA BLAJ
Em 1º de Maio. Expressando sentimento de profundo pesar, convidam para o Ato de Homenagem em 27 de Maio às 18h30m no Auditório de História, USP/Butantã.

Figuras 57, 58 e 59 – Anúncios fúnebres

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 15 mar. 1952; p. 27, 21 nov. 1978; 4 maio 1999, Cidades, p. C-7.

Artigo – Composição de caráter interpretativo e/ou opinativo, sempre assinada, redigida por jornalista ou por especialista, em que se aborda um tema específico de maneira fundamentada, podendo conter juízos de valor ou opiniões do autor a respeito do fato ou fenômeno abordado. Sua estrutura é composta de título, crédito, abertura, argumentação amparada por fundamentação teórica e conclusão, podendo conter, no pé, um breve perfil biográfico do autor, complementando o crédito. Difere do **editorial** por ser este sempre anônimo. No entanto, a depender das circunstâncias, pode ser confundido com a **análise** e com o **comentário**.

Ver também **biografia**.

Artigo de fundo – ver **editorial**.

Ata – Resumo das ocorrências de uma reunião, assembleia ou sessão, geralmente publicado em destaque e mediante compra de espaço na diagramação do jornal, embora, sobretudo nos jornais publicados até meados do século XX, possa constituir o núcleo de uma **notícia**.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA

Sob a presidência do sr. Francisco Malta Cardoso, realizou-se ontem mais uma reunião semanal ordinária da Sociedade Rural Brasileira.

Do expediente constou a leitura dos telegramas enviados às autoridades federais e estaduais, a propósito da transferência da Escola Técnica de Aviação para o próprio estadual em que está instalada a Escola Prática de Agricultura de Guaratinguetá e sobre a proposta aprovada pela Confederação Nacional do Comércio, prevendo a criação de taxas cambiais múltiplas para formação de um fundo de defesa dos produtos exportáveis em crise.

Vários oradores, depois, condenaram a tentativa de reimplantação no Estado do imposto de exportação.

Finalmente, foram tratadas diversas questões relacionadas com a estiação no interior.

Figura 60 – Ata como núcleo de uma notícia
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 13 out. 1949.

FINASA LEASING
ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.
C.N.P.J. 47.686.709/0001-80
NIRE 35300026179

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 22.7.99

O Conselho de Administração da Finasa Leasing Arrendamento Mercantil S.A., considerando a reeleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 1999, homologada pelo Banco Central do Brasil conforme carta DESPA/REORF-1999/1047, de 21.7.99, e tendo em vista o que dispõe o artigo 10 do Estatuto Social, reuniu-se nesta data, tendo deliberado que, por consenso dos Srs. Conselheiros, permaneçam como Presidente do Conselho de Administração o Sr. Gastão Augusto de Bueno Vidigal e como Vice-Presidente o Sr. Marcello de Camargo Vidigal. E como nada mais houvesse a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada esta ata, assinada pelos Conselheiros presentes. Barueri (SP), 22 de julho de 1999. aa) Gastão Augusto de Bueno Vidigal, Marcello de Camargo Vidigal e Márcio Campos da Silva. A presente é cópia fiel do que consta da ata lavrada no livro próprio da Sociedade. Barueri (SP), 22 de julho de 1999. FINASA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A. aa) Márcio Campos da Silva e Francisco Medeiros - representantes legais. SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Certifico o registro sob o número 146.762/99-0, em 30.8.99. a) Yara Sylvia Steagall - Secretária Geral.

Figura 61 – Ata
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 30 set. 1999, Empresas, p. L-2.

Aula – Preleção sobre determinado assunto, proferida por professor e dirigida a um grupo de alunos. Alguns jornais, sobretudo na primeira metade do século XX, publicavam a transcrição de aulas como forma de noticiar as atividades de estabelecimentos de ensino.

Figura 62 – Aula
 “A Biologia como ciencia autonoma – Lição inaugural do Curso de Biologia Geral da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, realizada pelo encarregado do curso, dr. André Dreyfus, em 13 de Março de 1935”
 Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 3, 12 abr. 1935.

Aviso – **Anúncio**, ornamentado ou não por recursos gráficos e publicado mediante compra de espaço na diagramação do jornal, pelo qual se torna público o conhecimento de um fato que, embora diga respeito aos negócios de uma pessoa ou de uma organização, acarreta consequências que podem incidir sobre direitos e deveres individuais ou coletivos (abandono de emprego, abertura de edital, dissolução de

sociedade, extravio de documentos, *recall* de automóveis etc.). Diz-se também comunicado.

Figura 63 – Aviso de extravio de documentos
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 dez. 1995, Folha Vale, p. 9.

Figura 64 – Aviso de *recall* de automóveis
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 maio 1999, Economia, p. B-3 (Edição São Paulo).

Balancete – ver **balanço contábil**.

Balanço contábil – Resumo da contabilidade de uma instituição que demonstra os valores de seu capital, de seu ativo e passivo, do

patrimônio líquido e/ou sua movimentação bancária em determinado período de tempo, publicado mediante compra de espaço na diagramação do jornal.

SERVIÇOS DISTRIBUIDORA DE GÁS S/A C.G.C. (A/LF.) 55.332.811/0001-81						DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO					
Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, encaminhamos a V. Sas. o Balanço Patrimonial e demais contas relativas ao exercício de 1.988. Outrossim, permanecemos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 21 de abril de 1.989.											
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1.988											
ATIVO		1988	1987	PASSIVO		1988	1987				
ATIVO CIRCULANTE		1.487.653	1.25.968	PASSIVO CIRCULANTE		1.690.689	138.239	RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Caixa		8.899	386	Formações		937.068	114.520	Vendas de Mercadorias e Serviços		5.981.473	810.646
Bancos		5.120	10.670	Financiamentos		440.429	—	DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA			
Aplicações Financeiras		4.158	30.000	Impostos e Contribuições a Recolher		56.762	8.887	Importos Incidentes, descontos e devoluções		843.518	65.831
Clientes		1.442.398	71.722	Salários a Pagar		56.911	2.819	RECEITA LÍQUIDA		5.337.955	748.015
Estoque		28.732	6.258	Provisão p/Imposto Renda		129.625	15.213	CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS		2.712.774	387.031
Impostos a Recuperar		—	272	Provisão Contribuição Social		69.954	—	LUCRO BRUTO OPERACIONAL		2.325.181	347.984
Dúvidas Contas		379	6.560	PASSIVO EXIGÍVEL LONGO PRAZO		150.344	—	DESPESAS OPERACIONAIS		1.827.255	300.808
ATIVOS PERMANENTES		2.035.228	137.277	Provisão Imposto Renda Futuro		150.344	—	Pré-Labore		21.540	2.333
Investimentos		131.832	10.838	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.681.887	125.008	Administrativas		187.637	8.968
Imobilizado Corrigido		1.144.498	81.197	Capital		102.000	23.000	Tributárias		—	299
- Depreciação Acumulada		371.587	36.363	Reservas de Capital		865.531	79.567	Vendas		556.927	65.929
Diferido		1.180.475	75.605	Lucros Acumulados		714.336	22.438	Financiaras		87.873	59.807
TOTAL DO ATIVO		3.522.880	263.245	TOTAL DO PASSIVO		3.522.880	263.245	Diversas		2.947	21.629
								Depreciação		22.416	2.412
								Amortização		22.705	—
								Receita Financeira		170.387	—
								LUCRO OPERACIONAL		397.928	47.075
								Correção Monetária do Balanço		545.109	(11.055)
								Recalculado Operacionais		—	1.828
								LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		943.036	37.848
								Provisão p/Imposto Renda Longo Prazo		180.344	—
								Provisão p/Imposto Renda Curto Prazo		183.633	15.213
								Provisão Contribuição Social		69.954	—
								LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		568.203	22.436
								LUCRO POR AÇÃO		5,48	0,98
								DEMONSTRAÇÃO DO LUCRO ACUMULADO			
								Saldo Inicial		22.436	8.354
								Transf. p/Reservas/Capitalização		(27.900)	(8.263)
								Dividendos Distribuídos		(11.217)	—
								Correção Monetária		171.871	3
								Lucro do Período		558.203	22.436
								Saldo Final		714.336	22.436
								NOTAS EXPLICATIVAS			
								1) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a lei das sociedades anônimas e demais legislação em vigor. 2) Os ativos foram calculados ao preço de custo e são iguais ao de mercado. 3) O ativo permanente e o patrimônio líquido foram corrigidos a fim de reconstituí-los em valores iniciais. 4) O Capital social inicialmente emitido, está representado por 103.000.000 de ações, todas avaliadas no valor de Cr\$ 1,00 cada uma.			
								Darcy Zacharias - Presidente			
								Antonio Zacharias - Vice-Presidente			
								Adílio Zamiat - Dir. Financeiro			
								Augusto Bassoli - Dir. Comercial			
								Braz Scarra - Dir. Superintendente			
								Mauro Luciano Lopes TC CRC/SP 84478			

Figura 65 – Balanço contábil

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 1989, Economia, p. 11.

Bandeira – ver **chamada**.

Biografia – Narrativa dos eventos que constituem a história de vida de uma pessoa, organizada em texto corrido ou, de maneira mais esquemática, sob a forma de cronologia. Figura geralmente como material complementar em **notícias** e **reportagens**, embora goze de autonomia suficiente para ser encontrada nos arquivos sob a forma de recorte isolado. Neste caso, quando eivada de opinião ou de interpretação fundamentada do autor a respeito da vida ou da obra do biografado, pode ser considerada **artigo** ou, até mesmo, **crítica**. Quando se tratar

de relato mais extenso sobre a vida, a obra e/ou o comportamento uma pessoa, alimentado pelo testemunho de seus conhecidos e observações e impressões do repórter, pode corresponder a uma **reportagem**. Quando motivada por um falecimento, trata-se de **necrológio**.

Ver também **hagiografia**.

Caricatura – Desenho da figura humana que, por meio de traços exagerados ou deformados, acentua (e quase sempre ridiculariza) as características marcantes de uma pessoa. É geralmente empregada como recurso de ilustração em **artigos**, **editoriais**, **notícias** e **reportagens**, embora goze de autonomia suficiente para ser encontrada nos arquivos sob a forma de recorte isolado.

Ver também **cartum**, **charge**, **tira**.

Figura 66 – Caricatura (José Sarney)
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 27 fev. 1994.

Carta – Meio de comunicação utilizado pelos leitores para transmitir ao jornal suas opiniões a respeito do conteúdo veiculado em edições anteriores. É geralmente publicada em seção específica sob a forma de extrato, seguida da assinatura do remetente e da cidade em que reside, podendo receber título que remeta ao assunto ou à matéria a que se refere. Atualmente, a opinião do leitor também se manifesta

pela reprodução de comentários registrados no *site* do jornal ou em suas páginas e perfis nas redes sociais. Em cadernos ou suplementos infantis, pode-se encontrar a comunicação entre o leitor e o jornal expressa sob a forma de **desenhos**. Convém notar que pode, a depender das circunstâncias, ser tipificada de acordo com sua

funcionalidade (carta de agradecimento, de pedido de esclarecimento, de reclamação etc.). Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter opinativo publicado em jornal. Diz-se também carta do leitor.

Ver também **carta-consulta**.

Ministro dá emprego

Fui surpreendido ao ler a notícia publicada no **Estado** sob o título “Ministro dá emprego a sócio do filho no MEC”. Não foi esclarecido, porém, que o novo delegado do Ministério da Educação em São Paulo é o professor Cássio Mesquita Barros, professor titular da Faculdade de Direito de Santos, professor titular da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo e livre docente e professor-adjunto da Faculdade de Direito da USP, autoridade reconhecida no mundo inteiro por seus trabalhos na área de Direito do Trabalho. **Paulo Altenfelder, Capital**

Figura 67 – Carta
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 17 jul. 1990.

Carta-consulta – **Carta** ou conjunto de cartas em que um ou mais indivíduos encaminham uma questão ou demanda a outras instituições que não a própria empresa jornalística. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter utilitário publicado em jornal.

■ Carta nº 1496

Galerias entupidas provocam alagamento na avenida

Escrevo à seção São Paulo Reclama com o intuito de fazê-la chegar ao conhecimento do público. Sou moradora e síndica do Condomínio Edifícios Indianópolis, Petrópolis e Galeria Vila Nova Conceição, que fica na Avenida Santo Amaro, números 791, 811, 835 e 855. Desejo que a senhora prefeita de São Paulo, D. Lúiza Erundina, tome providências urgentes quanto aos alagamentos que vêm ocorrendo na Avenida Santo Amaro em épocas de chuva. Os alagamentos têm sido causados pela falta de limpeza das galerias ali existentes, e causam muitos transtornos e prejuízos aos moradores do local. Sonia Regina Ribas Antunes — Santo Amaro
Cássio Orbez Schubsky,

assessor de imprensa da Administração Regional de Pinheiros/Itaim Bibi, responde:

“Em carta encaminhada à seção São Paulo Reclama, datada de 28 de janeiro, a leitora Sonia Regina Ribas Antunes queixa-se da ocorrência de alagamentos na Avenida Santo Amaro na época das chuvas. Em atenção à reclamação da munícipe, temos a informar que a Administração Regional Pinheiros/Itaim Bibi está organizando uma operação conjunta com o DSV/CET e com a CMTC para, no prazo mais breve possível, providenciar a desobstrução dos ramais em questão e a limpeza dos poços de visita. A operação será realizada com a utilização de equipamentos de alta pressão, o que deverá resolver os problemas de alagamento.”

Figura 68 – Carta-consulta

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 fev. 1992, Cidades, p. 4.

Carta do leitor – ver **carta**.

Cartum – **Anedota** gráfica, cuja narrativa pode comportar uma ou mais cenas, acompanhadas ou não de legenda ou balões, pela qual se exprime a crítica da realidade ou dos costumes. Difere da **charge** por representar tipos genéricos da figura humana e não um indivíduo específico. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter opinativo publicado em jornal.

Ver também **caricatura**, **tira**.

Figura 69 – Cartum
 Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 27 fev. 1994.

Chamada – Resumo conciso e objetivo de uma matéria destinado a atrair a atenção do leitor, publicado na primeira página do jornal ou no topo da primeira página de uma seção ou de um caderno e sempre acompanhado de remissão ao número da página em que se encontra a matéria anunciada. Quando apresenta o fato em sua completude, trata-se de uma chamada completa; quando se constitui apenas de uma frase de impacto, é considerada uma chamada seca ou, no jargão do jornalismo, bandeira. Pode, ainda, conjugar imagem e legenda sugestiva, a que se dá o nome de chamada-legenda. Goza de autonomia suficiente para ser encontrada nos arquivos sob a forma de recorte isolado e se enquadra no escopo do conteúdo de caráter informativo publicado em jornal. Diz-se também bandeira.

A TV Tupi não deverá ser cassada

A TV Tupi de São Paulo não vai ser cassada: o Ministério das Comunicações deverá conceder um prazo de 30 dias para a emissora ficar fora do ar, período em que estudará uma solução para o caso. A informação é do presidente do Sindicato dos Radialistas, Alberto Freitas, que foi recebido ontem por Haroldo de Mattos.

Página 25

EUA registram déficit recorde de US\$ 11,4 bi

PÁG. 2-9

Foto Motta/AF

Visitante do sul – Um leão-marinho foi recolhido ontem numa praia da zona sul do Rio; há dez anos não se via um desses por lá **Pág. A16**

Figuras 70, 71 e 72 – Chamadas

O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 1, 16 jul. 1980; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 19 jul. 1995; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 1, 21 jul. 2000.

Charada – Proposição enigmática que incita a adivinhação de palavra ou expressão. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Ver também **passatempo**.

Charadismo

<p style="text-align: center;">METAMORFOSEADAS</p> <p>1 — Com coragem o fiscal evitou o suborno. 5(5).
(A-Reis)</p> <p>2 — Nenhuma descrição se apresenta tal qual a realidade. 7(7).
(Alalsant — Taubaté)</p> <p>3 — O "pequeno" tem "ódio" do padras-to. 3(1).
(Cagliostro)</p> <p>4 — Depois de atingir o grau supremo a tempestade arrastou na voragem tu-do que restou. 7(2).
(Dálvaros Galli Pinne)</p> <p>5 — Come avidamente, o olhar de quem a ter inveja se dedica. 6(5).
(Euro Oscar)</p> <p>6 — Certo peixe do Mediterrâneo é importante pelo seu sabor. 5(1).
(Geraldo Barricelli — S.B. do Campo)</p> <p>7 — Habitante de beira-mar é pessoa simples, avessa a boato e "mexerico". 8(4).
(J.C.Giazzi — Araraquara)</p> <p>8 — O nome desta espécie de tucano é o</p> | <p>mesmo nome dado no sertão aos natu-raís da parte baixa do rio Pindaré. 7(6).
(Jotabê — Campinas)</p> <p>9 — Qualquer estrondo provoca zumbi-do nos ouvidos. 5(1).
(Jotacê)</p> <p>10 — Alimentar é próprio da mulher que amamenta. 6(6).
(Maria Pinto Cruz)</p> <p>11 — Boiada: manada de bois. 6(5).
(Mr. Ioso — Rib. Preto)</p> <p>12 — O convalescente deve incluir em sua refeição, caldo de galinha com arroz. 5(1).
(Nilton Paiva — Santos)</p> <p style="text-align: center;">PROTÉTICAS</p> <p>13 — Trato com habilidade couro curtido de búfalo. 2/3.
(Joquimas)</p> <p>14 — "Torcida" fiel não devia pagar "entrada". 3/4.
(Mr. Evil)</p> <p>15 — Modéstia à parte, sou infalível em perícia técnica. 2/3.
(Penal — Poços de Caldas, MG)</p> |
|---|--|

Figura 73 – Charadas

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 42, 30 mar. 1980.

Charge – Desenho de caráter opinativo destinado a criticar, por meio do humor, um fato da atualidade geralmente de natureza política. Difere do **cartum** por representar, quase sempre se valendo dos traços da **caricatura**, um indivíduo específico em lugar de tipos genéricos da figura humana e por comportar, em sua narrativa, geralmente uma única cena. Acompanha usualmente os **editoriais**, podendo mesmo chegar a substituí-los.

Ver também **tira**.

Figura 74 – Charge
Luiza Erundina, por ocasião de sua posse na prefeitura de São Paulo
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 3 jan. 1989.

Citação – Reprodução destacada, em seção específica do jornal, de frase proferida por personalidade em evidência a respeito de determinado fato ou assunto, acompanhada da identificação do autor e de breve descrição do contexto em que se deu a declaração.

Figura 75 – Citações
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 2, 7 jul. 1989.

Frases

De hoje

“O Covas é o que apresenta as melhores condições para assumir o próximo governo.”
(Tasso Jereissati, governador do Ceará, sobre o candidato do PSDB à Presidência, Mário Covas, na *Folha*)

“Não foi mera retórica. Ele é um homem de palavra.”
(Jarbas Passarinho, líder do PDS no Senado, sobre a proposta de um “choque de capitalismo” no país do candidato Mário Covas, na *Folha*)

“Se populistas salvassem as nações, a Argentina e o Uruguai seriam os países mais prósperos do mundo.”
(Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, ao candidato do PDT, Leonel Brizola, no “*Jornal do Brasil*”)

Clipping – ver **álbum de recortes, coletânea, fortuna crítica, noticiário.**

Coletânea – Conjunto de itens de mesma espécie documental, de procedência e/ou autoria iguais ou diversas. Trata-se de artifício para a descrição coletiva, cujo uso se justifica nos casos em que é possível identificar, no conjunto, um mesmo contexto originário (atividade, evento ou área de interesse do titular) que presidiu a acumulação dos documentos. Deve-se, neste caso, indicar, sempre no plural, a espécie documental que caracteriza a coletânea (coletânea de artigos, de charges, de editoriais etc.).

Ver também **álbum de recortes, fortuna crítica, noticiário.**

Coluna – Seção especializada, de caráter informativo e/ou opinativo, publicada regularmente e destinada à cobertura de assunto específico (cultura, economia, política, sociedade etc.), em que se reúne material de natureza diversa (**charges, notas, notícias, foto-legendas**). É geralmente assinada, dotada de título constante e ocupa espaço fixo em determinada página do jornal.

circunstâncias, ser confundida com a **análise** e com o **artigo**. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como artigo.

Comunicado – ver **aviso**.

Conferência – Preleção alongada sobre tema da especialidade do orador, dirigida a um grupo de ouvintes. Alguns jornais, sobretudo na primeira metade do século XX, publicavam a transcrição de conferências como forma de noticiar a ocorrência de eventos acadêmicos ou científicos ou a presença de palestrante ilustre na cidade.

Conferência de imprensa – ver **entrevista**.

Conto – Narrativa ficcional, sempre assinada, concentrada em um único conflito ou uma só ação, geralmente desenvolvida em um único ambiente e com a participação de poucos personagens. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Ver também **crônica**, **folhetim**.

Cotação – Conjunto de dados, organizados em texto corrido, gráfico ou tabela, sobre a variação do mercado financeiro, valorização de ações e moedas, preços de mercadorias ou, até mesmo, a avaliação de

Pescado

Mercado Atacadista
Secretaria da Agricultura e
Ceagesp
Água Salgada

Espécie	Preço
Sardinha.....	10/20,00
Camarão rosa.....	250/400,00
Camarão médio.....	130/250,00
Camarão 7 barbas.....	40/120,00
Lula.....	40/120,00
Polvo.....	100/250,00
Lagosta.....	250/400,00
Siri.....	30/70,00
Pescada grande.....	60/90,00
Pescada média.....	50/75,00
Pescada pequena.....	30/55,00

[illegible]

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 27, 18 jul. 1980 e 18 jul. 1990, Economia & Negócios, p. 1.

BOLSA DE CINEMA
				Total %				Homens %				Mulheres %			
Nota: São avaliados todos os filmes que permanecem por mais de um mês em cartaz. Somente os 10 primeiros colocados entram na Bolsa.				★	★	★	★	★	★	★	★	★	★	★	★
1.º "A Inextinguível Leveza do Ser"	66	26	8	-	55	36	9	-	73	19	8	-			
2.º "Bogdan Café"	64	33	3	-	60	18	2	-	70	27	3	-			
3.º "Os Trapalhões na Terra dos Monstros"	61	28	10	1	51	32	14	3	70	24	6	-			
4.º "Retroceder Nunca... Render-se Jamais"	57	28	9	6	63	24	8	5	45	35	12	8			
5.º "Sinalina Cobra"	56	32	9	3	53	25	8	4	61	24	13	2			
6.º "De Volta para o Futuro 2"	52	34	12	2	49	35	13	3	57	32	10	1			
7.º "O Urso"	48	48	4	-	49	45	6	-	46	54	-	-			
8.º "Os Cocafantomas 2"	44	43	11	2	44	42	12	2	45	45	9	1			
9.º "Sema, mentiras e videotape"	43	42	11	4	35	42	16	7	31	42	6	1			
10.º "A Casa de Bernarda Alba"	40	53	5	2	42	52	3	3	39	53	7	1			

Figura 79 – “Bolsa de cinema”, cotação dos filmes em cartaz
 Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 1º jan. 1990, Ilustrada, p. E-6.

Crítica – Avaliação ou apreciação fundamentada, geralmente assinada, emitida por especialista a respeito de manifestação artística (artes plásticas, cinema, literatura, música, teatro, televisão). Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter opinativo publicado em jornal.

Ver também **biografia**.

Crônica – Narrativa de caráter opinativo, sempre assinada, que trata de fato da atualidade ou tema de interesse humano. Dotada de tratamento artístico e eivada das impressões e juízos de valor muito pessoais do autor, conclui quase sempre com uma crítica da realidade.

Ver também **conto**, **folhetim**.

Desenho – Representação de formas, ideias, objetos, seres ou sensações, obtida por meio de linhas ou traços. Pode figurar como ilustração de

uma matéria ou, sobretudo nos suplementos infantis, apresentar-se como uma das formas pelas quais se dá a correspondência entre o leitor e o jornal.

Figura 80 – Desenho
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul 1980, Folhinha de S. Paulo, p. 2.

Desenho de humor – ver **caricatura**, **cartum**, **charge**, **tira**.

Despacho – Decisão ou resolução tomada por autoridade a respeito de assunto de sua competência. Os jornais, sobretudo até meados do século XX, publicavam despachos em seções destinadas à cobertura das atividades de órgãos públicos (delegacias, fóruns, secretarias, seções militares etc.). O termo é também empregado, no jargão do jornalismo, para designar **artigos**, **notas**, **notícias**, **reportagens**

transmitidas à redação por agências de notícias, correspondentes ou enviados especiais.

SERVIÇO MILITAR

JUNTA DE REVISÃO E SORTEIO

Por essa junta foram julgados os seguintes requerimentos:

Município de Assis: — José Senatore, pedindo exclusão do alistamento militar, alegando já haver sido alistado pelo município de Platina, na classe a que pertence (1907), deferido.

Município de Franca: — Benedito José Machado, pedindo exclusão do alistamento militar, alegando ser da classe de 1906 e não da de 1908/09 como foi alistado, deferido.

Município de Santos: — A-

Delegacia Fiscal

Expediente do dia 12:

Requerimentos:

de d. Izabel Alves, funcionária desta repartição, pedindo 90 dias de licença, para tratar de sua saúde — Encaminhe-se;

do agente fiscal Carivaldo Pinto, pedindo entrega de parte da multa recolhida executivamente por Eld Mansur & Filho — Entregue-se 190\$ pela collectoria de Piraju;

de d. d. Maria Thereza, Angelina e Ruth Noemi de Mello Marques, pedindo reversão de pensões deixadas por sua progenitora, d. Rita de Mello Azevedo Marques — Encaminhe-se;

de Valetim F. Bougas, contratante dos Serviços Hollerith, desta Repartição, pedindo o pagamento de serviços effectuados de Abril a Maio — Pague-se 13:500\$, indo antes a delegação do T. de Contas, para registro;

de Severo & Villares, sucessores de F. P. Ramos do Azevedo & Cia., pedindo restituição de imposto sobre a renda a mais pago em 1926 e 1927 — A' receita publica, solicitando-se o credito;

Figuras 81 e 82 – Despachos

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 12 jul. 1930; p. 2, 13 de jul. 1930.

Discurso – Mensagem solene proferida perante um grupo de ouvintes. Em jornais publicados sobretudo até meados do século XX, a transcrição de discursos pode constituir o núcleo de uma **notícia**.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIENCIAS E LETRAS

Oração do professor Eurípedes Simões de Paula, que paraninfou a turma de licenciados de 1951

Por ocasião da cerimônia de colação de grau dos licenciandos de 1951 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras antepontem realizada no Teatro Municipal, o professor Eurípedes Simões de Paula, que paraninfou a turma, pronunciou a seguinte oração:

ANTES de iniciar este nosso discurso de paraninfo, pedimos venia aos presentes para lembrar aquele que, se fosse ainda vivo, sem dúvida estaria aqui conosco: referimo-nos ao professor André Dreyfus, falecido no sábado ultimo. Era ele um dos professores que estava sempre presente nas horas de alegria e de amargura dos alunos da Faculdade, principalmente nas colações de grau, com a sua medalha da Legião de Honra ao peito, sempre vivo e atento ao que achasse de errado nos discursos proferidos. Se ele hoje estivesse aqui, estas minhas palavras seriam talvez criticadas.

de Literatura Mundial... Como esse, muitos, e alguns ainda aparecem na diretoria da Faculdade, dispostos a lecionar quatro, cinco, seis disciplinas diferentes: são especialistas "polivalentes". Isso mostra que, apesar de 18 anos de vida da nossa Faculdade, ela não conseguiu ainda ser compreendida mesmo por parte dos nossos intelectuais.

Lançando lenha na fogueira, o nosso paraninfo de 1936, o dr. Julio de Mesquita Filho — um dos que em companhia de Fernando de Azevedo, Teodoro Ramos e outros, lutaram pela fundação da nossa Universidade — proferiu um discurso contendo algumas verdades amargas, um pouco prematuras, talvez, para serem ditas... A coragem e o desassombro do nosso patrono causaram grande repercussão e deram origem a grandes lutas para a nova Faculdade. E nessa luta está ela ainda hoje empenhada...

Depois disso fomos expulsos pelos estudantes da Faculdade de Medicina, fato que revelou ser o

rio. Existem também no ensino superior. Veja-se o caso, por exemplo, do concurso da Cadeira de Filosofia da nossa Faculdade. Há três longos anos tudo fazemos para que ele possa ser realizado.

A Universidade de São Paulo, nascida em 1934, congregou os antigos institutos do ensino superior já existentes e criou outros, entre os quais a nossa Faculdade. Os seus estatutos foram elaborados nos moldes das velhas tradições existentes. Foi, inegavelmente, um progresso. Mas houve evolução. Dezolto anos já são decorridos e, em algumas partes, o velho Estatuto de 1934 está obsoleto e isso é reconhecido pelo próprio Conselho Universitário, órgão supremo da Universidade. Uma das partes já ultrapassadas é precisamente aquela que se refere aos concursos. É necessária uma reforma e também uma paridade entre as diversas Faculdades da Universidade. Algumas aceitam portadores de diplomas em que a disci-

Figura 83 – Discurso

“Oração do professor Eurípedes Simões de Paula, que paraninfou a turma de licenciados de 1951”

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 6, 23 fev. 1952.

Dropes – ver *suelto*.

Editais – **Avisos** publicados por determinação de autoridade competente, mediante compra de espaço na diagramação do jornal, para conhecimento de seu teor a todos aqueles que por ele possam se interessar.

**SOCIEDADE PAULISTA
PARA O DESENVOLVI-
MENTO DA MEDICINA**

**ASSEMBLÉIA GERAL E
EXTRAORDINÁRIA**

Pelo presente Edital, convoco, nos termos dos artigos 15 e 16 dos Estatutos Sociais em vigor, uma Assembleia Geral da Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, para o dia 8 de junho de 1962, às 21 horas, na sede social, à rua Napoleão de Barros n. 761, para tratar da seguinte ordem do dia:

- 1.o) Apresentação do Relatório e Contas do exercício financeiro de 1961;
- 2.o) Expediente.

São Paulo, 28 de maio de 1962.

Prof. Dr. Marcos Lindenberg
Presidente

Edital de Convocação

Por este intermedio, são convidados todos os trabalhadores rurais residentes no município de Santa Maria da Serra, a comparecerem á reunião que se realizará no proximo dia 13 de junho de 1962, na sede paroquial, às 20 horas, a fim de tratar da seguinte ordem do dia:

- 1 — Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para orientação e defesa da nossa coletividade e formulação de pedido de reconhecimento e investidura sindical;
- 2 — Aprovação dos Estatutos Sociais da entidade;
- 3 — Escolha de diretoria provisoria para administrar o Sindicato até a sua investidura sindical.

Santa Maria da Serra, 27 de maio de 1962

FRANCISCO NUNES DA SILVA
Pte. da Comissão

Figuras 84 e 85 – Editais
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 28, 29 maio 1962.

Editorial – Exposição formal da posição e dos pontos de vista do jornal ou da empresa jornalística a respeito de fato ou tema da atualidade, redigida em tom impessoal e nunca assinada. Caracteriza-se pelo teor prescritivo e pela argumentação incisiva, aspectos em que difere da **análise**, do **artigo** e do **comentário**. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter opinativo publicado em jornal. Diz-se também artigo de fundo.

Efemérides – Relação, em forma de cronologia ou pequenas **notas**, de fatos ocorridos no mesmo dia de um determinado mês, porém em anos diferentes.

Efemérides

18 de julho

1841 — Sagração e coroação do Imperador D. Pedro II.

1866 — As forças brasileiras do General Vitorino Monteiro e a brigada argentina do Coronel Cesário Domingues, tendo como reforços as tropas do General Flores, atacam as trincheiras do Potrero Sauce, defendidas pelo general paraguaio Diaz.

1874 — É aberto ao tráfego a Estação de Queluz, primeira da Estrada de Ferro Central do Brasil, em território paulista.

1875 — Falece, no Rio de Janeiro, o Tenente-general Conde de Porto Alegre, Manuel Marques de Sousa.

1886 — Aparece em Santos o primeiro numero de "Idéja Nova", jornal de propaganda republicana.

1914 — Falece, no Rio de Janeiro, o historiador e crítico literário Sílvia Romero.

1969 — Morre Julio de Mesquita Filho.

□ **HÁ UM SÉCULO** □

O Estado de São Paulo

18 de julho de 1.890

Numero avulso, do dia, 60 rs. — atrasado, 100 rs.

Telegrammas

Rio, 17, à noite — O dr. Campos Salles, ministro da justiça, trabalha na reorganização judiciaria, que, se não for decretada, será submetida à aprovação do congresso nacional.

Lisboa, 17 — annunciara o Jardim Zoologico, um concurso de beleza para meninas de 10 a 15 annos, com premios e exhibições plasticas, perante um jury de cavalheiros entendidos.

Carvão de pedra e ouro

Ao dr. governador do estado foram apresentados dous requerimentos pedindo privilegio, um do sr. João Francisco Lemos para explorar jazidas de carvão de pedra e xisto em Guaratinguetá e outro do engenheiro Eduardo Mendes Limceiro e James Mourac Kerth, para explorar ouro e outros metaes no municipio de Ilapetininga.

Com o correio

Temos em nosso escriptorio o envelope de uma carta que viajou 6 meses pelas agencias postaes antes de chegar ás mãos do destinatario. Pomel-o á disposição do sr. administrador dos correios para poder providenciar como o caso exige.

Novo cemiterio

Foi enviado ao thesouro, para informar, o officio da intendência de Santa Rita do Passa Quatro, pedindo o auxilio de 2:000\$000 mpara as obras do novo cemiterio.

Inundações

Nas regiões do Norte da Italia deram-se ante-hontem grandes inundações causadas pelo transbordamento do Pô e do Adige, ficando quasi completamente submersa a villa do mesmo nome deste ultimo rio. De Roma foram já enviados soccorros ás victimas da catastrophe.

Moeda Falsa

É grande a quantidade de moeda falsa que circula nesta capital. Ainda ante-hontem, foram regeitadas no English Bank, duas cedulas de 50\$ da 5ª estampa, que foram reconhecidas falsas. Hontem nos foi mostrando uma moeda de chumbo, de com reis, imitando as de nickel, cunhadas pela republica, e que é de uma perfeição admiravel, estando nós informados de que circulam deslas grandes quantidades no commercio.

Annuncios

108000

Sobretudo para meninos de 8 a 16 annos, de casimira franceza, obra bem acabada, na loja do Sol. Largo da Sé, 7

Professora

Uma senhora, alemã, com longa pratica, deseja tratar com uma familia, na cidade ou fazenda, para lecionar allemão, inglez, francez, portuguez, italiano, musica, dactenho, trabalhos de agulha e outras materias relativas á instrucção. Cartas para Delfo, na Casa Levy, á rua 15 de Novembro.

Figuras 86 e 87 – Efemérides

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 22, 18 jul. 1970; p. 23, 18 jul. 1990.

Enquete – Reunião de testemunhos colhidos, com ou sem metodologia científica, entre certo número de pessoas (ilustres ou não) a respeito de determinada questão sobre a qual o jornal procura obter um quadro comparativo de opiniões, tendências ou pontos de vista. Publicam-se, geralmente, apenas trechos selecionados das respostas obtidas, acompanhados do nome e, eventualmente, do retrato de quem as proferiu.

O QUE VOCÊ ESTÁ VENDO?

Idla van Steen, 52, escritora *Vi Casa de Bonecas*, dirigida por Joseph Losey baseada em uma peça de Ibsen. *Woyzeck*, de Büchner com direção de Werner Herzog e *Carmen*, de Carlos Saura: três filmes que me bastaram intelectualmente, embora não eu não tenha o hábito de ver vídeos porque instiga a preguiça de sair de casa."

Dina Sfat, 50, atriz "Não sou do tipo de pessoa que assiste cinco filmes por semana em vídeo, mas sempre que tenho tempo vejo alguma coisa. Acha que está faltando um número maior de vídeos culturais no Brasil, falando de viagens, teatro ou ópera. Seguindo esta linha está o meu vídeo *'Dina Sfat na União Soviética'*. Outro grande sucesso aqui em casa é o filme *'Macunaíma'*, de Joaquim Pedro de Andrade."

Figura 88 – Enquete
 Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 dez. 1988, Ilustrada, p. E-4

Entrevista – Conjunto das declarações emitidas por uma ou mais personalidades a respeito de determinado assunto. Sua estrutura é geralmente composta por título, créditos, abertura (lidão) e transcrição, em texto corrido ou sob a forma de perguntas e respostas intercaladas (“pingue-pongue”, no jargão jornalístico), do diálogo travado entre o entrevistador e o entrevistado. Pode ser classificada como coletiva (conferência de imprensa) ou exclusiva, embora isso não

altere a denominação da espécie documental. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter informativo publicado em jornal.

Entrevista coletiva – ver **entrevista**.

Entrevista exclusiva – ver **entrevista**.

Errata – **Nota** pela qual o jornal reconhece publicamente e corrige um erro de informação publicado em edição anterior. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter informativo publicado em jornal.

ERRAMOS

Diferentemente do que informa a reportagem "Gérard Lebrun é enterrado em Paris", à pág. 5-10 da edição de ontem, a universidade de Aix-en-Provence não fica nos arredores de Paris, mas sim no extremo sul da França, a 757 km da capital francesa.

A reportagem "Mortes por diarreia crescem com seca", publicada na edição de 7 de novembro, na pág. 1-16, afirma erradamente que o crescimento dos óbitos pela doença na Paraíba, entre 95 e 99, era de 77%. O percentual correto é 30%, chegando a um topo de 47% em 98.

Figura 89 - Errata
Folha de S. Paulo, São Paulo, p. 3, 24 dez. 1999.

Expediente – Ficha técnica do jornal, publicada em todas as suas edições, em que constam a identificação da empresa jornalística, da gráfica impressora, de seu diretor ou redator-chefe, o local e a data da impressão, podendo conter também a identificação dos profissionais responsáveis pelas diferentes editorias, endereços e telefones da sede e

das sucursais, preços de venda avulsa e por assinatura. Parte destes dados pode constar do cabeçalho da primeira página.

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1861-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1998)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Américo de Campos (1875-1966)
Francisco Rangel Pestana (1879-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Pinto Barreto (1867-1950)

Publicação da
S.A. O ESTADO DE S. PAULO

Av. Eng. Costanzo Álvares, 53
Tel.: 266-7099 (PABX)
CEP 02550 Casa Postal 8005
São Paulo SP

End. Telefônico: **ESTADO**
Tel.: 011-2351.1-011-24013

Director Responsável
JULIO DE MESQUITA NETO

Director Redator - Chefe
Oliveira S. Ferreira

Directores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
Joaquim Douglas
José M. Homem de Montes
Oliveira S. Ferreira

SUCURSAIS

<p>ABC Rua Gen. Glicério, 717 - Santo André (SP) CEP 09000 Tel.: (DDD 011) 440-1404 - 449-0988 Tel.: 011-4069</p> <p>BELO HORIZONTE Av. Álvares Cabral, 363 CEP 30000 Tel.: (DDD 031) 222-4246 - 224-0488 226-2486 Tel.: 031-1172</p> <p>BRASILIA SCS Edifício JK - 1º and. s/13 e 18 CEP 70306 Tel.: (DDD 061) 226-0505 - 226-0545 Tel.: 061-1004</p> <p>CAMPINAS Rua Gen. Osório, 971 - 2º and. s/23 CEP 13100 Tel.: (DDD 0192) 31-8347 Tel.: 019-1015</p> <p>CURITIBA Av. São Jordim, 1928 CEP 80000 Tel.: (DDD 041) 222-5516 - 224-1699 Tel.: 041-5268</p>	<p>PORTO ALEGRE Rua Gen. Angra de Neves, 100 - 12º And. CEP 90000 Tel.: (DDD 0512) 24-3451 - 25-7306 Tel.: 051-1103</p> <p>RECIFE Rua Bispo Cardoso Ayres, 131 CEP 50000 Tel.: (DDD 081) 222-0101 - 222-1492 Tel.: 081-1268</p> <p>RIO DE JANEIRO Rua da Quitanda, 3 - Gr. 801/805 e 901/905 CEP 20.011 Tel.: (DDD 021) 283-3222 Tel.: 021-23260</p> <p>SALVADOR Travessa da Ajuda, 1 - 9º and. s/903 e 907 CEP 40000 Tel.: (DDD 071) 243-6305 - 243-5605 Tel.: 071-1208</p> <p>SANTOS Av. Cons. Nobres, 607 CEP 11100 Tel.: (DDD 0132) 34-4655 - 34-8141 Tel.: 013-1143</p>
---	---

Figura 90 – Expediente
Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 3, 18 jul. 1980.

Folhetim – Narrativa ficcional, sempre assinada, eivada das características da novela ou do romance e dividida em partes ou capítulos publicados com periodicidade regular (diária, semanal, quinzenal, mensal). Ocupa geralmente a parte inferior das páginas, justamente para ser destacado e colecionado. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Ver também **conto**, **crônica**.

SEXTA PARTE
A BARRIEIRA CLICHYI
Ao "Tio Lathuille"

A cem metros, pouco mais ou menos, da barreira Clichy, à esquerda da estrada que atravessa os jardins, os campos e os pousos onde muita gente havia de edificar-se Baignoilles e depois o populoso 17.^o "arrondissement" de Paris, existia em 1814 uma fazenda inhíbera onde os parisienses procuravam o vinho clareto de Argenteuil, as frituras de peixe do Sena e os guisados de canhão.

Esta fazenda, cujos muros de vedação abrigavam de verão paros alcezes e também famílias vizinhas que vinham jogar a bola e beber canções de vinho e de cerveja com pastéis, bolos de Manterro e biscuitos, recebida de inverno, nos seus "gabinets reservados", as esmeraldas que procuravam dos arredores da cidade, no abrigo dos muros curvados e dos comentários indiscretos, um lugar próprio para as suas entrevistas.

A taboleta, que chegou ali há poucos dias, tinha escrito, em bellas letras azuis em fundo da prata, este nome a esta convite: "AO TIO LATHUILLE; gabinets reservados, salas para festas de casamento e comédias".

Numa manhã de março de 1814, clara e de sol, mas aspera pelo vento nordeste, a dona da fazenda, o antepassado de Lathuille, ia à vinha pelo lado onde era a cozinha, intrapalhada, inquietada, com o barrete no alto da cabeça, a farda à cinta, e o ventre proeminente sob o rumo e o seu avental de couro.

Achar-se-o no exercício das suas funções e dize-lhe impiedosa, ginchando com as crianças, toda a idade, metendo uma vez por outra o dedo embaixo.

Figura 91 — Folhetim

"Madame Sans-Gêne", de Edmond Lepelletier

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 12, 30 jul. 1941.

Figura 92 — Folhetim

"A sombra de Julio Frank", de Affonso Schmidt

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 3, 20 mar. 1936.

Fortuna crítica – Conjunto de **críticas** a respeito de um artista ou de uma obra.

Ver também **coletânea**.

Foto-legenda – Composição de caráter informativo em que uma imagem e um texto (que, embora conciso, excede o teor meramente descritivo usual das legendas) se fundem de maneira articulada e indivisível, podendo constituir unidade autônoma ou figurar como conteúdo de uma **reportagem fotográfica**. Pode, ainda, ser empregada na primeira página do jornal ou de seus cadernos como **chamada**, acompanhada, neste caso, da remissão ao número da página em que se encontra a matéria completa que anuncia.

Figura 93 – Foto-legenda
O Estado de S. Paulo, São Paulo, 15 jul. 2000, Cidades, p. C-2.

Lambada

- **Lambabem** — Ambiente simples, decorado com motivos inspirados nos bares do litoral italiano. Música de fita com deboche, samba, reggae, lambada. De terça a domingo, a partir das 20h. R. Cônego Eugênio Leite, 453 — Pinheiros — 852-0434.
- **Lambada & Cia** — Dividida em vários ambientes, a casa promete causar a sensação de se estar em Cuba, no Palacete da Lambada. Funciona de quinta a sábado, a partir das 22h e domingo a partir das 20h. R. Frei Caneca, 135 — 265-2922.
- **Lamba Reggae** — Uma das mais novas no gênero, apresenta shows de casais especializados em dançar lambada. Funciona de quarta a domingo, das 21h até o último cliente. Av. Irai, 217 — 81.12.54.

Rock

- **Aerounta** — Uma das mais badaladas da cidade, é dividida em dois ambientes. De um lado um bar-restaurant suavemente iluminado, onde se pode saborear bons lanches e pratos leves. De outro lado, pista e arquibancada para dançar e assistir aos shows que acontecem de terça a sábado. Nestes dias a casa abre às 21 horas. R. Miguel Isaia, 404 — 815-3311.
- **Anny 44** — O ambiente é dividido em três andares, com lancheria, pista de dança, sala de vídeo e dois bares. Apresenta shows ao vivo com banda de rock e eventos especiais. Abre de quarta a sábado às 22h. R. Bela Cintra, 1.551 — 852-7739.
- **Brilho** — Com dois bares, restaurante, ampla pista de dança e efeitos de raio laser, a casa procura recriar o clima das grandes discotecas de Nova York. R. Cardeal Arcoverde, 3.050 — 814-9208.
- **Cais** — Os shows ao vivo, as performances e o agito na pista acontecem no embalo de black music, blues pop, rockabilly, rap. Para equilibrar o paladar, sanduíches e sopas. Funciona de quinta a sábado, a partir das 22h. Praça Roosevelt, 134 — 258-9465.

- **Rosa Bom Bom** — Ponto de encontro frequentado por adolescentes da região dos Jardins, indicado também para flertes. Show ao vivo e pista de dança. Funciona de segunda a sábado, a partir das 22h30. R. Oscar Freire, 720 — 883-2674.
- **Saint Paul** — Uma das mais modernas da cidade, a casa é decorada com espelhos, tem salão de inverno, restaurante e música ao vivo. Abre de segunda a sábado a partir das 21h. Al. Lorena, 1.717 — 282-7697.
- **Toco** — O reduto dos roqueiros da Zona Leste nos anos 70 reabre totalmente reestruturado, dividido em vários ambientes. Um pub em estilo inglês na entrada, ladeado por duas áreas reservadas decoradas com aquários e luzes; ao lado da cabana de som, uma sala vip, com bar privativo; unindo os dois planos decorados em azul, vermelho e preto, com muito acrílico, aço, neon e espelhos — um escorregador com sete metros de altura e 12 metros de comprimento dil o toque original. A casa funciona aos sábados, das 21h às 4h, e aos domingos, das 14h às 18h, e das 20h à meia-noite. R. Dona Matilde, 509 — 294-1681.

Figuras 94, 95 e 96 – Guias

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 13, 31 dez. 1969; 25 nov. 1979, *Economia*, p. 55; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1989, *Caderno 2*, p. 9.

Hagiografia – História de vida de um santo.

Ver também **biografia**.

VIDA RELIGIOSA

Santo do Dia: — S. Marcelo Centurião, Mártir

Embora cristão, Marcelo, oriundo de Leon na Espanha, abraçou a carreira das armas, chegando ao posto de Centurião na Legião Trajana. . .

Quando Maximiliano Herculio subiu ao trono, promulgou um edicto em que ordenava a todos os prefeitos e comandantes do exército que festejassem com singular pompa os nunes do Império. Marcelo ficou horrorizado em face de tão estúpida cegueira, e como bom cristão, recusou-se terminantemente a obedecer. Chamado a contas, respondeu com a maior franqueza: "Sou cristão, e não me é lícito curvar-me diante dos vossos deuses de pedra e de bronze. Eu adoro Jesus Cristo e a Ele só dobro a mente, o coração e os joelhos". Foi então enviado a Aurelio Agricola, vigário do prefeito, que o incriminou de desobediência às leis. Ao que respondeu Marcelo: "A César prometi a minha espada, mas não a minha fé. Por isso confesso bem alto que sou cristão". E ao dizer isto, atirou ao chão a espada. Então Agricola mandou degolá-lo, e Marcelo, agradecido pela sentença, disse-lhe: "Agricola, Deus te faça bem e tenha compaixão de ti".

VIDA EUCHARÍSTICA

O SS. Sacramento estará solenemente exposto, no dia de hoje, nas

tres condições: confissão, comunhão e visitas. A confissão pôde ser feita nos 8 dias imediatamente anteriores ao dia favorecido pelas indulgências, ou nos 8 dias imediatamente seguintes. Não carece confissão especial (dado que se encontra em estado de graça) quem costuma confessar-se ao menos de 15 em 15 dias, ou recebe diariamente a Santa Comunhão, posto a comita um ou outro dia (Can. 931). A comunhão deve ser feita no dia designado para a indulgência ou na véspera ou ainda no correr da oitava, em qualquer igreja ou capela (Can. 931). As visitas, tantas quantas se quiser, far-se-ão desde as 12 horas do dia 1.º de novembro até as 24 horas do dia 2 (Can. 933). Em cada uma das visitas (que se contam pelo numero de vezes que se entra na igreja, as quais serão tantas quantas vezes se quiser lutar a indulgência) faz-se mister rezar, segundo as intenções do Santo Padre 6 vezes o Padre Nosso, a Ave-Maria e Gloria Patri. Aos que se encontrarem em legítimo impedimento, podem os confessores comutar em outras as obras pias requeridas para lucrar as indulgências (Can. 933). No dia da comemoração dos fiéis defuntos poderão todos os sacerdotes celebrar tres missas e será muito conveniente que o façam, conforme recomenda o soberano Ponti-

Figura 97 – Hagiografia

Fonte: *Folha da Manhã*, São Paulo, p. 5, 30 out. 1940.

História em quadrinhos – ver **tira**.

Horóscopo – Prognóstico de eventos e situações segundo os signos do zodiaco, obtido com base no estudo da posição dos astros em determinado momento. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

ARIES 21/3 a 20/4	Assim como a natureza ariana faz de você uma espécie de líder, deve tomar cuidado para não estar conduzindo outras pessoas para algum atoleiro. Tome consciência do seu poder e utilize-o para o bem-estar geral.	LIBRA 23/9 a 22/10	A higiene pode transformar-se num objeto de fanática adoração, como se essa atividade vá solucionar a limpeza que, na verdade, deveria estar fazendo dentro de si mesmo. No entanto, toda intenção acaba sendo recompensada.
---	--	---	--

Signos	Carneiro (21/3 a 20/4)	Touro (21/4 a 20/5)
Dia-a-dia	Não se ligue no passado e esqueça mágoas.	Não fique roendo as unhas de preocupações. Ruim.
Dinheiro	Faça um balanço das suas economias. Organização.	Procure não adiar problemas de dinheiro. Soluções.
Amor	Não jogue no lixo ótimas oportunidades sentimentais.	Coloque ternura e romantismo na vida a dois. Bom.
Destino	Supere problemas atuais ponderando as coisas.	Saturno traz-lhe concentração e equilíbrio. Aproveite.
Signos	Leão (22/7 a 22/8)	Virgem (23/8 a 22/9)
Dia-a-dia	Dedique um tempinho extra à sua casa e à sua família.	Não fuja de novos contatos. Saturno está do seu lado.
Dinheiro	Contribua pra que o seu orçamento se equilibre.	Crie novas fórmulas para o seu trabalho. Prestígio.
Amor	Não deixe de lado os seus problemas sentimentais.	Dê mais importância ao amor. Amar é bom e faz bem.
Destino	Decisões devem ser tomadas com calma e tranquilidade.	Não se preocupe tanto assim com detalhes inúteis.

Figuras 98 e 99 – Horóscopo

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1990, Caderno 2, p. 6; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1980, Ilustrada, p. 26.

Índice – Lista dos cadernos, das editorias e seções em que se divide a edição do jornal, com indicação do número das páginas em que se iniciam ou do intervalo de páginas que ocupam.

36 páginas	
e mais o Suplemento Agrícola	
Editorial	3
Sumário	3
Política	4 e 5
País	5 a 7
Exterior	2, 8 a 11
Artes	11 a 13
Falecimentos	14
Local	13 a 16
Interior	16 a 18
Turfe	18 e 19
Esportes	19 a 21
Economia	22 a 24
Variedades	26
Classificados	28

HOJE		88 páginas
(A) Primeiro Caderno	16	(E) Esportes 6
(B) Economia	16	(F) Feminino 12
(C) Cidades	8	(G) Estadinho 8
(D) Caderno 2	16	(Cl) Classificados 6
Classificados		299 anúncios

Figuras 100 e 101 – Índices
O Estado de S. Paulo, São Paulo, p. 1, 15 jul. 1970 e 15 jul. 2000.

Necrológio – **Notícia** ou **reportagem**, assinada ou não, cuja publicação é motivada pelo falecimento de uma pessoa, em que geralmente se destacam eventos de sua **biografia** ou aspectos marcantes de sua personalidade, inserção social ou obra, bem como o legado que deixou para a posteridade. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter informativo publicado em jornal.

Ver também **anúncio fúnebre**, **nota de falecimento**, **obituário**.

Morre aos 79 o historiador Sérgio Buarque de Holanda

Faleceu ontem às 9h30 o historiador Sérgio Buarque de Holanda, pai do compositor Chico Buarque de Holanda. Há 15 dias Sérgio foi acometido de uma pneumonia e estava sendo tratado em sua casa, no bairro do Pacembu. Acordeou ontem cedo, tomou café e disse ao enfermeiro que desejava ir até o escritório. Foram suas últimas palavras. Foi imediatamente acometido de mal súbito e "caiu para trás", segundo o enfermeiro.

O velório está sendo realizado na residência da família (à rua Buri, 35) e o féretro sairá hoje às 10 horas para o Cemitério de Vila Alpina, onde o corpo será cremado. Sérgio Buarque, que completaria 80 anos no próximo dia 11 de julho, deixa 7 filhos: Chico Buarque de Holanda, Heleina Maria, Sérgio Buarque de Holanda Filho, Alvaro Augusto, Maria do Carmo, Ana Maria e Maria Cristina.

Chico Buarque chegou do Rio às 18h30 de ontem acompanhado da sobrinha Bebel (filha de Miúcha) e de sua irmã Maria Cristina. Evitou a todos e não quis falar à imprensa entrando rapidamente na casa.

O INTELLECTUAL

Sérgio Buarque de Holanda, considerado por Carlos Guilherme Mota o maior estilista do País, nasceu em 11 de julho de 1902, na rua São Joaquim, no bairro da Liberdade em S. Paulo. Filho de pai pernambucano e mãe carioca, começou a escrever aos 17 anos e seu primeiro artigo, "Originalidade Literária", foi publicado no "Correio Paulistano".

Quando estudante de direito no Rio de Janeiro representou ali a revista modernista "Klaxon" que era editada em São Paulo, mas não participou da famosa "Semana de 21". Após o curso de direito foi morar na Alemanha por três anos como correspondente dos "Diários

O historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Associados". Foi professor da Universidade do Distrito Federal, chefe da seção de publicações do Instituto Nacional de Livro, diretor da divisão de consultas da Biblioteca Nacional, diretor do Museu Paulista, professor de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo desde 1956 cargo em que se aposentou, em 1969, em solidariedade aos seus colegas cassados. Foi duas vezes presidente da Associação Brasileira de Escritores (a então ABADE).

Impôs-se desde seu primeiro livro, o clássico "Raízes do Brasil", editado em 1936 e projetou-se também como um dos mais profundos críticos literários do País. Seus ensaios, publicados no "Diário de Notícias" e no "Jornal

Carlioca", foram transformados em livro e editados em 1944 sob o título de "Cobra de Vidro" (e reeditado recentemente pela Perspectiva).

É considerado um renovador dos nossos estudos históricos e literários. Sua obra inclui, além da organização da monumental série "História Geral da Civilização Brasileira" (editada pela Difel), os livros: "Mencões" (1945); "Caminhos e Fronteiras" (1957); o conhecido "Visão do Paraiso: Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil", sobre a ideologia e a mentalidade dos navegadores e descobridores do século 16; entre outros 15 volumes como o recente "Tentativas de Mitologia" que apareceu há dois anos e reúne pequenos ensaios dispersos em várias publicações.

Em 1960 foi eleito o "Intelectual do Ano" e ganhou o Juca Pato, troféu concedido pela União Brasileira de Escritores, com o patrocínio da "Folha", ao intelectual que mais se destaca durante o ano.

Considerado sempre um pensador à frente da Brasil, dizia, modestamente, ao receber o Juca Pato que "agora não tenho a menor importância. Sou apenas o pai do Chico (Chico Buarque, o cantor). É ele o cartaz da família, vencedor de concursos e mais conhecido do que todos os historiadores juntos."

Intelectual da estatura de um Gilberto Freyre e de um Caio Prado Jr., Sérgio Buarque também participou da vida política e junto com Manoel Bandeira e Guilherme Figueiredo, foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro pelo qual concorreu a uma vaga à Câmara de Vereadores de São Paulo, mas foi fragorosamente derrotado. A partir de então sua participação restringiu-se àquilo que sempre soube fazer maravilhosamente: suas escritas, seminários, aulas, conferências e livros.

Figura 102 – Necrológio

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 21, 25 abr. 1982.

Nota – Relato conciso e breve, de caráter informativo e raramente assinado, de um fato da atualidade já concluído, em desenvolvimento ou em vias de acontecer. Quando integra uma **coluna**, seu teor pode exceder o puramente factual, oscilando entre o caráter interpretativo e opinativo. Ver também **nota da redação**, **nota de falecimento**, **notícia**, **suelto**.

Menino novo

* Ricardo é o nome do filho de Helena e Paschoal Grasse, nascido na semana que passou.

■ A agência de publicidade FCB/Siboney está trabalhando na campanha de lançamento dos aviões Folker 100 no Brasil, que chegam em setembro para a TAM.

Figuras 103 e 104 – Notas

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1979, Ilustrada, p. 2; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1990, Caderno 2, p. 2.

Nota da redação – Meio pelo qual o jornal responde a cartas ou outras formas de manifestação de leitores e autoridades ou esclarece determinado aspecto de uma matéria. É sempre antecedida de título, às vezes indicado pela abreviatura “N. da R.”.

NOTA DA REDAÇÃO

O comunicado acima caracteriza perfeitamente a situação lamentável criada, desde junho do ano passado, em nossa política cafeeira. As entidades representativas dos dois maiores Estados produtores do Brasil julgam indispensável informar a opinião pública sobre a sua iniciativa de oferecer sugestões aos órgãos competentes, sugestões visando tornar exequível o esquema cafeeiro recém-aprovado. Isso significa a confirmação do fato repetidas vezes assinalado por esta folha de que os responsáveis pela nossa política cafeeira não aprenderam nada dos erros por eles cometidos em 1961/62, imprimindo novamente a comercialização interna e externa de nosso principal artigo de exportação normas inexecutáveis, nocivas aos interesses da lavoura e prejudiciais à obtenção de receitas cambiais.

Figura 105 – Nota da redação

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 14, 22 jun. 1962.

Nota de falecimento – Participação concisa e breve da morte de um indivíduo. Sua estrutura é composta do nome da pessoa falecida (geralmente em destaque), idade, filiação, estado civil, nomes de familiares próximos e local das cerimônias fúnebres.

Ver também **anúncio fúnebre**.

■ **Jacy Martins de Lima** — Aos 78 anos. Filho de Dorvalina Martins de Lima, era casado com Maria Zeneida Barbosa de Lima. Deixa a filha Sigrid. O enterro realizou-se no Cemitério do Morumbi.

Jacy Martins de Lima — Aos 78, casado com Maria Zeneida Barbosa de Lima. Deixa filha. Cemitério Morumbi.

Figuras 106 e 107 – Notas de falecimento

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1993, Cidades, p. 2; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 12, 26 abr. 1993.

Notícia – Relato de caráter informativo, assinado ou não, de acontecimento ou fato atual que se supõe de interesse coletivo. Caracteriza-se pela objetividade, traduzida em frases e parágrafos curtos e diretos, vocabulário de fácil compreensão e ausência de qualificativos ou juízos de valor. Sua estrutura básica é geralmente composta de título, crédito, abertura (redigida sob a forma de nariz de cera ou lide), desenvolvimento (explicação, contextualização e complementação do fato) e conclusão. Pode ser classificada em função do tempo e do modo como ocorre (prevista ou imprevista) e quanto à procedência (local, regional, nacional ou internacional), embora isso não altere a denominação da espécie documental.

Ver também **nota, noticiário, reportagem.**

Noticiário – Conjunto de **notas, notícias** e/ou **reportagens** de procedência diversa, relacionadas a um mesmo contexto originário, que nos arquivos podem ser encontradas soltas ou previamente reunidas em álbum, caderno, livro, pasta ou outros invólucros. Pode-se admitir o uso do termo como artifício para simplificar a descrição de conjuntos volumosos de documentos, desde que os itens tenham sido acumulados em razão de uma mesma atividade, área de interesse ou de um mesmo evento. Diz-se também *clipping*, embora seja preferível adotar o termo em português.

Ver também **álbum de recortes, coletânea, fortuna crítica, obituário.**

Obituário – Conjunto de **anúncios fúnebres** e **notas de falecimento**, publicado em seção específica do jornal.

Ver também **necrológio.**

MORTES

Hildebrando Cuschmir Uchitel — Aos 66, casado com Fanny Uchitel. Deixa filhos. Cem. Israelita Butantã.
Eugenia Gilcklich Rozenberg — Aos 86, casada com Nathan Jayme Rozenberg. Cemitério Israelita Butantã.
Jayme Bortman — Aos 68, casado com Esther de Abreu Bortman. Deixa filhos. Cemitério Israelita Butantã.
Edmundo Pandial — Aos 58, desquitado de Cecília Esteves Ramos. Deixa filhos. Cemitério Araçá.
José Alberto Cabanal — Aos 52, solteiro. Cemitério São Paulo.

ANÚNCIOS FÚNEBRES

Para anunciar ligue

(011) 222-4000

De 2ª a 6ª das 8h às 2h;
sábados e domingos: das 8h às 18h

Hana Nordheimer — Aos 90, viúva de Johanna Nordheimer. Cem. do Morumbi.
Maria de Lourdes Sampalo Nastari — Aos 69, casada com Fernando Nastari. Deixa filho. Cem. Consolação.
Maria de Lourdes Moreira Laub — Aos 83, casada com Joachim Laub. Deixa filhos.
Antonio Carlos de Oliveira Damasceno — Aos 51, casado com Aracelis Rosa Fosato Damasceno. Deixa filhos. Crematório de São Paulo.
Cleide de Freitas Alves Ferreira — Aos 79, viúva de Darcio Moreira Alves Ferreira. Deixa filhos. Crematório de São Paulo.
Carlos Orosimbo Vellozo Domingues — Aos 66, divorciado. Deixa filhos. Cemitério Araçá.
Maria de Lourdes Rabello — Aos 79, viúva de Heitor Ivo Silverio. Deixa filhos. Cemitério Cantareira.
João Teixeira Carvalho Filho — Aos

53, casado com Selma de Carvalho. Deixa filho. Cemitério Araçá.
Martha Conter Moraes — Aos 81, casada com Odilon Moraes. Deixa filhos. Cemitério Santo Amaro.
Cléria Ferreira Martins — Aos 80, solteira. Transladado para Jd.
Jayme de Mello — Aos 78, casado com Dorcas Prado de Mello. Deixa filhos. Transladado para Batatas.
João Teixeira de Carvalho Filho Aos 53, casado com Selma Mariano. Deixa filho. Cemitério do Araçá.
Hozael José Pagano Botana - Aos 69, casado com Therezinha Ferri Pagano Botana. Deixa filhos. Cemitério da Boa Esperança - Brasília-DF.
Sandra Aparecida Raul - Aos 29, solteira. Cemitério da Saudade.

7º DIA

Margarida Martins da Silva Cléria — Sábado 22/07/95 às 11h na Igreja Nossa Senhora da Esperança. Rua João Castaldi, 572 - antiga Av. dos Eucaliptos.

Figura 108 – Obituário

Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 jul. 1995, São Paulo, p. 3.

Palavras cruzadas – Jogo cuja solução consiste em dispor, nas linhas numeradas de um diagrama, palavras deduzidas por meio de pistas. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como **passatempo**. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Palavras Cruzadas

PROBLEMA N. 85

HORIZONTAIS — 1 - Capital de um dos países mais antigos do Mundo. 2 - O mesmo que abel (lat.). 3 - Puck (lat.). 4 - Do mocho. 5 - O maior dos desertos. 6 - Período de 365 dias, sem a uti. - art. det. 7 - Figura geométrica formada por um triângulo-retângulo (pl.). 8 - Pequena extensão de terra que vive uma península no continente.

VERTICAIS — 1 - Capital do depart. de Calvados, França. 2 - Figura de uma perna só, do nosso folclore. 3 - Habitantes do Continente Negro. 4 - Canibal. 5 - Possessão portuguesa na Índia. 6 - Símbolo do corpo simples. 7 - Nino. 8 - Bala. 9 - De rétro (lat.). 10 - O mesmo que cavalho (lat.).

HORIZONTAIS

1- Borda de heavy metal cuja trajetória está em livro recém-lançado 2- ...Quadro, política brasileira 3- Forma arcaica do artigo "a" 3- Usado para cozinhar 4- Sigmund... autor de "A interpretação dos sonhos" 4- Su-... doente (abrev.) 5- Porto... paço da 11ª misa rezada no Brasil 6- Sufixo de "rises" 7- Galgus 8- Sábao de "baga"

6- O suporte do Pele (voc. ingl.) 7- Mercat... apresentador de "Vitrine" 7- Certo cerviço 8- O controle de "ul" 8- ...Sergio Corti, autor de "Histórias de Planalto - A imprensa e Fernando Collor" 9- O maior dos continentes 9- Quilme 10- Franz... compositor húngaro 10- Sobrevivente, suceder

VERTICAIS

1- Colunista da Folha que acabou de lançar um livro 2- Alpo 3- Arcabim (abrev.) 3- Brônzes 4- Planta espinhosa, considerada praga na lavoura 4- ...12, pontífice cujo início da jurisdição coincide com a Segunda Guerra Mundial 5- Hecy... autor de "A Mulher que Escreveu a Bíblia" 6- Vozes de "Jato" 7- Dia-se do cinema de Ingmar Bergman 8- ...da Selva, filme de Spike Lee 9- "O", em francês 7- Miguel... escritor português cuja obra "O Senhor Ventura" foi recentemente lançada no Brasil 10- Az, em inglês 10- Európio (abrev.) 10- Pipereel 10- Revolução uma área da cidade 10- ...Hawley, romancista britânica que escreveu "Admirável Mundo Novo" 10- Almoeste- re (abrev.)

Figuras 109 e 110 – Palavras cruzadas

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 8, 12 jul. 1950; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1999, Ilustrada, p. 6.

Passatempo – Jogo ou desafio destinado a entreter. Assume formas variadas, sendo as mais comuns a **charada**, as **palavras cruzadas** e, mais recentemente, o **sudoku**. Em suplementos infantis pode-se encontrar também caça-palavras, jogo dos erros, ligue-pontos, entre outros. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Moenda

*A rosa primitiva da moenda
está moendo
e um milho novo desabrocha pascoas.
Nos dedos ressurretos dos moleiros
recortam-se:
farinha, flor e pão.*

*Sofrida pelo arado a terra inova-se e
reponha seivas na periferia.
Tenras hastes imersas
vindo
mudam os alqueires em verde
vertical.*

*Há as espigas,
há as cabeleiras loucas
de leques decepados nas manhãs de colheita;
há umidos terreiros de sabugos vermelhos*

*onde a rosa,
a primitiva rosa da moenda gira
e se alucina.
em mesa branca e mel e flor e pão*

ZILA MAMEDE

Figura 113 – Poema
“Moenda”, de Zila Mamede

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 mar. 1960, Suplemento Literário, p. 3.

Previsão do tempo – Prognóstico da temperatura e das condições climáticas em determinada localidade, diagramado em forma de texto corrido, tabela ou gráfico. Pode conter também indicações a respeito das fases da lua, da ocorrência de chuvas e o volume esperado, da movimentação das marés, do comportamento das massas de ar, horários do nascer e do pôr do sol etc. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter utilitário publicado em jornal.

O TEMPO									
Boletim do dia 2 de Julho de 1930. Ephemerides astronômicas do dia 2: Nascer do sol 5h. 58m.; nascer da lua 17h. 23m.; ocaso do sol 17h. 32m.; ocaso da lua 5h. 51m.									
OBSERVA- TÓRIOS	Temperatura				A. e B. horas — tempo legal				Tempo legal
	Temperatura máxima	Temperatura mínima	Temperatura média	Temperatura do ar	Chuva em 24 horas	Chuva em 1 hora	Estado do céu	Velocidade do vento	
Estado (Obs.)	13.8	11.2	12.5	12.3	1.8	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Agulhas...	13.0	9.0	11.0	10.5	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Araruama...	13.0	11.0	12.0	11.5	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Brasília...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Campanha...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Caracas...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Curitiba...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Florianópolis...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Fortaleza...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Goiania...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Ilheus...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
João Pessoa...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Manaus...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Mar del Plata...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Montevideo...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Porto Alegre...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Recife...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Rio de Janeiro...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Rio Grande...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Salvador...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
São Paulo...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Santos...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7
Uruguayana...	13.2	12.0	12.6	12.1	0.0	0.0	Enc.	Chuva	10.7

PREVISÃO DO TEMPO	
NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Grande São Paulo	Nublado, passando a parcialmente nublado, com névoa úmida e chuviscos ocasionais pela manhã. Temperatura estável. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Santos	Nublado, passando a parcialmente nublado. Névoa úmida e chuviscos ocasionais pela manhã. Temperatura estável. Visibilidade prejudicada nas interligações com o planalto. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Vale do Paraíba	Nublado, sujeito a chuviscos ocasionais. Temperatura em ligeira declínio. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Litoral Norte	Nublado, sujeito a chuviscos ocasionais. Temperatura em ligeiro declínio. Visibilidade prejudicada nas interligações com o planalto. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Litoral Sul	Nublado, passando a parcialmente nublado. Névoa úmida e chuviscos ocasionais pela manhã. Temperatura estável. Visibilidade prejudicada nas interligações com o planalto. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Região Oeste	Bom e parcialmente nublado. Névoa úmida pela manhã. Temperatura estável. Amanhã: bom e pouco nublado.
Região Central	Bom e parcialmente nublado. Névoa úmida pela manhã. Temperatura estável. Amanhã: bom e pouco nublado.
Região Norte	Nublado, sujeito a chuviscos ocasionais. Temperatura em ligeiro declínio. Amanhã: bom e parcialmente nublado.
Vale do Ribeira	Nublado, passando a parcialmente nublado, com névoa úmida e chuviscos ocasionais pela manhã. Temperatura estável. Amanhã: bom e parcialmente nublado.

Figuras 114, 115 e 116 – Previsões do tempo
 Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 13, 9 jul. 1930; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 10, 16 jul. 1980; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p. 23, 18 jul. 1990.

Proclamas – Edital de casamento publicado pelo oficial do registro civil, mediante compra de espaço na edição do jornal, em que constam o

nome completo, estado civil, naturalidade, data de nascimento, endereço residencial e filiação dos pretendentes.

PROCLAMAS DE CASAMENTO
Registro Civil do 3º Subdistrito Rua Paraíba, nº 513 - Campos Elíseos - Fone 625-3832 (nascimentos, casamentos, óbitos, reconhecimento de firmas, autenticações, registro de livros comerciais) Horário das 09:00 às 17:00 horas - 2ª à 6ª feira - Sábado das 09:00 às 12:00 horas Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Artº. 180 do Código Civil brasileiro:
ANDERSON MARINHO SOUZA DA SILVA e SILVIA HELENA DE OLIVEIRA , sendo o pretendente: solteiro, de nacionalidade brasileira, vigilante, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São José dos Campos - SP, filho de Vicente da Silva e de Juvelina de Souza Silva, e a pretendente: solteira, de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Pontal - SP, residente e domiciliada em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filha de Carmo de Paula Oliveira e de Edna Dias da Silva Oliveira
EDIMAR ALBERTO FELIX e CRISTINA MOROTI , sendo o pretendente: solteiro, de nacionalidade brasileira, investigador de polícia, natural de Ribeirão Preto, 1º Subdistrito - SP, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filho de Aparecida Felix e a pretendente: solteira, de nacionalidade brasileira, escritora policial, natural de Ribeirão Preto, 1º Subdistrito - SP, residente e domiciliada em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filha de Euripedes Moroti e de Charlei Furlado Moroti
FLAVIO DA SILVA e ELIANA CRISTINA DA SILVA , sendo o pretendente: divorciado, de nacionalidade brasileira, motorista, natural de Londrina, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filho de Arquimedes Flavio da Silva e de Natália Alves, e a pretendente: divorciada, de nacionalidade brasileira, do lar, natural de Ribeirão Preto, 1º Subdistrito - SP, residente e domiciliada em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filha de Valderio André da Silva e de Iraci Alves da Silva
EIDERMAGNO GRACIANO DA SILVA e LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS , sendo o pretendente: solteiro, de nacionalidade brasileira, comerciante, natural de Iturama - MG, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filho de Guarnecino Graciano da Silva e de Maria Elza de Jesus, e a pretendente: solteira, de nacionalidade brasileira, estudante, natural de Ribeirão Preto, 1º Subdistrito - SP, residente e domiciliada em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filha de Jese Pereira dos Santos e de Angela Aparecida Brulino dos Santos
FERNANDO CESAR DAL PICCOLO e CLAUDIA DANIELA PINHEIRO , sendo o pretendente: solteiro, de nacionalidade brasileira, vendedor natural de Ribeirão Preto, 1º Subdistrito - SP, residente e domiciliado em Ribeirão Preto, 3º Subdistrito - SP, filho de Mariana Celia Dal Piccolo, e a pretendente: solteira, de nacionalidade brasileira, pedagoga, natural de Ribeirão Preto - SP, residente e domiciliada em Soruna - SP, filha de Antonio Prudencio Pinheiro e de Josefa Anabela Pinheiro
Co a quem ocorrer de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei Lava a presente que afixo no lugar de costume e publico pelo jornal Folha de S. Paulo, caderno folha ribeirão Ribeirão Preto 30 de setembro de 1998 O Oficial Bel Antonio Ernesto Rodini Luz

Figura 117 – Proclamas de casamento

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 out. 1998, ClassiFolha Ribeirão, p. 4

Programa – Relação das atrações exibidas pelas emissoras de rádio e televisão, pelos cinemas, teatros, museus etc. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter utilitário publicado em jornal. Diz-se também grade de programação, programação.

Rádio

Eldorado

FM 92.9 MHz

20,00 — CONCERTO NOTURNO — 1) Verdi (Bailado da ópera Otello, com a Filarmônica de Berlim, regida pelo maestro Von Karajan). 2) Mendelssohn (Concerto para violino, em mi menor, com Arthur Grumiaux, com a The New Philharmonia Orchestra, regida por Jan Krenz). 3) Rimsky-Korsakof (Trechos do balé Cherezaide, com a Orquestra de Filadélfia, regida por Ormandy). 4) Chopin (Fantasia Improviso em dó sustenido menor, com Tomas Vasary ao piano).

21,00 — FM INÉDITOS — Hoje, um programa especiais somente com chorinhos, focalizando vários compositores e instrumentistas

Cultura

AM 1200 MHz

7,30 — SUCESSOS DE GURO

8,15 — CONCERTO MATINAL CULTURA — 1) Haydn (Sinfonia nº 22, com a Orquestra Sinfônica de

Vienna, sob a regência do maestro Somogyi). 2) Liszt (Rapsódia Húngara nº 4, com a Philharmonia Hungarica, regida por Boskowsky). 3) Stravinsky (O Pássaro de Fogo, com a Philharmonic Symphony Orch de Nova York, regida por Leonard Bernstein).

10,00 — MUSICA POPULAR VARIADA

11,00 — MUSICA POPULAR BRASILEIRA

12,00 — RETRATO DE UM ARTISTA — Hoje: Chico Buarque.

13,00 — CONCERTO CULTURA — 1) Mozart (Concerto nº 4, com Seifert e a Orquestra Filarmônica de Berlim, regida por Von Karajan). 2) Vivaldi (Concerto com 1 Solista di Zagreb). 3) Mozart (Concerto K. 216, com Varga e a Orquestra de Camara Tibor Varga). 4) Antonio Lauro (Três peças Boyd).

14,30 — MESA-REDONDA — "Você, amanhã

15,00 — INTERIORANA — Hoje: cidade Iacangã

16,30 — LANÇAMENTOS INTERNACIONAIS

17,00 — MUSICA POPULAR BRASILEIRA ESPECIAL — Hoje: Francis Hime

17,30 - SOM POP

23,00 - ÚLTIMO CONCERTO 1) Beethoven (Trio nº 2, com Daniel Barenboim Zukerman e du Pre 2) Berg (Quarteto op. 3, com o Quarteto Kohon).

24,00 - MUSICA DE ZERO ÀS DUAS

Programação GLOBO 5 06:30 — Telecurso 2ª Grau 07:00 — Bom Dia Brasil 07:30 — Bom Dia São Paulo 08:00 — Mais do Xuxa 08:30 — 3ª TV 2ª Edição 09:00 — O Dia da Manhã 09:30 — Hoje 10:00 — Vale a Pena Ver de Novo 10:30 — Jornal da Manhã 11:00 — Jornal da Manhã 11:30 — Jornal da Manhã 12:00 — Jornal da Manhã 12:30 — Jornal da Manhã 13:00 — Jornal da Manhã 13:30 — Jornal da Manhã 14:00 — Jornal da Manhã 14:30 — Jornal da Manhã 15:00 — Jornal da Manhã 15:30 — Jornal da Manhã 16:00 — Jornal da Manhã 16:30 — Jornal da Manhã 17:00 — Jornal da Manhã 17:30 — Jornal da Manhã 18:00 — Jornal da Manhã 18:30 — Jornal da Manhã 19:00 — Jornal da Manhã 19:30 — Jornal da Manhã 20:00 — Jornal da Manhã 20:30 — Jornal da Manhã 21:00 — Jornal da Manhã 21:30 — Jornal da Manhã 22:00 — Jornal da Manhã 22:30 — Jornal da Manhã 23:00 — Jornal da Manhã 23:30 — Jornal da Manhã	GLOBO 5 06:30 — Telecurso 2ª Grau 07:00 — Bom Dia Brasil 07:30 — Bom Dia São Paulo 08:00 — Mais do Xuxa 08:30 — 3ª TV 2ª Edição 09:00 — O Dia da Manhã 09:30 — Hoje 10:00 — Vale a Pena Ver de Novo 10:30 — Jornal da Manhã 11:00 — Jornal da Manhã 11:30 — Jornal da Manhã 12:00 — Jornal da Manhã 12:30 — Jornal da Manhã 13:00 — Jornal da Manhã 13:30 — Jornal da Manhã 14:00 — Jornal da Manhã 14:30 — Jornal da Manhã 15:00 — Jornal da Manhã 15:30 — Jornal da Manhã 16:00 — Jornal da Manhã 16:30 — Jornal da Manhã 17:00 — Jornal da Manhã 17:30 — Jornal da Manhã 18:00 — Jornal da Manhã 18:30 — Jornal da Manhã 19:00 — Jornal da Manhã 19:30 — Jornal da Manhã 20:00 — Jornal da Manhã 20:30 — Jornal da Manhã 21:00 — Jornal da Manhã 21:30 — Jornal da Manhã 22:00 — Jornal da Manhã 22:30 — Jornal da Manhã 23:00 — Jornal da Manhã 23:30 — Jornal da Manhã	GLOBO 5 06:30 — Telecurso 2ª Grau 07:00 — Bom Dia Brasil 07:30 — Bom Dia São Paulo 08:00 — Mais do Xuxa 08:30 — 3ª TV 2ª Edição 09:00 — O Dia da Manhã 09:30 — Hoje 10:00 — Vale a Pena Ver de Novo 10:30 — Jornal da Manhã 11:00 — Jornal da Manhã 11:30 — Jornal da Manhã 12:00 — Jornal da Manhã 12:30 — Jornal da Manhã 13:00 — Jornal da Manhã 13:30 — Jornal da Manhã 14:00 — Jornal da Manhã 14:30 — Jornal da Manhã 15:00 — Jornal da Manhã 15:30 — Jornal da Manhã 16:00 — Jornal da Manhã 16:30 — Jornal da Manhã 17:00 — Jornal da Manhã 17:30 — Jornal da Manhã 18:00 — Jornal da Manhã 18:30 — Jornal da Manhã 19:00 — Jornal da Manhã 19:30 — Jornal da Manhã 20:00 — Jornal da Manhã 20:30 — Jornal da Manhã 21:00 — Jornal da Manhã 21:30 — Jornal da Manhã 22:00 — Jornal da Manhã 22:30 — Jornal da Manhã 23:00 — Jornal da Manhã 23:30 — Jornal da Manhã
CULTURA 2 06:30 — Camarões 07:00 — Camarões 07:30 — Camarões 08:00 — Camarões 08:30 — Camarões 09:00 — Camarões 09:30 — Camarões 10:00 — Camarões 10:30 — Camarões 11:00 — Camarões 11:30 — Camarões 12:00 — Camarões 12:30 — Camarões 13:00 — Camarões 13:30 — Camarões 14:00 — Camarões 14:30 — Camarões 15:00 — Camarões 15:30 — Camarões 16:00 — Camarões 16:30 — Camarões 17:00 — Camarões 17:30 — Camarões 18:00 — Camarões 18:30 — Camarões 19:00 — Camarões 19:30 — Camarões 20:00 — Camarões 20:30 — Camarões 21:00 — Camarões 21:30 — Camarões 22:00 — Camarões 22:30 — Camarões 23:00 — Camarões 23:30 — Camarões	CULTURA 2 06:30 — Camarões 07:00 — Camarões 07:30 — Camarões 08:00 — Camarões 08:30 — Camarões 09:00 — Camarões 09:30 — Camarões 10:00 — Camarões 10:30 — Camarões 11:00 — Camarões 11:30 — Camarões 12:00 — Camarões 12:30 — Camarões 13:00 — Camarões 13:30 — Camarões 14:00 — Camarões 14:30 — Camarões 15:00 — Camarões 15:30 — Camarões 16:00 — Camarões 16:30 — Camarões 17:00 — Camarões 17:30 — Camarões 18:00 — Camarões 18:30 — Camarões 19:00 — Camarões 19:30 — Camarões 20:00 — Camarões 20:30 — Camarões 21:00 — Camarões 21:30 — Camarões 22:00 — Camarões 22:30 — Camarões 23:00 — Camarões 23:30 — Camarões	CULTURA 2 06:30 — Camarões 07:00 — Camarões 07:30 — Camarões 08:00 — Camarões 08:30 — Camarões 09:00 — Camarões 09:30 — Camarões 10:00 — Camarões 10:30 — Camarões 11:00 — Camarões 11:30 — Camarões 12:00 — Camarões 12:30 — Camarões 13:00 — Camarões 13:30 — Camarões 14:00 — Camarões 14:30 — Camarões 15:00 — Camarões 15:30 — Camarões 16:00 — Camarões 16:30 — Camarões 17:00 — Camarões 17:30 — Camarões 18:00 — Camarões 18:30 — Camarões 19:00 — Camarões 19:30 — Camarões 20:00 — Camarões 20:30 — Camarões 21:00 — Camarões 21:30 — Camarões 22:00 — Camarões 22:30 — Camarões 23:00 — Camarões 23:30 — Camarões
SBT 4 06:30 — Qualificação Profissional 07:00 — Qualificação Profissional 07:30 — Qualificação Profissional 08:00 — Qualificação Profissional 08:30 — Qualificação Profissional 09:00 — Qualificação Profissional 09:30 — Qualificação Profissional 10:00 — Qualificação Profissional 10:30 — Qualificação Profissional 11:00 — Qualificação Profissional 11:30 — Qualificação Profissional 12:00 — Qualificação Profissional 12:30 — Qualificação Profissional 13:00 — Qualificação Profissional 13:30 — Qualificação Profissional 14:00 — Qualificação Profissional 14:30 — Qualificação Profissional 15:00 — Qualificação Profissional 15:30 — Qualificação Profissional 16:00 — Qualificação Profissional 16:30 — Qualificação Profissional 17:00 — Qualificação Profissional 17:30 — Qualificação Profissional 18:00 — Qualificação Profissional 18:30 — Qualificação Profissional 19:00 — Qualificação Profissional 19:30 — Qualificação Profissional 20:00 — Qualificação Profissional 20:30 — Qualificação Profissional 21:00 — Qualificação Profissional 21:30 — Qualificação Profissional 22:00 — Qualificação Profissional 22:30 — Qualificação Profissional 23:00 — Qualificação Profissional 23:30 — Qualificação Profissional	SBT 4 06:30 — Qualificação Profissional 07:00 — Qualificação Profissional 07:30 — Qualificação Profissional 08:00 — Qualificação Profissional 08:30 — Qualificação Profissional 09:00 — Qualificação Profissional 09:30 — Qualificação Profissional 10:00 — Qualificação Profissional 10:30 — Qualificação Profissional 11:00 — Qualificação Profissional 11:30 — Qualificação Profissional 12:00 — Qualificação Profissional 12:30 — Qualificação Profissional 13:00 — Qualificação Profissional 13:30 — Qualificação Profissional 14:00 — Qualificação Profissional 14:30 — Qualificação Profissional 15:00 — Qualificação Profissional 15:30 — Qualificação Profissional 16:00 — Qualificação Profissional 16:30 — Qualificação Profissional 17:00 — Qualificação Profissional 17:30 — Qualificação Profissional 18:00 — Qualificação Profissional 18:30 — Qualificação Profissional 19:00 — Qualificação Profissional 19:30 — Qualificação Profissional 20:00 — Qualificação Profissional 20:30 — Qualificação Profissional 21:00 — Qualificação Profissional 21:30 — Qualificação Profissional 22:00 — Qualificação Profissional 22:30 — Qualificação Profissional 23:00 — Qualificação Profissional 23:30 — Qualificação Profissional	SBT 4 06:30 — Qualificação Profissional 07:00 — Qualificação Profissional 07:30 — Qualificação Profissional 08:00 — Qualificação Profissional 08:30 — Qualificação Profissional 09:00 — Qualificação Profissional 09:30 — Qualificação Profissional 10:00 — Qualificação Profissional 10:30 — Qualificação Profissional 11:00 — Qualificação Profissional 11:30 — Qualificação Profissional 12:00 — Qualificação Profissional 12:30 — Qualificação Profissional 13:00 — Qualificação Profissional 13:30 — Qualificação Profissional 14:00 — Qualificação Profissional 14:30 — Qualificação Profissional 15:00 — Qualificação Profissional 15:30 — Qualificação Profissional 16:00 — Qualificação Profissional 16:30 — Qualificação Profissional 17:00 — Qualificação Profissional 17:30 — Qualificação Profissional 18:00 — Qualificação Profissional 18:30 — Qualificação Profissional 19:00 — Qualificação Profissional 19:30 — Qualificação Profissional 20:00 — Qualificação Profissional 20:30 — Qualificação Profissional 21:00 — Qualificação Profissional 21:30 — Qualificação Profissional 22:00 — Qualificação Profissional 22:30 — Qualificação Profissional 23:00 — Qualificação Profissional 23:30 — Qualificação Profissional
MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2	MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2	MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2
MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2	MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2	MANCHETE 2 06:30 — Manchete 2 07:00 — Manchete 2 07:30 — Manchete 2 08:00 — Manchete 2 08:30 — Manchete 2 09:00 — Manchete 2 09:30 — Manchete 2 10:00 — Manchete 2 10:30 — Manchete 2 11:00 — Manchete 2 11:30 — Manchete 2 12:00 — Manchete 2 12:30 — Manchete 2 13:00 — Manchete 2 13:30 — Manchete 2 14:00 — Manchete 2 14:30 — Manchete 2 15:00 — Manchete 2 15:30 — Manchete 2 16:00 — Manchete 2 16:30 — Manchete 2 17:00 — Manchete 2 17:30 — Manchete 2 18:00 — Manchete 2 18:30 — Manchete 2 19:00 — Manchete 2 19:30 — Manchete 2 20:00 — Manchete 2 20:30 — Manchete 2 21:00 — Manchete 2 21:30 — Manchete 2 22:00 — Manchete 2 22:30 — Manchete 2 23:00 — Manchete 2 23:30 — Manchete 2

GAZETA 11

08h00 — Brincando na Paulista (Realização)

09h00 — TV Mix I

11h00 — TV Mix II

13h25 — Programa Boa Vontade

13h30 — Destaques

14h15 — Forno, Fogão & Cia.

14h45 — Mulheres em Desfile

17h00 — Brincando na Paulista

18h00 — Realce

19h30 — Marco Polo

20h30 — Paulista 900

21h30 — TV Mix IV

22h30 — Vamos Sair da Crise - Hoje: João Amazonas

00h15 — TV Turfe

01h10 — Circuito Night And Day

01h40 — Programa Boa Vontade

Figuras 118, 119 e 120 — Programas

Fonte: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 16 jul. 1980, p. 17; 16 fev. 1989, Caderno 2, p. 6.

Programação — ver programa.

Receita – Relação de ingredientes ou de material seguida de instruções para a preparação de prato culinário ou confecção de objeto artesanal.

Sopa de mangas e pimentinhas-verdes

Ingredientes (para quatro pessoas): 4 xícaras de chá de vinho branco, bem seco. 4 xícaras de chá de purê de mangas batidas em liquidificador. 4 colheres de chá de pimentinhas-verdes (aquelas redondinhas, miúdas), muito bem escorridas. Pitadas de pó de curry. 4 fatias delgadíssimas de uma ameixa grande, bem vermelha. 4 folhas, bonitas, de manjerição.

Modo de fazer: ferve o vinho, até que se reduza à metade do volume inicial. Espero que se esfrie até a temperatura ambiente. No entretempo, cõo cuidadosamente o purê de mangas, a fim de eliminar todas as suas fibrosidades eventuais. Misturo o vinho às mangas. Incorporo as pimentinhas. Misturo bem. Guardo no refrigerador. No momento de servir, separo a sopa nos pratos respectivos. Enfeito cada porção com uma fatia de ameixa e uma folha de manjerição e polvilho um tico de curry.

ROSÁCEA

Material: linha torçal Suave Âncora — 7 meadas de 0314 (tangerina); 5 de 0106 (violeta); 4 de 0268 (verde musgo); 3 de 0188 (jade). Sesenta centímetros de tecido próprio para forração de móveis. Uma agulha Tapestry Corrente nº 18. A distribuição de cores e os pontos empregados são estes: observe no diagrama e borde com ponto atrás os números 1 (0106), 2 (0188) e 3 (0268). Com ponto cadeia borde os números 4 (0188) e 5 (0268). Com ponto cheio faça os números 6 (0188) e 7 (0314). Cubra com ponto de haste a parte marcada com o número 8, na cor 0106 e com ponto reto o nº 9, na cor 0106. Com ponto de nó duplo faça o nº 10, na cor 0315.

Execução: corte duas peças do tecido com quarenta e oito centímetros de diâmetro e marque o centro da peça. O desenho dá uma parte do risco, com o centro marcado pela cruz. As linhas quebradas marcam a posição de repetição. Trace no tecido, seguindo a foto. Siga o diagrama e a indicação dos pontos e linhas. Todas as partes indicadas de maneira igual às numeradas são trabalhadas na mesma cor e no mesmo ponto. Alterne as cores usadas em cada peize, conforme o diagrama. Passe o bordado pelo avesso, una as partes deixando uma abertura para colocar o enchimento. Depois guarneça.

Figuras 121 e 122 – Receitas

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jan. 1989, Casa e Companhia, p. G-4; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º jun. 1975, Suplemento feminino, p. 7.

Reportagem – Relato alentado, de caráter informativo e assinado, de acontecimento, fato ou fenômeno atual que se supõe de interesse coletivo. Destina-se, usualmente, à cobertura de fato de grande impacto e caracteriza-se pela pretensão de exaustividade, propondo uma sequência investigativa não apenas das origens, mas também das razões e dos efeitos do acontecimento ou fenômeno relatado. Sua estrutura é semelhante à da **notícia**, porém mais extensa, com abundância de material explicativo, contextual e complementar.

Ver também **biografia, noticiário, reportagem fotográfica.**

Reportagem fotográfica – Relato de caráter informativo, assinado ou não, de acontecimento ou fato atual que se supõe de interesse coletivo, em que predominam as imagens acompanhadas de legendas e/ou breves notas explicativas.

Ver também **foto-legenda, reportagem.**

Figura 123 – Reportagem fotográfica
Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1960, Vida Social, p. 6.

Resenha – ver **crítica.**

Roteiro – ver **guia.**

Sentença – Decisão, resolução ou julgamento fundamentado, dado por autoridade competente (juiz, tribunal, árbitro) a questão submetida à sua jurisdição. Os jornais, sobretudo até meados do século XX, publicavam resumos e transcrições de sentenças em seções destinadas à cobertura das atividades de fóruns e tribunais.

Sinopse – Resumo do enredo de espetáculo artístico, filme, programa de televisão ou obra literária, geralmente acompanhado da ficha técnica (título original, direção, produção, elenco, duração, local ou emissora e horário de exibição, autoria, quantidade de páginas, editora, preço). Quando comporta comentários de especialista a respeito da qualidade da obra apresentada, trata-se de **crítica**, a despeito da extensão reduzida. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter utilitário publicado em jornal.

■ **Insustentável Leveza do Ser** (The Unbearable Lightness Of Being) — Adaptação para o cinema do livro de Milan Kundera. Em Praga, o médico Thomas (Daniel Day Lewis), casado com Teresa (Juliette Binoche), relata sua vida conjugal tendo como pano de fundo a invasão soviética da Checoslováquia, conhecida como "A Primavera de Praga". dir.: Philip Kaufmann. Prod.: EUA/ 1989. Com Lenaolin. **Belas Artes** — Sala Aleijadinho (R. da Consolação, esq. da Av. Paulista). Hor.: 15h, 18h e 21h. Cens.: 16 anos. Aceita-se Ticket Cultural. **Cotação:** + + + +

■ **Antares** — Dentro do Projeto Maioridade de 68, a peça enfocava um grupo de pessoas que procurava uma forma alternativa de vida. Texto: Alcides Nogueira. Com Bri Fiocca, Norival Rizzo, Noemi Marinho. Sexta e sábado, às 21h; domingo às 20h. Cr\$ 400,00. **Arena-Eugênio Kusnet** (R. Teodoro Baima, 94 — Tel: 256-9463).

MANCHETE

Brida

Segunda: Brida conhece Beatriz. Afrânio encontra-se com sua amante e rompe com Socorro. Beatriz apresenta Brida a Paula e Elisa. Brida fica triste com os problemas da família.

Terça: Brida ganha um presente de Lorens. Priscila engana Inês e rouba o punhal. Vargas descobre que ela está com seu punhal e desmaia. Leonor encontra Vargas agonizando.

A CIBERNÉTICA E A ORIGEM DA INFORMAÇÃO

A Cibernética e a origem da informação — Raymond Ruyer, professor da Universidade de Nancy, preocupado especialmente com a duali-

dade aparente ou real da consciência e do corpo, trata, nesta obra, das relações entre homem e máquina. Relações ao nível da consciência ante os esquemas cibernéticos, com os inevitáveis desvios e deformações dos "modelos mecânicos da consciência" causando apreensões quanto à carga tecnológica que a humanidade deve suportar. Os principais tipos de máquinas de informação, a comunicação, o antes-depois e a cibernética, são alguns dos capítulos da obra de Raymond Ruyer. A tradução foi feita por Maria Helena Kuhner. 241 páginas. Cr\$ 25,00.

Figuras 124, 125, 126 e 127 – Sinopses

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1990, Caderno 2, p. 9 e p. 10; *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 ago. 1998, TV Folha, p. 18; *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 2 abr. 1972, Suplemento literário, p. 4.

Suelto – Composição de caráter interpretativo ou opinativo, não assinada, em que se comenta ou julga um fato relatado no corpo do próprio texto ou em **nota** que o antecede. Como artifício de simplificação da descrição documental, pode-se admitir sua denominação como nota. Diz-se também dropes, tópico, vária.

Risco

O Itamaraty espera a presença de delegados de 160 países na conferência mundial do meio ambiente que a ONU promove no Brasil em 1992. O risco é o país levar um pito internacional dentro de sua própria casa.

Prazo curto

A chamada "solução doméstica" vai prevalecer na maioria dos casos de substituição no secretariado de Quêrcia. Ocupar o cargo por apenas um ano não anima algumas estrelas convidadas.

Figuras 128 e 129 – Sultos

Fonte: *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 4, 30 dez. 1989.

Texto-legenda – ver **foto-legenda**.

Tira – Narrativa composta por desenhos, conjugados ou não a textos concisos apresentados sob a forma de legendas ou balões, distribuídos em quadros posicionados lado a lado em uma única faixa horizontal. Enquadra-se no escopo do conteúdo de caráter diversional publicado em jornal.

Ver também **caricatura**, **cartum**, **charge**.

Figura 130 – Tira

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1990, Caderno 2, p. 6.

Tópico – ver **suelto**.

Vária – ver **suelto**.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Atas, cartas, certidões, contratos, diplomas, recibos, telegramas e tantas outras espécies documentais dotadas de nome próprio e identidade podem ser encontradas nos arquivos. E também os chamados recortes de jornal, com todas as características que os fazem ser considerados material menos nobre e até mesmo rejeitado. A constatação óbvia, decorrente da experiência profissional e da observação da realidade, deu origem a uma tese que ambicionou contribuir, em alguma medida, para a solução de um dos problemas mais sensíveis no que tange à descrição documental: dar nome aos documentos.

Num exercício de articulação de aportes de diferentes áreas do conhecimento, pudemos demonstrar a viabilidade dos fundamentos e do método da diplomática para o estudo de documentos que escapam ao universo dos fatos juridicamente relevantes ou das rotinas administrativas e que se encontram à margem de seu campo de aplicação tradicionalmente constituído. Definimos os caracteres internos e externos dos textos jornalísticos e verificamos como eles se distribuem numa partição característica, concorrendo para dotar de traços distintivos as matérias jornalísticas.

Nosso esforço resultou em um glossário ilustrado de espécies documentais composto de 88 verbetes (64 dos quais definidos como termos preferenciais e os demais incluídos a título de remissivas), evidenciando a multiplicidade do conteúdo publicado em jornal ao exceder o leque de formas textuais tipicamente associadas às principais funções da imprensa (informar, opinar e interpretar os acontecimentos da atualidade). Com isso, procuramos mostrar que é possível, sim, nomear os documentos genericamente designados pela vaga e imprecisa expressão “recortes de jornal”, reconhecendo, ainda, os casos em que a descrição de tipo serial ou coletiva justifica sua pertinência diante de circunstâncias específicas, desde que por meio de termos adequados à natureza dos documentos.

Uma máxima muito repetida pelos profissionais de arquivo é aquela que diz que “cada arquivo é único”. De fato, cada conjunto documental é constituído segundo uma lógica própria, derivada dos usos e dos costumes de seus titulares, que se traduz na forma como os documentos são acumulados, utilizados e conservados ao longo do tempo.

A reunião de recortes em volumes encadernados nem sempre confere ao conjunto um sentido especial, tampouco autoriza, de antemão, a descrição coletiva. Cumpre reconhecer que a opção pelos álbuns ou cadernos se deve, em muitos casos, à praticidade na guarda e no manuseio dos documentos, caso em que a descrição unitária se faz imperiosa em benefício da adequada designação de espécies muito diferentes entre si no que tange às suas estruturas formais e aos seus contextos originários. Contudo, nada impede que também seja possível reconhecer, nos itens do

volume, uma afinidade contextual que o torna unidade de descrição indivisível.

Outra situação muito comum nos arquivos é encontrar não os recortes, mas edições inteiras dos jornais. Cabe inferir se há nisso alguma razão específica ou se trata-se apenas de casualidade, e a chave para esta compreensão reside no estudo das atividades, eventos e áreas de interesse do titular, e na observação atenta de anotações, grifos e outras marcas indicativas de práticas de leitura. O que, por um lado, pode dificultar o reconhecimento do material a ser descrito também pode, por outro, facilitar a identificação de certas espécies que são melhor compreendidas quando observadas a partir da posição que originalmente ocupam e da relação que estabelecem com o conteúdo que as circunda no interior das páginas do jornal.

Estes exemplos mostram que a tarefa de fixar as espécies capazes de designar os recortes de jornal pode ser mais complexa do que se imagina, mesmo quando se conta com um repertório de opções definidas em glossário. Mas ainda há outro aspecto que, embora tenha escapado às preocupações deste trabalho, é digno de nota.

O jornalismo, assim como, a bem da verdade, todas as esferas da atividade humana, não está imune às inovações da tecnologia. Atualmente, os jornais vêm investindo em novas formas de composição e difusão de seu conteúdo, o que tem resultado em transformações que incidem sobre a estrutura das matérias. Será, este movimento, capaz de revelar novas

espécies documentais? Ou dará outra roupagem às velhas e já conhecidas, conferindo-lhes aspecto apenas supostamente inovador?

Fato é que, provavelmente antes do que se supõe, já não encontraremos os produtos da imprensa diária acumulados sob a forma de recortes, mas salvos como atalhos em navegadores de internet, compartilhados em perfis nas chamadas redes sociais e em aplicativos de comunicação instantânea ou mesmo copiados em discos rígidos ou outros dispositivos de armazenamento. Frente ao desafio de compreender as novas feições e extensões dos arquivos, e dar conta das questões relativas à preservação em longo prazo e à garantia de acesso aos documentos, o compromisso de reconhecer adequadamente as espécies e os tipos documentais permanece o mesmo.

O que vale ressaltar é que ao profissional de arquivo compete – e competirá sempre – dar nome aos documentos e enquadrá-los em seu meio genético, perseguindo a trilha que os liga aos seus contextos de acumulação. Neste sentido, os estudos de tipologia documental renovam constantemente o seu interesse e a sua atualidade.

REFERÊNCIAS

Bibliografia geral

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos privados: abordagens plurais*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2016.
- ALMEIDA, Paulo Nunes. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 2003.
- AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. (Biblioteca Tempo Universitário, 20)
- AMARAL, Maria Adelaide. *Aos meus amigos*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Interatividade na correspondência publicada em jornais paulistas. *Forma y Función*, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 73-95, jul.- dec. 2010.
- ÂNGELO, Ivan. *A festa*. São Paulo: Vertente, 1976.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, 51)
- ARQUIVO Público da Cidade de Belo Horizonte. *Inventário do arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna (1876-1952)*. Belo Horizonte: APCBH, 2000.
- ARQUIVO Público Municipal de Campos dos Goytacazes. *Fundo Arquivo Cardoso de Melo: inventário analítico*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2005.
- ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 16-33, jul./dez. 2010.
- ASSMANN, Aleida. Arquivo. In: *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 367-371.
- BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. *História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo (volume 2)*. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRAZA LESCANO, Sergio. Historia de los archivos. In: INSTITUTO Panamericano de Geografia e Historia. *Nuestra palabra*: textos archivísticos panamericanos. Lima, 1996, p. 11-47.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d’ouverture du cours de diplomatique à l’École des Chartes (20 octobre 1961). *Bibliothèque de l’École des Chartes*, Paris, tome 119, p. 194-225, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BAZERMAN, Charles. The orders of documents, the orders of activity, and the orders of information. *Archival Science*, Dordrecht, v. 12, p. 377-388, 2012.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014a, p. 329-344.

_____. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014b, p. 347-363.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

_____. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a. (Scripta, 1)

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002b. (Como fazer, 8)

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. *A imprensa informativa*. São Paulo: Folco Masucci, 1969. (Mass-media, 1)

_____. *Técnica de jornal*. Recife: Instituto de Ciências da Informação, 1964.

BERGER, Christa (org.). *Jornalismo no cinema: filmografia e comentários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas*. Trad. Cícero Sandroni e Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRESSLAU, Harry. *Manuale di diplomatica per la Germania e l'Italia*. Trad. Anna Maria Voci-Roth. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1998. (Pubblicazioni degli Archivi di Stato, Sussidi, 10). Disponível em: <http://www.archivi.beniculturali.it/dga/uploads/documents/Sussidi/Sussidi_10_1_a.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.

BROADLEY, Alexander Meyrick. *Chats on autographs*. London: T. F. Unwin, 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/chatsonautograph00broaiala>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de bibliotecología: términos relativos a la bibliotecología, bibliografía, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines*. 2. ed. aumentada. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. Abertura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 7-37.

CALLEJA, Mireya. ¿Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. VII Congreso de Archivología del Mercosur. Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007, 17 p. (original cedido pela autora)

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

_____. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1, 2010. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 157-165.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, julho – dezembro 2009.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

_____; BELLOTTO, Heloisa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

_____; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Sesc Edições, 2015.

_____; _____. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. São Paulo, 2015. 660 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Arquivo Zila Mamede: inventário*. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017a.

_____. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCÍA, Noelia; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Archivos personales: experiencias de organización y de gestión*. Córdoba: Redes, 2017b, p. 52-71.

_____. O método diplomático aplicado à análise de recortes de jornal. *Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 137-155, out. 2016.

_____. Facetas de um arquivo pessoal. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 6, Santa Maria, 20 a 23 de outubro de 2014a. *Anais...* Santa Maria: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2014a, p. 932-948.

_____. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014b, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de redação: camisa-de-força ou regra necessária? *Revista IMES Comunicação*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 4, p. 49-59, jan.-jun. 2002a.

_____. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 23, n. 37, p. 105-123, 1. sem. 2002b.

_____; ROSSETTI, Regina. *Lead jornalístico: origens históricas e crítica prospectiva*. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 8, n. 14, p. 52-58, janeiro/junho 2007.

CARUCCI, Paola. *L'Archivistica tra diplomatica e informatica*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2006.

_____. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

_____. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CAVALCANTI, Leocádio; SAVÉRIO, Fittipaldi; TELLES, Afonso. *O mestre dos mestres*. São Paulo: Livraria Fittipaldi Editora, [1951].

CENTRO de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. *Samuel Barnsley Pessoa e Jovina Álvares Pessoa: inventário dos fundos*. Preparado por José Francisco Guelfi Campos e Rogério Ricciluca Matiello Félix. Redação final de José Francisco Guelfi Campos. São Paulo: CAPH-FFLCH-USP, 2015.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Ed. estabelecida e apresentada por Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 236-263.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo*: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007. (Novas buscas em comunicação, 44)

_____. *Sotaques d'aquém e d'além mar*: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.

CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance*: les usages de la lettre au XIX^e siècle. Paris: Fayard, 1991.

CORTÊS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos*: textos seminales. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 57-91.

COSTA, Lailton Alves da. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários de cinco macro-regiões brasileiras*. São Bernardo do Campo, 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CRETELLA JÚNIOR, José. Ato administrativo – a tridimensão da discricionariedade. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 119, p. 33-39, jan./mar. 1975.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DARDY, Claudine. *Identités de papiers*. Paris: Lieu Commun, 1990.

DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. Los archivos personales o el archivero domado. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014.

DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: *Arquivos para quê?* Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.

DELSALLE, Paul. *Une histoire de l'archivistique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 1^a reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

DIJK, Teun. A. van. *La noticia como discurso*: comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990. (Paidós Comunicación, 41)

DIÓRIO, Rocheli. Informática vai entrar no lugar de papel e recortes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997a. Franquias & Outros Negócios, p. FN-14.

_____. Mercado de clipping tem muito a crescer. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997b. Franquias & Outros Negócios, p. FN-12.

DISCINI, Norma. *A comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. Trad. Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 47-74.

DOUGLAS, Joaquim. *Jornalismo: a técnica do título*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part VI). *Archivaria*, Ottawa, v. 33, p. 6-24, Winter 1991-92.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part V). *Archivaria*, Ottawa, v. 32, p. 6-24, Summer 1991.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part IV). *Archivaria*, Ottawa, v. 31, p. 10-25, Winter 1990-91.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part III). *Archivaria*, Ottawa, v. 30, p. 4-20, Summer 1990.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part II). *Archivaria*, Ottawa, v. 29, p. 4-17, Winter 1989-90.

_____. Diplomats: new uses for an old science (Part I). *Archivaria*, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: SEMINARIO de Archivos Personales, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros. 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FERNÁNDEZ PARRATT, Sonia. El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa: nuevas propuestas de clasificación. *Zer – Revista de Estudios de Comunicación*, Lejona, v. 6, n. 11, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.ehu.eus/zer/hemeroteca/pdfs/zer11-12-fernandez.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

FICHTENAU, Heinrich. La situation actuelle des études de diplomatie en Autriche. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, Paris, tome 119, p. 5-20, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449614>. Acesso em: 1 fev. 2018.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em:

<<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1122>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

FIGUEIREDO, Lisette Fernandes. *A nota jornalística no Jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal*. Tubarão, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

Fontcuberta, Mar de. *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós, 1993. (Papeles de Comunicación, 1)

_____. *Estructura de la noticia periodística*. 2 ed. Barcelona: ATE, 1981.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-89, 1998.

_____. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. *Arquivo Álvaro Moreyra: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016a. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Alvaro_Moreyra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. *Inventários online dos arquivos do ALMB: inventário analítico do arquivo Corina Coaracy*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016b. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Corina_Coaracy_21102016.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. *Glossário de termos utilizados na descrição do acervo*. São Paulo: iFHC, 2015. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/jsp/doctosApoio/1/glossario_docs.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

FURLANETO NETO, Mário; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O caráter instrumental da diplomática para os procedimentos investigatórios do crime de pornografia infantil na internet: uma abordagem dos conteúdos informacionais no contexto tecnológico. In: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (org.). *Tecnologia e conteúdos informacionais*. São Paulo: Polis, 2004, p. 169-184.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *Typologie des documents des organisations: de la création à la conservation*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

_____; MAS, Sabine. *Typologie des dossiers des organisations: analyse intégrée dans un contexte analogique et numérique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2011. (Gestion de l'information)

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 13, n. 2, p. 7-35, 2003.

GARVEY, Ellen Gruber. Scissorizing and scrapbooks: nineteenth-century reading, remarking, and recirculating. In: GITELMAN, Lisa; PINGREE, Geoffrey B. (ed.). *New media, 1740-1915*. Cambridge: The MIT Press, 2003, p. 207-227.

GHIGNOLI, Antonella. Diplomatica. In: GUERRINI, Mauro (ed.) *Biblioteconomia: guida classificata*. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. *Enduring paradigm, new opportunities: the value of the archival perspective in the digital environment*. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

O GLOBO. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Luiz Garcia. 6. ed. São Paulo: Globo, 1992.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

GOMES, Vitor Luiz Menezes. O jornalista enquanto herói: uma proposta para análise das representações do jornalismo no cinema. *Estudos em jornalismo e mídia*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 85- 102, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p85/24979>>. Acesso em: 1 mar 2018.

GOMIS, Llorenç. Gèneres literaris i gèneres periodístics. *Periodística*, Barcelona, n. 1, p. 129-141, 1989. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Periodistica/article/view/245673/328948>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

GOOD, Katie Day. From scrapbook to Facebook: a history of personal media assemblage and archives. *New Media & Society*, v. 15, n. 4, p. 557-573, 2013.

GROHMANN, Rafael. Dimensões teóricas do trabalho jornalístico em cenário de tensionamentos identitários e flexibilização: um esboço a partir dos processos comunicacionais e produtivos. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/view/4703/1120>>. Acesso em: 26 mar 2018.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; SILVA, Rodrigo Rabello da. A contribuição metodológica da diplomática para análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAUJO, João Cândido Graça (org.). *Paleografia e diplomática no curso de arquivologia – UFSM*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007, p. 137-157.

_____; NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; MORAES, João Batista Ernesto de. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo dos documentos técnicos. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin (org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Polis, 2005, p. 135-160.

HARROD, Leonard M. *The librarian's glossary of terms used in librarianship and the book crafts and reference book*. 3rd. ed. rev. London: [s.n.], 1971.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos*:

textos seminales. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 43-56.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 40-57, julho – dezembro, 2009.

HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual's life. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.

HOHENBERG, John. *O jornalista profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa*. Trad. Eduardo Alberto Pinto. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

JORGE, Thaís de Mendonça. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

JORNAL usava impressão a chumbo e radioescuta em 70. *Comércio do Jahu*, Jaú, 02 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1204455/Jornal+usava+impress>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. *A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero*. Tubarão, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brinquedo na educação: considerações históricas. *Idéias*, São Paulo, n. 7, p. 39-45, 1995.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1986. (Fundamentos)

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 4 ed. rev. e atualizada. Florianópolis: Insular, 2012. (Jornalismo a rigor, 5)

_____. *Estrutura da notícia*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006. (Princípios, 29)

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Linguagem jornalística*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

LANE, Victoria; HILL, Jennie. What do we come from? What are we? Where are we going? Situating the archive and archivists. In: HILL, Jennie (ed.). *The future of archives and recordkeeping: a reader*. London: Facet, 2011, p. 3-22.

LE BOULCH, Jean. *O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos*. Trad. Ana Guardiola Brizolara. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LE GOFF, Jaques. A nova história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128-176.

_____. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1980. (Tel, 19)

LEJEUNE, Philippe. Le journal: genèse d'une pratique. *Genesis*, Paris, n. 32, p. 29-41, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969. (Ensaio, 8)

LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993.

LÓPEZ YEPES, José (ed.). *Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación*. Madrid: Síntesis, 2004.

LUCE, Robert. *Writing for the press: a manual for editors, reporters, correspondents, and printers*. 3 ed. rev. and enlarged. Boston: The Writer Publishing Co., 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/writingforpressm00lucerich>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MABILLON, Jean. *De re diplomatica libri VI*. Paris, 1681. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1510935z>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. *Atividades lúdicas para educação infantil: conceitos, orientações e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MANUAL da Redação: Folha de S. Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

MANUAL da Redação: Folha de S. Paulo. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Publifolha, 2007.

MARANHÃO, Aluizio. Apresentação. In: MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997, p. 5-7.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume; MOURA, Dione Oliveira; GARROSSINI, Daniela Favaro. Análise das competências do jornalista brasileiro diante da mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das tecnologias da informação e comunicação. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo

Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1119>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MARQUES, Reinaldo. Arquivos literários e a reinvenção da literatura comparada. In: *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 13-28.

MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luís. *Redacción periodística: los estilos y gêneros en la prensa escrita*. Barcelona: A.T.E., 1974. (Libros de comunicación social, 5)

MARTÍNEZ DE SOUZA, José. *Diccionario de bibliología y ciencias afines*. Salamanca; Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1989.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

McKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 17-43.

_____. Evidence of me... in a digital world. In: LEE, Christopher A. (ed.). *I, digital: personal collections in the digital era*. Chicago: Society of American Archivists, 2011, p. 115-148.

_____. Evidence of me... *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. *Archivaria*, Ottawa, n. 70, p. 27-44, Fall 2010.

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, 2013, p. 23-41.

_____. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. (org.). *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. São Paulo: ECA-USP, 1972.

_____.; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

MENCHER, Melvin. *News reporting and writing*. 12 ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, p. 57-82, 2001.

_____. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*. 2-3 September 1993. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

MOURA, Washington José de Almeida. Atualidade dos estudos de biblioteca e arquivos jornalísticos. *Comunicações e Problemas*, Recife, v. 3, n. 2/3, p. 56-62, dez. 1968.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. *Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

NÃO se esqueça de arquivar suas receitas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1973. Suplemento feminino, p. 6.

NASSAR, Raduan. *Um copo de cólera*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NEIVA, Eduardo. *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia*. São Paulo: Publifolha, 2013.

NICOLAJ, Giovanna. Sentieri di diplomatica. *Archivio Storico Italiano*, Firenze, n. 144, p. 305-331, 1986. Disponível em: <scrineum.unipv.it/biblioteca/nicolaj.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

NICOLAU, Marcos. As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa. *Temática*, João Pessoa, ano VI, n. 2, p. 1- 12, fev. 2010. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2010/Fevereiro/tirinhas_genero_jornalístico_nicolau.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 7 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da nova história. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 6-70.

NOVO dicionário Aurélio da língua portuguesa. Coordenado por Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

NUNES, Augusto. Apresentação. In: O ESTADO de S. Paulo. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990, p. 7-10.

NUNES, Mônica Rodrigues. O folhetim no século XX em jornais paulistanos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, Recife, 2 a 6 de setembro de

2011, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1815-1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. An introduction to the history of scrapbooks. In: *The scrapbook in American life*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. Tipologia documental nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*. 2 ed. v. 2. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017, p. 115-126.

PAOLI, Cesare. *Diplomatica*. 2 ed. Firenze: Sansoni, 1942.

PAPENBROECK, Daniel van. *Propylaeum antiquarium circa veri falsique discrimen in vetustis monumentis, praesertim diplomatibus, observandum*. In: *Acta Sanctorum*, tomo II, abr. 1675. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k856135q/f1.image>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. *Produção documental do legislativo no império – gênese e tipologia: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. São Paulo, 2005. 177 f. Dissertação (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

‘PERDI a bonequice’, diz Anna Marina, primeira jornalista mulher na redação do Estado de Minas. O Megafone (episódio 01 – Anna Marina), 5 mar. 2018. Podcast. 17:47 min. Disponível em: <<https://soundcloud.com/megafone-estado-de-minas/o-megafone-ep01-anna-marina>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

PEREIRA, Fabio Henrique. A entrevista no jornalismo brasileiro: uma revisão de estudos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 139-149, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p139/35862>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Os estágios e a construção da carreira jornalística. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIENPJor/paper/view/4703/1117>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PERRIN, Charles-Edmond. L'Histoire et ses méthodes [*Encyclopédie de la Pléiade. L'Histoire et ses méthodes*, volume publié sous la direction de Charles Samaran, de l'Institut] (Compte-rendu). *Journal des Savants*, Paris, n. 2, p. 129-155, 1962. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1962_num_2_1_1028>. Acesso em: 1 fev. 2018.

PETRUCCI, Armando. *Diplomatica vecchia e nuova. Studi Medievali*, Spoleto (Perugia), série terza, v. 4, fasc. 2, p. 785-798, 1963. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/petrucchi.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PIÑEIRO, Claudia. *Betibú*. Madrid: Alfaguara, 2011.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Projeto Folha inicia jornalismo moderno. *Folha 80 anos*. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque_editorial.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2018.

PRATESI, Alessandro. *Diplomatica in crisi?* In: *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*. Torino: Bottega d'Erasmus, 1973, p. 443-455. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/pratesi.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PROU, Maurice. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique a l'École des Chartes, le 25 janvier 1900. Disponível em: <<http://bibnum.enc.sorbonne.fr/omeka/files/original/36efed69b2400947422ec19da6f217f6.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PULITZER, Joseph. The College of Journalism. *The North American Review*, Boston, v. 178, n. 570, p. 641-680, May 1904. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25119561>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMOS, José Nabantino. *Jornalismo: dicionário enciclopédico*. São Paulo: IBRASA, 1970.

REIS, Gustavo da Costa. *A dimensão diplomática do conteúdo informacional de documentos técnicos: uma análise de manuais de instruções de pulverizadores automotrizes*. Marília, 2002, 89 f. Dissertação (Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RIBEIRO, Ângelo Augusto; MICK, Jacques. A legitimação da multifuncionalidade: o caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1121>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

RIBEIRO, José Alcides. Arquivos da memória cultural: os gêneros literários e jornalísticos nos periódicos. Colóquio da Pós-Graduação em Letras, 2, Assis (SP), 26 a 28 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/josealcides.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215.

_____. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo, 2008. 258 f. Tese (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)*. São Paulo, 2002. 780 f. Dissertação (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RODRÍGUEZ-BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Madrid: Trea, 2002.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la Diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola et al. *Documento de archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona: S&C, 1994.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SAIBA como entreter os seus filhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1956. Suplemento feminino, p. 6.

SALAVERRÍA, Ramón. Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940). *Comunicación y Sociedad*, Navarra, n. 1, p. 61-94, 1997.

SAMARAN, Charles. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961. (Encyclopédie de la Pléiade, 11)

SAMUELS, Helen W. Who controls the past. *The American Archivist*, Chicago, v. 49, n. 2, p. 109-124, Spring 1986.

SARDE, Carla Letícia Pereira. *Análise diplomática de bulas de medicamentos: um cotejo entre as dimensões normativas e técnicas*. Marília, 2003, 49 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilsa Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SCHIAPARELLI, Luigi. Diplomática e storia. *Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze*, Firenze, p. 3-31, 1909. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/schiaparelli-1909.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SCHMITZ, Aldo Antonio. A lei da terceirização e a precarização do trabalho jornalístico. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1123>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SCOTT, Charles Prestwich. A hundred years. *The Manchester Guardian*, May 5th. 1921. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sustainability/cp-scott-centenary-essay>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SENADO Federal (Brasil). Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social. Glossário. Brasília, s.d. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

SENRA, Stella. *O último jornalista: imagens de cinema*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Madrid: Trea, 2003.

SILVA, J. T. da. *Secretario moderno*. 13 ed., rev. e ampl. São Paulo: Livraria Teixeira, 1947.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

_____; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 849-861, jul.-set. 2015.

_____; _____. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 52-75, 2013.

SILVA, Pollyanna Honorata. Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia. Uberlândia, 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia.

SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime: genre littéraire et écriture ordinaire*. Paris: Téraèdre, 2004.

SISTEMA de Arquivos da Universidade de São Paulo. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo*. São Paulo, outubro 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/glossario1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos pessoais, tipos documentais e os registros das formas de viver em sociedade. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*. 2 ed. v. 2. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017, p. 31-38.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva do ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

SOUZA, Pompeu de. A chegada do “lead” ao Brasil. *Revista de Comunicação*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p. 24-29, nov. 1992.

SPANNENBERG, Ana Cristina; SOARES, Michelle Júnia. Perigo na tribo? Notas sobre a percepção do jornalista enquanto categoria profissional a partir de um estudo com neófitos. *Dispositiva*, Poços de Caldas, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2016.

TESSIER, Georges. Diplomatie. In: SAMARAN, Charles. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, p. 633-676. (Encyclopédie de la Pléiade, 11)

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 161-175.

TINHORÃO, José Ramos. O máximo de notícia no mínimo de espaço. *Revista de Comunicação*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 24, 1986.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *Congreso ISKO-España*, 9, Valencia, 11 a 13 de marzo de 2009, p. 23-25.

TRAVANCAS, Isabel. Entrando no arquivo de Drummond e lendo suas crônicas na imprensa. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 229-247.

_____. *O mundo dos jornalistas*. 4 ed. rev. São Paulo: Summus, 2011.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, Sonia Maria. Tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 243-258.

TROTTA, Luis Felipe Dias. *O arquivo pessoal de Leon Eliachar: uma análise tipológica dos documentos de um escritor*. Rio de Janeiro, 2016, 145 f. Dissertação (Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

TURNER, James M.; GOODRUM, Abby A. Modeling videos as works. *Cataloguing and Classification Quarterly*, v. 33, n. 3-4, p. 27-38, 2002. Disponível em: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_jar_turner~goodrum_ccq_33-3-4_2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____; IDE, Mary; LUCKOW, Randal; OREFICE, Isabella. Improving access to audiovisual and multimedia materials: the moving image case study of InterPARES2. IFLA General Conference, 71, Oslo, August 14th – 18th 2005. Disponível em: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_cpr-e_turner~ide~luckow~orefice_ifla_2005.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____; LUCKOW, Randal. Né sur papier, élevé numérique: le cycle de vie de documents issus de la production cinématographique. In: *Actes du colloque EBSI-ENSSIB: Le numérique: impact sur le cycle de vie du document*, Montréal, 13 15 octobre 2004. Paris: EBSI-ENSSIB, 2005.

UNITED NATIONS Educational, Scientific and cultural organization. Recommendation concerning the international standardization of statistics relating to book production and periodicals. *Records of the General Conference*. Thirteenth Session, Paris, 1964. Paris: UNESCO, 1965, p. 143-147. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114581E.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

UNIVERSIDADE de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. *Jornalismo utilitário – teoria e prática: fundamentos, história e modalidades do serviço na imprensa brasileira*. São Bernardo do Campo, 2013. 221 f. Tese (Comunicação social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo.

_____. Gênero utilitário: presença nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 13, São Paulo, 7 a 10 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0204-1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

VÁZQUEZ, Manuel. Reflexiones sobre el término “tipo documental”. In: *De archivos y de archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi*. Washington: OEA, 1987, p. 177-185.

VENANCIO, Renato Pinto. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANIESSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 59-73.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. 25. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1983.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3 ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. *Obrigações, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. São Paulo, 2011. 356 f. Dissertação (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008.

WANDERLEY, Ed. Como funciona um jornal? Os bastidores da produção cotidiana do Diário de Pernambuco. [2015]. Disponível em: <<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/como-funciona-um-jornal-os-bastidores-da-producao-cotidiana-do-diario-de-pernambuco/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

WHATMORE, Geoffrey. *La documentación de la noticia: organización y métodos para archiveros de referencias de periódicos y agencias*. Trad. Alberto Christian Márquez. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1970.

YEO, Geoffrey. Information, records, and the philosophy of speech acts. In: SMIT, Frans; GLAUDEMANS, Arnould; JONKER, Rienk (ed.). *Archives in liquid times*. ‘s-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017, p. 92-118. (Jaarboek, 17)

_____. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, Chicago, v. 71, n. 1, p. 118-143, Spring/Summer 2008.

_____. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, Fall/Winter 2007.

YOUNG, Heartsill (ed.). *The ALA glossary of library and information science*. Chicago: American Library Association, 1983.

Bibliografia classificada

Arquivística e documentação

Artigos e livros

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). *Arquivos privados: abordagens plurais*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2016.

ASSMANN, Aleida. Arquivo. In: *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 367-371.

BARRAZA LESCANO, Sergio. Historia de los archivos. In: INSTITUTO Panamericano de Geografía e Historia. *Nuestra palabra: textos archivísticos panamericanos*. Lima, 1996, p. 11-47.

BAZERMAN, Charles. The orders of documents, the orders of activity, and the orders of information. *Archival Science*, Dordrecht, v. 12, p. 377-388, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014a, p. 329-344.

_____. *Arquivística: objetos, princípios e rumos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002a. (Scripta, 1)

CALLEJA, Mireya. ¿Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. VII Congreso de Archivología del Mercosur. Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007, 17p. (original cedido pela autora)

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). *Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

_____. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1, 2010. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 157-165.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, julho – dezembro 2009.

_____; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Sesc Edições, 2015.

_____; _____. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Facetas de um arquivo pessoal. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 6, Santa Maria, 20 a 23 de outubro de 2014a. *Anais...*

Santa Maria: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2014a, p. 932-948.

CARUCCI, Paola. *Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1983.

CASANOVA, Eugenio. *Archivistica*. 2 ed. Siena: Arti Grafiche Lazzeri, 1928.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DARDY, Claudine. *Identités de papiers*. Paris: Lieu Commun, 1990.

DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. Los archivos personales o el archivero domado. *Tabula*, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014.

DELSALLE, Paul. *Une histoire de l'archivistique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016, p. 47-74.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982/ago. 1986.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Chicago, v. 57, n. 2, p. 328-344, 1994.

ESCOBEDO, Joana. Los caminos de la memoria. Archivos personales. In: SEMINARIO de Archivos Personales, Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004. Madrid: Biblioteca Nacional, 2006, p. 55-79.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-89, 1998.

GILLILAND-SWETLAND, Anne J. *Enduring paradigm, new opportunities: the value of the archival perspective in the digital environment*. Washington: Council on Library and Information Resources, 2000.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos pessoais. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 43-56.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012.

_____. O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 40-57, julho – dezembro, 2009.

HOBBS, Catherine. Reenvisioning the personal: reframing traces of individual's life. In: EASTWOOD, Terry; MacNEIL, Heather (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, 2010.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration*. 2 ed. London: Percy Lund, Humphries & Co., 1937.

LANE, Victoria; HILL, Jennie. What do we come from? What are we? Where are we going? Situating the archive and archivists. In: HILL, Jennie (ed.). *The future of archives and recordkeeping: a reader*. London: Facet, 2011, p. 3-22.

LODOLINI, Elio. *Archivística: principios y problemas*. Madrid: ANABAD, 1993.

MARQUES, Reinaldo. Arquivos literários e a reinvenção da literatura comparada. In: *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 13-28.

McKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 17-43.

_____. Evidence of me... in a digital world. In: LEE, Christopher A. (ed.). *I, digital: personal collections in the digital era*. Chicago: Society of American Archivists, 2011, p. 115-148.

_____. Evidence of me... *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 24, n. 1, p. 28-45, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. *Archivaria*, Ottawa, n. 70, p. 27-44, Fall 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. *Archival Science*, Dordrecht, v. 1, p. 57-82, 2001.

_____. Appraisal or selection: can a content oriented appraisal be harmonized with the principle of provenance? In: *The principle of provenance: report from the First Stockholm Conference on Archival Theory and the Principle of Provenance*. 2-3 September 1993. Stockholm: Riksarkivet, 1994, p. 103-131.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 105-126, Spring 2006.

MOURA, Washington José de Almeida. Atualidade dos estudos de biblioteca e arquivos jornalísticos. *Comunicações e Problemas*, Recife, v. 3, n. 2/3, p. 56-62, dez. 1968.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215.

RODRÍGUEZ-BRAVO, Blanca. *El documento entre la tradición y la renovación*. Madrid: Trea, 2002.

SAMUELS, Helen W. Who controls the past. *The American Archivist*, Chicago, v. 49, n. 2, p. 109-124, Spring 1986.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilsa Teixeira Soares. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. Trad. Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (org.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 161-175.

TRAVANCAS, Isabel. Entrando no arquivo de Drummond e lendo suas crônicas na imprensa. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. *Arquivos pessoais: reflexões interdisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013, p. 229-247.

UNITED NATIONS Educational, Scientific and cultural organization. Recommendation concerning the international standardization of statistics relating to book production and periodicals. *Records of the General Conference*. Thirteenth Session, Paris, 1964. Paris: UNESCO, 1965, p. 143-147. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114581E.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

VENANCIO, Renato Pinto. Onde estão os arquivos pessoais? Uma sondagem. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANIESSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 59-73.

WHATMORE, Geoffrey. *La documentación de la noticia: organización y métodos para archiveros de referencias de periódicos y agencias*. Trad. Alberto Christian Márquez. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1970.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (2): prototypes and boundary objects. *The American Archivist*, Chicago, v. 71, n. 1, p. 118-143, Spring/Summer 2008.

_____. Concepts of record (1): evidence, information and persistent representations. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, n. 2, p. 315-343, Fall/Winter 2007.

Dicionários

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações técnicas, 51)

BUONOCORE, Domingo. *Diccionario de bibliotecología: términos relativos a la bibliotecología, bibliografía, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines*. 2. ed. aumentada. Buenos Aires: Marymar, 1976.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

HARROD, Leonard M. *The librarian's glossary of terms used in librarianship and the book crafts and reference book*. 3rd. ed. rev. London: [s.n.], 1971.

LÓPEZ YEPES, José (ed.). *Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación*. Madrid: Síntesis, 2004.

MARTÍNEZ DE SOUZA, José. *Diccionario de bibliología y ciencias afines*. Salamanca; Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirâmide, 1989.

YOUNG, Heartsill (ed.). *The ALA glossary of library and information science*. Chicago: American Library Association, 1983.

Dissertações e teses

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. *O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais*. São Paulo, 2015. 660 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. 2014b, 251 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella. *A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema*. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

TROTTA, Luis Felipe Dias. *O arquivo pessoal de Leon Eliachar: uma análise tipológica dos documentos de um escritor*. Rio de Janeiro, 2016, 145 f. Dissertação

(Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Instrumentos de pesquisa

ARQUIVO Público da Cidade de Belo Horizonte. *Inventário do arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna (1876-1952)*. Belo Horizonte: APCBH, 2000.

ARQUIVO Público Municipal de Campos dos Goytacazes. *Fundo Arquivo Cardoso de Melo: inventário analítico*. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2005.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Arquivo Zila Mamede: inventário*. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017a.

CENTRO de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. *Samuel Barnsley Pessoa e Jovina Álvares Pessoa: inventário dos fundos*. Preparado por José Francisco Guelfi Campos e Rogério Ricciluca Matiello Félix. Redação final de José Francisco Guelfi Campos. São Paulo: CAPH-FFLCH-USP, 2015.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. *Arquivo Álvaro Moreyra: inventário analítico*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016a. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Alvaro_Moreyra.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. *Inventários online dos arquivos do ALMB: inventário analítico do arquivo Corina Coaracy*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016b. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/Inventario_Corina_Coaracy_21102016.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2018.

UNIVERSIDADE de São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

Colecionismo e prática do recorte

Artigos e livros

ALMEIDA, Paulo Nunes. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. São Paulo: Loyola, 2003.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÊ, Isabel. *Aprender e ensinar na educação infantil*. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BROADLEY, Alexander Meyrick. *Chats on autographs*. London: T. F. Unwin, 1910. Disponível em: <<https://archive.org/details/chatsonautograph00broaiala>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

CERTEAU, Michel de. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Ed. estabelecida e apresentada por Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 236-263.

DIÓRIO, Rocheli. Informática vai entrar no lugar de papel e recortes. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997a. Franquias & Outros Negócios, p. FN-14.

_____. Mercado de clipping tem muito a crescer. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 8 jul. 1997b. Franquias & Outros Negócios, p. FN-12.

GARVEY, Ellen Gruber. Scissoring and scrapbooks: nineteenth-century reading, remarking, and recirculating. In: GITELMAN, Lisa; PINGREE, Geoffrey B. (ed.). *New media, 1740-1915*. Cambridge: The MIT Press, 2003, p. 207-227.

GOOD, Katie Day. From scrapbook to Facebook: a history of personal media assemblage and archives. *New Media & Society*, v. 15, n. 4, p. 557-573, 2013.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brinquedo na educação: considerações históricas. *Idéias*, São Paulo, n. 7, p. 39-45, 1995.

LE BOULCH, Jean. *O desenvolvimento psicomotor: do nascimento aos 6 anos*. Trad. Ana Guardiola Brizolara. 4 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

MALUF, Angela Cristina Munhoz. *Atividades lúdicas para educação infantil: conceitos, orientações e práticas*. Petrópolis: Vozes, 2008.

NÃO se esqueça de arquivar suas receitas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1973. Suplemento feminino, p. 6.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação infantil: fundamentos e métodos*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. An introduction to the history of scrapbooks. In: *The scrapbook in American life*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

SAIBA como entreter os seus filhos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7 set. 1956. Suplemento feminino, p. 6.

Comunicação e linguagem

Artigos e livros

AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. (Biblioteca Tempo Universitário, 20)

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. Interatividade na correspondência publicada em jornais paulistas. *Forma y Función*, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 73-95, jul.- dec. 2010.

ASSIS, Francisco de. Fundamentos para a compreensão dos gêneros jornalísticos. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 16-33, jul./dez. 2010.

BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo* (volume 2). 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. *A imprensa informativa*. São Paulo: Folco Masucci, 1969. (Mass-media, 1)

_____. *Técnica de jornal*. Recife: Instituto de Ciências da Informação, 1964.

BERGER, Christa (org.). *Jornalismo no cinema: filmografia e comentários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

BOND, F. Fraser. *Introdução ao jornalismo: uma análise do quarto poder em todas as suas formas*. Trad. Cícero Sandroni e Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de redação: camisa-de-força ou regra necessária? *Revista IMES Comunicação*, São Caetano do Sul, v. 4, n. 4, p. 49-59, jan.-jun. 2002a.

_____. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 23, n. 37, p. 105-123, 1. sem. 2002b.

_____; ROSSETTI, Regina. Lead jornalístico: origens históricas e crítica prospectiva. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 8, n. 14, p. 52-58, janeiro/junho 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007. (Novas buscas em comunicação, 44)

_____. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Jortejo, 1998.

DIJK, Teun. A. van. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós, 1990. (Paidós Comunicación, 41)

DISCINI, Norma. *A comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2005.

DOUGLAS, Joaquim. *Jornalismo: a técnica do título*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

FERNÁNDEZ PARRATT, Sonia. El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa: nuevas propuestas de clasificación. *Zer – Revista de Estudios de Comunicación*, Lejona, v. 6, n. 11, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.ehu.eus/zer/hemeroteca/pdfs/zer11-12-fernandez.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

FIGARO, Roseli; NONATO, Cláudia. Novos ‘arranjos econômicos’ alternativos para a produção jornalística. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1122>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

Fontcuberta, Mar de. *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós, 1993. (Papeles de Comunicación, 1)

_____. *Estructura de la noticia periodística*. 2 ed. Barcelona: ATE, 1981.

GOMES, Vitor Luiz Menezes. O jornalista enquanto herói: uma proposta para análise das representações do jornalismo no cinema. *Estudos em jornalismo e mídia*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 85- 102, jan.-jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p85/24979>>. Acesso em: 1 mar 2018.

GOMIS, Llorenç. Gèneres literaris i gèneres periodístics. *Periodística*, Barcelona, n. 1, p. 129-141, 1989. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Periodistica/article/view/245673/328948>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

GROHMANN, Rafael. Dimensões teóricas do trabalho jornalístico em cenário de tensionamentos identitários e flexibilização: um esboço a partir dos processos comunicacionais e produtivos. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1120>>. Acesso em: 26 mar 2018.

HOHENBERG, John. *O jornalista profissional: guia às práticas e aos princípios dos meios de comunicação de massa*. Trad. Eduardo Alberto Pinto. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

JORGE, Thaís de Mendonça. *Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

JORNAL usava impressão a chumbo e radioescuta em 70. *Comércio do Jahu*, Jaú, 02 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.comerciodojahu.com.br/noticia/1204455/Jornal+usava+impress>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. São Paulo: Ática, 1986. (Fundamentos)

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 4 ed. rev. e atualizada. Florianópolis: Insular, 2012. (Jornalismo a rigor, 5)

_____. *Estrutura da notícia*. 6 ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006. (Princípios, 29)

_____. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

_____. *Linguagem jornalística*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

LIMA, Alceu Amoroso. *O jornalismo como gênero literário*. 2 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969. (Ensaaios, 8)

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARANHÃO, Aluizio. Apresentação. In: MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997, p. 5-7.

MARANHÃO, Ana Carolina Kalume; MOURA, Dione Oliveira; GARROSSINI, Daniela Favaro. Análise das competências do jornalista brasileiro diante da mudança no ambiente profissional provocada pela inserção das tecnologias da informação e comunicação. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1119>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luís. *Redacción periodística: los estilos y gêneros en la prensa escrita*. Barcelona: A.T.E., 1974. (Libros de comunicación social, 5)

MELO, José Marques de. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de (org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo, 2013, p. 23-41.

_____. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.

MENCHER, Melvin. *News reporting and writing*. 12 ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

NICOLAU, Marcos. As tiras e outros gêneros jornalísticos: uma análise comparativa. *Temática*, João Pessoa, ano VI, n. 2, p. 1- 12, fev. 2010. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2010/Fevereiro/tirinhas_genero_jornalistico_nicolau.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2016.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. 7 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

NUNES, Augusto. Apresentação. In: O ESTADO de S. Paulo. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990, p. 7-10.

NUNES, Mônica Rodrigues. O folhetim no século XX em jornais paulistanos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 34, Recife, 2 a 6 de setembro de 2011, p. 1-12. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1815-1.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

'PERDI a bonequice', diz Anna Marina, primeira jornalista mulher na redação do Estado de Minas. O Megafone (episódio 01 – Anna Marina), 5 mar. 2018. Podcast. 17:47 min. Disponível em: <<https://soundcloud.com/megafone-estado-de-minas/o-megafone-ep01-anna-marina>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

PEREIRA, Fabio Henrique. A entrevista no jornalismo brasileiro: uma revisão de estudos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 139-149, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2017v14n2p139/35862>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Os estágios e a construção da carreira jornalística. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1117>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Projeto Folha inicia jornalismo moderno. *Folha 80 anos*. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque_editorial.shtml>. Acesso em: 11 abr. 2018.

PULITZER, Joseph. The College of Journalism. *The North American Review*, Boston, v. 178, n. 570, p. 641-680, May 1904. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25119561>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

RIBEIRO, Ângelo Augusto; MICK, Jacques. A legitimação da multifuncionalidade: o caso dos repórteres multimídia no Grupo RBS (1999-2004). Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1121>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

RIBEIRO, José Alcides. Arquivos da memória cultural: os gêneros literários e jornalísticos nos periódicos. Colóquio da Pós-Graduação em Letras, 2, Assis (SP), 26 a 28 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/Home/PosGraduacao/Letras/ColoquioLetras/josealcidas.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

SALAVERRÍA, Ramón. Aproximación a los orígenes de la preceptiva sobre escritura periodística (1840-1940). *Comunicación y Sociedad*, Navarra, n. 1, p. 61-94, 1997.

SCHMITZ, Aldo Antonio. A lei da terceirização e a precarização do trabalho jornalístico. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 13, Campo Grande, 4 a 6 de novembro de 2015. *Anais...* Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XIIIENPJor/paper/view/4703/1123>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SCOTT, Charles Prestwich. A hundred years. *The Manchester Guardian*, May 5th. 1921. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/sustainability/cp-scott-centenary-essay>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SENRA, Stella. *O último jornalista: imagens de cinema*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SOUZA, Pompeu de. A chegada do “lead” ao Brasil. *Revista de Comunicação*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p. 24-29, nov. 1992.

SPANNENBERG, Ana Cristina; SOARES, Michelle Júnia. Perigo na tribo? Notas sobre a percepção do jornalista enquanto categoria profissional a partir de um estudo com neófitos. *Dispositiva*, Poços de Caldas, v. 5, n. 1, p. 1-18, 2016.

TINHORÃO, José Ramos. O máximo de notícia no mínimo de espaço. *Revista de Comunicação*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 7, p. 24, 1986.

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. 4 ed. rev. São Paulo: Summus, 2011.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. Gênero utilitário: presença nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 13, São Paulo, 7 a 10 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/resumos/R9-0204-1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

VIZEU, Alfredo. Gilberto Freyre e os manuais de redação. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, ano 29, n. 50, p. 163-177, 2. sem. 2008.

WANDERLEY, Ed. Como funciona um jornal? Os bastidores da produção cotidiana do Diário de Pernambuco. [2015]. Disponível em: <<http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/como-funciona-um-jornal-os-bastidores-da-producao-cotidiana-do-diario-de-pernambuco/>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

Dicionários

BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. 2 ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DICIONÁRIO Houaiss da língua portuguesa. Elaborado no Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. 1ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

NEIVA, Eduardo. *Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia*. São Paulo: Publifolha, 2013.

NOVO dicionário Aurélio da língua portuguesa. Coordenado por Marina Baird Ferreira e Margarida dos Anjos. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAMOS, José Nabantino. *Jornalismo: dicionário enciclopédico*. São Paulo: IBRASA, 1970.

Dissertações e teses

COSTA, Lailton Alves da. *Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários de cinco macro-regiões brasileiras*. São Bernardo do Campo, 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.

FIGUEIREDO, Lisette Fernandes. *A nota jornalística no Jornal do Brasil: um estudo do gênero textual e de sua função no jornal*. Tubarão, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

KINDERMANN, Conceição Aparecida. *A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero*. Tubarão, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina.

SILVA, Pollyanna Honorata. Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia. Uberlândia, 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia.

VAZ, Tyciane Cronemberger Viana. *Jornalismo utilitário – teoria e prática: fundamentos, história e modalidades do serviço na imprensa brasileira*. São Bernardo do Campo, 2013. 221 f. Tese (Comunicação social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo.

Legislação

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

FEDERAÇÃO Nacional dos Jornalistas. Código de ética dos jornalistas brasileiros. 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2018.

Manuais de redação

CAVALCANTI, Leocádio; SAVÉRIO, Fittipaldi; TELLES, Afonso. *O mestre dos mestres*. São Paulo: Livraria Fittipaldi Editora, [1951].

O ESTADO DE S. PAULO. *Manual de redação estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1990.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

O GLOBO. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Luiz Garcia. 6. ed. São Paulo: Globo, 1992.

LUCE, Robert. *Writing for the press: a manual for editors, reporters, correspondents, and printers*. 3 ed. rev. and enlarged. Boston: The Writer Publishing Co., 1889. Disponível em:

<<https://archive.org/details/writingforpressm00lucerich>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

MANUAL da Redação: Folha de S. Paulo. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

MANUAL da Redação: Folha de S. Paulo. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Publifolha, 2007.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MELO, José Marques de (org.). *Normas de redação de cinco jornais brasileiros*. São Paulo: ECA-USP, 1972.

SENADO Federal (Brasil). Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social. Glossário. Brasília, s.d. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

SILVA, J. T. da. *Secretario moderno*. 13 ed., rev. e ampl. São Paulo: Livraria Teixeira, 1947.

Diplomática e tipologia documental

Artigos e livros

BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d’ouverture du cours de diplomatique à l’École des Chartes (20 octobre 1961). *Bibliothèque de l’École des Chartes*, Paris, tome 119, p. 194-225, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. In: *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014b, p. 347-363.

_____. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002b. (Como fazer, 8)

BRESSLAU, Harry. *Manuale di diplomatica per la Germania e l’Italia*. Trad. Anna Maria Voci-Roth. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1998. (Pubblicazioni degli Archivi di Stato, Sussidi, 10). Disponível em: <http://www.archivi.beniculturali.it/dga/uploads/documents/Sussidi/Sussidi_10_1_a.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCÍA, Noelia; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.). *Archivos personales: experiencias de organización y de gestión*. Córdoba: Redes, 2017b, p. 52-71.

_____. O método diplomático aplicado à análise de recortes de jornal. *Analisando em Ciência da Informação*, João Pessoa, v. 4, n. esp., p. 137-155, out. 2016.

CARUCCI, Paola. *L'Archivistica tra diplomatica e informatica*. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2006.

_____. *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CHARTIER, Roger (dir.). *La correspondance: les usages de la lettre au XIX^e siècle*. Paris: Fayard, 1991.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 57-91.

CRETELLA JÚNIOR, José. Ato administrativo – a tridimensão da discricionariedade. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 119, p. 33-39, jan./mar. 1975.

DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science (Part VI). *Archivaria*, Ottawa, v. 33, p. 6-24, Winter 1991-92.

_____. Diplomatics: new uses for an old science (Part V). *Archivaria*, Ottawa, v. 32, p. 6-24, Summer 1991.

_____. Diplomatics: new uses for an old science (Part IV). *Archivaria*, Ottawa, v. 31, p. 10-25, Winter 1990-91.

_____. Diplomatics: new uses for an old science (Part III). *Archivaria*, Ottawa, v. 30, p. 4-20, Summer 1990.

_____. Diplomatics: new uses for an old science (Part II). *Archivaria*, Ottawa, v. 29, p. 4-17, Winter 1989-90.

_____. Diplomatics: new uses for an old science (Part I). *Archivaria*, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.

FICHTENAU, Heinrich. La situation actuelle des études de diplomatique en Autriche. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, Paris, tome 119, p. 5-20, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449614>. Acesso em: 1 fev. 2018.

FURLANETO NETO, Mário; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O caráter instrumental da diplomática para os procedimentos investigatórios do crime de pornografia infantil na internet: uma abordagem dos conteúdos informacionais no contexto tecnológico. In: VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório (org.). *Tecnologia e conteúdos informacionais*. São Paulo: Polis, 2004, p. 169-184.

GAGNON-ARGUIN, Louise. *Typologie des documents des organisations: de la création à la conservation*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1998.

_____; MAS, Sabine. *Typologie des dossiers des organisations: analyse intégrée dans un contexte analogique et numérique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2011. (Gestion de l'information)

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 13, n. 2, p. 7-35, 2003.

GHIGNOLI, Antonella. Diplomatica. In: GUERRINI, Mauro (ed.) *Biblioteconomia: guida classificata*. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; MORAES, João Batista Ernesto de. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo dos documentos técnicos. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomin (org.). *Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação*. São Paulo: Polis, 2005, p. 135-160.

_____; SILVA, Rodrigo Rabello da. A contribuição metodológica da diplomática para análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, Eneida Izabel Schrimmer; ARAUJO, João Cândido Graça (org.). *Paleografia e diplomática no curso de arquivologia – UFSM*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007, p. 137-157.

LEJEUNE, Philippe. Le journal: genèse d'une pratique. *Genesis*, Paris, n. 32, p. 29-41, 2011.

MABILLON, Jean. *De re diplomatica libri VI*. Paris, 1681. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1510935z>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

MACNEIL, Heather. *Trusting records: legal, historical and diplomatic perspectives*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

NICOLAJ, Giovanna. Sentieri di diplomatica. *Archivio Storico Italiano*, Firenze, n. 144, p. 305-331, 1986. Disponível em: <scrineum.unipv.it/biblioteca/nicolaj.html>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. Tipologia documental nos arquivos da Fundação Casa de Rui Barbosa. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*. 2 ed. v. 2. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017, p. 115-126.

PAOLI, Cesare. *Diplomatica*. 2 ed. Firenze: Sansoni, 1942.

PAPENBROECK, Daniel van. *Propylaeum antiquarium circa veri falsique discrimen in vetustis monumentis, praesertim diplomatis, observandum*. In: *Acta Sanctorum*, tomo II, abr. 1675. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k856135q/f1.image>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

PETRUCCI, Armando. Diplomatica vecchia e nuova. *Studi Medievali*, Spoleto (Perugia), serie terza, v. 4, fasc. 2, p. 785-798, 1963. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/petrucci.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PRATESI, Alessandro. Diplomatica in crisi? In: *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*. Torino: Bottega d'Erasmus, 1973, p. 443-455. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/pratesi.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PROU, Maurice. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique a l'École des Chartes, le 25 janvier 1900. Disponível em: <<http://bibnum.enc.sorbonne.fr/omeka/files/original/36efed69b2400947422ec19da6f217f6.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la Diplomatica, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola et al. *Documento de archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Carmona: S&C, 1994.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SCHIAPARELLI, Luigi. Diplomatica e storia. *Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze*, Firenze, p. 3-31, 1909. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/schiaparelli-1909.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SIERRA BLAS, Verónica. *Aprender a escribir cartas: los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Madrid: Trea, 2003.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 160-174, 2013.

_____; TRANCOSO, Márcia Cristina Duarte. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 849-861, jul.-set. 2015.

_____; _____. Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 52-75, 2013.

SIMONET-TENANT, Françoise. *Le journal intime: genre littéraire et écriture ordinaire*. Paris: Téraèdre, 2004.

SOBRAL, Camilla Campoi de. Arquivos pessoais, tipos documentais e os registros das formas de viver em sociedade. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade*. 2 ed. v. 2. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2017, p. 31-38.

TESSIER, Georges. Diplomatique. In: SAMARAN, Charles. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, p. 633-676. (*Encyclopédie de la Pléiade*, 11)

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *A construção teórica da diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

_____; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *Congreso ISKO-España*, 9, Valencia, 11 a 13 de marzo de 2009, p. 23-25.

TROITIÑO-RODRIGUEZ, Sonia Maria. Tipologia documental como instrumento para a seriação de documentos In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 243-258.

TURNER, James M.; GOODRUM, Abby A. Modeling videos as works. *Cataloguing and Classification Quarterly*, v. 33, n. 3-4, p. 27-38, 2002. Disponível em: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_jar_turner~goodrum_ccq_33-3-4_2002.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____; IDE, Mary; LUCKOW, Randal; OREFICE, Isabella. Improving access to audiovisual and multimedia materials: the moving image case study of InterPARES2. IFLA General Conference, 71, Oslo, August 14th – 18th 2005. Disponível em: <http://www.interpares.org/display_file.cfm?doc=ip2_dissemination_cpr-e_turner~ide~luckow~orefice_ifla_2005.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

_____; LUCKOW, Randal. Né sur papier, élevé numérique: le cycle de vie de documents issus de la production cinématographique. In: *Actes du colloque EBSI-ENSSIB: Le numérique: impact sur le cycle de vie du document*, Montréal, 13 15 octobre 2004. Paris: EBSI-ENSSIB, 2005.

VÁZQUEZ, Manuel. Reflexiones sobre el término “tipo documental”. In: *De archivos y de archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi*. Washington: OEA, 1987, p. 177-185.

YEO, Geoffrey. Information, records, and the philosophy of speech acts. In: SMIT, Frans; GLAUDEMANS, Arnould; JONKER, Rienk (ed.). *Archives in liquid times*. 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017, p. 92-118. (Jaarboek, 17)

Dissertações, teses e monografias

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. *Produção documental do legislativo no império – gênese e tipologia: o caso da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)*. São Paulo, 2005. 177 f. Dissertação (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

REIS, Gustavo da Costa. *A dimensão diplomática do conteúdo informacional de documentos técnicos: uma análise de manuais de instruções de pulverizadores automotrizes*. Marília, 2002, 89 f. Dissertação (Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. São Paulo, 2008. 258 f. Tese (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. *Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)*. São Paulo, 2002. 780 f. Dissertação (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SARDE, Carla Letícia Pereira. *Análise diplomática de bulas de medicamentos: um cotejo entre as dimensões normativas e técnicas*. Marília, 2003, 49 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. São Paulo, 2011. 356 f. Dissertação (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Glossários

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Glossário de espécies documentais. In: *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008, p. 34-71.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. Glossário de documentos. In: *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 179-229.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Glossário de documentos. In: *Arquivo Zila Mamede: inventário*. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017a, p. 119-126.

CENTRO de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda. Índice-glossário de documentos. In: *Samuel Barnsley Pessoa e Jovina Álvares Pessoa: inventário dos fundos*. Preparado por José Francisco Guelfi Campos e Rogério Ricciluca Matiello Félix. Redação final de José Francisco Guelfi Campos. São Paulo: CAPH-FFLCH-USP, 2015, p. 75-84.

FUNDAÇÃO Instituto Fernando Henrique Cardoso. *Glossário de termos utilizados na descrição do acervo*. São Paulo: iFHC, 2015. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br/ModuloPesquisador/jsp/doctosApoio/1/glossario_docs.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2018.

MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. *Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014.

SISTEMA de Arquivos da Universidade de São Paulo. *Glossário de espécies/formatos e tipos documentais da Universidade de São Paulo*. São Paulo, outubro 1997. Disponível em: <<http://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/02/glossario1.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

História

Artigos e livros

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

_____. Abertura. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992, p. 7-37.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Trad. Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____. A nova história. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 128-176.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1980. (Tel, 19)

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução: para a historiografia da nova história. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério Forastieri da (org.). *Nova história em perspectiva*. v. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 6-70.

PERRIN, Charles-Edmond. L'Histoire et ses méthodes [*Encyclopédie de la Pléiade. L'Histoire et ses méthodes*, volume publié sous la direction de Charles Samaran, de l'Institut] (Compte-rendu). *Journal des Savants*, Paris, n. 2, p. 129-155, 1962. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/jds_0021-8103_1962_num_2_1_1028>. Acesso em: 1 fev. 2018.

SAMARAN, Charles. *L'Histoire et ses méthodes*. Paris: Gallimard, 1961. (Encyclopédie de la Pléiade, 11)

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3 ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

Dicionário

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

Literatura de ficção

Romances

AMARAL, Maria Adelaide. *Aos meus amigos*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

ÂNGELO, Ivan. *A festa*. São Paulo: Vertente, 1976.

NASSAR, Raduan. *Um copo de cólera*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PIÑEIRO, Claudia. *Betibú*. Madrid: Alfaguara, 2011.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. 25. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1983.